Tadeu Lara Baltar da Rocha

Anhaia Mello e a “Escola de Chicago” apropriações, transposições e interpretações

Versão Revista e Alterada

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em ciências.

Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Ana Cláudia Castilho Barone

FAUUSP

2020

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Tadeu Lara Baltar da Rocha

Anhaia Mello e a “Escola de Chicago”:
apropriações, transposições e interpretações

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À
VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E
ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na
Biblioteca da Faculdade.

São Paulo

Julho de 2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Rocha, Tadeu Lara Baltar da Anhaia Mello e a "Escola de Chicago":
apropriações, transposições e interpretações / Tadeu Lara Baltar da Rocha;
orientadora Ana Cláudia Castilho Barone. - São Paulo, 2020. 206 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do
Urbanismo.

1. Mello, Luiz Ignacio Romeiro de Anhaia, 1891-1984. 2. História do
Urbanismo. 3. Park, Robert Ezra, 1864-1944. 4.
Escola de Chicago. I. Barone, Ana Cláudia Castilho, orient.
II. Título.

Nome: ROCHA, Tadeu Lara Baltar da

Título: Anhaia Mello e a “Escola de Chicago”: apropriações, transposições e interpretações

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

*À memória da minha mãe,
a pessoa que mais orgulhosa
estaria de ver este material.*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à professora Ana Barone, orientadora desse trabalho e da pesquisa que desenvolvo sobre Anhaia Mello desde quando ainda estava na graduação, e também aos membros do LabRaça, por ela coordenado, com quem compartilhei boa parte das descobertas, alegrias e momentos de tensão do desenvolvimento da pesquisa e que participaram dos maiores aprendizados que tive durante esse mestrado;

Agradeço também aos professores que, direta e indiretamente, fizeram parte desse trabalho: à professora Maria Cristina Leme, com quem pude discutir diversos temas durante a disciplina e aos professores Paulo Cesar Xavier Pereira, Mario Eufrásio, Sarah Feldman, José Geraldo Simões Jr e César Simoni Santos, que talvez nem saibam de suas contribuições para o trabalho. Aos membros da banca fica também o agradecimento pelas sugestões de correções que foram realizadas nesta versão revisada.

Agradeço aos funcionários das diversas partes da FAUUSP que contribuíram para que esse trabalho pudesse ser desenvolvido, principalmente aos funcionários da biblioteca.

Não poderia deixar de agradecer aos companheiros de trabalho de Jundiaí e de São Bernardo do Campo que acompanharam a empreitada do desenvolvimento desta pesquisa e aos amigos que estiveram presentes nos momentos difíceis que aconteceram durante os últimos dois anos, como as Gabis, o Sávio, a Lari, a Marina, a Ana e o Iga.

Não tenho palavras para agradecer a Ju e sua família, que, com tanto suporte e carinho, me ampararam e contribuíram para este trabalho.

Agradeço à minha família, meu pai, tios, irmãos e primos que estiveram junto comigo nos momentos de dificuldades.

E sobretudo, agradeço à minha mãe, Gloria Maria Motta Lara, que partiu enquanto essa pesquisa estava sendo desenvolvida. Mais do que ninguém, ela contribuiu para que tudo isso se tornasse possível, e conhecia cada aspecto do meu trabalho e reflexão.

Resumo

ROCHA, Tadeu Lara Baltar da. **Anhaia Mello e a “Escola de Chicago”**: apropriações, transposições e interpretações. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 200 p. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2020.

Esta dissertação analisa a apropriação, a transposição e a interpretação de conteúdos relacionados com a “Escola de Chicago” de Sociologia por Anhaia Mello entre 1926 e 1957, período em que ele foi uma das principais autoridades do campo do Urbanismo que ainda se estruturava

Anhaia Mello tinha contato desde a década de 1920 com os textos que caracterizam a “Escola de Chicago”, rótulo que tem lugar de destaque, como um fundador, no imaginário dos estudos urbanos, mas seus temas e conceitos só são identificados de forma clara na produção do urbanista a partir da década de 1940.

Para entender o significado disso, discute-se o que foi e o que é a “Escola de Chicago”. Analisa-se, então, o conjunto de proposições do “programa de pesquisa” elaborado por Robert Park e Ernest Burgess que orientou as atividades que se destacaram no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago no começo do Século XX. Destaca-se, a partir daí, especificamente, que a “Escola de Chicago”, por meio de uma abordagem engajada com a realidade urbana, oferecia uma visão “compreensiva” e otimista sobre as grandes cidades norte-americanas.

Em seguida, analisa-se o discurso de Anhaia Mello a partir de sua produção escrita, identificando permanências e discontinuidades quanto à apresentação de leituras sociais ao longo de sua trajetória. O pouco destaque atribuído à “Escola de Chicago” entre as décadas de 1920 e 30 coincidia com a vinculação de um discurso representado pela imagem da “Árvore do Urbanismo”, que pretendia situar o Urbanismo como um conhecimento técnico-administrativo neutro, que poderia ser desconectado dos embates políticos.

Nas décadas seguintes, quando passa a defender que o Urbanismo deveria pensar-se regional e buscar a desconcentração por meio da limitação do crescimento, questões políticas e análises sociais ficam claras nos artigos e conferências de Anhaia Mello. Configurava-se, assim, uma oposição a ideias estabelecidos na política e na gestão urbana paulistana. Nesse período, temas e conceitos da “Escola de Chicago” são empregados com frequência pelo urbanista e configuram, junto às leituras de Lewis

Mumford e da *Regional Planning Association of America*, uma visão predominantemente pessimista sobre o desenvolvimento metropolitano.

Por fim, identificam-se desconexões entre o emprego dos mesmos conceitos e temas no programa de pesquisa da “Escola de Chicago” e nos escritos de Anhaia Mello. Por um lado, verifica-se o deslocamento dos conceitos de Park e Burgess para caracterizar a cidade como um *locus* de anomia e destruição das relações primárias. Por outro, nota-se que a “politização” do espaço no discurso de Anhaia Mello nas décadas de 1940 e 1950 omite as questões da cidade que estava em seu entorno, e as substitui pelo modelo sugerido pelos textos da “Escola de Chicago”. Baseados em uma abordagem empírica e especulativa de análise das cidades norte-americanas, tornam-se para esse Urbanismo leis do funcionamento de todas as cidades. Assim, o discurso “apolítico” das décadas de 1920 e 1930 dá lugar a um discurso que substituía a problemática local por uma idealização apropriada de outro lugar.

Abstract

ROCHA, Tadeu Lara Baltar da. **Anhaia Mello and the “Chicago School” of Sociology**: borrowings, transpositions and interpretations. Dissertation (MSc Architecture and Urbanism). 200 p. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2020.

This dissertation focus on the borrowings, transpositions and interpretations of contents related to the “Chicago School” of Sociology in the works of Anhaia Mello between 1926 e 1957, period in which he was one of the main authorities in the developing field of Urban Planning in Brazil.

Anhaia Mello had already read the most relevant texts by the “Chicago School” that are part of the field imagination by the 1920s, but its themes and concepts were only present in his texts two decades later.

In order to understand its motivation, the dissertation starts with a discussion about what was, and still is, the “Chicago School”. It analyzes the research program developed by Robert Park and Ernest Burgess that characterized the largest part of the research activities in the University of Chicago Department of Sociology early last century. It highlights that the “Chicago School” offered a comprehensive and optimistic view about the great cities in the United States.

It then focusses on Anhaia Mello’s discourse through his trajectory and recognizes discontinuities in his considerations about social aspects. The lack of mention to the “Chicago School” in the 1920s and 30s is seem as part of the “Urbanism Tree” approach, that intended to picture Urban planning as a neutral technical knowledge, that could be split apart of political disputes.

In the following decades, when Anhaia Mello advocates a regional planning for the deconcentration of population through the limitation of growth, political questions and social analysis are found in his articles and conferences and constitute an opposition to dominant positions in the political and urbanistic arenas of São Paulo. In this period, themes and concepts from the “Chicago School” are often employed by Anhaia Mello and together with the ideas of Lewis Mumford and the Regional Planning Association of America constitute a pessimistic view about metropolitan development.

Finally, the dissertation identifies disconnections between the use of concepts and terms in the “Chicago School” research program and Anhaia Mello’s writings. On one side, Anhaia Mello employs Park and Burgess ideas to depicture the city as the locus of social anomy and of the destruction of primary relations. On the other, it recognizes that politization of space in Anhaia Mello’s approach during this period is based on the replacement of São Paulo’s realities and questions with the model suggested by the “Chicago School”, that was based on the empirical analysis of American cities. Thus,

the “apolitical” discourse of the 1920s and 30s was replaced by an approach that erased the material questions with an idealized model borrowed from afar.

Lista de figuras

Figura 1 - Zonas urbanas segundo o princípio da expansão radial da cidade (Burgess, 1925).....	79
Figura 2 - A Árvore do Urbanismo (Mello, 1929)	102
Figura 3- “Associação e sequência lógica dos elementos básicos para urbanização racional e eficiente” (Mello, 1933g)	104
Figura 4 – Diagrama do plano “compreensivo” de Evansville, Indiana de autoria de Harland Bartholomew (1922). (Lovelace, 1992, p. 14)	119
Figura 5 - Comparação entre diagramas e imagens de Anhaia Mello (esquerda) e Harland Bartholomew (direita). Fontes: Mello, 1929a; Mello, 1929b; Hubbard, 1929; Lovelace, 1992.	122
Figura 6 - Proposta da organização do Urbanismo em São Paulo (Mello, 1935).....	124
Figura 7 - Os três Imãs (Howard, 1996 [1898])	139
Figura 8 - Comparação entre a apresentação dos “círculos concêntricos” por Anhaia Mello (1961 [1957]) (esquerda), o diagrama do Plano de Avenidas, de Prestes Maia (1930) (centro) e o “modelo” dos círculos concêntricos aplicado em Chicago (Burgess, 1925).	177

Lista de quadros

Quadro 1 - Estudo da circulação de ideias	31
Quadro 2 - Estrutura do livro “Introduction to the Science of Sociology” (Park e Burgess, 1921).....	68
Quadro 3- Estrutura do artigo “The City” (Park, 1984 [1925]).....	73
Quadro 4 - A trajetória de Anhaia Mello	96
Quadro 5- Modelo de organização de Planos (Mello, 1957, p. 39-40)	112

Siglas e Abreviações

ANPUR – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

CPEU – Centro de Pesquisas e Estudos Urbanos (da FAUUSP)

CPG – Comissão de Pós Graduação

ENANPUR – Encontro Nacional da ANPUR

FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política

EP – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

IESP – Instituto de Engenharia de São Paulo

PD – Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)

PRP – Partido Republicano Paulista (1873 – 1937)

RPAA – *Regional Planning Association of America*

RPNYE – *Regional Plan of New York and its Environs*

SAC – Sociedade Amigos da Cidade

SHCU – Seminário de História da Cidade e do Urbanismo

TFG – Trabalho Final de Graduação

Sumário

Agradecimentos	7
Resumo	9
Abstract	11
Lista de figuras	13
Lista de quadros	13
Siglas e Abreviações	15
Sumário	17
Introdução	19
1. A circulação de ideias sobre o Urbanismo	33
1.1. A circulação internacional de ideias na base do Urbanismo	33
1.2. A transposição de ideias na base do Urbanismo	44
2. A “Escola de Chicago” de Sociologia	51
2.1. A “Escola de Chicago” a partir do programa de pesquisa de Park e Burgess	54
2.2. O programa de pesquisa da “Escola de Chicago”	62
2.3. A visão urbana da “Escola de Chicago”	86
3. O Urbanismo de Anhaia Mello	95
3.1. A “Árvore do Urbanismo” – 1926 até o final da década de 1930	101
3.2. O “Esquema Anhaia” – década de 1940 até 1957	128
3.3. Duas abordagens, continuidades e descontinuidades	142
4. A “Escola de Chicago” no Urbanismo de Anhaia Mello	147
4.1. Acerca da difusão das ideias da “Escola de Chicago”	172
4.2. Sentidos da apropriação da “Escola de Chicago” por Anhaia Mello	177
5. Comentários finais e desdobramentos	181
Referências bibliográficas	187
Textos de autoria de Anhaia Mello	187
Outras referências	190
Anexos	201

Introdução

Anhaia Mello foi personagem pioneiro e de grande relevância no estabelecimento do campo e da prática do Urbanismo no Brasil. Sua atuação aconteceu em diversas frentes durante cerca de quatro décadas, entre os anos 1920 e a década de 1950. O urbanista foi prefeito, vereador e diretor de obras no município de São Paulo. Esteve à frente de importantes instituições da sociedade civil, como a Sociedade Amigos da Cidade e o Instituto de Engenharia, além de falar diversas vezes em reuniões de clubes como o Rotary Internacional. Na academia, por sua vez, foi o primeiro professor de uma cadeira de Urbanismo na Escola Politécnica, instituição da qual foi vice-diretor, e fundou a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Irônico, entretanto, é o fato de que Anhaia Mello não tenha elaborado nenhum plano nas primeiras décadas de sua trajetória¹. Arasawa (1999, p. 10) notou em sua dissertação que, na passagem do século, não lhe costumava ser negada uma posição central no campo do Urbanismo em São Paulo, mas que existia certo incômodo na hora de qualificar seu lugar. Anhaia Mello era geralmente interpretado como um “teórico” frente ao “prático” e “realizador” Prestes Maia, que foi prefeito por mais tempo e um dos responsáveis pelo Plano de Avenidas.

Leme (1999, p. 478-9) considera que Anhaia Mello foi o principal teórico do Urbanismo na São Paulo da primeira metade do Século XX, enquanto Rolnik (1997, p. 194) e Feldman (2005, p. 21) afirmam suas proposições como algumas das mais influentes sobre a atuação dos urbanistas locais, situando-as ao lado das de Prestes Maia e Padre Lebre². Zorek (2017), por sua vez, considera que o discurso pessimista mobilizado por Anhaia Mello na década de 1950 teria se tornado hegemônico na interpretação sobre São Paulo nas décadas seguintes. Anhaia Mello era visto como um professor importante, que dominava o assunto e referência do Urbanismo (Ficher, 2005, p. 150). Formou diversas gerações de profissionais e participou, com destaque, dos grandes debates que aconteceram em seu tempo.

A bibliografia reconhece, atualmente, que o “ensino” e a “militância” de Anhaia Mello, dentro e fora da universidade, influenciou o desenvolvimento de São Paulo e de suas estruturas administrativas. Feldman (2005; 1998), por exemplo, nota que a reconfiguração do setor de Urbanismo da prefeitura

¹ Teria elaborado o plano para Campinas na década de 1930, não fossem desavenças políticas justamente à época de sua nomeação como prefeito de São Paulo (Krogh, 2018, p. 91).

² Este citado somente por Feldman (2005).

na década de 1940 refletia as propostas e análises do urbanista e destaca sua contribuição para o estabelecimento do *zoning* na cidade. Arasawa (1999, p. 37), ao analisar as conferências e a atuação de Anhaia Mello na década de 1920, sugere que, mais do que procurar práticas em seu discurso, dever-se-ia compreender suas falas e palestras como sua forma particular de prática.

Anhaia Mello teve posição destacada no estabelecimento no Urbanismo no Brasil. Nos países centrais do capitalismo, esse campo se desenvolveu a partir do Século XIX, como resposta às condições da urbanização alavancadas pela industrialização da economia e com base em intensos intercâmbios internacionais de saberes e ideias. Aqui, o campo apareceu como especialidade profissional e de saber no começo do Século XX, a partir da agregação de referências de diversas origens e tradições.

Diante das múltiplas possibilidades de um campo que se constituía, dentro e fora do Brasil, Anhaia Mello explorou vários caminhos e referências entre as décadas de 1920 e 1950, de modo a não ser possível afirmar que ele tenha adotado uma só referência ou se filiado a alguma corrente estrangeira específica. A variedade de temas sobre os quais ministrou palestras, aulas e publicou artigos concorre com a pluralidade de fontes que citou e empregou. Além de soluções técnicas para alguns problemas específicos e propostas para arranjos institucionais de governos, encontramos em seus escritos reflexões sobre fundamentos, critérios para tomada de decisões e, também, análises críticas sobre a natureza das cidades, que são vistas não só como espaço de intervenção, mas também como objeto de estudo.

Na confluência de sua atuação no poder público, na disputa profissional e na formação de novos engenheiros e arquitetos, Anhaia Mello desempenhou um papel importante como receptor de ideias internacionais no Brasil. Longe de ser o único, entretanto, destacava-se por ser reconhecido por seus alunos e pares como um personagem atento ao que estava acontecendo no exterior (Ficher, 2005, p. 150) e por ter sido um dos primeiros urbanistas a dar destaque para as experiências e práticas norte-americanas (Feldman, 1996). Declarava abertamente a necessidade de olhar para o que estava acontecendo fora do país (Mello, 1929d, p. 13).

Anhaia Mello foi um elo importante nas redes de intercâmbios, trocas, traduções e influências do Urbanismo brasileiro com o que estava se desenvolvendo no exterior³. Não há notícia de viagens dele para outro país⁴, mas por meio de leitura e contato com profissionais estrangeiros que passaram pelo Brasil, ele se estabeleceu muito cedo como uma “autoridade” no que havia de mais moderno no Urbanismo internacional.

³ Além da sua atuação em São Paulo, Rezende (2012) sugere sua influência no Rio de Janeiro.

⁴ Como é o caso de Vitor da Silva Freire (Simões Junior, 2008, p. 54-5)

A produção escrita de Anhaia Mello, composta por artigos, livros e transcrições de palestras ministradas ora em ambientes especializados, ora em círculos da elite paulistana, é uma fonte valiosa para compreender as discussões e o ambiente de debate acerca das questões urbanísticas e de gestão da cidade que estavam colocadas no começo do Século XX. Dois aspectos costumam ser relacionados pela bibliografia à figura de Anhaia Mello: por um lado, trata-se do esforço pela estruturação do Urbanismo como campo de saber e de atuação e, por outro, de suas propostas pretensamente contra-hegemônicas de restringir o crescimento metropolitano, proibindo a instalação de novas indústrias no município São Paulo e priorizando a redistribuição da população na escola regional.

No desenvolvimento do Urbanismo, o campo se configurou por meio de saberes multidisciplinares e de trocas internacionais. Na concepção de Anhaia Mello, mais do que dominar o todo, cabia ao profissional do urbanismo coordenar e fazer uma síntese entre os diversos conhecimentos (Arasawa, 1999, p. 51). Nesse sentido, não se descartava a função das Engenharias e da Arquitetura, mas agregava o conteúdo das Ciências Sociais ao Urbanismo.

As pesquisas sobre o Urbanismo de Anhaia Mello, refletindo o discurso do próprio profissional, têm se focado em seus aspectos técnico-administrativos. Nessa dissertação, analisamos o Urbanismo de Anhaia Mello a partir de um recorte de suas fontes que releva outros aspectos de seu pensamento e ação: tratamos da presença, da apropriação e da reinterpretação das ideias ligadas à “Escola de Chicago” de Sociologia em sua produção escrita. Essa referência tem chamado a atenção da historiografia que se dedica à análise da obra do urbanista, tendo sido destacada por autores como Arasawa (1999), Toledo (2013), Pescatori (2014) e Timóteo (2008), mas, até agora, foi pouco explorada.

O interesse na “Escola de Chicago” não é por acaso. Autores a ela relacionados, como Robert Park e Ernest Burgess, fazem parte do imaginário do estabelecimento da Sociologia Urbana nos Estados Unidos e, de modo mais amplo, do campo dos Estudos Urbanos. São, assim, frequentemente citados e geram interesse, embora suas produções sejam pouco compreendidas.

Estudos sobre Anhaia Mello

O panorama dos estudos sobre Anhaia Mello e outros personagens destacados do planejamento urbano no Brasil é, agora, muito diferente daquele no qual Arasawa (1999) lidou com a dificuldade de “situar” a relevância de Anhaia Mello. Depois de sua dissertação, surgiram diversas pesquisas e análises que se dedicaram prioritariamente à análise do pensamento do urbanista. Mesmo assim, as concepções urbanísticas do personagem continuam aparecendo como elementos previamente determinados e estáticos. Até a passagem do século, comentários sobre o pensamento e a atuação de

Anhaia Mello eram encontrados predominantemente em estudos que selecionavam um recorte específico sobre o Urbanismo em São Paulo.

Feldman (2005), por exemplo, lida com Anhaia Mello a partir da construção do zoneamento e da estrutura do Urbanismo na Prefeitura e, assim, o destaca como um difusor de ideias de *zoning* e da organização institucional do planejamento, particularmente aquelas que ficaram populares nos Estados Unidos durante as décadas de 1920 e 1930. Nadia Somekh, por outro lado, trata da questão da verticalização e dedica um capítulo de seu estudo à análise da visão que Anhaia Mello expressava sobre o tema – a defesa de um controle da verticalização e do adensamento da cidade –, exercício justificado pela importância e influência do urbanista nas décadas de 1930, 40 e 50. De acordo com a autora, ele teria sido um personagem influente, mas como um formador de opinião, diferente de Prestes Maia, que pôde diretamente mudar a cidade (Somekh, 1997, p. 52-3). Rolnik (1997), por outro lado, tratou do personagem ao relacionar a produção da cidade e da legislação urbanística e ressaltou sua relevância na gênese do “plano” (1997, p. 192). Meyer (1992) e Osello (1983), ao tratar das propostas e visões de futuro para São Paulo, trataram das propostas defendidas por Anhaia Mello e de Prestes Maia, enquanto Campos (2000) lidou com as mudanças legislativas ocorridas quando o fundador da FAUUSP estava na câmara municipal e à frente da prefeitura da capital do estado.

Com o avanço do estudo da circulação de ideias no Urbanismo nas últimas décadas, entretanto, novo interesse parece ter emergido na atuação e no pensamento de Anhaia Mello. Angotti-Salgueiro e Simões Jr. situam que:

Se nos anos 1960-70, nas áreas de literatura e outras, escreveu-se sobre “a morte do autor”, e no campo da história da cidade as trajetórias individuais eram dissolvidas nos processos impessoais das mentalidades coletivas, na relação funcionalista e ideológica das sociedades com o espaço, ou seja, definindo a sociedade como um decalque das relações de produção, estas análises revelaram sua ineficácia e reducionismo, sendo posteriormente particularizadas com a volta do ator em situações concretas. Passou-se a pensar a partir de estudos de casos, reabilitando-se a singularidade das práticas na afirmação de percursos macrohistóricos, em vez das generalizações de classe, levando-se em conta pesquisas biográficas que consideram a historicidade dos perfis e seus engajamentos contextuais múltiplos (Angotti-Salgueiro e Simões Jr., 2016, p. 2).

A interpretação de um caráter mais “teórico” de Anhaia Mello frente ao “prático” de Prestes Maia, abordada – ora de acordo, ora de oposição – em todos os trabalhos mencionados anteriormente, talvez não tenha se alterado muito nesse contexto, mas a preocupação com as questões da circulação de ideias parece ter ressaltado a relevância do primeiro, de modo a se buscar, por exemplo, as implicações de sua atuação para a constituição da disciplina do Urbanismo nos dias de hoje.

A depreciação da figura de Anhaia Mello que parecia implícita na sua caracterização como “só” um teórico parece ter se desfeito e, agora, ao contrário, nos deparamos com múltiplos trabalhos que

investigam o que ele disse e pensava⁵ e a não realização daquilo que estava colocado em seus discursos tem sido interpretado como futuros dos quais abrimos mão, como se ele tivesse oferecido alternativas ao desenvolvimento de São Paulo.

A primeira geração de pesquisas, analisou seus feitos e como Anhaia Mello influenciou o desenvolvimento de aspectos específicos de São Paulo, seja a estrutura administrativa municipal, o campo profissional do Urbanismo, o zoneamento etc. O foco recente, por outro lado, destaca a análise do seu pensamento, de suas referências e de suas posições – dando continuidade ao que, principalmente, Feldman (1996; 1998; 2005) e Arasawa (1999) começaram – e considera também aquilo que não foi colocado em prática. Em ambos os casos, dedica-se pouco espaço ao estudo da reflexão social que estava presente nos escritos de Anhaia Mello. Analisa-se, por um lado, as origens e propostas acerca dos aspectos técnico-administrativos do Urbanismo e, por outro, olha-se para o que ele propôs, mas muito pouco para suas justificativas e motivações intelectuais. O recorte que adotamos, baseado nos temas, termos e conceitos da “Escola de Chicago”, busca preencher essa lacuna.

Alertamos de início que esse trabalho não afirma que o urbanista baseou suas atividades e propostas nas reflexões de Robert Park e Ernest Burgess, nomes relacionados a “Escola de Chicago”. Ao contrário, notamos que, em diversos momentos, temas e tópicos caros a eles até foram evocados, mas a postura de Anhaia Mello não condizia com aquela que estava presente nos textos originais daqueles sociólogos. O recorte da “Escola de Chicago”, proposto a partir da percepção de que o urbanista tinha contato com seus principais textos desde a década de 1920, antes mesmo de publicar o primeiro texto que serviu como fonte primária para esse trabalho (Mello, 1926), ao invés disso, serviu como uma lente que destaca aspectos pouco explorados nas análises sobre Anhaia Mello. Nesse sentido, mais do que consonâncias entre Anhaia Mello e a “Escola de Chicago”, destacamos divergências e desconexões entre seus conteúdos.

Embora a produção sobre Anhaia Mello seja significativa, identifica-se a ausência de trabalhos que deem conta de toda sua trajetória e a partir dos quais seja possível, de imediato, interpretar o contexto a partir do qual o urbanista selecionou e se apropriou de ideias da “Escola de Chicago” de Sociologia. Anhaia Mello costuma ser encarado como personagem estático e são escassas as reflexões sobre o desenvolvimento de suas ideias e atuação ao longo do tempo. Isso não constitui problema nos estudos sobre temas específicos, pois eles analisam a contribuição pontual de Anhaia Mello sobre outros

⁵ Vale a pena chamar atenção sobre o fato de que a identificação de maior pesquisa sobre Anhaia Mello nos últimos dez anos pode ser influenciada pela popularização da internet e pela digitalização de publicações desde então, o que pode ter tornado os trabalhos mais recentes mais facilmente encontráveis. Outro fator a ser considerado é, também, o crescimento da produção acadêmica como um todo no país nas últimas décadas.

pontos de vista⁶, nem nos estudos de caso, pois eles partem de um recorte de sua atuação e proposições. No entanto, desenvolver uma narrativa sobre sua trajetória se releva uma tarefa necessária para essa pesquisa de mestrado. Em dois artigos, a historiadora Maria Stella Bresciani (2010; 2012) apresenta um esforço importante, mas ainda inconcluso, na direção de traçar essa trajetória, ressaltando as temáticas e o contexto de sua atuação e reflexão. Ela destaca a dificuldade da bibliografia em compreender um personagem com atuação tão plural quanto o urbanista dessa forma:

“a diversidade de atividades na área de ensino e da teoria do Urbanismo, bem como sua presença efetiva nas esferas da vida pública profissional e política e em organizações civis, aliada ao exercício de direção em empreendimentos privados, compuseram um quadro de indagações cujas respostas se encontram dispersas e incompletas em estudos de questões pontuais de seu ideário e nos quais Anhaia Mello não constitui o objeto de investigação principal (Bresciani, 2010, p. 151)”.

O estudo da trajetória de Anhaia Mello, ou seja, a compreensão de sua atuação e ideias em termos dinâmicos, como de alguém que reagiu e influenciou os contextos em que se inseriu, e não como de um personagem estático, é proveitoso e oferece uma contribuição para o universo das pesquisas sobre o urbanista que está se desenvolvendo. Para lidar com a temática da circulação de ideias a partir desse profissional, porém, mostra-se relevante relacionar suas proposições em cada momento com os textos e as questões que circulavam e se colocavam em diferentes situações e tempos em São Paulo.

A tarefa de traçar um panorama da trajetória de Anhaia Mello foi facilitada, nos últimos anos, pela publicação de uma série de trabalhos que, embora não destaquem as continuidades e descontinuidades em sua reflexão e atuação, olham para além de suas proposições urbanísticas, focando em suas fontes e nos contextos políticos mais amplos dos quais ele foi parte. Angotti-Salgueiro (2014) e, de forma mais pronunciada, Angotti-Salgueiro e Simões Jr. (2015) analisam a marginalia dos livros de seu acervo e dão pistas sobre os materiais e os textos com que o urbanista teve contato ao longo de sua trajetória. Também ressaltam as observações anteriores de Feldman (2005) de que as referências americanas eram dominantes no panorama de Anhaia Mello. Sem esgotarem as reflexões sobre suas leituras, esses autores sistematizaram uma abordagem sobre as referências do urbanista que aparece em comentários pontuais em diversos trabalhos e que também foi empregado nessa pesquisa.

Enquanto isso, em artigo sobre a circulação de ideias do campo do Urbanismo na Era Vargas, Rezende (2012, p. 75) destaca a relevância de Anhaia Mello no cenário nacional, identificando seu papel na

⁶ Embora quase não existam análises aprofundadas sobre como suas proposições e sua atuação mudou, certas análises (como Feldman, 2005; 2009) identificam quais foram alguns aspectos do pensamento de Anhaia Mello que teriam se alterado com o tempo.

construção da agenda urbanística do Distrito Federal. Comenta também sobre os periódicos e as instituições profissionais norte-americanos em que estavam vinculadas as discussões mais “modernas” sobre o urbanismo que servia de principal referência para Anhaia Mello⁷.

Por ter sido professor destacado da Escola Politécnica (Ficher, 2005, p. 150)⁸ e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (da qual foi fundador e primeiro diretor) da Universidade de São Paulo e por circular como “autoridade em urbanismo” desde muito cedo nos setores formadores de opinião da sociedade paulista⁹, o Anhaia Mello teve papel importante na difusão de conhecimentos sobre seu campo em São Paulo. O verbete sobre ele em “Urbanismo no Brasil: 1895-1965” indica que “Anhaia Mello foi o principal teórico sobre o urbanismo em São Paulo, nesse período. Seguir sua produção intelectual é, também, perceber os rumos do pensamento urbanístico paulistano, pois ele sinalizava as direções deste caminho” (Leme, 1999, p. 478-9). O artigo de Rezende (2012) sugere que essa relevância pode se estender a um contexto mais amplo¹⁰ e ela o situa, ao lado de pioneiros cariocas como Armando de Godoy e Saboya Ribeiro, na vanguarda do campo no Brasil. Compreender como Anhaia Mello “se converte” em autoridade e as posições que ocupou no cenário do Urbanismo em cada momento é importante para lidar com os contextos em que se apropriou de ideias estrangeiras.

Os trabalhos de Siqueira (2015b) e Arasawa (1999; 2008) situam Anhaia Mello para além de suas concepções urbanísticas, em contextos políticos da São Paulo da primeira metade do Século XX. Analisam como seu discurso se inseria na disputa profissional com a Engenharia, buscam identificar a quais conteúdos o urbanista tinha acesso, com quem ele dialogava e o que estava em jogo quando o urbanista adotava determinadas posições e, com isso, também se revelam valiosos para discussão sobre a circulação de ideias no Urbanismo a partir desse personagem, pois dão pistas sobre o que o levou a tomar determinadas posições e em que contexto se encontrava. De modo semelhante,

⁷ Rezende (2012, p. 99) pontua que o *city planning* americano das décadas de 1920, 1930 e 1940 não se tratava somente de planejamento físico-territorial, mas carregava consigo as discussões sobre formas de gestão da cidade. O instrumento da *city plan comission*, defendido por Anhaia Mello ao longo de sua trajetória, é uma amostra de que havia muito mais em jogo do que disputas pelo zoneamento das cidades.

⁸ “Segundo depoimentos de alunos e auxiliares, Anhaia Mello foi o professor de maior influência do curso de engenheiro-arquiteto nas décadas de 1930 e 1940: homem de grande cultura, era um teórico e não se preocupava muito na prática de projetos, mas suas aulas eram verdadeiras conferências sobre urbanismo, aulas que entusiasmavam os estudantes” (Ficher, 2005, p. 150).

⁹ A série de palestras ministrada sobre os “problemas do urbanismo” no final da década de 1920 e no começo dos anos 1930 é indicador disso.

¹⁰ Outros indicadores de uma relevância direta e contemporânea de Anhaia Mello no contexto nacional foram encontrados durante a pesquisa: (a) Baltar (1957), importante personagem do Recife, resalta os trabalhos do urbanista em São Paulo. (b) Anhaia Mello fez parte da Comissão Polli Coelho, de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, a partir de 1946.

Candido Malta Campos, no livro “Os Rumos da Cidade” (2002) e no artigo “Anhaia Mello e o controle da expansão urbana” é quem melhor situa a atuação do urbanista no contexto da *realpolitik* paulista.

A dissertação de Siqueira (2015a) permite que o urbanismo defendido por Anhaia seja visto à luz de um campo de disputa profissional e de estudo na São Paulo da primeira metade do século XX, diante da separação da Arquitetura e da Engenharia, da criação das faculdades de Arquitetura, da formação da Universidade de São Paulo e no contexto em que a Arquitetura Moderna buscava se afirmar.

A reflexão de Arasawa (1999) parte da análise da “Árvore do Urbanismo”, imagem que Anhaia Mello apresenta em seu primeiro livro (Mello, 1929d), o que a coloca na categoria de estudo de caso sobre aspectos da reflexão do urbanista. No entanto, além de estudar a argumentação do profissional em quatro palestras, Arasawa mostra o contexto histórico e o campo de disputa que influenciavam e tornava pertinente que Anhaia Mello propusesse o esquema de árvore, em que as raízes seriam a opinião pública, o tronco representaria a comissão elaboradora do plano da cidade e a copa, a legislação. Tudo isso resultaria no “progresso urbano”, a sombra da árvore. No livro “Engenharia e Poder: construtores da nova ordem em São Paulo” (Arasawa, 2008), esse historiador situa Anhaia Mello no contexto do desenvolvimento do Urbanismo e da Engenharia em São Paulo¹¹.

Como possibilidade de explorar a trajetória de Anhaia Mello, mostrou-se oportuno reanalisar sua produção escrita em busca de continuidades e descontinuidades em relação aos temas geralmente abordados pela bibliografia que se dedica ao estudo desse personagem. Embora poucos trabalhos tenham colocado como objetivo principal analisar sua trajetória, os estudos sobre o urbanista cobrem vários momentos de sua carreira e constituem um conhecimento extenso sobre sua atuação. Dois temas, que costumam ser relacionados a dois momentos específicos da atuação de Anhaia Mello, se relevaram interessantes como ponto de partida para traçar uma narrativa sobre a trajetória do urbanista que auxilie o estudo da recepção e apropriação das ideias da “Escola de Chicago”: a divulgação do Urbanismo e o planejamento regional.

Assim, nesse trabalho, analisamos como a leitura social – ou sociológica – aparece em cada momento da trajetória de Anhaia Mello, esforço decorrente da identificação de que Anhaia Mello já tinha contato com os textos mais importantes da “Escola de Chicago” na década de 1920, mas só os destacaria em seu discurso a partir da década de 1940. Ao discutir o que foi e o que propôs a “Escola de Chicago” e identificar o lugar dedicado à visão social na “Árvore do Urbanismo” e no “Esquema

¹¹ Embora não tratem diretamente da figura de Anhaia Mello ao abordarem esse tema, considera-se importante atentar para as reflexões sobre algumas das instituições em que ele atuou. Nesse sentido, Pereira (2011) trata da rede do Rotary Club e Barone (2018b [2007]), do Museu Social Parisiense, inspiração da Sociedade Amigos da Cidade.

Anhaia”, procedemos para, no capítulo 4, discutir especificamente como Anhaia Mello se apropria, transpõe e interpreta os temas, conceitos e abordagens da “Escola de Chicago”.

A relevância da “Escola de Chicago”

É frequente que a “Escola de Chicago” seja considerada pioneira da Sociologia empírica em sua forma moderna nos Estados Unidos e que se aponte que ela forneceu o ponto de partida para diversas abordagens dos estudos sobre as cidades. Com referências à atuação dos alunos de Robert Park e Ernest Burgess em torno de um programa de pesquisa sobre a cidade que dominou, em termos políticos e de volume de produção, as ciências sociais nos Estados Unidos dos anos 1920 e 1930, pode-se apontar que ela se desenvolveu no contexto de acirramento dos processos de urbanização e de suas questões sociais naquele país, em que a industrialização e o crescimento das cidades assumiram dimensões e velocidades até então inéditas.

Iniciativas reformistas, que buscavam melhorar as condições das cidades e remediar seus problemas, dominavam o cenário em que o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago foi criado, de modo que uma característica marcante das formulações de seus integrantes era o engajamento das pesquisas em produzir saberes científicos que servissem para resolver problemas. De acordo com Hinkle e Hinkle (1954, p. 13), havia consenso de que “[a] Sociologia deveria ajudar na consecução dessas condições sociais ideais, desenvolvendo e aplicando conhecimento científico a respeito da organização social e da evolução social. Para os problemas da industrialização e da urbanização, a Sociologia deveria ser uma espécie de reforma social geral”.

A cidade de Chicago, em particular, foi um dos centros das mudanças que aconteciam nos Estados Unidos. Desde a Guerra Civil Norte-Americana, na década de 1860, até meados dos anos 1920, sua população havia crescido de aproximadamente 100 mil habitantes para três milhões de pessoas. Ponto de conexão importante do sistema ferroviário que levava ao Oeste, a cidade foi pioneira na industrialização e recebia largas levas de migrantes do Sul dos Estados Unidos e da Europa (LeGates e Stout, 2011, p. 161). As condições da cidade influenciaram o surgimento de diversas iniciativas notáveis de caráter aplicado e reformista que, de alguma forma, se relacionam com o campo do planejamento e da gestão da cidade, como o paisagismo de Frederick Law Olmsted em Riverside de 1869, o plano “compreensivo” de Daniel Burnham de 1909 e a Hull House, fundada em 1889 por Jane Addam.

Embora rompesse com a filantropia e o assistencialismo que dominavam a pesquisa social naquele momento, o programa de pesquisa estruturado por Park e Burgess também buscava contribuir para intervenções que impactassem o espaço urbano e a organização social de modo positivo e, por isso, se voltava para o estudo das cidades e de seu processo de expansão, tema com o qual o planejamento

“compreensivo” norte-americano buscava lidar. Burgess (1925 [1922]) apontava ser o crescimento das cidades o fator mais destacado da sociedade moderna e, em “The City”, Park (1969 [1925], p. 31) declarava o objetivo de “definir um ponto de vista e indicar um programa para o estudo da vida urbana: sua organização física, suas ocupações e sua cultura” e justifica que tal esforço era necessário porque, embora as cidades fossem o “habitat do homem civilizado” e que tivessem papel de protagonista nos grandes feitos da história humana, ainda não seriam devidamente estudadas.

A “Escola de Chicago” apareceu em diferentes momentos na produção escrita de Anhaia Mello e teve diferentes significados em cada um deles. Dentre seus escritos das décadas de 1920 e 1930 existem pelo menos cinco textos em que são feitas referências a aspectos da “Escola de Chicago” (Mello, 1928a; 1929b; 1929c; 1929d; 1930a) e, nas décadas seguintes, o urbanista aprofundaria sua leitura de estudos dessa corrente (Mello, 1945a; 1954a; 1954b; 1957).

O estudo da circulação de ideias

O exercício que essa dissertação propõe invariavelmente leva a uma discussão sobre a circulação de ideias. Esse tema é bem desenvolvido no país, tendo, de acordo com Leme (2009, p. 73) passado por diversas fases de amadurecimento que afastaram o domínio de noções unidimensionais e simplificadoras de influência e cópia. Em especial, questões relativas aos contextos e desigualdades de poder parecem ter ganhado espaço na discussão nos últimos tempos, junto à preocupação em como lidar com a enorme “complexidade das formas assumidas na circulação de ideias em que todos os profissionais envolvidos se modificam no decorrer do processo” (ibidem).

Muitos estudos tratam da circulação da ideia, mesmo que não a tenham como objeto principal. É frequente que problematizações desse tipo surjam em trabalhos que analisam biografias e a história de movimentos artísticos e intelectuais. A partir da identificação de uma pluralidade de referências na obra de um autor ou em um contexto histórico, é necessário lidar com questões sobre interação entre profissionais e ideias de forma específica para desatar nós mais amplos. De certo modo, a problemática desse trabalho surgiu quando, durante a elaboração do Trabalho de Final de Graduação que apresentei em 2016 e ao tomar contato com a dissertação do Arasawa (1999), busquei identificar, ao “desconstruir” a Árvore do Urbanismo de Anhaia Mello, as diversas ideias e referências que estavam colocadas ali.

Podemos concordar que a questão da circulação de ideias aparece em praticamente qualquer pesquisa acadêmica. A identificação da alteração das referências dominantes em um campo ou da língua da maior parte dos textos a que os autores fazem referências é um exemplo de comentário encontrado em revisões históricas e bibliográficas que avançam um pouco no conhecimento sobre tema.

A identificação, por exemplo, de que Anhaia Mello olhara para os exemplos norte-americanos é relevante para o trabalho de Feldman (2005; 2009) e serviu para mostrar que havia mais do que uma gênese europeia no Urbanismo brasileiro. A partir de uma identificação como essa, pode-se adentrar a análise dos mecanismos e da natureza dessa circulação – isso significa, por um lado, tratar de meios, mas também de representações e transposições de formulações entre contextos – e desvelar relações e mecanismos de poder até então claros. Ward (2003) identifica três preocupações principais nos estudos da difusão das ideias do Urbanismo:

1. Os mecanismos de difusão. Por exemplo, personalidades chave, ambientes profissionais e reformistas, ações intergovernamentais.
2. A extensão a que ideias e práticas são alteradas em sua difusão. Como elas são aplicadas no contexto de determinadas nações e porque as diferenças são aparentes?
3. A causa fundamental da difusão. Por exemplo, quanto isso espelha as relações mais amplas dos contextos econômico, político e cultural? Quanto é o “texto” da difusão internacional do planejamento mais autônomo ou dependente em ações do acaso.

Este trabalho elege a circulação de ideias como um de seus pontos de partida e constrói sua abordagem a partir disso. Entende que o estudo do caso da apropriação das ideias da “Escola de Chicago” de Sociologia contribui para a discussão mais ampla sobre o como Anhaia Mello pensava o Urbanismo, revelando tensões e tratando de aspectos ainda pouco definidos sobre a consolidação do campo no Brasil.

Uma abordagem pertinente e específica realizada com frequência na análise desse tema é a eleição de um meio de circulação – um periódico, uma série de publicações, série de congressos, etc. – e a análise de quais ideias são apresentadas nele em um determinado período¹². Mesmo se não houver, nos estudos que fazem isso, a intenção declarada de analisar a circulação de ideias, ao lidar com os meios de encontro, confrontação, comparação e difusão de conceitos e modelos, eles contribuem para a discussão sobre o tema.

No caso dessa pesquisa, elegemos um urbanista que foi uma figura influente no período em que o campo se consolidou em São Paulo e um agrupamento de pesquisadores que costuma ser apontado como uma das raízes da reflexão sobre cidades.

Discutindo a condição social da circulação internacional de ideias, o sociólogo Pierre Bourdieu oferece um esboço sobre o que seria necessário para a plena compreensão da circulação de um determinado conjunto de ideias de um momento e local para outro. Ao tratar do tema, ele ressalta que o ponto

¹² Simões Jr (2014) analisa as ideias da primeira *Town Planning Conference*, enquanto Azevedo (2016) analisa as propostas para a cidade de São Paulo pelas páginas de revistas especializadas em engenharia no começo do século XX.

central das incompreensões na circulação internacional das ideias é que textos viajam, mas o fazem sem seus contextos de origem. Assim, para compreender a apropriação de um conjunto de ideias estrangeiras em um contexto seria necessário analisar tanto o ambiente em que elas se originaram quanto aquele em que elas foram recebidas e as formas de circulação, que, ao mesmo tempo, distanciam e conectam os dois contextos.

Para a plena compreensão de um texto, portanto, seriam necessários completo conhecimento sobre os contextos de formulação e recepção. As tradições intelectuais e o ambiente acadêmico de cada momento e lugar seriam fatores importantes para essa análise, mas não resumiriam tudo que está em jogo. Acontecimentos dos campos social, cultural e econômico estabelecem, sem dúvidas, condições e problemas para a “academia” que também precisariam ser levados em consideração.

Assim, nos termos de Bourdieu, o contexto originário de um texto ou de um conjunto de ideias deveria ser analisados nos termos de seus tempos e geografias, ou seja, dentro da lógica em que estão inseridos. O objetivo disso seria, principalmente, identificar porque e a que as proposições de um sociólogo são uma resposta, questionamento cuja resposta nem sempre está explícita nos próprios textos. Mais do que isso, pode ser que o próprio autor não saiba precisar, pois podem se tratar de tendências mais amplas com as quais ele lidou de forma não totalmente consciente ou cujas particularidades não o marcaram. Para que as cores de borboleta se tornem uma questão para o biólogo, ele precisa saber que existem borboletas de várias cores. Como ele poderia formular uma questão sobre isso se, por toda sua vida, conviveu em ambientes em que todas as borboletas são pretas? Analisar a circulação de ideias significa, de certa forma, transformar os textos científicos em fontes primárias.

Esse “procedimento” para a análise da circulação de um texto entre dois contextos temporais e geográficos nos serve para construir a abordagem desse trabalho. A plena compreensão da circulação de *uma* ideia demandaria uma tarefa considerável, mas a situação se torna ainda mais complicada se considerarmos que nenhuma ideia circula sozinha e que, em sua circulação, ideias e textos se comunicam e se alteram ao serem relacionados com outras ideias e textos. Ao apontar isso, podemos pensar em equívocos e distorções das proposições originais, mas o mesmo acontece simplesmente por meio da aplicação das ideias para analisar novos contextos.

Nesta pesquisa, elegemos focar a análise nos processos de *leitura* das ideias da “Escola de Chicago” de Sociologia por Anhaia Mello e logo percebemos que havia um componente particular no fato de estudarmos como um urbanista, formado na Engenharia Politécnica, lidou com os conteúdos da Sociologia. Tratava-se da transposição disciplinar, aspecto que está no cerne do campo do Urbanismo.

Questionamos se a transposição é automática, se Anhaia Mello é o responsável por ela e, também, se uma mesma ideia pode gerar uma ou mais transposições.

Quadro 1 - Estudo da circulação de ideias

O formato do trabalho se assemelha com um estudo comparativo. Por um lado, analisa-se o contexto e as formulações originais da “Escola de Chicago”, a circulação de suas ideias nos meios intelectuais e profissionais e sua apropriação no contexto do Urbanismo paulista de meados do Século XX e em meio à trajetória de Anhaia Mello.

O título do trabalho destaca particularmente três aspectos que nos interessam na leitura. Primeiramente, a **apropriação** de ideias da “Escola de Chicago” por Anhaia Mello. Isto é, o que ele toma de sua produção e o que deixa de lado. Além disso, interessa-nos discutir a **transposição** das ideias da Sociologia, a partir desse estudo de caso, para um discurso urbanístico, de algo que, embora possa conter em sua concepção ideais melhoristas, não se pretende “prático” para uma fala sobre como mudar diretamente as cidades. Em meio a essa reflexão, interessa-nos perceber **interpretações** que podem eventualmente desconectar o uso das ideias da “Escola de Chicago” de seu propósito e esquema original. Buscamos, especificamente, entender de que modo, no processo que envolve a apropriação e a transposição de temas, conceitos e reflexões da “Escola de Chicago”, Anhaia Mello se distancia do tom otimista do programa de pesquisa de Park e Burgess.

No capítulo 1, exploramos o papel da circulação de ideias na estruturação do Urbanismo. A partir da discussão sobre o cenário internacional, abordamos o caso brasileiro, situando que o período em que ele se encorpou coincidiu tanto com a atuação de Anhaia Mello, quanto com a intensificação da apropriação de referências norte-americanas. A transposição de ideias é analisada a partir das reflexões de Christian Topalov (2015) e, longe de uma exceção, aparece como um dos elementos característicos do Urbanismo.

No capítulo 2, partimos do questionamento sobre o que foi ou o que ainda é a “Escola de Chicago”. Reconhecendo que a “escola” é um rótulo criado *a posteriori*, mas que faz parte do imaginário de diversos campos das ciências sociais, puras ou aplicadas, adotamos a leitura de Eufrásio (2008; 2013) e Bulmer (1985a; 1984) de que teria havido um programa de pesquisa que orientou e caracterizou o empreendimento acadêmico coletivo que teve grande relevância na Sociologia americana do começo do século. Analisamos as ideias contidas no programa e caracterizamos a visão sobre a cidade que estava colocada naquele contexto: uma visão relativamente otimista que interpretava a metrópole como uma grande ferramenta de assimilação das diferenças.

O capítulo seguinte trata do Urbanismo de Anhaia Mello, sempre tendo em vista o foco em suas observações e análises acerca da questão social. Faz isso a partir de temas frequentemente explorados pela bibliografia: primeiramente a “divulgação” e a organização do Urbanismo como planejamento “compreensivo” presentes na ideia da “Árvore do Urbanismo” e, em seguida, a sua abordagem desconcentradora que teve a expressão “Planejamento Regional” como palavra de ordem no “Esquema Anhaia”. Com o objetivo de “dinamizar” a interpretação sobre o pensamento de Anhaia Mello, propomos uma periodização de sua atuação e, ao final, ressaltamos as continuidades e descon continuidades entre os momentos em que cada um dos aspectos dominou seu discurso. Argumentamos que na “Árvore do Urbanismo”, a discussão social é omitida, mesmo que Anhaia Mello já conhecesse os textos de Robert Park e Ernest Burgess. Por outro lado, ela recebe grande destaque nas justificativas para “Esquema Anhaia”.

No capítulo 4, focamos no processo de leitura e no emprego dos termos, temas e abordagens da “Escola de Chicago” por Anhaia Mello. Destacamos, nesse momento, a desconexão entre o tom otimista de Park sobre o papel das metrópoles e a postura condenatória que Anhaia Mello reproduz a partir de outra referência norte-americana, Lewis Mumford. Tratamos também de que elementos que serviam, no caso americano, como hipóteses e eram fruto de observações locais, receberam no Urbanismo de Anhaia Mello o lugar de “leis naturais” sobre o funcionamento da cidade.

A partir do recorte da presença e apropriação de ideias da “Escola de Chicago” no Urbanismo de Anhaia Mello fomos capazes de reconhecer que, nas décadas de 1920 e 1930, seu discurso era marcado pelo foco em questões meio e técnicas, o que estava ligada a pretensa apolitização do campo, que visava convencer o público a confiar a seu tecnicismo a gestão dos “problemas” da cidade. Por outro lado, no período em que as ideias do “Esquema Anhaia” foram dominantes, diversos elementos sugerem um posicionamento quanto as disputas que acontecem na cidade. Nota-se, assim, uma politização do espaço. No entanto, o urbanista retrata não a cidade real de São Paulo, com suas próprias características e questões, mas uma cidade genérica, produzida a partir da transposição das ideias formuladas como hipóteses para Chicago.

1. A circulação de ideias sobre o Urbanismo

Neste capítulo discutimos a circulação de ideias no Urbanismo sob dois pontos de vista. Destacamos, na primeira parte, que o campo especializado se formou entre o final do Século XIX e as primeiras décadas do século XX, em meio a um profundo fluxo de trocas internacionais, no qual ideias e conceitos eram apropriados e retrabalhados, e resultando em elementos distintivos. O Brasil, embora sem uma tradição de ordenamento urbano tão desenvolvida como de algumas das potências europeias, fazia parte dessa rede internacional e viu a estruturação de seu próprio campo do Urbanismo por volta das décadas de 1920 e 1930. Anhaia Mello foi ator importante desse período e, como outros, deixou de priorizar as referências e reflexões francesas e tornou seu olhar para os Estados Unidos.

Na segunda parte, discutimos outro âmbito da circulação de ideias pertinente ao Urbanismo: a transposição de conceitos e leituras das ciências sociais, teóricas ou empíricas, para o âmbito da ação de intervenção e de gestão das cidades. Introduzimos isso como um aspecto-chave do Urbanismo por meio das reflexões de Christian Topalov (2015) acerca dos significados e do contexto em que o campo se desenvolveu.

1.1. A circulação internacional de ideias na base do Urbanismo

Intervenções e saberes sobre cidades existem desde a antiguidade, porém, a partir do Século XIX, um campo específico se desenvolveu, marcando inovações frente ao cenário anterior. De acordo com Choay (2010, p. 18), diferente das “artes urbanas”, esse campo (a) tinha a cidade como objeto de um saber especializado, ao invés de objeto de análise de generalistas e (b) tratava de ideias que iriam (ou tentariam) ser aplicadas. Era, portanto, dedicado à prática. Nessa dissertação chamaremos esse campo de Urbanismo, pois esse é o termo que historicamente o tem designado no Brasil.

Para a constituição desse campo, a circulação internacional de ideias foi fundamental. Calabi situa o “período de formação do Urbanismo com características autônomas” entre os anos de 1859, quando Cerdà publicou “Teoria de Construção da Cidade”, e 1913, véspera da Primeira Guerra Mundial. Ela ressalta que naquele momento foram “definidas as grandes “questões” do Urbanismo e os setores (correspondentes a capital, fontes de financiamento, gestões diferentes) através dos quais a cidade do Século XIX [seria] projetada e construída” (Calabi, 2015, p. 03). Então, se estabeleceu

“uma espécie de sociedade urbanística internacional ativa e ocupada em divulgar seu raio de atuação e em organizar circunstâncias propícias para comparação e trocas. Passa-se do levantamento de “questões” polêmicas à divulgação das mesmas. Não

existe dúvida que nos anos da virada do século é desenvolvida uma “Internacional do urbanismo”, onde o nível de trocas entre diversos países europeus torna-se um ponto de referência das ações e das diretrizes políticas, como em uma arena onde diversos pontos de vista nacionais competem” (Calabi, 2015, p. 03-4).

Diversos canais de troca se formaram na constituição dessa internacionalidade: eventos como congressos, exposições e seminários, nos quais profissionais viajavam e se encontravam, revistas e publicações especializadas, além de livros e tratados amplos. De início, o Urbanismo recebeu espaço em eventos generalistas, como as exposições universais, mas por volta de 1910 já era possível verificar a ocorrência cada vez mais frequente de eventos “urbanísticos”, dedicados especificamente ao campo (Calabi, 2015, p. 05-6).

Se a circulação internacional de ideias esteve na base do estabelecimento do campo, os termos utilizados nas mais diversas línguas para designá-lo ilustram como ele se estabeleceu a partir da diversidade e da interação entre tradições e culturas diferentes de intervenção sobre a cidade: *Städtebau*, no alemão, *Town* ou *City planning* nos países anglófonos e *Urbanistica*, em italiano (Mello, 1933g, p. 209; Calabi, 2015, XXV-XXVIII), além de *Urbanisme* na França.

O termo inicialmente utilizado na América Latina¹³, Urbanismo, foi importado do francês, língua na qual sua primeira aparição aconteceu somente no começo do Século XX. A raiz corresponde ao latim *Urbs*, que significa “cidade”, mas remete particularmente a seu aspecto físico. *Civitas* designaria o seu aspecto humano (Mello, 1933, p. 210). De acordo com Ribeiro,

“[...] entre os anos 1900-1910, a cidade é transformada em objeto global de saber e intervenção. As palavras ou expressões urbanismo, city planning ou ciência da cidade começam a ser utilizadas na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Período que precede em 10 anos o surgimento da Ecologia Humana na chamada Escola de Chicago” (Ribeiro, 2015, p. 16).

Aborda um aspecto do que se convencionou chamar da circulação internacional de ideias, buscando compreender com um estudo de caso algumas suas características para discutir o Urbanismo. Mesmo que se trate de um exemplo de meados do Século XX, olhar para ideias, vencedoras e vencidas, implica dialogar com práticas e conhecimentos ainda presentes atualmente.

Tratar da circulação de ideias costuma ser interpretado, em um campo que se estrutura em torno da perspectiva de intervir no espaço, como discutir teorias antes de práticas. Deve-se ter em mente, entretanto, que sem a integração dos dois aspectos não seria sequer possível tratar do campo do Urbanismo. Mais do que uma “vitória das boas ideias”, ou de teorias e métodos corretos, verificam-se

¹³ Urbanismo, utilizado em português e espanhol, tem uma origem francesa. Cerdà falou de uma ciência da urbanização, mas não utilizou o termo Urbanismo.

condições desiguais de poder, múltiplas frentes de atuação e procedimentos variados. A qualidade das ideias, as formulações, interpretações e sua aplicação em intervenções sobre as cidades não são desimportantes, mas lidar com o tema significa reconhecer relações de poder em diferentes níveis.

A obra de Cerdà oferece um interessante exemplo sobre a relevância da análise da circulação de ideias no Urbanismo. Pioneiro, ao publicar a “Teoria geral da Urbanização”, em 1867, produziu o primeiro tratado de Urbanismo (Calabi, 2015, p. 27) e criou o neologismo “urbanização”. Naquele trabalho, inclusive, já colocava o duplo sentido que também caracterizaria a ideia de Urbanismo no século XX¹⁴. Urbanização era, para Cerdà, tanto conhecimento sobre a cidade e da concentração de população quanto o projeto de expansão de sua área¹⁵.

Na produção do engenheiro catalão, já era possível identificar a pretensão de uma intervenção baseada em preceitos científicos de análise e a intenção de lidar com a cidade como um todo, já que se projetava sua expansão. Apesar disso, sua produção circulou pouco e quase não foi conhecida nos contextos anglófonos e germânicos até meados do Século XX, cerca de cem anos depois da publicação “*Teoria General de la Urbanizacion*” (Bresciani, 2015, p. 45; Choay, 2010b, p. 267), o que foi fruto de condições que transcendiam a qualidade de suas reflexões e propostas¹⁶.

Ward (2003, p. 40-1) menciona que já no contexto da remodelação de Paris, Haussmann teria procurado Cerdà para adquirir seus planos e estudos sobre Barcelona. O catalão não teria aceitado a proposta, decisão que talvez lhe tenha furtado a difusão de sua obra por décadas, enquanto o caso parisiense se tornou um dos mais reconhecidos modelos de remodelação urbana do Século XIX.

Em “*Re-examining the International Diffusion of Planning*”, Stephen Ward (2003) trabalha com apropriações (*borrowing*) e imposições (*imposition*) na circulação internacional das ideias do Urbanismo e estabelece seis categorias ideais do que caracteriza como a “difusão” do planejamento – três de imposição (negociada, contestada e autoritária) e três de apropriação: a sintética, em que elementos estrangeiros específico são reapropriados criticamente por uma tradição de planejamento

¹⁴ O Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP) apresenta 4 acepções do termo “Urbanismo” em língua portuguesa: Urbanismo (urbano + -ismo) - substantivo masculino: 1. Atração que a vida citadina exerce sobre a gente do campo; 2. Conjunto das questões relativas à arte de edificar uma cidade; 3. Maneira de expressão da gente das cidades; 4. Urbanização.

¹⁵ Segundo Bresciani (2015, p. 48), “Cerdà trilhou o caminho bem mais ambicioso de fundador de uma nova disciplina “a urbanização”, com o duplo sentido de conhecimento da condição atual do urbano e de disciplina normativa e operativa, designada depois como urbanismo. Formulou uma teoria com o que pretendeu serem “princípios da ciência urbanizadora” ou “ciência da urbanização”, tendo por base as duas funções essenciais, movimento e moradia”.

¹⁶ Choay (2010b, p. 267) menciona entre os fatores que contribuíram que a obra de Cerdà não tivesse uma “posterioridade direta”: ao contexto político e social da elaboração do Plano de Barcelona, às reações que surgiram sobre seu autor, assim como a própria extensão da obra (mais de 1500 páginas), que favoreceu que ela não fosse traduzida para outras línguas.

estabelecida; a seletiva, em que há a opção por emular de modo quase direto aspectos de determinadas práticas urbanísticas estrangeiras; e a apropriação não-diluída, em que mais do que “partes”, adota-se verdadeiros “pacotes” de prática urbanística estrangeira.

“Nesses casos, a tendência é de que se receba não só ideias ou inovações soltas, mas “pacotes” substanciais de práticas de planejamento. Isso significa dizer que essa apropriação tem sido acrítica e em geral com pouca ciência de todo leque de modelos externos alternativos disponível. Por sua vez, isto reflete um movimento local de planejamento pouco desenvolvido e, frequentemente, com alto nível de dependência da liderança de profissionais estrangeiros”¹⁷ (Ward, 2003, p. 49).

“Nesse contexto, as intervenções urbanas visaram principalmente criar uma nova imagem da cidade, em conformidade com os modelos estéticos europeus, permitindo às elites dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição. A modernização se torna então o princípio organizador das intervenções. Essa modernização terá, todavia, como sua principal característica a não-universalidade. De fato, as novas elites buscam desesperadamente afastar de suas vistas – e das vistas do estrangeiro – o populacho inculto, desprovido de maneiras civilizadas, mestiço. As reformas urbanas criam uma cidade “para inglês”” (Ribeiro e Cardoso, 2015, p. 59).

É a partir da década de 1930, no entanto, que se pode falar de um campo estabelecido do Urbanismo, de conhecimento e atuação profissional específicos, em São Paulo (Leme, 2015, p. 254). Olhando para o país como um todo, Ribeiro e Cardoso (2015, p. 64-5) identificam que a primeira concepção urbanística que se desenvolveu foi a de categorias do organicismo e do funcionalismo taylorista:

“[...] Resumimos abaixo suas características fundamentais:

- a. Concepção organicista na formulação do diagnóstico. A categoria meio natural e social organiza um discurso condenatório da realidade e sustenta a formulação da cidade ideal.
- b. Embelezamento, monumentalidade e controle social sobre o uso do espaço orientando a intervenção. Grandes operações de renovação/construção e normatização de práticas sociais” (Ribeiro e Cardoso, 2015, p. 64).

Na primeira oportunidade em que mencionou o tema na Câmara Municipal de São Paulo, em uma de suas primeiras sessões como vereador, com menos de trinta anos, Anhaia Mello parecia explicar aos colegas algo completamente novo. O tom professoral que sugeria que tudo que ele falava era inédito acompanharia toda a trajetória do urbanista, mas este discurso ilustra que não havia, naquele momento, um campo de saberes e intervenção sobre a cidade reconhecido pelo termo “Urbanismo”:

Sr. presidente, "urbanismo" é palavra que designa uma sciencia relativamente moderna, embora de origens muito remotas. Disse sciencia moderna, porque só modernamente foram systematizados os principios geraes que regem a composição

¹⁷ Tradução livre do autor de: “In such cases, the tendency has been to receive not just individual ideas or innovations but substantial packages of planning practice. As this implies, such borrowing has been rather uncritical and frequently with only very limited awareness of the full range of alternative external planning models that are available. In turn, this reflects a rather underdeveloped indigenous planning movement and, quite often, a high reliance on foreign planners to supply leadership”.

das cidades; mas convém notar que não é o "urbanismo" uma ciência que se tenha crystallizado no estado actual, mas uma sciencia que se renova e aperfeiçoa continuamente, como precursora dos progressos urbanos. Suas origens são remotas porque datam do primeiro agrupamento de individuos a cujas necessidades communs foi mister attender. [...]

Até ao último século, nota Auburtin, as transformações urbanas apenas seguiam imperfeitamente as necessidades mais imperiosas da vida: hoje, é dever do urbanista prever as necessidades futuras.

O verdadeiro urbanismo é, pois, uma sciencia nascente, creada pela complexidade das necessidades das cidades modernas (Mello, 1920).

O Urbanismo praticado na França teve relevância para o desenvolvimento do campo no Brasil e a adoção de uma versão traduzida do neologismo *urbanisme* é ilustrativa desse fato. Tanto profissionais quanto escritos franceses circularam e tiveram muito destaque em vários momentos da trajetória de consolidação do campo no país. Bouvard, embora "de passagem" por São Paulo, foi tratado como autoridade e desenvolveu um projeto para o Vale do Anhangabaú (Leme, 2015; Simões Jr, 2004)¹⁸; Agache foi contratado para elaborar o plano para o Rio de Janeiro; Le Corbusier, por sua vez, desenvolveu propostas e ministrou palestras para o Rio e para São Paulo, buscando a oportunidade profissional de projetar a nova capital do país e lidou diretamente com a geração carioca da Arquitetura Moderna. Décadas mais tarde, o Padre Lebreton teve grande relevância nas pesquisas sobre as condições de moradia em diversas cidades do país, como Recife e São Paulo (Angelo, 2013).

Donat-Alfred Agache, profissional francês ligado ao Musée Social, foi apontado desde cedo como o "inventor" do termo *urbanisme* (Mello, 1928b, p. 76). Apesar disso, encontra-se referência de Gaston Bardet atribuindo sua primeira aparição a um escrito de P. Clerget (Choay, 2010, p. 2 – nota 4) de 1910. Em artigo de 1913, publicado no jornal *l'Excelsior*, Agache dava ao termo sua acepção mais frequente nos dias de hoje ao apontar que:

"O Urbanismo é uma nova ciência da construção e do planejamento das cidades... É uma ciência de aplicação, pois possui, essencialmente, uma utilidade prática: controlar o desenvolvimento e o crescimento das cidades [...]"

O Urbanismo integra o conhecimento dos técnicos, do sociólogo, do engenheiro, do legista e, sobretudo, do higienista[...] Esforçamo-nos hoje em reunir todos os documentos que possam servir à elaboração de um corpo de doutrinas calcado na observação, na análise e na comparação; espera-se que estas doutrinas sejam transpostas para o domínio prático e que nossas cidades francesas, tão pitorescas em sua evocação do passado, sejam planejadas de tal forma que seu futuro possa ser feito de nosso presente" (Agache apud Bruant, 2015, p. 170)

¹⁸ Bouvard desenvolveu um terceiro projeto para o Anhangabaú que encerrou o conflito entre técnicos municipais e estaduais acerca das intervenções no vale. Para uma descrição da atuação de Bouvard, ver Simões Jr, 2005, p. 129-36.

A definição de Agache, surpreendentemente abrangente, é prova de que o campo de saberes que estava se estruturando naquele momento tinha a multidisciplinariedade e a internacionalidade como características. Iniciativas que estavam ocorrendo em várias partes da Europa e da América do Norte, não só na França, podem ser englobadas na delimitação. Fato marcante da consolidação do campo foi, em 1914, o registro da Sociedade Francesa de Arquitetos Urbanistas, na prefeitura de Paris¹⁹.

No Brasil, o termo passou a ser utilizado de modo relevante a partir de seu emprego pelo engenheiro luso-brasileiro Victor da Silva Freire, em 1918, sete anos depois da apresentação de “Os Melhoramentos de São Paulo” (Freire, 1911), um texto inovador que já apresentava muito da ideia do que seria compreendido como Urbanismo no país nas décadas seguintes. Em “Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitação (alturas e espaços). Um capítulo do urbanismo e de economia nacional”, publicado no Boletim do Instituto de Engenharia, o termo apareceu pela primeira vez em seu sentido atual (Leme, 2015, p. 248). Menções anteriores ao termo até podiam ser encontradas nas páginas de jornais dos anos anteriores, mas não designavam o campo especializado²⁰.

Vitor da Silva Freire teve amplo contato com a produção francesa sobre o Urbanismo. Simões Junior (2004, p. 127-8) ressalta treze principais nomes que este urbanista tinha como referência, sete dos quais tinham origem francófona²¹ e cogita que seu contato com a obra de Camillo Sitte, fundamental

¹⁹ Ela havia sido gestada nos três anos anteriores.

²⁰ No Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, encontramos, no entanto, na edição de 12 de Dezembro de 1908 (p. 1), em uma reflexão que demonstra preocupação higienista de Manoel de Sousa Pinto: “A Esthetica das capitães – essa sciencia do urbanismo, ainda sem nome assente – empurrada pela asthmatica sede de ar de antigos, errados planos, tem, e com louvor, cingindo-se o mais possível às exigências do seu tempo, obedecido ultimamente a um critério de multidão e liberdade”.

Mais comum, nas edições da época, era que o termo urbanismo se referisse a urbanização, a suas causas e a seus desdobramentos. Em edição de 26 de maio de 1911 (p. 2) do Correio Paulistano, por exemplo, o delegado da Diretoria de Instrução Pública, Oscar Thompson relata que constava ao secretário do Interior: “É conhecido entre nós o êxodo da população rural para a cidade, formando o que agora se denomina o urbanismo, e assim também a preferência que ainda na escola primária os educadores manifestam pelas carreiras liberaes”. Dois anos depois, na edição de 5 de abril (p. 6), Alcântara Machado mencionava os “males do urbanismo”.

A primeira menção que encontramos ao termo “urbanismo” acontece em texto assinado com as iniciais M.C., a quem não fomos capazes de identificar. Com o título de “Raças Inferiores e Raças Superiores – II” e publicado em 29 de janeiro de 1907, como sequência de artigo publicado quatro dias antes, aponta que “depois de um capitulo em que passa em revista o quanto deve a civilização (sic) aos vários povos, [Napoleone] Colajanni estabelece uma serie de interessantíssimos paralelos demográficos provando que todos eles (nascimento, mortalidade, emigração, urbanismo, etc) desmentem a distinção entre raças superiores e raças inferiores”.

²¹ Pierre L’Enfant, Fustel de Coulanges, Charles Buls, Eugene Henard, Arthur Virendeel, George-Eugene Haussmann, Joseph-Antoine Bouvard.

para as propostas do brasileiro, tenha se dado por meio da primeira edição francesa de *Der Städtebau* (*Las Construccions des Villes*)²².

De fato, a França teve por muito tempo relevância especial mesmo em países que não eram suas colônias, como o Brasil. Isto esteve ligado a fatores que transcendem a mera avaliação da qualidade das propostas dos profissionais daquele país, dentre os quais ações que visavam difundir determinados valores e conhecimentos para o resto do mundo.

A produção francesa era bem vista e circulava no país quando o campo do Urbanismo estava se consolidando. Havia uma tradição de trocas e de presença da França no Brasil e em outras partes da América Latina que remetia ao período colonial. Desde o século XVII, Pechman (2015, p. 347) ressalta, missões, profissionais e intelectuais daquele país passavam pelo país – como Taunay, Debret, Lebreton e Granjean de Montigny – e com isso estabeleceram-se redes de contatos e negócios. O parâmetro de modernidade das elites brasileiras foi, por muito tempo, o que estava acontecendo na França. Em escrito de 1946, Donald Pierson (1970 [1946], p. 70) relatou que a língua francesa era a mais difundida na academia²³.

Além disso, os reformadores das cidades franceses estavam atentos às experiências e aos processos de urbanização internacionais e usavam isso para aprimorar seus conhecimentos, mas também para se promover no “novo mercado de trabalho” que se constituía no campo do projeto e do planejamento urbano. Pechman (2015, p. 345) ressalta que o “*Musée Social*” parisiense foi importante para a constituição de um campo que tem a internacionalidade como um ponto central, por conta da “difusão” que causou de seu discurso e técnicas.

“A ação sistemática do museu social de conhecer a realidade urbana na Europa, em particular na França e nas colônias francesas e também em outras regiões do mundo, fará da França o centro de divulgação e também de debates das teorias urbanas. Como já assinalei, o mapa da expansão das ideias urbanísticas pelo mundo e a adoção do urbanismo como linguagem e técnica de intervenção em diferentes realidades urbanas nos quatro quadrantes da terra parece coincidir com o trajeto estabelecido pelas viagens de missões dos urbanistas do museu social” (Pechman, 2015, p. 345).

²² As outras referências que indica são de profissionais alemães e um americano. Se Victor da Silva Freire só teve contato com a produção de Camillo Sitte em uma versão traduzida para o francês, é provável que o mesmo valha para textos e exemplos da produção dos urbanistas alemães.

²³ Pierson apontou que, ao começar a ensinar na ELSP, “sentia a falta, em português, de materiais de leitura e estudo no campo das ciências sociais. [...] grande parte da bibliografia científica, nestas disciplinas, se acha impressa em outras línguas, especialmente em inglês, alemão e francês. Felizmente, meus alunos podiam ler com facilidade o último desses idiomas; o alemão e o inglês, porém, apenas um ou outro aluno podia ler. Para o máximo êxito possível do ensino, considere, então, trabalho inicial, necessário e fundamental, o de fazer traduzir para o português, ao menos uma parte da “nata” dessa extensa bibliografia”. (Pierson, [1946] 1970, p. 7)

Barone (2018b [2007], p. 82) adentra essa discussão e identifica, por exemplo, que dois artigos de Hénard publicados pelo Museu Social continham linhas de argumentação e estratégias que Pires do Rio, Prestes Maia e Bouvard tentaram aplicar em São Paulo a partir da década de 1910.²⁴

A influência francesa foi relevante para o caso brasileiro, mas não explica a totalidade da experiência que se desenvolveu no país nos últimos cem anos. Se houve intervenções Haussmanianas em cidades como o Rio de Janeiro, o sistema de governança urbano adotado no Brasil, por exemplo, não reflete o francês. Jamais houve, por exemplo, um equivalente nacional à Lei Cornudet²⁵. Mesmo na própria França, o desenvolvimento do campo não foi totalmente endógeno e aquilo que Agache teve o mérito de circunscrever se baseava em referências plurais, da observação de várias partes da Europa. Donatela Calabi (2015, XXIII) cita uma série de obras que antecedem ao uso do termo *urbanisme* na França, mas marcaram os conteúdos inovadores que estavam sendo levantados: a *Teoria General de la Urbanización* (de Ildefonse Cerdà), *Der Städtebau* (os dois livros, o de Camillo Sitte e o de Joseph Stübben), *Garden-cities of to-morrow* (de Ebenezer Howard), as *surveys* de Patrick Geddes e *Une Cité Industrielle* (de Tony Garnier). A lista dos “pré-urbanismos” de Françoise Choay (2010) é ainda mais ampla e igualmente internacional.

A análise da obra de dois dos principais urbanistas que se seguiram a Victor da Silva Freire em São Paulo, Prestes Maia e Anhaia Mello, revela de início a pluralidade de referências que estava colocada no começo do Século XX e sugere que havia, no caso brasileiro, apropriações seletivas e confrontação de propostas desde o momentos da constituição do campo do Urbanismo.

De acordo com Leme (2015, p. 254), a partir dos anos 1920, quando a atuação desses profissionais começou a se destacar, o campo de conhecimento passou a ser objeto de reflexão teórica e rigor conceitual. No Plano de Avenidas de Prestes Maia (1929), documento que provavelmente mais afetou a forma urbana de São Paulo no Século XX, as ideias de Eugène Henard – fundador da sociedade de arquitetos urbanistas da França junto com Agache e outros profissionais – foram conciliadas com as do alemão Joseph Stübben (Barone, 2018, p. 70-4; Leme, 2009, p. 79-80). A presença francesa estava

²⁴ Segundo seu estatuto, “[o] museu social é uma fundação privada francesa instituída com o objetivo de “colocar gratuitamente à disposição do público os documentos, modelos, planos, estatutos, informações, etc., das instituições e organizações sociais que tem por objetivo e por resultado melhorar a situação material e moral dos trabalhadores”. Entre os principais meios de ação, essa sociedade se propunha fazer “exposições permanentes de economia social, criar uma “biblioteca e uma sala de trabalho”, organizar “conferências, cursos e demonstrações orais” e “missões de estudo e de pesquisa na França e no estrangeiro” além de promover comunicações, consultas técnicas, publicações, prêmios e medalhas” Barone (2018 [2007], p. 74).

²⁵ A Lei Cornudet foi um dos grandes marcos do planejamento territorial na França e no mundo. Apoiada pelos membros do *Musée Sociale*, ela impôs em 1919 a obrigação de estabelecimento de planos de ordenamento e expansão para diversas cidades da França.

ali, mas colocada lado-a-lado com a germânica, que também se tornaria central no campo do Urbanismo no Brasil.

Em um período de três anos, identificam-se duas marcas do princípio de uma “institucionalização” do Urbanismo em São Paulo, ligadas à figura de Anhaia Mello: em 1926 foi criada a cadeira “Estética: Composição Geral e Urbanismo I e II” (Siqueira, 2015b, p. 62), a primeira sobre o tema na Escola Politécnica²⁶, da qual ele era o lente-titular e, em 1929, foi instituída, sob sua presidência, a divisão de Urbanismo no Instituto de Engenharia.

Naquele contexto, Anhaia Mello ministrou um ciclo de palestras entre os anos de 1928 e 1929, em São Paulo (agrupadas em Mello, 1929d), em que ele se declarava “em uma campanha cívica de divulgação dos princípios gerais do urbanismo” (Notas, 1929a). Apresentava para um público de pares engenheiros e membros da elite paulistana diversos conceitos, fontes e desenvolvimentos das reflexões sobre a intervenção sobre a cidade²⁷. Segundo ele:

“Conhecer os princípios do Urbanismo já é alguma cousa, mas de nada servirá, si não houver vontade deliberada de os praticar, si o coração não colaborar intimamente com a intelligencia.

E por isso penso que o nosso lemma deva ser aquella phrase de Lethaby, que já tantas vezes citei:

“We have to begin to begin with the formation of town psychology and civic desire”
[...] Essa psychologia urbana só a formaremos pela propaganda dos principios do Urbanismo; apostolando esse novo evangelho de regeneração physica e social” (Mello, 1929i).

Anhaia Mello valorizou o modelo das cidades-jardins desde cedo em sua trajetória, conforme Somekh (2014, p. 79) verifica ao analisar a documentação da disciplina de “Estética: Composição Geral e Urbanismo I e II”. Tratava-se de uma referência de origem britânica, amplamente difundida desde a passagem do século, que chegava no Brasil por diversas vias – entre elas pela atuação da Companhia City e de Barry Parker, arquiteto que participara da criação de Letchworth, a “primeira cidade jardim”, e depois de projetos de loteamentos em São Paulo.

Mas de modo amplo, o urbanista foi pioneiro em destacar a experiência norte-americana. Feldman (1996, p. 224) identifica que os conteúdos com essa origem presentes desde cedo em suas falas repercutiram, a partir de 1947, tanto na organização administrativa de setores da prefeitura em torno

²⁶ A outra faculdade de engenharia que existia em São Paulo naquele momento, a Universidade Mackenzie, havia criado uma cátedra autônoma sobre Urbanismo em 1923. Ela era obrigatória no curso de engenheiros arquitetos e optativa no curso de engenharia civil (Birkholz, 1967, p. 97)

²⁷ Na década de 1920, Anhaia Mello apresentou e discutiu instrumentos de controle do território, como o *zoning*, mas também lidou com aspectos da gestão das cidades, discutindo sobre formas de governo, instrumentos de financiamento de serviços públicos e intervenções, entre outros. Ver Mello, 1929d; Mello, 1930c e Mello, 1933c.

do instrumento do plano, como na construção de uma ideia de zoneamento abrangente para São Paulo. Em 1929, Anhaia Mello apontou como julgava pertinente lidar e aprender sobre o Urbanismo:

“Examinemos como os outros resolveram e procuremos aplicar, com intelligencia e não servilmente ou por mero espírito de limitação, os nossos methods e processos que se adaptem às nossas condições locais.

Não se pode dizer que os complexos problemas do moderno urbanismo tenham tido, em qualquer parte, solução perfeita e integral, porque não são equações que se armem definitivas, mas questões multifarias e multiformes, que sugem a toda a hora, se entretecem e entrosam nesse kaleidoscopio caprichoso que é a cidade moderna.

O que se pode afirmar e provar facilmente, com dados positivo, é que nossos actuaes problemas urbanos que ainda não resolvemos e parece não pretendemos resolver tão cedo, já foram integralmente resolvidos em grande número de cidades estrangeiras e principalmente nas americanas.

Estas são as que devemos imitar, não só pela paridade de situação, mas também pela excellencia do modelo” (Mello, 1929d, p. 13)

Esse trecho da transcrição de uma das palestras de Anhaia Mello no Instituto de Engenharia mostra, de um lado, um foco, até então pouco corriqueiro, na experiência e na produção dos Estados Unidos. Tratava-se de um momento em que aquele país ganhava relevância enquanto centro cultural, de modo que a crescente presença das referências norte-americanas não se limitava aos escritos desse urbanista ou mesmo ao seu campo, mas acontecia em vários setores da sociedade brasileira²⁸. Por outro lado, revela a preocupação de que não se “adotasse” sem mediações qualquer visão de outro país para o contexto nacional.

Uma ideia importante, ressaltada na fala de Anhaia Mello e ilustrada pela atuação de diversos profissionais no mesmo período, é de que para “constituir” o Urbanismo era necessário olhar o que estava acontecendo fora do país. Fica clara, assim, a pluralidade de fontes e de conteúdos relacionados às cidades que circulavam no Brasil nas primeiras décadas do Século XX. A necessidade de Anhaia Mello de justificar por que olhava para os Estados Unidos sugere que ele operava em um campo em que as fontes e experiências norte-americanas não eram hegemônicas, mas que havia, naquele contexto, diversas leituras e referências colocadas.

Essa breve reflexão permite-nos apontar alguns motivos pelo qual é preciso dedicar especial atenção à circulação de ideias e seu papel na construção do campo do Urbanismo no Brasil. Primeiramente, (a) o internacionalismo esteve na base da constituição do campo do Urbanismo, mas, como vimos, não se trata de um ambiente sem barreiras. Há condições desiguais de poder no relacionamento entre os

²⁸ Feldman (1996) destaca que a introdução do modelo americano na organização administrativa no Brasil que aconteceu em meados do Século XX, suplantando as referências francesas, não foi fortuita. Refletia a ressonância que ele teve em instituições como a Escola Politécnica e durante a Era Vargas, em que o DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público – moldava-se a partir do exemplo do governo nacional dos Estados Unidos.

vários saberes e formulações e, presume-se, vencedores e derrotados pelo meio do caminho de sua formação. O caso brasileiro é produto de interações de ideias que circulavam internacionalmente com o contexto nacional e de cada uma de suas principais cidades.

Além disso, a postura de profissionais como Anhaia Mello e Prestes Maia revela práticas que se situariam entre a segunda e terceira categorias de apropriação do modelo de Ward (2003)²⁹. Não podemos descartar a imposição de práticas estrangeiras no contexto nacional, mas devemos reconhecer que também houve algum espaço para “seleção” pelos profissionais brasileiros. O campo não se constituiu aqui a partir de uma só referência, ou com uma filiação clara a uma tradição de algum país específico, o que torna fundamental estudar as matrizes e as origens que compuseram o ambiente intelectual no qual se desenvolveu a experiência e a teoria nacional. Pluralidades e disputas ficam claras nos esforços de urbanistas como Anhaia Mello e Prestes Maia em selecionar elementos aqui e acolá e compor um instrumental que servisse ao contexto local, mesmo que na ausência de uma cultura previamente estruturada e homogênea de reflexão e intervenção sobre as cidades no país.

Reconhecer essa pluralidade e que houve disputas e seleção de conteúdos estrangeiros não descarta, de modo nenhum, a ideia de dominação e mesmo de influências estrangeiras ou imperialistas no Urbanismo brasileiro, porque, entre outros motivos, a prática de intervenções e ordenamento das cidades não acontece somente sob a égide de uma reflexão e avaliação das teorias dos “urbanistas”. No entanto, consideramos que esse reconhecimento abre caminho para analisar questões e aspectos do lugar e das implicações do Urbanismo que costumam ficar em segundo plano.

Se tratando de um contexto em que a prática urbanística não pode ser explicada pela mera imposição de um determinado modelo externo, as relações de poder envolvidas nos saberes e práticas da cidade se expressam também em disputas “teóricas”. Dessa forma, conforme aponta Leme (2000, p. 92)³⁰, “[...] ao se analisar o papel e o lugar das ideias estamos refletindo tanto sobre a formação do campo de conhecimento e prática profissional como do difícil processo de modernização das cidades brasileiras”.

²⁹ A imposição de práticas

³⁰ Leme (2009, p. 74) destaca que o Urbanismo é uma área teórico-prática “[...] com diferentes determinações e temporalidades para sua realização” e que “se acontecem transformações por meio do plano e do projeto [suas ferramentas], elas só podem ser percebidas e avaliadas na longa duração”. A nosso ver, essa característica reforça o lugar das ideias enquanto teorias em seu interior. Planos e intervenções se tornam referências e são elogiadas ou criticadas muito antes de começarem a realizar seus objetivos.

1.2. A transposição de ideias na base do Urbanismo

A temática da circulação internacional de ideias em qualquer disciplina oferece um cenário de questionamentos com potencial de revelar relações de poder e interesses que vão além da imposição explícita de um país sobre o outro. Destaca mecanismos de influência e difusão de problematizações, valores, métodos e soluções que operam de modo discreto, mas que não podem ser ignorados.

Em seu trânsito, é comum que as ideias e conceitos se alterem. Nesse fato, que tem diversas causas, reside o principal interesse no tema da circulação de ideias. A indicação de que uma arena “internacional”, baseada em diálogos, apropriações e ressignificações teve papel chave na constituição do campo do Urbanismo sugere que exista um caráter criativo e produtivo nessa circulação. A preocupação de Ward (2003) com a capacidade dos diferentes tipos ideais de difusão das ideias do planejamento de gerar tradições distintas e originais segue nesse caminho.

O principal aspecto que gera a transformação das ideias em seu trânsito é a diferença do contexto em que elas são gestadas e o ambiente em que elas lidas e apropriadas. Em palestra proferida na Universidade de Friburg, na Alemanha, em 1989, Bourdieu lidou com a questão e apontou que confusões e incompreensões são mais a regra do que a exceção no diálogo internacional (Bourdieu, 2000, p. 227).

“As pessoas têm a tendência a pensar que a vida intelectual é espontaneamente internacional. Nada pode ser mais distante da verdade. A vida intelectual, como todos os outros espaços sociais, é terreno para o nacionalismo e o imperialismo, e intelectuais, como quaisquer outras pessoas, constantemente espalham preconceitos, estereótipos, ideias recebidas e representações por demais simplistas que são alimentadas pelos acasos da vida cotidiana, como mal-entendidos, incompreensões gerais, e orgulhos feridos (como o que pode ser sentido por sentir-se desconhecido em um país estrangeiro)” (Bourdieu, p. 220).³¹

Nessa fala, o sociólogo chama a atenção para diversos aspectos corriqueiros que, embora recebam pouca atenção, podem afetar a interpretação sobre um autor, como quem assina o prefácio de sua obra e qual a linha editorial assumida pela editora que o publica em determinado país. Mais do que isso, exemplifica que podem simplesmente existir equívocos e problemas de interpretação baseados nas diferenças culturais e de tradução.

³¹ Tradução livre de “People often have a tendency to think that intellectual life is spontaneously international. Nothing could be further from the truth. Intellectual life, like all other social spaces, is a home to nationalism and imperialism, and intellectuals, like everyone else, constantly peddle prejudices, stereotypes, received ideas, and hastily simplistic representations which are fueled by the chance happenings of everyday life, like misunderstandings, general incomprehension, and wounded prided (such as might be felt at being unknown in a foreign country”

A questão fundamental da circulação de ideias, em sua visão, é o fato de que os textos circulam sem seus contextos de origem, ou seja, podem receber novos sentidos e funções – até mesmo contraditórios a seus originários – no ambiente de recepção. Ele cita três operações pelas quais uma obra estrangeira passa ao chegar a um novo país: (1) a seleção, (2) a “rotulação” (*labelling*) e (3) a leitura por si mesma. Como sociólogo, trata principalmente de escritos – principalmente livros –, mas suas considerações são válidas para a circulação de ideias em geral, independente do meio, se entendermos “leitura” em sentido amplo, como interpretação e compreensão.

“O sentido e a função de um trabalho estrangeiro são determinados não só pelo contexto de origem, mas em igual proporção pelo campo de recepção. Primeiro, porque o sentido e a função do campo original são frequentemente completos desconhecidos, mas também porque um processo de transferência de um campo doméstico para um campo estrangeiro é constituído de uma série de operações sociais. Há um processo de seleção (o que vai ser traduzido, o que vai ser publicado, por quem vai ser traduzido, quem vai publicar), um processo de “rotular” e classificação (frequentemente se trata de rotular um produto que anteriormente não tinha qualquer rótulo) pelos editores, a questão da série em que ele será inserido, a escolha do tradutor e do responsável pelo prefácio (quem apresenta o trabalho ganha certo tipo de posse dele, o envia com seu próprio ponto de vista, e explica como ele se insere no campo de recepção, raramente explicando onde e como se encaixa no campo de origem, já que as dificuldades envolvidas nessa empreitada são grandes demais); e finalmente o processo de leitura em si, conforme leitores estrangeiros tendem a compreender textos de formas diferentes, já que as questões que são interessantes para eles no texto são inevitavelmente resultado de um diferente campo de produção” (Bourdieu, 2000, p. 222).³²

A economia política da circulação de ideias e os diferentes contextos locais, de cidades e países, fizeram com que o Urbanismo se desenvolvesse em várias direções. Apesar de diálogos internacionais, não havia, no começo do Século XX, um cenário de absoluta convergência, mas surgia um campo com múltiplas formulações.

Revelar-se-á complicada, por isso, qualquer tentativa de circunscrever em detalhes o que seria o Urbanismo em escala global no começo do Século XX. Saberes, questões e definições diferentes sobre as cidades estavam colocados em cada contexto local e configuravam panoramas muito distintos. No

³² Tradução livre de “So the sense and function of a foreign work is determined not simply by the field of origin, but in at least equal proportion by the field of reception. First, because the sense and function of the original field are often completely unknown, but also because the process of transfer from a domestic field to a foreign one is made up of a series of social operations. There is a process of selection (what is to be translated, what is to be published, who it will be translated by, who will publish it), a process of labelling and classification (often the placing of a label on a product that previously has no label at all) by the publishers, the question of the series in which it is to be inserted, the choice of the translator and the writer of the preface (who in presenting the work will take some sort of possession of it, and slant it with his own point of view, and explain how it fits into the field of reception, only rarely going so far as to explain where and how it fits into its field of origin, as the difficulties presented by such an enterprise are too large); and finally the reading process itself, as foreign readers are bound to perceive the text in different ways, since the issues which are of interest to them in the text are inevitably the result of a different field of production”

entanto, uma prática de intervenção, seja ela de reforma ou de expansão urbana, de ação direta ou de controle, estava colocada como um de seus objetos principais e se relacionava com as condições da urbanização que emergia nos países centrais do capitalismo.

Ao estudo da constituição do campo do Urbanismo interessa, por isso, além da circulação internacional de ideias, também a análise da interação entre saberes especializados, de disciplinas diferentes, em seu interior. Chamaremos o processo segundo o qual ideias de uma análise, por exemplo, sociológica são apropriadas por um engenheiro, arquiteto ou gestor público para propor uma intervenção de **transposição disciplinar**³³.

A origem internacional do Urbanismo costuma gerar uma narrativa interior ao próprio campo especializado sobre a circulação de ideias, mas fatores globais, culturais, sociais e da economia política, entretanto, também devem ser levados em consideração para tratar deste tema. Fatores externos como estes influenciaram e condicionaram a maior parte da circulação de ideias dentro do campo – como é o caso da “tradição” de modernidade francesa no Brasil³⁴ – e caracterizam um outro âmbito da circulação que merece ser estudado.

De maneira ampla, o campo do Urbanismo se desenvolveu com base no questionamento e no ordenamento da expansão das cidades, que cresceram e tiveram suas funções alteradas principalmente por processos ligados à industrialização da produção. Lidar com os “problemas” daí decorrentes, do crescimento “de uma hora para outra” e do surgimento de questões novas ou de maior proporção do que antes, como o congestionamento, as epidemias, a provisão habitacional, foi uma das primeiras direções para a qual o Urbanismo se lançou.

³³ O termo “transposição” tem várias acepções na língua portuguesa e é empregado por várias disciplinas como conceito específico. Em geral, no entanto, trata-se de uma menção à “problemática de tirar algo de seu lugar “normal” e implantar em outro, em geral, gerando um incômodo de alguma natureza” (Ribeiro, 2009, p.20). O Dicionário Michaelis aponta 8 significados:

trans-po-si-ção. Sf. 1 Ato ou efeito de transpor(-se). 2 LINGUÍSTICA. Alteração da função original de um termo linguístico. 3 GRÁFICA. Colocação incorreta de letras, palavras ou frases num texto. 4 ÁLGEBRA. Operação que se faz trocando as posições de dois elementos de uma equação. 5 MÚSICA. Transcrição ou interpretação de uma frase musical em um tom diferente do original; transporte. 6 MEDICINA Transferência de parte de tecido ou de órgão de um local para outro, mantendo-se uma ligação com sua posição anterior, até que se dê sua implantação completa no novo local. 7 GENÉTICA Deslocamento de material genético para outra posição dentro do genoma. 8 ANATOMIA Inversão da posição normal de certos órgãos.

³⁴ Embora a adoção da derivação do termo francês *urbanisme* no Brasil possa ser visto como um evento casuístico e se possa considerar que outros termos, de outras origens, não tenham sido inicialmente adotados por questões menores, a relevância dos escritos e reflexões francesas no campo do Urbanismo que se articulava no país no começo do Século XX pode ser visto à luz de um contexto mais amplo, em que intelectuais e comitivas franceses circulavam entre os dois países desde o período colonial e que envolvia complexas relações culturais e econômicas.

O desenvolvimento do planejamento urbano esteve, na passagem do Século XIX para o Século XX, ligado a mudanças sociais que estimularam o surgimento de uma série novos saberes e disciplinas em vários âmbitos. Topalov (2015) relaciona o desenvolvimento do Urbanismo com a nova forma predominante de controle social que emergiu a partir daquele momento. Para a implementação desse novo mecanismo de controle social, que alterou a relação entre os vários grupos da sociedade, foram necessárias mudanças de representação que “recolocaram” os problemas e inventaram novos instrumentos de intervenção:

“As representações do outro são inseparáveis das técnicas de ação sobre o próximo. As categorias que permitem pensar a realidade social, e as práticas destinadas a modificá-las (saberes e poderes), formam todo um sistema. Os manuais de ciências sociais procuram apagar esta historicidade racial ao omitir toda referência às relações práticas dos “clássicos” com a sociedade de seu tempo, aos autores que, retrospectivamente, se consideram menores e às disciplinas pré-científicas” (Topalov, 2015, p. 33).

Sua narrativa dá conta de que, no Século XIX, conforme a organização popular aumentava, as questões de moradia e da cidade, entre outras, eram formuladas no âmbito da “questão social”. A noção de “classes perigosas”, comum entre a burguesia desde a revolução industrial, era parte daquele contexto e descrevia uma massa de população urbana pouco diferenciada que habitaria os espaços onde dominariam os flagelos sociais e dos quais surgiriam as ameaças. Com essa representação conviveu a dupla prática do modelo disciplinante-repressivo, baseada, por um lado, na violência estatal frente à rebelião individual ou coletiva e, por outro, em “dispositivos de assistência e de repressão destinados a atuar diretamente sobre os indivíduos e as famílias” (Topalov, 2015, p. 33).

Nos países em que o Urbanismo se desenvolveu mais cedo, no entanto, as “classes perigosas” começaram a ser vistas de modo dividido, “[a]o mesmo tempo, a “questão social” se fragmenta em uma série de “problemas sociais”, com a intenção de fazê-la desaparecer” (Topalov, 2015, p. 34). Para cada problema corresponderia um campo de conhecimento, uma especialidade e técnicas particulares.

Esse processo aconteceu conforme se desenvolvem, principalmente a partir de 1880, as ciências sociais, como a Sociologia e a Administração. Seus conhecimentos aparecem, de forma intimamente conectada, no interior do campo do Urbanismo. Nele, as diferentes disciplinas estabeleceriam os objetos e as relações causais para que as administrações especializadas pudessem “enfrentá-los” racionalmente (Topalov, 2015, p. 34-5). Com isso, uma nova forma de controle, científico-administrativa, se colocava junto ao modelo disciplinante-repressivo que já existia antes.

Os “problemas sociais” assim construídos pelos novos profissionais adquirem a qualidade de realidades objetivas, como pode comprovar qualquer mente livre de preconceitos. Ficam, deste modo, despolitizados e escapam ao âmbito das controvérsias fictícias e perigosas do enfrentamento democrático. Em pouco tempo,

personagens situados em pontos diferentes e inclusive opostos no leque político ou social adotarão uma linguagem comum que delimitará o terreno de seus enfrentamentos. Esse consenso reúne, em certos âmbitos e certos momentos, os conservadores, os liberais e os representantes do movimento operário, ainda que a permeabilidade desse último para com os temas da reforma se dê de maneira desigual, segundo as profissões e os países, sobretudo antes da primeira guerra mundial. Os diversos participantes adotam, frequentemente, uma linguagem oposta sobre os meios e, especialmente, a atitude do estado na aplicação das reformas. Também diferem, como é natural, quanto à formulação das finalidades últimas. Mas compartilham uma visão fundamental das necessidades, das normas de comportamento mais convenientes e das técnicas de governo do social” (Topalov, 2015, p. 37-8)

Os ideais de reforma não se limitavam a determinados grupos sociais ou vieses políticos, mas formavam um clima geral em prol de mudanças e de “resolução” de problemas. Isso não significa que seus conteúdos e meios fossem incontestes – ao contrário, havia muita disputa e visões divergentes sobre o que e como deveria ser feito –, mas é relevante destacar a existência de aspectos consensuais sobre o tema internacionalmente naquele período.

Interessa-nos que, apesar disso, os sociólogos não se voltaram para a prática imediata, como se buscassem instrumentos de apoio para a reforma. Ao contrário, pretenderam por vezes romper com a assistência social e os moralismos da pesquisa social anterior e se organizar em termos científicos, buscando a formulação de leis e conhecimentos que independessem das “razões práticas”. O “Melhorismo”³⁵ fez parte da concepção de muitos cientistas sociais do começo do século, mas isso não significava que eles tomassem a intervenção e a prática reformista como objeto de sua análise e atuação. Topalov (2015, p. 35) trata de um duplo processo – de conhecimento e mascaramento das realidades da vida popular.

“Essa dupla operação de saber e não saber desarticula as práticas que têm uma coerência para os diversos grupos populares e dá, aos elementos, convertidos em autônomos, um sentido diferente [...]

Observa-se um paradoxo. A ciência deve ser suficientemente “verdadeira” para localizar objetos pertinentes, com o objetivo de remodelar a vida popular; ao mesmo tempo, não pode corresponder à realidade, já que sua finalidade social consiste em exercer uma ação sobre seus objetos” (Topalov, 2015, p. 35-6).

Consideramos que o foco nos “problemas urbanos” que deu origem ao Urbanismo explica, em certo grau, sua internacionalidade. Questões semelhantes poderiam aparecer em cidades de um mesmo país, mas eram mais acirradas e tinham maior impacto nas grandes cidades industriais – as quais não estavam, na passagem do Século XIX para o Século XX, concentradas em uma só nação. Para encontrar um exemplo comparável e lidar com os congestionamentos ou a pobreza urbana de Paris seria mais

³⁵ O termo se refere à crença de que o humano, por meio do conhecimento, tem a capacidade de melhorar o mundo, alterando os processos “naturais”.

eficaz, de acordo com as novas formulações, analisar Londres ou Nova Iorque do que olhar para dentro da própria França.

O casamento entre ciência e administração a que Topalov faz referência revela um outro âmbito da circulação de ideias que merece atenção. Trata-se da análise de como as ideias são transpostas de uma disciplina para a outra. No Urbanismo, esse processo pode ser identificado, por exemplo, na relação entre, de um lado, o emprego de materiais e conteúdos da Sociologia, da Economia e da Geografia para “formular” problemas e, de outro, as intervenções, gestões e iniciativas que surgem a partir deles.

Ribeiro e Cardoso (2015), lidando com as formulações do sociólogo francês, realizaram um interessante exercício em que correlacionam as tendências dominantes do pensamento social sobre a cidade em cada momento com os modelos de planejamento que se desenvolveram no Brasil ao longo do século XX. Em termos de forma, a prática nacional parecia reproduzir a internacional, mas eles vão além e buscam identificar a presença da questão social, tão relevante para a constituição do *welfare state* em que o planejamento tem grande relevância, em cada uma das formulações. Concluem, no entanto, que, pelo menos até a contribuição do Padre Lebreton, esse tema ficava em segundo plano frente aos da modernização e da nação.

Ribeiro e Cardoso (2015) optaram deliberadamente por simplificar sua interpretação acerca do problema. Ao adotar postura generalizante, pode-se não se atentar para complexidades, mas isso permitiu que eles elaborassem uma das análises mais abrangentes do Urbanismo no Brasil. Ao mesmo tempo, entretanto, deixaram de analisar um elemento importantíssimo das circulações das ideias no Urbanismo que as formulações de Topalov (2015) sugeriram – a transposição de ideias, conceitos entre disciplinas diferentes.

Os autores analisam a formulação das questões do pensamento social, isto é, por exemplo, análise das conclusões do campo da Sociologia, e seu desdobramento em termos de propostas e intervenções, das “administrações especializadas”. Parecem, entretanto, supor que a relação entre esses conjuntos de elementos se tratasse de uma função bijetora, em que cada “formulação” de problema implicasse em um “modelo de planejamento”, e vice-versa. Nesse trabalho não tomaremos isso como pressuposto, pois interessa para as questões discutidas aqui compreender como Anhaia Mello lida com essa transposição, pois identifica-se de início que a “Escola de Chicago de Sociologia” foi evocada ao longo do Século XX para tratar de diversas propostas de planejamento.

Pode-se falar em transposição para tratar desse processo específico porque o “especialista” no Urbanismo não costuma ser o sociólogo ou o geógrafo que formula o “problema” em sua disciplina. Desse modo, alguém ou uma equipe que propõe uma “forma de controle” ou uma intervenção no

espaço urbano precisa se apropriar do “problema”, em geral genérico, e encontrar soluções que lidem com ele em termos locais.

A transposição disciplinar está no centro, portanto, desse aparato científico-administrativo que surge no começo do Século XX e do qual o Urbanismo faz parte. Após analisar a interação entre as ideias da “Escola de Chicago” e as leituras e propostas de Anhaia Mello, argumentaremos que as busca por “leis” e generalizações sobre o funcionamento da sociedade são muito caras aos Urbanistas, por exemplo, mas geralmente são simplificações de análises sociológicas mais profundas e essa desconexão não parece ser fruto de equívocos e acasos particulares, mas, sim, uma característica geral do campo.

2. A “Escola de Chicago” de Sociologia

A “Escola de Chicago” de Sociologia costuma ser vista como um empreendimento que teve grande relevância no estabelecimento da Sociologia como uma disciplina autônoma nos Estados Unidos, assim como sua produção tem sido interpretada como um marco importante para o desenvolvimento de campo multidisciplinar de estudos urbanos. No entanto, e embora todos os dicionários especializados consultados apresentem verbetes sobre o tema, há muitas formas diferentes de abordá-la e de circunscrever o que ela teria sido, assim como quais seriam suas contribuições mais relevantes.

A primeira questão que se encontra ao propor o estudo da “Escola de Chicago” de Sociologia é se houve, de fato, uma “escola” dessa disciplina em Chicago. Existe grande debate sobre se o empreendimento de pesquisa sociológica que teve seu centro nas figuras de Park e Burgess na Universidade de Chicago entre as décadas de 1910 e 1930 constituiu um elemento com características que o fizessem ser caracterizado desta forma. Questiona-se, por exemplo, o quanto o que teria acontecido naquele momento seria similar às *chappelles* francesas ou às escolas artísticas ligadas às academias. Dever-se-ia tratar aquilo como uma escola, uma tradição ou não seria possível sequer encontrar homogeneidade na reflexão daqueles sociólogos para que os agrupássemos em alguma dessas formas?

Apesar do conjunto de questionamentos e problematizações relacionados ao campo da história da Sociologia que envolvem o emprego da expressão “Escola de Chicago”, nesta dissertação optamos por utilizá-la para definir o recorte no qual focamos nossa análise dos textos de Anhaia Mello. Isso não significa que aceitemos que houve de fato uma escola de ciências sociais em torno da figura de Robert Park em Chicago, mas que reconhecemos que a “Escola de Chicago” existiu, ao menos, enquanto um rótulo que faz parte das histórias tanto da Sociologia, quanto do Urbanismo. A tarefa de analisar se ela foi, ou não, uma escola em termos de nomenclatura, não é objeto desta pesquisa.

Há dois motivos principais para que tenhamos optado por falar da “Escola de Chicago”, entre aspas, ao invés de fazer um recorte em torno de um ou mais dos pesquisadores que costumam ser relacionados a ela nesta análise: de modo amplo, porque (1) a “Escola de Chicago” está presente no imaginário dos estudos urbanos, mesmo que não tenha “existido” como tal entre as décadas de 1910 e 1930 (Topalov, 2007). Em temas urbanos diversos, que vão desde o planejamento e da criminologia, até os estudos de renda do solo, das relações raciais e do jornalismo, autores se filiaram ou se opuseram às propostas de Chicago.

Em um âmbito restrito, porque (2) Anhaia Mello lidou com um conjunto de proposições que estavam relacionadas com a atuação de Park e Burgess como parte de uma “unidade”. Só identificamos que ele tenha utilizado a expressão “Escola de Chicago” uma vez em seus textos (Mello, 1961 [1957]), mas menções à “ecologia humana” e aos “moldes ecológicos” aparecem mais vezes.

Existe um embaralhamento na mistura de proposições de autores que não estavam necessariamente convergindo em suas pesquisas no começo do século XX quando se evoca acriticamente o rótulo “Escola de Chicago” nos estudos urbanos. No entanto, este é um elemento constituinte da imagem deste rótulo no imaginário do campo. Trata-se de um elemento que complica a compreensão do que teria sido a atuação de Park e Burgess em seu próprio tempo, mas que já estava presente quando Anhaia Mello mais lidou com suas ideias. Topalov (2007, p. 7-8) destaca que as “tradições científicas” são formuladas por meio da “presentificação” do passado, fato que mais do que ser lamentado, constitui procedimentos que merecem ser analisados³⁶:

Neste capítulo, abordamos a “Escola de Chicago” a partir do que Eufrásio (2008; 2013) e Bulmer (1985a; 1985b) consideram que tenha sido o projeto de pesquisa que orientou e caracterizou o empreendimento acadêmico coletivo de pesquisa liderado por Robert Park e Ernest Burgess que teve grande relevância política, dentro e fora da academia, e constitui parte do imaginário de diversos campos do conhecimento até hoje.

A partir dessa abordagem, foi possível avançar além daquilo que costuma ser atribuído ao “rótulo” e compreender mais a fundo a postura sobre a cidade que estava colocada na década de 1920 nas proposições de Park e Burgess. No entanto, a caracterização desse programa de pesquisa também foi realizada *a posteriori* e, por isso, também pode ser problematizada, assim como outras abordagens podem servir de lente para compreender a “Escola de Chicago”.

A exposição se divide em três partes. Primeiramente, exploraremos o que está no cerne da discussão sobre o que seria a “Escola de Chicago”. Isso se faz necessário porque, embora haja algum consenso de que uma experiência relevante se desenvolveu a partir do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago no começo do Século XX, no seu auge, os principais atores não se declaravam

³⁶ De acordo com Topalov (2007, p. 07-8): “Seria, pois, apressado concluir que todos que a elaboraram, fizeram circular e utilizaram as representações sucessivas da “Escola de Chicago” tenham se equivocado, por ser este um objeto de ficção. Constitui sem dúvida um anacronismo: a “Escola de Chicago” nasceu em 1952 ou em 1964 ou em 1995, e não em 1920. [...] Por outro lado, a “Escola de Chicago” é, ao mesmo tempo, pertinente enquanto categoria de ação no campo da Sociologia norte-americana dos anos 1960, e depois em diversos lugares do mundo. Assim considerada, a “Escola de Chicago” constitui um elemento de análise eficaz dos campos científicos pelos quais ela foi apropriada e reinterpretada. [...] Numa perspectiva historicista, esses dois aspectos devem ser levados em consideração. Entendo “historicismo” pelo que, na história ou na Sociologia, se define em oposição ao “presentismo”: a posição espontânea dos estudiosos que narram uma história teleológica, isto é, do ponto de vista de sua pertinência atual para nós”.

como membros de uma “escola”. De fato, a ideia da “escola” foi uma caracterização *a posteriori*, produzida em grande parte pelos ex-alunos e pesquisadores do mesmo Departamento de Sociologia, que organizaram e reapresentaram textos e ideias da dupla.

Para os fins desta pesquisa, seguindo o arcabouço de Ward (2003) para a análise da circulação das ideias, não nos referimos aos estudos de sociólogos como Donald Pierson e Louis Wirth a partir da década de 1930 como parte da “Escola de Chicago”, mas consideramos que já fazem parte do processo de difusão das proposições dos primeiros autores.

Em seguida, analisamos as ideias apresentadas no programa de pesquisa elaborado por Robert Park e Ernest Burgess no princípio da década de 1920 com base nos três textos que Eufrásio (2008) elege como “fundadores”: *Introduction to the Science of Sociology* (Park e Burgess, 1969 [1921]), *The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment* (Park, 1925) e *The growth of the city: an introduction to a research project* (Burgess, 1925 [1922]).

Se houve um programa de pesquisa que serviu de ponto de partida para a “Escola de Chicago”, talvez não tenha havido um fechamento. As reflexões e trabalhos empíricos gerados a partir do programa de pesquisa seguiram em várias direções, de modo que não seria pertinente falar de grandes conclusões compartilhadas em nível coletivo. A “Escola de Chicago” não configurou, formalmente, uma teoria ou mesmo uma doutrina abrangente sobre a sociedade – fato que a distancia de uma corrente ou escola teórica, mas não impediu que suas reflexões e métodos se difundissem dentro e fora dos Estados Unidos. Discutimos as principais proposições da “Escola de Chicago” com isso em mente. Tratamos dos desdobramentos desse programa de pesquisa, sua existência na prática e do contexto em que aconteceu seu florescimento e consagração.

Finalmente, a última parte busca caracterizar a visão de cidade e do urbano que estavam colocadas no programa de pesquisa da “Escola de Chicago” a partir dos elementos discutidos. Esse esforço é significativo por conta do papel que suas proposições têm no imaginário do campo do Urbanismo e dos estudos urbanos. Sem uma definição em seu próprio tempo, considerada um “enfoque clássico” de estudos sobre o espaço urbano, mas ao mesmo tempo servindo de “guarda-chuva” para temas e abordagens diversas, busca uma visão do que estava de fato colocado nas proposições de Park e Burgess que tanto influenciaram o estudo das cidades. As ideias daqueles que foram os principais difusores dos textos e temas da escola no período pós-guerra parecem ter enviesado a interpretação do que Park e Burgess escreveram em um contexto anterior, tornando-os “autores que sempre parecem contemporâneos”, mas removendo-os de seu lugar e contexto de atuação.

A bibliografia consultada para que em uma dissertação de uma Faculdade de Arquitetura e Urbanismo fosse possível abarcar uma “escola” de Sociologia foi ampla. Por não se tratar de um mestrado sobre

métodos e pesquisas sociológicas, mas que tem como foco a apropriação de ideias pelo Urbanismo, buscou-se compreender o que o programa de pesquisa de Park e Burgess significou e frente a quais “problemas” da cidade se colocou. Mais do que discutir sua relevância e contribuições para o cenário atual, interessa-nos o fato de que por muitas décadas os urbanistas olharam para aquele conjunto de proposições dos sociólogos que estavam em Chicago nos anos de 1920 de modo especial e basearam suas propostas e interpretações sobre as cidades em suas pesquisas.

Os escritos de dois autores nacionais forneceram a base que permitiu a organização das reflexões, além de terem sido também de onde se pôde vislumbrar a bibliografia estrangeira sobre o tema: os professores Mario Antônio Eufrásio (1995; 2008; 2013) e Lícia do Prado Valladares (2005a, 2005b, 2010, 2018). A partir de análises de outros sociólogos sobre a “Escola de Chicago”, (como Bulmer, 1984; 1985a; Coser, 1980; Becker, 1996; 1999; Hinkle e Hinkle, 1954; Smith, 1988, entre outros), pudemos perceber seus métodos, questões e a inovação presente neles, ou seja, como respondia ao contexto intelectual em que estava inserida. Trabalhos do campo mais amplo dos Estudos Urbanos, com contribuições da História do Urbanismo e das cidades, por outro lado, situaram a “Escola de Chicago” para além das fronteiras disciplinares. Fundamentais, nesse sentido, foram as reflexões do sociólogo francês Christian Topalov, que sempre ressalta a historicização na compreensão da “Escola de Chicago” e da relação entre o desenvolvimento do Urbanismo e da Sociologia (2007; 2008; 2015).

2.1. A “Escola de Chicago” a partir do programa de pesquisa de Park e Burgess

Apesar de amplamente empregada na historiografia da Sociologia e dos Estudos Urbanos, a expressão “Escola de Chicago de Sociologia” não tem uma definição precisa, pois os personagens que costumam ser identificados como seus principais membros jamais se apresentaram ou se reconheceram como tal³⁷. No entanto, ela aparece em todos os dicionários especializados que foram consultados³⁸, mas é definida de modos diversos.

³⁷ Ruth Shonle Cavan (1983, p. 408), que entregou sua tese de doutorado em Chicago no ano de 1926, relata não se lembrar do emprego da expressão “Escola de Chicago” na década de 1920 e descreve conversa em que Everett Hughes apontou que essa classificação teria vindo de fora da cidade. Robert Park (1939, p. 265), falando ironicamente de si mesmo em terceira pessoa, aponta que os escritores responsáveis pela escola e pela doutrina da ecologia humana não tinham ciência que estavam criando uma escola e não pretenderam gerar algo que pudesse ser chamado de doutrina.

³⁸ O conjunto de citações a dicionários especializados revela dois aspectos relevantes sobre o uso da expressão “Escola de Chicago”. Por um lado, verifica-se que não há um consenso sobre seu emprego, já que cada um dos materiais de caráter enciclopédico consultados encaminha a discussão para uma direção diferente, o que tende a ser um reflexo de uma dificuldade em, de fato, conceituar ou descrever o que poderia ser agrupado sob essa

A dificuldade de entrar em consenso sobre o que teria sido a “Escola de Chicago” é alimentada pela relevância que a imagem das atividades desenvolvidas a partir do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago continuam tendo nos dias de hoje. Diversos autores, ao tratar de uma ampla gama de temas, seguem se apresentando em oposição ou em continuidade com os feitos daqueles sociólogos³⁹. Merkel (2014), por exemplo, situa a “Escola de Chicago” como o “enfoque clássico” dos estudos sobre segregação, enquanto Castells (1977, p. 16) apontou que, até o destaque marxista nos estudos urbanos nos anos 1970, os preceitos da “Escola de Chicago” dominavam os estudos sobre a estruturação do espaço urbano⁴⁰. Na criminologia, a “escola” também tem um lugar fundador (Hardyns e Pauwels, 2017). Michael Dear (2002) menciona ainda que “sua influência pode ser observada em ecologias da estrutura intraurbana, modelos de renda da terra, estudos de economias e deseconomias urbanas de escala e projetos de cidades e vizinhanças ideais”. Desse modo, muitas

expressão. Por outro, nota-se que, apesar de debates sobre as especificidades e detalhes de sua existência na prática, a “Escola de Chicago” é um objeto de análise bastante palpável, pelo menos enquanto ideia e categoria da história da Sociologia e dos estudos urbanos, aparecendo em todos os dicionários consultados.

The SAGE Dictionary of Sociology (Bruce e Yearley, 2006) ressalta o pioneirismo da empreitada ligada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, o primeiro dos Estados Unidos, que teria resultado no modelo ecológico da cidade como círculos concêntricos, mas também a pouca relevância que aqueles estudos teriam nos dias de hoje. The Dictionary of Urban Geography (Derek, 2009, p. 79), por sua vez, ressalta os métodos empregados e os temas tratados por três professores daquele departamento, Robert Park, Louis Wirth e Ernest Burgess. Eles teriam estabelecido uma abordagem própria, da ecologia humana, cujas pesquisas se desenvolveram entre as décadas de 1910 e 1930 e buscavam compreender a cidade como “produto da natureza humana”.

O Cambridge Dictionary of Sociology (Turner, 2006). também destaca a filiação dos sociólogos da Escola com o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago e ressalta a centralidade de dois personagens – além do já mencionado Robert Park, cita também William I. Thomas. Diferente do dicionário anterior, ressalta continuidade da tradição de pesquisa que teria se consolidado entre 1915 e 1935. The Penguin Dictionary of Sociology (Abercrobie et al, 1994, p. 51) ressalta o domínio da Universidade de Chicago sobre a formação e a produção sociológica no período entreguerras, bem como a pluralidade de temas que teriam sido tratados. Destaca a produção de uma Sociologia urbana e, também, da abordagem do interacionismo simbólico pela Escola. Robert Park, Roderick Mackenzie, Ernest Burgess e Louis Wirth teriam desenvolvido uma teoria urbana própria baseada no pressuposto de que cidades manifestam modos de vidas particulares, diferentes daqueles do campo, que poderiam ser explicados por meio da análise dos princípios da “ecologia urbana”.

O Dicionário de Sociologia – Guia prático da linguagem sociológica (Johnson, 1997), por sua vez, relaciona a “Escola de Chicago” com os métodos e ideias que se transformaram na perspectiva interacionista e ressalta a atuação de George Herbert Mead e William I. Thomas para isso, mas ressalta os trabalhos de Small, Park, Wirth e MacKenzie como aqueles que costumam ser lembrados quando se trata dela.

³⁹ A “Escola de Chicago”, de acordo com Becker (1999, p. 3), tem um caráter mítico aos olhos dos sociólogos contemporâneos, aparecendo como representação de uma “era de ouro” da origem da disciplina que estudam e como parte de uma tradição longa, contínua e coerente.

⁴⁰ Em “A Questão Urbana”, escreveu que: “thus, the theoretical effort of the Chicago School still dominates the apprehension of urban organization, in the literature and in practice, whether through a resumption of its classic themes or through the criticism and reactions it has provoked. Indeed, most of the theoretical alternatives proposed, which have this tradition as their frame of reference, merely give an inverted image, without redefining the actual terms of the question” (Castells, 1977, p. 116).

das interpretações sobre a “Escola de Chicago” estão ligadas a seus desdobramentos e ao uso que as ideias, métodos e imagens do começo do Século XX tiveram tardiamente.

A primeira menção à existência de uma “escola de Sociologia” em Chicago apareceu na década de 1930. Luther Lee Bernard (1930, p. 133), da Universidade de Washington, analisava a dominância de determinadas figuras frente às pesquisas na Europa e considerou que, naquele momento, havia somente um caso comparável nos Estados Unidos – o de Robert Erza Park no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago.

A “Escola de Chicago”, ou pelo menos sua primeira versão, na qual Park e Burgess eram os personagens centrais na década de 1920, aparece como um rótulo a partir da década de 1950, quando, em um momento de baixa, após a morte inesperada de Louis Wirth e as aposentadorias de Burgess e Ogburn, os acadêmicos que haviam seguido à “era de ouro” do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago elegeram uma “herança comum” a partir da qual eles se reconheciam.

A figura de Robert Park tem posição central nas reflexões sobre a Sociologia que se desenvolveu em Chicago no começo do Século XX e constitui, junto com a de Ernest Burgess, o núcleo em torno do qual se concentram definições sobre o que teria sido e quem teria participado da “Escola de Chicago”. A dupla esteve à frente das atividades no Departamento de Sociologia da Universidade no período em que este se destacou como principal polo de sua disciplina nos Estados Unidos⁴¹.

A “Escola de Chicago” tem parte de sua relevância relacionada ao sucesso que o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago alcançou em termos políticos e de volume de produção no ambiente da Sociologia norte-americana nas décadas de 1920 e 1930. Uma tônica geral desse trabalho é de que existe mais na história do conhecimento do que a “vitória das boas ideias”, de modo que devemos pontuar que esse sucesso não pode ser explicado simplesmente pela inovação ou pela qualidade excepcional de suas pesquisas.

Fruto de elogios ou críticas, a “Escola de Chicago” é uma construção a posteriori, cuja imagem – relevante para o momento de sua criação, meados do Século XX – enevoa o contexto em que Park e Burgess atuaram no começo do Século XX. De fato, nem todos os conceitos atribuídos aos sociólogos da “Escola de Chicago” foram originalmente propostos por eles. Muito do que autores como Castell

⁴¹ A partir da criação do rótulo “Escola de Chicago” em meados do Século XX passou a existir uma “visão da sociedade” identificada como uma herança comum dos sociólogos de Chicago. O processo de criação desse “passado em comum”, no entanto, enfrentou muitas contradições: “Todos concordam em recusar as teorias gerais e abstratas – isto é, [Chandler] Parsons. Fora isso, só há divergências. Sem alternativa, o acordo seria alcançado com a reorganização do passado em torno da figura de Park, de cuja obra cada um se apropriava à sua maneira. É o momento em que Hughes exuma Park do esquecimento publicando, entre 1950 e 55, três coletâneas de seus textos” (Topalov, 2007, p. 4-5)

ou Dear, ao buscarem se opor à “Escola de Chicago”, atribuem especificamente a seus pesquisadores eram ideias e temas que estavam colocados no contexto americano do começo do século.

Mas, mesmo que não houvesse entre Park, Burgess e seus alunos a identificação de que fizessem parte de uma “escola”, uma prática distintiva se desenvolveu a partir do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago sob a liderança daqueles professores e foi a “era de ouro” que se seguiu àquele contexto a que as imagens da “Escola de Chicago” costumam fazer referência.

Em um intervalo de cerca de quinze anos, entre 1915 e 1930, o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago passou de uma instituição com uma estrutura modesta ao principal centro de pesquisa de seu campo nos Estados Unidos⁴² (Bulmer, 1984, p. 42), quando a atividade local cresceu. A quantidade de doutores e mestres formados no departamento à época foi praticamente o dobro dos quinze anos anteriores. Dezesseis dos vinte e sete presidentes da Associação Americana de Sociologia entre os anos de 1924 e 1950 tinham alguma ligação com a Universidade de Chicago (Bulmer, 1984, p. 43).

Turner (1988, p. 329-30) aponta dois fatores que alçaram a “Escola de Chicago” a uma posição hegemônica na Sociologia norte-americana durante sua “era de ouro”: cerca de um terço dos estudantes de Sociologia dos Estados Unidos estava matriculado em Chicago no ano de 1925. Isso fez com que os estudantes, nos anos seguintes – quando foram para outras faculdades – levassem e reproduzissem a visão sobre a Sociologia relacionada aos estudos de Park e Burgess. Além disso,

“a publicação oficial da Sociedade Americana de Sociologia era o periódico do departamento, o *American Journal of Sociology*, publicado pela imprensa da Universidade de Chicago. O resultado disso era que os docentes e pesquisadores de Chicago tinham um acesso desproporcional ao periódico de maior prestígio e alcance da disciplina” (Turner, 1988, p. 330)⁴³.

Becker, aluno do Departamento naqueles anos e, depois, professor, considera que o que aconteceu em Chicago nas primeiras décadas do Século XX não poderia ser identificado como uma “escola”, ao modelo das *chappelles* francesas (Becker, 1999, p. 10), pois haveria pouca coerência e consistência entre os sociólogos envolvidos. Ele destaca, a título de exemplo, que ali convivia com Park e Burgess um personagem como Ogburn⁴⁴, sociólogo que desfrutou de prestígio e espaço frente ao governo nacional

⁴² Bulmer (1984, p. 42) menciona que Chicago desbancou a universidade de Columbia, de Nova Iorque, em termos de dimensão.

⁴³ Tradução livre de: “the official publication of the American Sociological Society was the department's journal, the *American Journal of Sociology*, published by the University of Chicago Press. The result of this situation was that Chicago faculty and graduate students had disproportionate access to the discipline's most prestigious and widely read journal” (Turner, 1988, p. 330).

⁴⁴ William Fielding Ogburn foi professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago a partir de 1927, quando saiu de Columbia. Seu foco era em métodos quantitativos.

a partir do *New Deal*, cujas ideias e posturas eram bastante distintas das que se costuma atribuir à “Escola de Chicago” de Sociologia⁴⁵ (Becker, 1999, p. 5).

Mesmo que não houvesse em Chicago uma teoria à qual todos os sociólogos se filiassem, a atuação coletiva e um esforço político e de poder no campo da Sociologia foi uma das marcas do que se desenvolveu entre aqueles acadêmicos no começo do século XX. Para Bulmer (1985a), outro ex-aluno de Chicago, o sucesso alcançado pelo Departamento de Sociologia local na década de 1920 poderia ser atribuído ao esforço coletivo que, embora multifacetado, caracterizou as atividades naquele ambiente acadêmico. Pontuar isso não é incompatível com a interpretação de Becker, que descarta que tenha existido uma “escola de pensamento” na Chicago da década de 1920, mas não que tenha existido uma “escola de atividades”⁴⁶. Ao contrário, dá indícios para uma avaliação dos conteúdos empíricos da experiência que se desenvolveu que justificaria, a nosso ver, a alcunha de escola.

Se a representação da “Escola de Chicago” marca a politização em âmbito acadêmico da década de 1950, quando ela foi construída, ela reflete também questões políticas das décadas anteriores, ligadas à atuação de Park e Burgess. Ao invés de discorrerem sobre a convergência ou a coerência das análises sociológicas do Departamento de Sociologia no começo do Século XX, as análises de autores como Aldon Morris desafiam o pioneirismo e o lugar de “fundadores” da Sociologia norte-americana atribuído aos professores de Chicago pelo imaginário da história da disciplina. Nesse caso, mais do que ressaltar a discrepância entre a representação e a prática a que ela se refere, o autor questiona a atuação de Robert Park no ambiente da Sociologia.

Em “The Scholar Denied”, livro que recupera a figura de W.E.B. Du Bois, importante acadêmico da geração de Robert Park que atuava junto à Universidade de Atlanta, Morris aponta que sua atuação

⁴⁵ “[...] Chicago, the real Chicago on 59th Street in the Social Science Building as opposed to the Chicago of the origin myth, was much more varied and differentiated than that. Park, Burgess and Ellsworth Faris, the people now commonly thought to have embodied the great Chicago tradition during the crucial years of the 20s and 30s, were early joined by Ogburn, who had quite different view of sociology and its mission. Ogburn was the greatest single proponent of quantitative work during those years, perhaps in the entire history of sociology, and was personally responsible for convincing the United States government that his view of sociology and social sciences – quantitative, empirical in a narrow sense, and scientific in an equally narrow sense – was just what the government needed to do its work efficiently. Ogburn had many followers at Chicago, during both periods of the suppose efflorescence of the tradition and school: Philip Hauser and Samuel Stouffer in the 30s, Otis Dudley Duncan and others in the 50s” (Becker, 1999, p. 5).

⁴⁶ Becker (1999, p. 4) toma a distinção entre “escolas de pensamento” e “escolas de atividade” de Samuel Gilmore. Segundo ele, as primeiras são “são criadas de fora, pelos críticos que observam um campo e decidem que determinadas pessoas compartilham determinadas ideias, que seus trabalhos compartilham determinadas características estilísticas e que, por tanto, elas constituem uma escola”, enquanto as segundas dizem respeito a pessoas que agiram coletivamente em torno de aspectos práticos.

antecedeu importantes aspectos da Sociologia americana que têm sido atribuídos à “Escola de Chicago”. Ele relaciona isso com fatores que excedem o campo exclusivamente das ideias e aponta:

“Por terem, Park e a “Escola de Chicago”, falhado em reconhecer e envolver o trabalho de Du Bois e seus alunos, eles puderam reclamar a primazia de Chicago. Essa posição preparou o caminho para que as gerações de acadêmicos que vieram depois reproduzissem essa ficção, solidificando então a ideia de que Chicago foi a primeira escola americana de Sociologia científica. A influência dessa consideração equivocada sobre as origens da Sociologia americana reflete a sabedoria da máxima de W. I. Thomas: se as pessoas definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências (Morris, 2015, p.5)⁴⁷.

Particularmente, o que interessa na análise da politização envolvida na construção da imagem da “Escola de Chicago”, nesse caso, é perceber que, embora Park seja agora reconhecido como um dos grandes expoentes do estudo das relações raciais e da interação entre grupos étnicos nas cidades norte-americanas, sua atuação teria contribuído para relegar DuBois, acadêmico negro que havia sido pioneiro em diversos aspectos da Sociologia norte-americana, ao segundo plano. Esse aspecto problematiza a posição que historiografia costuma atribuir a Park e destaca como sua eminência esteve ligada a fatores políticos e sociais que merecem maiores considerações.

Oito são os pontos tratados por Bulmer (1985) para descrever o que estava acontecendo entre as décadas de 1910 e 1930, que contribuiu para a criação e sustentação do empreendimento coletivo que tem sido chamado de “Escola de Chicago”:

- 1- [A existência de] uma figura central em torno da qual se organiza;
- 2- A localização, numa universidade importante, bem organizada e com boa presença na área de estudos motivada pela comunidade local;
- 3- As características da cidade ou metrópole e a relação da universidade com essa cidade;
- 4- A personalidade dominante da figura central da escola, para inspirar admiração, respeito e lealdade;
- 5- O líder da escola deve possuir uma visão intelectual clara e um impulso missionário;
- 6- Deve haver intercâmbios intelectuais frequentes e intensos entre o líder e os outros membros do grupo: tal “rede” acadêmica deve ser mais fortemente unida do que normalmente ocorre (através de seminários, publicações, orientações, núcleos de estudos e discussões, etc);
- 7- Para desenvolver pesquisa empírica deve existir uma infraestrutura adequada: métodos de pesquisa, boas ideias, ligações institucionais, apoio financeiro externo, etc;

⁴⁷ Tradução livre do autor de: “Because Park and the Chicago school failed to acknowledge and engage the work of Du Bois and his students, they were able to claim Chicago’s primacy. This stance prepared the way for succeeding generations of scholars to reproduce this fictitious account, thus solidifying the claim that Chicago was the first school of American scientific sociology. The influence of this inaccurate account of the origins of American sociology reflects the wisdom of W. I. Thomas’s precept: If people define situations as real, they are real in their consequences”.

8- A escola persiste enquanto permanece atuante a geração de seus fundadores”. (Eufrásio, 2008)

Mario Eufrásio (2008, p. 2) ressalta que um nono ponto mereceria ser adicionado a essa lista, o qual permitiria a compreensão dos desenvolvimentos da Sociologia em Chicago como parte de uma escola: a existência de um programa de pesquisa que impulsionasse, orientasse, proporcionasse instrumentos de reflexão e de pesquisa de campo e propusesse metas, temas, problemas e critérios de avaliação aos trabalhos desenvolvidos. Se, de algum modo, isso poderia estar implícito nos pontos sete e seis, destacar esse aspecto é esclarecedor.

A reunião em torno de um programa de pesquisa, além de eventualmente servir para caracterizar a experiência de Chicago como uma escola, foi um dos diferenciais da experiência no Departamento de Sociologia, apesar de se tratar de uma característica que costuma ser subestimada no ambiente acadêmico.

“As escolas de ciência social, particularmente aquelas comprometidas com a investigação empírica sistemática, são incomuns o suficiente para que mereçam alguma consideração. A maioria dos departamentos universitários de Sociologia são um aglomerado de scholars mais ou menos independentes, que perseguem interesses diversos individualmente ou em pequenos grupos. Cooperam entre si para fins de ensino e administração, mas na pesquisa seguem seu próprio caminho. Qualquer sugestão de que poderia haver algum programa de pesquisa integrado no departamento, ou de que os indivíduos deveriam integrar sua pesquisa em torno de certos temas, ideias ou problemas centrais, seria considerada pela maioria dos sociólogos acadêmicos como um opróbrio” (Bulmer, 1985a).

Nesta dissertação, designamos que o cerne, a base material, daquilo que tem sido representado como a “Escola de Chicago” de Sociologia estava na empreitada coletiva, cujo maior destaque aconteceu nas décadas de 1920 e 1930, que se organizou em torno do programa de pesquisa conhecido como “Ecologia Humana”. Essa delimitação, além de se sustentar em uma bibliografia consistente sobre o tema, nos serve particularmente porque é adequada para analisar a apropriação de ideias da Sociologia urbana que se desenvolvia no começo do Século XX pelo Urbanismo de Anhaia Mello. Ressaltamos alguns motivos para isso.

O recorte adotado, daquilo que ficou conhecido como Ecologia Humana, refere-se ao que planejadores e outros interessados no campo mais amplo dos Estudos Urbanos costumam enfocar quando tratam da produção sociológica de Chicago no começo do Século XX. Desde a década de 1950, um conjunto

de proposições ligado a “Escola de Chicago” já era encarado como uma unidade e até mesmo reconhecido como um enfoque “clássico” de estudo das cidades⁴⁸.

Como veremos, o foco no programa de pesquisa implica ressaltar principalmente as proposições de Park e de Burgess sobre o crescimento da cidade e a relação entre grupos sociais nela. Nesse sentido, poder-se-ia cogitar tratar especificamente desses autores, omitindo a questão da “escola” em segundo plano. Embora válida, essa postura deixaria de lado diversos temas relacionados ao Urbanismo, campo disciplinar que valoriza e nomeia a “Escola de Chicago” como uma de suas raízes, mas (ou por isso) se depara com ambiguidades e contradições ao tentar subscrevê-la.

Existem visões, dentro da historiografia da Sociologia, que entendem a “escola” como um fenômeno multigeracional, o que estenderia sua existência por todo o Século XX e, mais do que ressaltar temas e procedimentos comuns, destacaria a ligação de seus pesquisadores com a Universidade de Chicago. Ora, pouco útil seria para uma análise da produção de Anhaia Mello discutir conteúdos que se desenvolveram após seu falecimento⁴⁹.

Devemos observar, entretanto, que o programa de pesquisa se consolidou na década de 1920. Anhaia Mello teve contato com suas proposições ainda nesse período. No entanto, o período mais destacado de menções do urbanista àqueles sociólogos aconteceu décadas mais tarde, quando ainda havia significativa atividade no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago influenciada pelo programa da Ecologia Humana.

A atuação tardia de professores, como Wirth e Pierson, cujas pesquisas se desenvolveram sob orientação de Park e Burgess décadas antes, foi relevante para a circulação posterior de ideias da “Escola de Chicago”. No entanto, ela aconteceu em um contexto significativamente diferente daquele da Chicago do Entreguerras. Por conta disso, consideramos que ela configure um capítulo – importante

⁴⁸ Ao tratar da possibilidade da criação de um Instituto de Altos Estudos de Urbanismo no Brasil, Henrique Neves Lefevre destaca “The City” e “Urban communities”, de Robert Park como obras clássicas para o campo.

⁴⁹ A imagem genérica entre os sociólogos seria, de acordo com Becker (1999, p. 3-4), que a ação dos “fundadores” (Albion Small, William Thomas e Robert Mead) teria resultado no programa de pesquisa dos energéticos Park e Burgess, a “Ecologia Humana”. No auge da produção da Escola, estes formaram os professores que teriam dado continuidade às investigações, com o “interacionismo simbólico” (de Everett C. Hughes e Herbert Blumer), e que viriam a influenciar um novo pico de relevância do departamento no período Pós-Guerra.

A interpretação de Coulon (1995) resalta que as atividades desenvolvidas sob a tutela de Robert Park e de William Thomas, nos “anos de ouro” da “Escola de Chicago”, tinham como característica fundamental a pesquisa qualitativa e que, a partir da década de 1940, poder-se-ia identificar uma segunda “escola”, dominada pelas análises quantitativas. Embora já existissem abordagens quantitativas durante os anos de Park e Thomas, esse autor, ao tratar de uma “segunda” escola, resalta descontinuidades entre atividades desenvolvidas em Chicago e, com isso, descarta que haveria uma tradição ou uma nova geração da mesma escola.

– da difusão das ideias da Ecologia Humana e da Sociologia Urbana, mas não uma parte do que estamos chamando de “escola”.

2.2. O programa de pesquisa da “Escola de Chicago”

Apesar da heterogeneidade de abordagens no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, houve um programa de pesquisa que serviu de referência para uma série de trabalhos e lhes ofereceu temas instrumentos, método, metas, temas e problemas. O sucesso das atividades realizada naquele contexto entre os as décadas de 1910 e 1930 esteve ligado à atuação coletiva em torno dele.

Principalmente sob a liderança das duas figuras, William I. Thomas e Robert Erza Park a partir da década de 1910, a Sociologia de Chicago rompeu com diversas características que marcavam a primeira geração de sociólogos americanos (Bulmer, 1984, p. 12) e contribuiu para o avanço da institucionalização da disciplina, com métodos e temas próprios nos Estados Unidos.

O contexto de Chicago, com uma universidade relativamente nova em uma cidade que passava pelas mais drásticas mudanças naquele momento, foi importante para o florescimento das pesquisas da “Ecologia Humana”. O Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago foi pioneiro em vários sentidos. Tratava-se de uma instituição plural, estruturada havia pouco tempo em parâmetros diferentes daquelas mais tradicionais da costa Leste, e que permitia aos pesquisadores maior liberdade de atuação. Sediada na cidade a partir da qual irradiava o avanço da fronteira industrial e urbana no Meio-Oeste, tinha às suas portas objetos e o campo para a pesquisas sobre os “problemas sociais”.

Chicago estava no centro dos processos de mudanças que caracterizaram o começo do século XX nos Estados Unidos quanto à urbanização e à industrialização. Vista como paradigmática, existia uma ideia implícita de que, ao lidar com a realidade e os processos daquela cidade, poder-se-ia generalizar concepções para todas as “grandes cidades” (Miller, 1992, p. 251).

Diferente das capitais europeias ou mesmo das maiores cidades da Costa Leste, Chicago passara de uma pequena e pouco relevante cidade para um caso extremo de metrópole industrial. Conexão importante do sistema ferroviário que levava ao Oeste, pioneira na industrialização e destino de grande volume de migração, Chicago viu sua população aumentar desde a Guerra Civil Norte-Americana, na década de 1860, até meados dos anos 1920, quando sua população cresceu cerca de 30 vezes, ou seja, de aproximadamente 100 mil habitantes para três milhões de pessoas, maioria das quais estrangeiras ou descendentes diretos destas (Gondim, 2016, p. 91).

O dinamismo era uma característica de Chicago, cidade que sequer existia no começo do Século XIX, mas se tornara, na virada do século, a quinta maior do Mundo, formada principalmente por migrantes do Sul dos Estados Unidos e da Europa (LeGates e Stout, 2011, p. 161). O imaginário da Chicago do começo do Século XX está reproduzido na cultura pop, com representações de gangues, conflitos étnicos raciais e outros elementos com os quais as ciências e os movimentos de reforma buscavam lidar.

O desenvolvimento de Chicago, em que as questões eram exacerbadas, fez com que a cidade fosse encarada como um caso a partir do qual seria possível fazer generalizações, como se nela os processos urbanos estivessem em sua forma mais pura e representassem aquelas características que se desenvolveriam quase “naturalmente” a partir do crescimento demográfico acelerado.

As condições particulares da cidade influenciaram o surgimento de diversas iniciativas notáveis de caráter aplicado e reformista. Esses movimentos, como a “Escola de Chicago”, reconheciam que o que acontecia ali não consistia em um caso à parte, ponto fora da curva, mas de um caso com cujas situações seria necessário lidar. É o caso do paisagismo de Olmsted em Riverside de 1869, do plano “compreensivo” de Burnham de 1909 e da Hull House, fundada em 1889 por Jane Addam, iniciativas intimamente relacionadas com os movimentos reformistas que apareceram nos Estados Unidos em meados do Século XIX.

“Chicago era um lugar de contrastes. Por um lado, nela se desenvolvia um capitalismo tão vigoroso quanto selvagem, que apostava na farta disponibilidade de mão-de-obra para manter precárias condições de salubridade e jornadas de trabalho de 12 a 14 horas nos estabelecimentos fabris e comerciais. A cidade foi palco de um intenso movimento operário, do qual resultou uma grande greve em 1894, severamente reprimida. A violência, frequentemente associada ao crime organizado e à corrupção da máquina político-administrativa, era uma constante no cotidiano dos habitantes” (Gondim, 2016, p. 91).

A Sociologia da “Escola de Chicago” era urbana – e, portanto, não poderia ser separada do contexto da cidade a partir da qual se desenvolveu. Dois aspectos são significativos. Primeiramente, ela era urbana quanto ao seu “lugar” e, de forma mais marcante para a posterioridade, quanto a seus temas. Hinkle e Hinkle (1954, p. 3-4) apresentaram evidências de quatro naturezas que revelariam que a Sociologia americana teria emergido em larga escala como resposta à industrialização e à urbanização que seguiu à Guerra Civil. (1) Os sociólogos mais eminentes, antes da década de 1920, tinham origens em ambientes rurais e contextos religiosos, mas haviam se mudado para cidades grandes. Além disso, (2) a Sociologia teria alcançado mais destaque e maior desenvolvimento no Meio-Oeste, zona em que o processo de Urbanização era, naquele momento, mais intenso. Não menos importante seria o fato de que (3) a organização profissional dos sociólogos refletia a dos movimentos intelectuais

comprometidos com a melhoria das condições das cidades e (4) que os primeiros cursos e pesquisas eram orientadas para a análise de problemas sociais relacionados à pobreza urbana.

A pesquisa da “Escola de Chicago” de Sociologia se baseava em um contato próximo e um engajamento direto com as questões que estavam colocadas no dia-a-dia da grande cidade. Embora estudos tenham adotado preceitos, questões e métodos da Ecologia Humana para compreender diferentes cidades nos Estados Unidos e mesmo fora dele, foi a partir de Chicago, o grande “laboratório” da escola, que as questões foram formuladas.

A Universidade de Chicago se formou, neste contexto, de modo diferente das instituições mais tradicionais da costa Leste e criou condições para o desenvolvimento de um Departamento de Sociologia diferenciado a partir do qual floresceria a “Escola de Chicago”.

“Universidades tendem a ser instituições bastante tradicionais, lentas na mudança. Como uma nova instituição, a Universidade de Chicago estava relativamente livre das amarras da antiga tradição acadêmica americana e foi capaz de colocar-se em uma nova direção” (Bulmer, 1984, p. 27)⁵⁰.

Antes de Park e Burgess, a Universidade de Chicago já estava muito ligada e atenta à comunidade de seu entorno, condição que contribuiu para o desenvolvimento e o sucesso da iniciativa dos dois sociólogos de tornar a cidade um “laboratório”. Para o desenvolvimento de algo novo, não bastava uma vontade iluminada de um personagem central, mas foi necessário um conjunto de elementos que possibilitassem a formulação e a aceitação de novas propostas. Embora se tratasse um conteúdo diferente, Bulmer (1986, p. 22) descreve que o próprio fundador da universidade, William Harper⁵¹

“[...] acreditava que conhecimento deveria ser comunicado e que a universidade era em todos os sentidos uma instituição de serviço público. O localismo que caracterizou e deu o foco à pesquisa de ciências sociais de Robert Park e Charles Merriam nos anos 1920 teve suas raízes nas origens da universidade” (Bulmer, 1986, p. 22).⁵²

Chicago reunia a prosperidade e os problemas como nenhuma outra cidade americana e isso não passava despercebido pelos estudos que estavam sendo desenvolvidos na “Escola de Chicago”. Bulmer (1984, p. 22-3), em um relato em que percebemos a idealização do contexto e das práticas da “Escola

⁵⁰ Tradução livre de: “Universities tend to be rather traditional institutions, being slow to change. As a new institution, the University of Chicago was relatively free from the constraints of older American academic tradition and was able to set out in a new direction”.

⁵¹ Harper estivera envolvido com o movimento Chautauqua. De acordo com a Enciclopédia Britannica, o movimento Chautauqua foi um movimento de educação de adultos que floresceu nos estados unidos no final do Século XIX e no começo do XX, que teve suas origens no Oeste de Nova Iorque. (Editors..., 2019)

⁵² Tradução livre do autor de “He believed that knowledge must be communicated, that the university was in every sense an institution of public service. The localism that characterized and gave focus to the social Science research of Robert Park and Charles Merriam in the 1920s had its roots in the origins of the university”.

de Chicago”, ressalta que o “*ethos* democrático da cidade”, se comparado com o da Costa Leste, teria feito com que o staff da universidade, não só do Departamento de Sociologia, estivesse habituado a olhar ao seu redor e lidar com as questões da cidade. Despojado do juízo de valor que não nos cabe, interessa verificar o engajamento da universidade e de movimentos com a comunidade. Ele cita relatos de antigos professores sobre a situação de abandono e precariedade social que foi encontrada ao final da Exposição Universal de 1893, na região em que o campus estava instalado, e destaca como esses aspectos chamavam a atenção os professor mais “liberais” da universidade (Bulmer, 1984, p. 22-3).

Mas, se a “Escola de Chicago” se aproximava da assistência social e de outros movimentos de reforma quanto a seu engajamento com a “vida” na cidade, diferenciava-se deles por conta de seus métodos e fins. Sua produção carregava, como as pesquisas sociais que a antecederam, a preocupação de ser útil para melhorar as condições da sociedade, mas inovava em termos de métodos, buscando identificar “leis” sociais através da valorização das análises qualitativas⁵³. Sua forma de análise dominou a Sociologia americana por um período de cerca de duas décadas⁵⁴.

Dois projetos de pesquisa, aponta Eufrásio (2008), se esboçaram no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago nas primeiras décadas do Século XX. O primeiro, sob iniciativa de William Thomas, se constituiu a partir do artigo “Race Psychology” (1912), enquanto o outro, marcado pelo artigo “The City” [1915], de Robert Park⁵⁵.

Em “Race Psychology”, pode-se identificar o caráter de “projeto de pesquisa” pela antecipação tanto de métodos quanto de temas que seriam desenvolvidos nos anos que seguiram sua publicação. Seus desdobramentos mais relevantes são encontrados em “The Polish Peasant” (Thomas, 1927 [1918]), estudo de mais de 2000 páginas, em que Thomas e Znaniecki analisaram os processos de mudança e de adaptação social na transição do campo para a cidade dos poloneses em sua terra natal e nos Estados Unidos.

⁵³ Vários relatos dão conta de que a análise quantitativa não estava ausente daquele contexto, de modo que não era desprezada, mas não era uma das principais características da “Escola de Chicago”. A presença de William F. Ogburn no Departamento de Sociologia e o fato de Burgess ter assistido um de seus cursos e “experimentado” suas técnicas são fatos apontados para ressaltar isso (Cavan, 1983, p. 414)

⁵⁴ Os métodos da “Escola de Chicago” foram marcantes na história da Sociologia, mas Bulmer (1984, p. 6) nota que imediatamente depois do seu período de apogeu, a abordagem perdeu relevância nas análises sociológicas norte-americanas.

⁵⁵ Eufrásio (2008) identifica, na própria estrutura de exposição dos artigos, as características que os marcam como projetos de pesquisas. Ambos apresentam visões gerais, problemas e questionamentos e, também, propõem métodos e iniciativas para lidar de forma acadêmica com o que está colocado. A seguir, discute-se ao que eles se referem. Em “Race Psychology”, ele nota, William Thomas enuncia um problema, indica métodos de trabalho e expõe pontos de vistas gerais relevantes para sua pesquisa nos primeiros parágrafos. Ao longo do artigo, expõe também dos “materiais para a interpretação da vida mental de uma raça”.

Inovava-se, naquele contexto, nos métodos e materiais de trabalho empregados para o estudo. Ao invés de uma Sociologia teórica, realizada dentro de quatro paredes, os pesquisadores utilizavam materiais como fonte até então pouco considerados – e ainda não reunidos – como relatos pessoais sobre histórias de vidas, cartas familiares e uma extensa coleção de notícias e documentos de instituições religiosas (Smith, 1998, p. 102).

Foi, no entanto, o projeto relacionado a “The City” que veio a dominar o panorama da “Escola de Chicago”, principalmente porque Park e Burgess assumiram a liderança do Departamento de Sociologia⁵⁶ a partir de meados dos anos 1910 e orientaram diversos trabalhos de pesquisa. A expressão “Ecologia Humana” costuma designar essa segunda linha de pesquisa, que teve grande relevância para a estruturação de um campo dos estudos urbanos, influenciando desde cedo estudos que iam além da Sociologia⁵⁷.

Três textos, com os quais Anhaia Mello teve contato ao longo de sua trajetória, caracterizam os fundamentos e as proposições básicas que orientaram a pesquisa sobre a Sociologia Urbana e a Ecologia Humana da “Escola de Chicago” (Eufrásio, 2013): “Introduction to the Science of Sociology” (Park e Burgess, 1969 [1921]), “The City” (Park, 1984 [1925]) e “The Growth of the City” (Burgess, 1925 [1922]). Abordaremos, nessa ordem, cada um deles para expor as principais ideias da “Escola de Sociologia de Chicago”.

Introduction to the Science of Sociology – 1921

O livro “Introduction to the Science of Sociology” (Park e Burgess, 1969 [1921]) foi, depois dos artigos “The City” e “The Growth of the City”, o mais influente escrito da dupla Park e Burgess (Eufrásio, 2013, p. 67; Matthews, 1977). Elaborado como um guia de estudo e pesquisa, foi publicado em 1921 como material para a disciplina de introdução à Sociologia ministrada por seus autores na Universidade de Chicago. Teve enorme aceitação e, apesar de extenso (mais de 1000 páginas), foi adotado em pouco

⁵⁶ Park fora convidado para dar aulas no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago por William I. Thomas, por quem foi muito influenciado. Thomas deixou de ser professor por conta de questões extra-acadêmicas e teve seu protagonismo naquele contexto relativamente apagado.

⁵⁷ O economista Homer Hoyt, por exemplo, referência importante para o estudo do arquiteto Flávio (2001) sobre o espaço intraurbano (2009), desenvolveu trabalhos notáveis que dialogavam diretamente com as proposições sobre a estrutura da cidade propostas por Burgess. Análises da estrutura urbana e da distância entre grupos sociais realizadas a partir dessas propostas estiveram na base de numerosos estudos sobre segregação urbana desde então. Merkel (2014) as classifica como o “enfoque clássico da segregação residencial”. Em São Paulo, Donald Pierson, cujo doutorado concluído em 1939 as relações étnicas na Bahia foi orientado por Robert Park, desempenhou o papel de difusor das ideias da “Escola de Chicago” desde sua contratação pela Escola de Sociologia e Política (Mendoza, 2005). A criminologia também costuma tratar a “Escola de Chicago” de Sociologia como uma pioneira em sua área (Viana, 2015).

tempo por várias universidades nos Estados Unidos, ficando conhecido como “a bíblia verde”⁵⁸, em referência à cor da capa de suas primeiras edições. Isso fez com que uma segunda edição, revista e atualizada, fosse publicada três anos depois (Eufrásio, 2013, p. 65-6). Janowitz (in Park e Burgess, 1969 [1921], p. v) considera que o livro tenha sido o principal manual da disciplina pelas duas décadas que seguiram a sua publicação, consistindo, ao mesmo tempo, em um tratado, no sentido de expor uma visão ampla e organizadora de um campo disciplinar, e em um tipo de material didático, apresentando questões, problemas e instrumentos⁵⁹. Na introdução à terceira edição, de 1969, Morris Janowitz esclarece que esse formato era popular no período de sua publicação, quando ainda não havia as características editoriais e a organização de texto que passariam a ser típicas de materiais didáticos a partir da segunda metade do século XX (Park e Burgess, 1969 [1921], p. v).

Algumas das primeiras menções à ideia de uma “ecologia humana”, expressão segundo a qual o programa de pesquisa de Park e Burgess se tornou conhecido, podem ser encontradas nesse livro (Eufrásio, 2013, p. 68). No entanto, ela ainda não ocupava a posição central que assumiria nos escritos posteriores. Havia, entre os sociólogos do período, um interesse declarado nos estudos da Biologia e da Ecologia e especulações sobre a busca por uma compreensão da organização social como processos de “cooperação competitiva” entre grupos.

“A pesquisa biológica tem voltado seu olhar da teoria da evolução para o campo de estudo das comunidades vegetais e animais nos últimos anos. Warming, Adams, Wheeler e outros descreveram, em suas ecologias vegetais e animais, os processos de competição e segregação de acordo com os quais comunidades são formadas. Clement, em dois estudos, descreveu em detalhes as histórias de vidas de algumas dessas comunidades. Essa análise da sucessão das comunidades vegetais dentro de uma mesma área geográfica e das relações de cooperação competitiva de diferentes espécies das quais essas comunidades são compostas pode servir para um modelo para estudos similares de ecologia humana” (Park e Burgess, 1969 [1921], p. 555)⁶⁰.

Apesar de um caráter holístico no conjunto de formulações de *Introduction to the Science of Sociology*, a sociedade é pensada a partir de “um individualismo metodológico persistente” (Eufrásio, 2013, p. 73). Embora seja assinado por duas mãos, a estrutura do modo de pensar a sociedade e a Sociologia

⁵⁸ “The green bible”.

⁵⁹ Janowitz utiliza o termo “*textbook*”, o qual traduzimos como material didático.

⁶⁰ Tradução livre de “Biological research in recent years has directed attention away from the theory of evolution to field study of plant and animal communities. Warming, Adams, Wheeler, and others have described, in their plant and animal ecologies, the processes of competition and segregation by which communities are formed. Clements in two studies, *Plant Succession* and *Plant Indicators*, has described in detail the life-histories of some of these communities. His analysis of the succession of plant communities within the same geographical area and of the relations of competitive co-operation of the different species of which these communities are composed might well serve as a model for similar studies in human ecology” (Park e Burgess, 1969 [1921], p. 555).

apresentada no texto foi proposta principalmente por Robert Park, que lidava diretamente com as ideias de William I. Thomas (Janowitz in Park e Burgess, 1969 [1921], p. vi) sobre o ciclo de organização, desorganização e reorganização e estabelecia, então, a interação entre indivíduos e, a partir deles, entre grupos como principal tema de interesse para a compreensão da organização social. Desse foco na interação emergiria a ideia de Ecologia Humana, a qual considerava a existência de fatores “naturais” da organização humana, ressaltando seus aspectos coletivos e a questão do controle social.

“B) competição e liberdade – A organização econômica da sociedade, até agora como é efeito da livre competição, é uma organização ecológica. Existe uma ecologia humana tal como uma de plantas e uma animal (Park e Burgess, 1969 [1921], p. 508)⁶¹.

Introduction to the Science of Sociology	
Capítulos	Estrutura dos capítulos
1. Sociology and the Social Sciences	I. Introdução
2. Human Nature	II. Materiais
3. Society and the Group	III. Investigações e problemas
4. Isolation	a. Bibliografia selecionada
5. Social contacts	b. Tópicos para dissertação
6. Social interaction	c. Questões para discussão
7. Social forces	
8. Competition	
9. Conflict	
10. Accomodation	
11. Assimilation	
12. Social control	
13. Collective Behavior	
14. Progress	

Quadro 2 - Estrutura do livro “Introduction to the Science of Sociology” (Park e Burgess, 1921)

De modo amplo, o livro propõe mecanismos para compreender a ordem e o controle social, assunto que era um dos principais interesses de Anhaia Mello nos escritos da “Escola de Chicago”. Park e Burgess tratam de fluxos e processos, enxergando a sociedade como dinâmica, e focando no comportamento coletivo como derivação de escolhas e possibilidades individuais. Janowits (in Park e Burgess, 1969 [1921], p. viii,) destaca que

“eles procuraram entender a ordem social ou, em sua linguagem, os processos de controle social. Não havia hesitação: era abundantemente evidente que a sociedade, o organismo social, estava em um processo de fluxo sem fim. Como resultado esse

⁶¹ Tradução livre de “b) Competition and freedom—The economic organization of society, so far as it is an effect of free competition, is an ecological organization. There is a human as well as a plant and an animal ecology. (Park e Burgess, 1969 [1921], p. 508).

volume reflete a orientação intelectual implícita desses autores. Foca nas categorias dos processos sociais.

[...] Para eles, o comportamento coletivo não era um aspecto distinto da análise sociológica, mas um elemento essencial nos processos de mudanças sociais. Eles estavam interessados no estudo do contágio social, multidões, movimentos de massa e na opinião pública, temas que continuam contemporâneos em um período de tensões sociais explosivas” (Janowits in Park e Burgess, 1921, p. viii)⁶².

O aspecto mais relevante do livro para essa análise é a sistematização que Park propõe sobre a interação social, a qual Coulon (1995, p. 41) chama de “ciclo das relações étnicas”, pois é essa abordagem que articulou a maior parte das pesquisas orientadas pelo autor e por Burgess. Tratar-se-iam de quatro processos fundamentais – competição, conflito, acomodação e assimilação – que afetariam a organização social.

“A comunidade e a ordem natural dentro dos limites da comunidade, parece, são efeitos da competição. Controle social e subordinação mútua dos membros individuais à comunidade tem sua origem no conflito, toma formas organizadas definitivas no processo de acomodação e são consolidados e ajeitados na assimilação” (Park e Burgess, 1969 [1921], p. 785)⁶³.

A competição é descrita como a forma elementar, universal e fundamental do processo de interação. É “interação sem contato social” (Park & Burgess, 1921, p. 506) e seria universal entre todos os seres vivos (Park e Burgess, 1969 [1921], p. 509), mas nas comunidades humanas sempre apareceria em conjunto com o conflito, a acomodação e a assimilação. A rigor, o aspecto ecológico, criado pela luta pela existência, se concentraria nesse processo, cuja existência independe da ordem social. Os autores se questionam como, de uma ordem ecológica, poder-se-ia falar de organizações sociais:

“A sociedade é composta de indivíduos separados espacialmente, distribuídos territorialmente, e capazes de locomoção independente. Essa capacidade de locomoção independente é a base e o símbolo de todas as outras formas de independência. Liberdade é fundamentalmente liberdade de se mover e a individualidade é inconcebível sem a capacidade e a oportunidade de ganhar uma experiência individual como resultado da ação independente. De outro lado, também é verdade que pode-se dizer que a sociedade existe somente enquanto essa atividade independente do indivíduo é controlada no interesse do grupo como um todo. Essa é

⁶² Tradução livre de: “They sought to understand the social order or, in their language, the processes of social control. There was no hesitation: it was abundantly evident that society, the social organism, was in a never-ending process of flux. As a result, this volume reflects their underlying intellectual orientation. It focuses on categories of social processes. [...] For them collective behavior was not a distinct aspect of sociological analysis but an essential element in the processes of social change. They were interested in the study of social contagion, crowds, mass movements, and public opinion, topics which remain contemporary in a period of explosive social tensions” (Park e Burgess, 1921, p. viii).

⁶³ Tradução livre de: “The community and the natural order within the limits of the community, it appeared, are an effect of competition. Social control and the mutual subordination of individual members to the community have their origin in conflict, assume definite organized forms in the process of accommodation, and are consolidated and fixed in assimilation” (Park e Burgess, 1969 [1921], p. 785).

a razão pela qual o problema do controle, usando esse termo em sua significância evidente, inevitavelmente se torna o problema central da Sociologia”⁶⁴

Através da busca dos indivíduos por aquilo que seria melhor para cada um, esse processo determinaria os aspectos distributivos e ecológicos da sociedade. Robert Park (Park & Burgess, 1969 [1921], p. 509) distingue a “competição” dos outros processos e ressalta que

“[a] divisão do trabalho e toda a vasta interdependência econômica organizada de indivíduos e grupos de indivíduos característica da vida moderna são um produto da competição. Por outro lado, a ordem moral e política, que se superpõe a esta organização competitiva, é um produto do conflito, da acomodação e da assimilação”.

A noção de “conflito” é apresentada em relação ao conceito de competição. A primeira dependeria da existência de comunicação e seria sempre consciente e pessoal. Já a competição determinaria a distribuição da população e a organização industrial nacional: a rivalidade e o conflito posicionariam um grupo de indivíduo na sociedade (Park e Burgess, 1969 [1921], p. 574).

Acomodação, por sua vez, seria resultante do conflito. Tratar-se-iam de ajustamentos adquiridos e transmitidos socialmente. Park traça um paralelo entre o processo de acomodação da Sociologia e o de adaptação, da Biologia, mas ressalta que a diferença entre eles é quanto ao papel da tradição e da sociedade na transmissão das mudanças (Park e Burgess, 1969 [1921], p. 663).

A ligação das proposições de Park e Burgess com a biologia é marcante. A intenção de encontrar as leis e mecanismos do funcionamento da sociedade presente em seus escritos passava pelo exemplo do que Darwin e outros estavam fazendo com os reinos animal e vegetal. Esse aspecto da Sociologia do começo do Século XX interessava particularmente às formulações de Anhaia Mello sobre o Urbanismo. Mas, além de compartilhar objetivos com a Biologia, os sociólogos de Chicago empregavam seus procedimentos, como o da catalogação de tipos e dos comportamentos sociais.

Esse paralelo com a Biologia remonta ao que estava em voga na discussão social no começo do século XX e mostra, ao mesmo tempo, a atenção que era dada ao Darwinismo Social e como a “Escola de Chicago” identificava limites a ele. A diferenciação proposta entre o processo de competição e o conflito, baseado na existência ou não de contato social, implicava uma compreensão de que o ser

⁶⁴ Tradução livre de: “It is merely another manifestation of what has been referred to as the distributive aspect of society. Society is made up of individuals spatially separated, territorially distributed, and capable of independent locomotion. This capacity of independent locomotion is the basis and the symbol of every other form of independence. Freedom is fundamentally freedom to move and individuality is inconceivable without the capacity and the opportunity to gain an individual experience as a result of independent action. On the other hand, it is quite as true that society may be said to exist only so far as this independent activity of the individual is controlled in the interest of the group as a whole. That is the reason why the problem of control, using that term in its evident significance, inevitably becomes the central problem of sociology” (Park e Burgess, 1969 [1921], p. 508).

humano se difere dos outros animais e, por tanto, descaracteriza o Laissez-faire típico de escritos como os de Spengler, que encontravam na seleção “natural” um mecanismo que aprimoraria a população. Apesar de pensar a partir de indivíduos, o interesse de Park estava na associação e nos grupos sociais.

A assimilação seria central nos processos históricos e culturais e diferiria da acomodação em relação ao tempo. Seria um processo gradual e sutil “[...] de interpenetração e fusão no qual as pessoas e grupos adquirem as memórias, sentimento e atitudes de outras pessoas ou grupos e, ao compartilharem de sua experiência e história, são incorporados a eles numa vida cultural comum” (Park e Burgess, 1921, p. 735). Ou seja, esses sociólogos interpretavam a assimilação como um processo de duas vias, que iria além da acomodação, ou seja, que seria mais profundo do que ajustes e apaziguamento de conflitos e da competição entre indivíduos e grupos.

Essa formulação do “ciclo das relações étnicas” avançava a partir das ideias de William Thomas, que, em “Polish Peasant”, destacava um ciclo de “organização”, “desorganização” e “reorganização” na vida dos camponeses que deixavam a Polônia e chegavam nas grandes cidades norte-americanas. Coulon (1995, p. 36) aponta que “encontraremos essa noção de desorganização na maior parte das investigações que formam o patrimônio da “Escola de Chicago”. De fato, ela foi utilizada para estudar as transformações sociais ocasionadas pelo rápido crescimento das cidades americanas”.

“[...] segundo Thomas, existe um ciclo de transformações sob a influência da evolução técnica e econômica, e ainda mais sob os efeitos da imigração, um grupo social antes organizado começa a desorganizar-se para em seguida reorganizar-se, sem por isso assimilar-se totalmente ao grupo que o acolhe, na medida em que podem sobreviver paralelamente formas culturais atenuadas do grupo original, cujos valores, no entanto, são menos restritivos” (Coulon, 1995, p. 56)

The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City – 1915

O livro “The City” foi publicado em 1925, apresentando uma coletânea de textos assinados por Robert Park, Ernest Burgess e Roderick McKenzie, junto a uma sistematização de bibliografia realizada pelo ainda estudante Louis Wirth.

Com escritos especulativos e introdutórios, que lançavam questões e, também, instrumentos para lidar com elas, destaca-se a intenção de seus autores de que aqueles textos fossem lidos em conjunto. Nesse sentido, a reunião dos textos em uma edição pode ser entendida como um fator relevante para compreender a circulação das ideias e do programa de pesquisa da “Escola de Chicago”.

“Em essência, o livro anunciava a chegada da “Escola de Chicago” de Sociologia Urbana, definindo uma agenda para os estudos urbanos que persiste até hoje. Superando os desafios de outras visões, a Escola manteve uma marcada longevidade, que é um tributo à encantadora simplicidade de seu modelo, à tenacidade de seus adeptos, os quais vieram a construir uma bibliografia formidável, e ao fato de que o

modelo “funcionava” na sua aplicação a várias cidades diferentes por um longo período de tempo” (Dear, 2002, p. 5)⁶⁵.

Embora o livro tenha sido publicado em 1925, seu primeiro capítulo, “The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City”, data de dez anos antes, quando Robert Park, que assumia posição de destaque no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, o publicou na forma de artigo no *American Journal of Sociology*⁶⁶. O texto é composto por uma série de observações sobre temas relativos ao estudo da vida nas cidades, questões que, segundo Park, até então só haviam sido exploradas pela literatura e nas páginas de jornais⁶⁷. Logo no início, ele aponta seu objetivo: indicar um programa para o estudo da vida urbana.

“Estamos em débito principalmente com os escritores de ficção pelo nosso conhecimento mais íntimo da vida urbana contemporânea. Mas a vida das nossas cidades demanda um estudo mais inquisitivo e imparcial até mesmo do que os que Emile Zola nos deu em seus romances “experimentais” e nos anais da família Rougon-Macquart.

Precisamos de tais estudos, senão por outra razão que para nos permitir ler de modo inteligente os jornais. O motivo pelo qual a crônica diária do jornal é tão chocante, e ao mesmo tempo tão fascinante, ao leitor médio é que ele conhece tão pouco sobre a vida da qual o jornal trata.

As observações que seguem têm como objetivo definir um ponto de vista e indicar um programa para o estudo da vida urbana: sua organização física, suas ocupações e sua cultura” (Park, 1925, p. 3 – grifo nosso)⁶⁸.

Park trata de quatro grandes temas e, separando em subtópicos, apresenta comentários gerais sobre cada um deles, seguidos de questionamentos que orientariam as investigações. Para a análise

⁶⁵ Tradução livre de: “In essence, the book announced the arrival of the “Chicago School” of urban sociology, defining an agenda for urban studies that persists to this day. Shrugging off challenges from competing visions, the School has maintained a remarkable longevity that is a tribute to its model’s beguiling simplicity, to the tenacity of its adherents who subsequently constructed a formidable literature, and to the fact that the model “worked” in its application to so many different cities over such a long period of time” (Dear, 2002, p. 5).

⁶⁶ A bibliografia reconhece que a imprensa da universidade de Chicago, responsável pela publicação do *American Journal of Sociology*, teve relevância para o sucesso e a difusão das ideias da “Escola de Chicago” e de seu departamento de Sociologia (Turner, 1988, p. 330)).

⁶⁷ Robert Park exerceu, durante a parte de sua vida, a profissão de jornalista e foi um “muckraker”, jornalistas que “denunciavam” as más condições de vida nos Estados Unidos. Esse plano de fundo costuma ser evocado para explicar o engajamento da “Escola de Chicago” com questões “mundanas” da cidade. No entanto, pode-se citar, também, uma tradição de engajamento com a comunidade local que era marcante na Universidade de Chicago como um todo que antecedia à contratação de Park.

⁶⁸ Tradução livre de: ““We are mainly indebted to writers of fiction for our more intimate knowledge of contemporary urban life. But the life of our cities demands a more searching and disinterested study than even Emile Zola has given us in his “experimental” novels and the annals of the Rougon-Macquart family.

We need such studies, if for no other reason than to enable us to read the newspapers intelligently. The reason that the daily chronicle of the newspaper is so shocking, and at the same time so fascinating, to the average reader is because the average reader knows so little about the life of which the newspaper is the record.

The observations which follow are intended to define a point of view and to indicate a program for the study of urban life: its physical organization, its occupations, and its culture” (Park, 1925, p. 3).

desenvolvida aqui, é interessante trazer o que é apresentado em relação ao respeito do “traçado da cidade”, pois ilustra o caráter de “programa” do artigo com uma reflexão que tocava a prática do planejamento urbano.

“The City Plan and Local Organization” é o primeiro subtítulo do artigo. Nele, Park trata das diferentes partes da cidade, em seus aspectos físicos, abordando o “traçado” da cidade, a vizinhança e as “colônias” e as áreas segregadas.

Segundo Park, a organização e a distribuição da população da cidade não seriam totalmente controláveis, mas poderiam ser conhecidas e estudadas por meio da análise do crescimento urbano. Apesar do seu traçado, sua “planta”, estabelecer os contornos e ordenar aspectos da cidade, dentro dos limites de suas prescrições, os processos inevitáveis da natureza humana, agiriam para diferenciar e caracterizar suas várias áreas e edificações (Park, 1925, p. 5).

[...] algumas das primeiras coisas que queremos saber a respeito da cidade são:

Quais [as fontes] da população da cidade?

Que parte de seu crescimento populacional é normal, isto é, devido a excesso de nascimento sobre mortes?

Que parte é devida a migração: a) de contingentes nativos; b) de continentes estrangeiros?

Quais as áreas “naturais” notáveis, isto é, as áreas de segregação populacional?

Como a distribuição da população dentro da área citadina é afetada por: a) interesse econômico, isto é, valor da terra? B) por interesse sentimental, raça, vocação etc?

Onde, dentro da cidade, se observa declínio populacional? Onde se observa expansão?

Onde é que o crescimento populacional e o tamanho das famílias em diferentes áreas naturais da cidade se correlacionam com nascimentos e mortes, com casamentos e divórcios, com aluguéis de casa e padrões de vida?” (Park, 1984 [1925])

The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City

Títulos e subtítulos

- I. The City Plan and local organization
 - i. The City Plan
 - ii. The Neighborhood
 - iii. Colonies and Segregated Areas
- II. Industrial Organization and Moral Order
 - i. Vocational Classes and vocational types
 - ii. The Stock Exchange and the mob
- III. Secondary Relations and Social Control
 - i. The church, the school and the Family
 - ii. Commercialized vice and the liquor traffic
 - iii. Party politics and publicity
 - iv. Advertising and social control
- IV. Temperament and Urban environment
 - i. Mobilization of the individual man
 - ii. Temperament and social contagion

Quadro 3- Estrutura do artigo “The City” (Park, 1984 [1925])

Com essa estrutura de texto, Park lançou conceitos que repercutem na pesquisa urbana até hoje. Muitos dos temas e das ideias que foram apresentadas poderiam não ser totalmente originais, mas recebiam, naquele contexto, uma abordagem conjunta e que valorizava a composição de uma análise sistemática sobre as questões urbanas.

Embora houvesse, na “Escola de Chicago”, pluralidade de abordagens e isso fosse em grande parte favorecido e estimulado por Robert Park, alguns princípios que orientaram a reflexão que se desenvolveu de forma pioneira naquele momento estavam colocados nesse artigo. A cidade, nesse contexto, era interpretada por um duplo viés, que pode ser identificado nas leituras urbanas até os dias de hoje: como instituição e como uma estrutura – com uma dimensão “cultural” e outra “natural” (Eufrásio, 2008, p. 5). Isso refletia a distinção entre a ecologia e o aspecto social presente nos processos de interação. A proposição caracterizava a cidade como entidade humana, e não somente como mero espaço e conjunto de infraestruturas. Essa dualidade foi um elemento fundamental para que se pudesse configurar um campo de pesquisas urbanas e esteve presente no discurso de Anhaia Mello.

“Muito do que geralmente consideramos a cidade – suas quadras, organização formal, edifícios, linhas de bondes – são, ou parecem ser, mero artefato. Mas estas coisas por si só são meros serviços, instrumentos acidentais que somente se tornaram parte da cidade viva quando, e enquanto, são usadas e não vão se conectar, como uma ferramenta na mão do homem, com as forças vitais residentes nos indivíduos e na comunidade.

A cidade é, finalmente, o habitat natural do homem civilizado. Por isso é uma área cultural caracterizada por seu próprio tipo cultural característicos” (Park, 1952 [1925])⁶⁹.

Mas as cidades não seriam “apenas” um produto humano. Seriam também objetos de investigação privilegiados para compreender a natureza da vida em sociedade. Park as caracteriza como o “habitat natural” do homem civilizado, sugerindo que elas teriam características próprias. Nessa discussão, pela qual Anhaia Mello teria interesse nas décadas que seguiram, Park e Burgess dialogavam com Ferdinand Tönnies e Georg Simmel. Uma expressão frequentemente relacionada à “Escola de Chicago” já aparecia nesse texto, mesmo que não tivesse ainda a conotação pela qual ficou famosa: “a cidade como laboratório”.

Nesse caso, a cidade era apresentada como laboratório privilegiado para o estudo do comportamento urbano por conta de uma comparação com a vida no campo – na cidade o comportamento seria mais

⁶⁹ Tradução livre de ““Much of what we ordinarily regard as the city-its charters, formal organization, buildings, street railways, and so forth-is, or seems to be, mere artifact. But these things in themselves are utilities, adventitious devices which become part of the living city only when, and in so far as, through use and wont they connect themselves, like a tool in the hand of man, with the vital forces resident in individuals and in the community. The city is, finally, the natural habitat of civilized man. It is for that reason a cultural area characterized by its own peculiar cultural type. (Park, 1925, p. 2-3).

impessoal, reinariam os controles secundários e dominaria uma racionalidade baseada em interesses e relações econômicas.

“A cidade, e especialmente a grande cidade, onde mais do que em qualquer outro lugar as relações humanas tendem a ser impessoais e racionais, definidas em termo de interesses e em termo de dinheiro, é num sentido bem real um laboratório para a investigação do comportamento coletivo” (Park, 1967 [1925]).

A Cidade, em resumo, revela o bem e o mal na natureza humana em excesso. É esse fato, talvez, mais do que qualquer outro, que justifica a visão de fazer da cidade um laboratório ou clínica na qual a natureza humana e processos sociais podem ser conveniente e proveitosamente estudados” (Park, 1925, p. 46)⁷⁰

A distinção da cidade, como um lugar onde dominam as relações secundárias, remonta aos conceitos de *Gesellschaft* (comunidade) e *Gemeinschaft* (sociedade) de Ferdinand Tönnies e às proposições de Georg Simmel⁷¹, de quem Park fora aluno quando estudou em Berlim entre os anos de 1899 e 1900. Dialogando com esses autores, no entanto, Park revela uma das posturas mais marcantes do programa de pesquisa de Chicago ao não identificar no enorme e improcedente crescimento de Chicago a mera dissolução das relações primárias na cidade, mas sua reconfiguração.

No subtítulo “Relações Secundárias e o controle social”, Park identifica que a emergência de novos métodos de transporte e comunicação tinha ligação com a mudança na organização industrial e da distribuição da população urbana. Com isso, embora relações secundárias ainda dominassem o panorama, ele apontou que novas formas de associação primárias estavam sendo geradas na cidade – em comunidades. Segundo ele, “a natureza geral dessas mudanças é indicada pelo fato de que o crescimento das cidades tem sido acompanhado pela substituição de relações indiretas, secundárias, por relações diretas – cara-a-cara – na associação de indivíduos na comunidade”⁷².

“sob as influências desintegradoras da vida urbana, a maior parte de nossas instituições tradicionais, a igreja, a escola e a família, tem sido largamente modificada. A escola, por exemplo, assumiu alguma das funções da família. É em torno da escola pública e de sua solicitude pelo bem estar moral e físico das crianças que novos

⁷⁰ Tradução livre de “The City, in short, shows the good and evil in human nature in excess. It is this fact, perhaps, more than any other, which Justifies the view that would make of the city a laboratory or clinic in which human nature and social processes may be conveniently and profitably studied” (Park, 1925, p. 46).

⁷¹ A aproximação da “Escola de Chicago” com Simmel e seu artigo “As grandes cidades e a vida do espírito”, também traduzido como “A Métropole e a vida mental” (1903) não é rara. Para uma problematização sobre as posturas da “Escola de Chicago” e de Simmel sobre a cidade e o urbano, ver Santos, 2012 e Antunes, 2014.

⁷² Tradução livre de: “The general nature of these changes is indicated by the fact that the growth of cities has been accompanied by the substitution of indirect, “secondary”, for direct, face-to-face, “primary” relations in the associations of individuals in the Community”.

elementos, como um novo espírito de vizinhança e comunidade tende a se organizar” (Park, 1925, p. 33)⁷³.

“Parte significativa da população das grandes cidades, incluindo aquela que reside em apartamentos, vivem como em hotéis, encontrando, mas sem conhecer uns aos outros. O efeito disso é a substituição das relações fortuitas e casuais por aquelas mais íntimas e permanentes de uma comunidade menor” (Park, 1925)⁷⁴.

Robert Park também apresenta, nesse artigo, a ideia de mobilidade, que difere daquela do planejamento de transportes, mas encontra seu lugar no planejamento urbano. Segundo ele, se a cidade grande teria tornado os contatos e associações entre indivíduos mais transitórios e instáveis, teria também multiplicado as oportunidades de associação. Nesse sentido, ao lado dos novos meios de comunicação e de transporte, o processo de segregação é visto por Park como algo que não é, por si só, negativo ou positivo, mas um gerador de diversas das oportunidades ofertadas pela cidade grande, permitindo estar em diversos “mundos” quase ao mesmo tempo, transitando entre regiões morais. Essa temática seria recuperada por Burgess em “The Growth of the City” (1925 [1922])⁷⁵.

“os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram. Isso torna possível que indivíduos passem rápida e facilmente de um meio moral para o outro e encoraje o fascinante, mas perigoso, experimento de viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes, contíguos, mas talvez muito separados. Tudo isso tende a dar um caráter superficial e adventício para a vida urbana. Isso tende a complicar as relações sociais e a produzir novos e divergentes tipos de indivíduos. Isso introduz, ao mesmo tempo, um elemento de acaso e aventura, que amplifica o estímulo da vida urbana e a torna peculiarmente atrativa para os nervos jovens e frescos. A atração da cidade grande é talvez uma consequência dos estímulos que atuam diretamente sobre os reflexos. Como um tipo de comportamento humano, pode ser explicado, como a atração da mariposa pela chama, como uma forma de tropismo (Park, 1984 [1925])⁷⁶.

⁷³ Tradução livre de “Under the disintegrating influences of city life most of our traditional institutions, the church, the school, and the family have been greatly modified. The School, for example, has taken over some of the functions of the Family. It is around the public school and its solicitude for the moral and physical welfare of the children that something like a new neighborhood and Community spirit tends to get itself organized”.

⁷⁴ Tradução livre de: “A very large part of the populations of great cities, including those who make their homes in tenements and apartment houses, live much as people do in some great hotel, meeting but not knowing one another. The effect of this is to substitute fortuitous and casual relationship for the more intimate and permanent associations of the smaller Community”.

⁷⁵ Lembramos que a primeira versão do artigo “The City” foi publicada em 1915. Ela já continha esse conteúdo.

⁷⁶ Tradução livre de: The processes of segregation establish moral distances which make the city a mosaic of little worlds which touch but do not interpenetrate. This makes it possible for individuals to pass quickly and easily from one moral milieu to another and encourages the fascinating but dangerous experiment of living at the same time in several different contiguous, perhaps, but widely separated worlds. All this tends to give to city life a superficial and adventitious character; it tends to complicate social relationships and to produce new and divergent individual types. It introduces, at the same time, an element of chance and adventure, which adds to the stimulus of city life and gives it for young and fresh nerves a peculiar attractiveness. The lure of great cities is perhaps a consequence of stimulations which act directly upon the reflexes. As a type of human behavior it may be explained, like the attraction of the flame for the moth, as a sort of tropism”.

The Growth of the City: An Introduction to a Research Project – 1922

“The Growth of the City: An Introduction to a Research Project” é o terceiro material que caracteriza o programa de pesquisa da “Escola de Chicago”. O artigo, escrito em 1922 (Eufrásio, 2013, p. 75) por Ernest Burgess, foi publicado como o segundo capítulo no livro “The City” (Park et al., 1925, p. 47-62). Com o objetivo de apresentar uma hipótese de partida para a segunda geração de pesquisas que estavam sendo desenvolvidas no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago sobre o crescimento da cidade⁷⁷, avançava frente aos textos que o antecedeu (Eufrásio, 2013, p. 56) e propôs a análise da estrutura da cidade, ausente em “Introduction to the Science of Sociology”⁷⁸ (Eufrásio, 2013, p. 74).

“A partir daí, [“The Growth of the City”] passou a influir sobre o programa de pesquisas sobre a cidade com força só comparável ao artigo de Park (1915) republicado com revisões no mesmo volume de 1925. Representa por um lado os resultados obtidos na primeira fase de pesquisas sem financiamento; por outro, um ponto de partida da segunda fase, capaz de lastrear pesquisas futuras, o que é confirmado por seu subtítulo” (Eufrásio, 2013, p. 78).

Embora o artigo apresente, junto com “Urbanism as a way of Life” (Wirth, 1938), os elementos mais citados e reproduzido da “Escola de Chicago” entre os urbanistas nos dias de hoje, sendo apontado como marco inicial, por exemplo, de pesquisas sobre segregação e de estudos sobre a forma urbana, seu papel e relevância no contexto original não pode ser compreendido somente com base nas referências feitas a ele nas últimas décadas. Sua abordagem é mais ampla e de tom mais especulativo do que a sua vulgata, a qual ainda hoje é feita referência nos livros introdutórios dos estudos urbanos⁷⁹.

⁷⁷ Burgess (1925) chega a apontar que o artigo poderia servir como introdução para qualquer um dos cinco ou seis projetos que estavam sendo desenvolvidos no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago naquele momento.

⁷⁸ “Assim, não há ainda um tratamento da estrutura urbana em Park & Burgess 1921; mas está presente a ideia inicial, já bastante nítida, da ecologia humana e a sugestão de alguns conceitos importantes, cuja trama não deixa de apresentar vigor” (Eufrásio, 2013, p. 74).

⁷⁹ O artigo é famoso por apresentar, pela primeira vez, o que ficou conhecido como o modelo dos círculos concêntricos da forma urbana (Burgess, 1925 [1922]). Na tradição brasileira de pesquisa que subsidiam o planejamento das cidades, a obra de Villaça, que recupera a tradição marxista de Sociologia Urbana francesa, situa o “modelo dos ciclos concêntricos” como o primeiro de uma série de modelos urbanos que teriam sido discutidos ao longo do Século XX.

Villaça e suas referências francesas não foram os únicos que ressaltaram o conteúdo desse texto de Burgess como uma análise de morfologia urbana. De fato, essa é uma questão abordada pelo sociólogo de Chicago, mas ela não tinha, então, a relevância que parece ter adquirido nas décadas que seguiram sua publicação.

Os conceitos apresentados inicialmente em “The City” e em “Introduction to the Science of Sociology” são retomados nesse artigo, que permite vislumbrar, de modo direto, a relação entre a teoria da desorganização e a visão de Park sobre as comunidades e as regiões morais das cidades. Tudo isso recebe uma significação espacial no artigo, o que permite que os diversos elementos da “Escola de Chicago” sejam interpretados dentro de uma unidade “compreensiva”, a cidade.

Burgess aponta, no princípio do artigo, a necessidade de compreender o crescimento da cidade de modo mais amplo do que teria sido feito até aquele momento. Três processos, segundo ele, caracterizariam o que estaria acontecendo nas grandes cidades americanas – a extensão, a sucessão e a centralização.

A extensão se referia ao crescimento físico das cidades, que levava à formação do que, nos Estados Unidos, era então conhecido como áreas metropolitanas (“metropolitan areas”). A análise desse viés seria o que estaria mais avançado dentre os três processos, sendo realizada pelos profissionais preocupados com as questões de desenvolvimento regional, zoneamento e planejamento urbano (Burgess, 1925 [1922]). Burgess (ibidem) ressaltou, de modo interessante para esta pesquisa, que estudos para antever a direção do crescimento das cidades já eram realizados para calcular a demanda por novas infraestruturas e as questões sobre esses aspectos já estavam sendo colocadas por iniciativas como o Regional Plan of New York and Its Environs e a Chicago Regional Planning Association. Essas referências estão ligadas ao que havia de mais desenvolvido em termos de planejamento urbano naquele momento e revelam um diálogo da Sociologia que estava sendo desenvolvida com as iniciativas de ordenamento territorial.

O “Esquema dos Círculos Concêntricos” é apresentado para tratar da expansão como um processo e teria no seu fundamento o processo de sucessão, como nas comunidades vegetais. A cidade tenderia a crescer a partir de forças radiais que expandiriam as zonas da cidade cada vez mais para fora. Assim, como no “ciclo das relações étnicas” (Coulon, 1995, p. 41) (ou “teoria da desorganização” (Bulmer, 1984, p. 58), a cidade é encarada como em equilíbrio dinâmico, constantemente se alterando, mas mantendo determinadas características.

Figura 1 - Zonas urbanas segundo o princípio da expansão radial da cidade (Burgess, 1925).

De acordo com o modelo, o processo típico da expansão da cidade poderia ser explicado por meio de círculos concêntricos que representariam simultaneamente as sucessivas zonas da extensão urbana, o processo histórico de crescimento da cidade e as áreas que se diferenciavam no processo. Um ponto fundamental dos estudos que estavam sendo desenvolvidos por aqueles sociólogos era a identificação dos novos “problemas urbanos” com a pluralidade e o crescimento que começava a formar grandes cidades.

A partir do centro da cidade, encontrar-se-iam cinco zonas: (I) “Loop”, composto pelo “Central Business District” (C.B.D.); (II) área de transição em degradação, com habitações de custo mais baixo, comércio e alguma manufatura leve; (III) região de moradia dos trabalhadores industriais que conseguiram evitar a área II, mas que ainda queriam viver próximo ao emprego; (IV) a área residencial, com apartamentos de classe alta e residências unifamiliares e, por último, (V) a zona dos “commuters”. Fazendo um paralelo com a ecologia vegetal, Burgess indicava que, por meio do processo de “sucessão”, cada uma das zonas mais internas tenderia a se expandir sobre a subsequente (Burgess, 1925, p. 356).

Um terceiro processo, duplo, também é considerado relevante para o estudo das cidades – a concentração em torno do C.B.D. em vários termos ao lado de um antagônico processo de descentralização. O centro comercial e de negócios se expandiria e, mesmo que surgissem subcentros, não deixaria de ganhar relevância naquele momento. A cidade se organizaria a partir dele.

O processo fora identificado em Chicago, mas existia uma intenção de generalização nas colocações de Burgess. Na Chicago do começo do século XX, o crescimento da população da cidade acontecia

principalmente por causa da chegada de imigrantes, que se instalariam inicialmente no entorno do C.B.D. (a zona de transição) e, conforme avançassem economicamente, buscariam casas mais amplas nos círculos mais externos. Os círculos internos tenderiam a crescer sobre os externos e a cidade, como um todo, cresceria em extensão horizontal. Subcentros se desenvolviam, mas não rompiam com a lógica geral do crescimento da cidade.

Apesar de críticas à vulgata do que ficou conhecido como “modelo urbano de Burgess” a respeito da rigidez como a forma urbana seria tratada, o próprio autor já apontava, naquela primeira exposição, limites importantes para o que estava levantando. Os círculos concêntricos realçavam a tendência centrípeta do desenvolvimento urbano, não um modelo de como Chicago ou qualquer outra cidade teria se desenvolvido.

“Nem Chicago, nem qualquer outra cidade se encaixa perfeitamente neste esquema ideal. Complicações são introduzidas pela orla do lago, o rio Chicago, as linhas ferroviárias, fatores históricos da localização industrial e o nível relativo de resistência das comunidades a invasões, etc”.⁸⁰ (Burgess, 1925 [1922]).

A conexão entre a estrutura urbana e o conteúdo que predomina no contexto da “Escola de Chicago” é apresentada no artigo sob o subtítulo de “Organização e desorganização social como processos de metabolismo”. Retomando os conceitos de William Thomas, aos quais Robert Park deu sua própria interpretação em “Introduction to the Science of Sociology” (Park e Burgess, 1969 [1921]), Burgess aponta que o crescimento urbano poderia ser encarado como resultado de atos de desorganização e organização similares aos processos anabólicos e catabólicos do metabolismo do corpo⁸¹. Com isso, colocava que a desorganização não deveria ser encarada meramente como patologia, mas como algo normal e parte de um ciclo que levava a sociedade à frente. Veremos adiante que Anhaia Mello lida com esse tema, mas assume uma postura que diverge do tom geral do programa de pesquisa quanto a ele. Os imigrantes, em particular, enfrentariam isso ao chegarem às grandes cidades:

“[...] desorganização, como processo preliminar à reorganização de atitudes e conduta, quase invariavelmente configura o grupo de recém-chegados à cidade, e o descarte do repertório cultural habitual, e muitas vezes do que lhe foi o código de moralidade, não raramente é acompanhado de acentuado conflito mental e senso de perda pessoal. Mais frequentemente, talvez, esta transformação que se dá no indivíduo ocorra mais cedo ou mais tarde na forma de um sentimento de emancipação e de um impulso para novas metas”.

⁸⁰ Tradução livre de “Neither Chicago nor any other city fits perfectly into this ideal scheme. Complications are introduced by the lake front, the Chicago River, railroad lines, historical factors in the location of industry, the relative degree of the resistance of communities to invasion, etc.”

⁸¹ É interessante pontuar que, nesse caso, ao invés de uma apropriação das ideias da biologia e da ecologia – como pontuamos que aconteceu em *Introduction to the Science of Sociology* (Park e Burgess, 1969 [1921]) –, é realizado um paralelo interpretativo a elas.

Tal qual Park ressaltara o papel da competição nas determinações distributivas da sociedade, Burgess identifica que os processos de desorganização e reorganização seriam responsáveis pela diferenciação e pelos agrupamentos culturais e econômicos que imprimem caráter às cidades e suas regiões. Isso aconteceria, segundo ele, por “processo de distribuição que peneira (“filters”) e sorteia e reloca os indivíduos e grupos por residência e ocupação” (Burgess, 1925: 360-1)⁸².

Separação e o agrupamento, considera Burgess, dão caráter às cidades, proposição que viabiliza e sustenta o estudo de suas partes para além fatores econômicos.

“A segregação limita o desenvolvimento em certas direções, mas deixa-o livre em outras. Essas áreas tendem a acentuar certos característicos, atraindo e desenvolvendo suas respectivas espécies de indivíduos e assim vindo a se tornar ainda mais diferenciada” (Burgess, 1925: 362).

O último aspecto tratado no artigo é a mobilidade dos indivíduos, identificada por Burgess como um indicador do estado do metabolismo da cidade. Em nova referência biologicista, a compara com o “pulso” do corpo humano.

Métodos e pesquisas da Escola de Sociologia de Chicago

A compreensão da “Escola de Chicago” a partir de um programa de pesquisa constituído pelos três trabalhos tratados anteriormente faz com que a caracterizemos como uma empreitada coletiva de pesquisa que partiu de bases comuns – questionamentos, temas, ferramentas, etc – mas que seguiu para diversas direções, nas pesquisas desenvolvidas. Há grande pluralidade nos temas dos trabalhos orientados por Park, Burgess⁸³ e, mais tarde, por alguns de seus ex-alunos.

Para Coulon (1995, p. 08), nem sempre a “Escola de Chicago” apresentou uma abordagem teórica coerente entre seus membros ou uma corrente de pensamento homogêneo, mas

[...] apresenta diversas características que sem dúvida lhe conferem uma grande unidade e lhe atribuem um lugar particular e distinto na Sociologia americana.

⁸² Burgess descreve, portanto, a sucessão dos círculos concêntricos como um processo de peneiramento (filtering), conceito atualmente empregado para tratar de mercados residenciais. Quando McKenzie (1923, p. 8) faz referência a essa mesma questão, cita Adna Ferrin Weber como referência.

⁸³ Park e Burgess não produziram um trabalho seminal em que articulasse uma visão completa sobre as cidades, mas a diversidade e o sucesso das monografias elaboradas sob suas orientações costumam ser ilustrativa sobre sua abordagem. Alguns de seus alunos lidaram com “áreas naturais” (Harvey Zorbaugh analisou a Gold Coast e as slums do norte de Chicago, Louis Wirth analisou a região judaica da cidade e McKenzie estudou a vida local em Columbus, Ohio). Outros se focaram em fenômenos específicos (como a criminalidade (Clifford R. Shaw, David Bogue e McKay) ou as perturbações mentais nas áreas urbanas (Robert L. Faris e Warren Dunham). Houve ainda estudos sobre grupos sociais, étnicos e raciais, como os hobos (Nels Anderson) e as gangues (Frederic Thrasher).

A Sociologia de Chicago caracteriza-se antes de mais nada pela pesquisa empírica e marca uma virada no impacto que a investigação sociológica terá sobre a sociedade. Com efeito, antes do aparecimento desses trabalhos empíricos, as investigações sociológicas eram orientadas para as “pesquisas sociais”, muito impregnadas de moralismo e mais próximas do jornalismo investigativo que da investigação científica, como, por exemplo, a pesquisa de Pittsburgh sobre a condição operária⁸⁴. Ao contrário, a tendência empírica será marcada pela insistência dos investigadores em produzir conhecimentos úteis para a solução de problemas sociais concretos” (Coulon, 1995, p. 08).

A “Escola de Chicago” é reconhecida como um centro de pesquisas qualitativas e empíricas. Apesar disso, não encontraremos nos escritos relacionados a ela grandes descrições sobre métodos, pois esse tema aparecia de forma implícita. Nas décadas de sua existência, não eram oferecidos cursos sobre metodologia de pesquisa no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago e o “aprendizado” sobre isso acontecia no contato direto com os professores⁸⁵ (Cavan, 1983, p. 413). Eram escassas, também, as notas sobre métodos adotados nas monografias, o que mostra que se tratou de um momento de transição para a pesquisa na disciplina.

“Poucos dos estudos publicados contêm comentários muito claros ou adequados sobre a consciência dos métodos de pesquisa na Sociologia daquele tempo. Por exemplo, existiam poucos manuais de metodologia de pesquisa publicados antes de 1930. A indicação dos métodos usados nas monografias empíricas não era rigorosa naquela época como é nos dias de hoje” (Bulmer, 1984, p. 90)⁸⁶.

A pluralidade de abordagens era marcante e fruto desse rigor diferente no começo do século passado, de modo que Bulmer (1984, p. 100) aponta que uma mesma pesquisa nunca se baseava em um só método. Um estudo típico, segundo ele, envolvia pesquisa de literatura, uso de documentação histórica e atual, entrevistas de diversos tipos, observação de atividades relevantes, a coleção de documentos pessoais e informação estatística que relacionasse o objeto de estudo com a estrutura ecológica. Cavan (1983, p. 408) relata, no entanto, não julgar que os estudantes fossem inovadores e que aceitavam acriticamente os métodos que eram propostos por seus supervisores⁸⁷.

⁸⁴ Trata-se de uma referência à “The Pittsburgh Survey”, um levantamento pioneiro realizado entre os anos de 1907 e 1908 e financiado pela Russel Sage Foundation, mesma instituição que financiou o Regional Plan of New York and its Environs, sobre as condições urbanas.

⁸⁵ “No courses on methods of research were offered. Students learned how to do research by following their professors’ suggestions for the writing terms papers, and later by a kind of informal apprenticeship to one professor for the production of the Master’s thesis or the Ph.D. dissertation” (Cavan, 1983, p. 413).

⁸⁶ Tradução livre de: “Few of the published studies contain very explicit or adequate statements about the self-consciousness about research methods in sociology at that time; for example, there were few textbooks on research methodology published before 1930. The statement of the methods used in an empirical monograph was not de rigueur at that time to the extent that it is today”. (Bulmer, 1984, p. 90)

⁸⁷ “students were general not innovative. We accepted uncritically the four wishes of Thomas and the many new concepts and methods, and eagerly snatched at the suggestions thrown out by the faculty in terms papers and

Em *The Polish Peasant* (Thomas, 1915) já se percebiam inovações com uma pesquisa focada em fontes até então pouco utilizadas em conjunto nas pesquisas sociológicas. Bulmer (1984, p. 45-6) aponta que “o elemento comum da Sociologia de Chicago, o compromisso com a pesquisa empírica, deveu muito ao exemplo estabelecido por Thomas”. Naquela pesquisa já ficava claro que o foco empírico não significava deixar de olhar para o todo e buscar, a partir dele, a generalização na forma de teorias sobre a sociedade.

“A análise estava assentada sobre material empírico de modo que a teoria era pouco citada e frequentemente implícita. Mas forneceu um modelo para a tradição de pesquisa de Chicago, misturando dados empíricos e generalização como uma contribuição à construção de teoria” (Bulmer, 1984, p. 58)⁸⁸.

Thomas utilizou uma variedade significativa de fontes materiais, obtidas tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Cartas familiares, diários e histórias de vida escritas a partir da requisição dos pesquisadores foram complementadas pelo uso de fontes de terceira-pessoa sobre os poloneses nos dois lados do Oceano Atlântico, como jornais e registros judiciais, de agências sociais e instituições religiosas e comunitárias (Bulmer, 1984, p. 54).

Apesar disso, o aspecto que talvez tenha sido mais característico da abordagem de pesquisa da “Escola de Chicago” esteve ligado a Park e a relação com a cidade que ele desenvolveu durante os anos em que desempenhou a profissão de jornalista. Tratava-se de conhecer a cidade e, principalmente, da observação⁸⁹. O próprio relatou:

“Escrevi sobre todo tipo de coisas e tornei-me, dessa forma, intimamente consciente de vários aspectos da vida urbana. Imagino que fui mais longe, caminhando por cidades em diferentes partes do mundo, que qualquer outro homem vivo. Disso, ganhei, entre outras coisas, uma concepção de cidade, da comunidade e da região, não meramente como um fenômeno geográfico, mas como um tipo de organismo social” (Park apud Bulmer, 1984, p. 90)⁹⁰.

dissertations. The period was one of growth for sociology and of great stimulation for both faculty and students” (Cavan, 1983, p. 408).

⁸⁸ Tradução livre de: “The analysis was grounded in empirical material to such an extent that the theory was understated and often implicit. But it provided a model for the Chicago tradition of research, blending empirical data and generalization as a contribution to theory-building” (Bulmer, 1984, p. 58).

⁸⁹ De acordo com Cavan (1983, p. 414). “Neither case studies nor statistical surveys were the mode, but rather observation, participant or otherwise. This method was not formalized nor named at the time, but was the basis for a number of studies, both of specific types of behavior and local communities”

⁹⁰ Tradução livre de: “I wrote about all sorts of things and became in this way intimaly acquainted with many different aspects of city life. I expect that I have actually covered more ground, tramping about in cities in different parts of the world, than any other living man. Out of all this I gained, among other things, a conception of the city, the community, and the region, not as a geographical phenomenon merely but as a kind of social organism. (Park apud Bulmer, p. 90).

A “Escola de Chicago” se destacou por conta de uma série de monografias produzidas durante os anos 1920 e no começo da década seguinte (Bulmer, 1986, p. 89). Essas pesquisas abarcavam diversos temas, mas se focavam na questão das cidades e seguiam princípios e proposições do programa de pesquisa elaborado pela dupla.

Assim, mesmo que se considere que nem todos os professores e orientandos do Departamento de Sociologia tenham feito parte da “escola”, que ela tenha se limitado ao estudo da própria cidade de Chicago, a pluralidade é uma de suas características. Por isso, mais do que tratar das “conclusões” da “Escola de Chicago”, é pertinente tratar de seus pressupostos, práticas e de seu desenvolvimento.

O reconhecimento de um programa de pesquisa que caracteriza e explica a “Escola de Chicago” não implica apontar que este estava colocado, em seu tempo, da mesma forma explícita e organizada como tratamos dele agora. Por certo, os três textos que tratamos circularam – e muito – na primeira metade do Século XX dentro e fora dos Estados Unidos, mas não eram os únicos trabalhos sobre os temas que existiam em Chicago, nem eram os alunos do Departamento de Sociologia alheios a todo clima e discussão sociológica de seu tempo. O fato de que diversas pesquisas tenham sido desenvolvidas a partir das proposições que estavam naqueles artigos é interessante, pois significa que os pontos e aspectos do “programa” foram encarados por diferentes personagens e, por vieses, por leituras distintas, que difundiram seu conteúdo.

A falta da clareza dos elementos desse programa de pesquisa, ou seja, de uma visão do todo, também faz com que faça pouco sentido tratar de conclusões e teorizações da “Escola de Chicago” como um todo. Eufrásio (2013) considera que, em artigo chamado “*Urban Areas*”, Burgess (1929) teria apresentado uma versão refinada das proposições de seu primeiro artigo, retrabalhada após a conclusão de uma das levas de “trabalhos empíricos” da escola⁹¹. Seu objeto de análise, no entanto, é a teoria da estrutura urbana que teria sido proposta pela “Escola de Chicago”. Por isso, em seu livro ele toma esse artigo, reconhecido pela bibliografia⁹² como a mais completa exposição da questão por seus autores, como uma espécie de “fechamento” do desenvolvimento do programa de pesquisa. Outros textos poderiam ser selecionados para realizar o mesmo procedimento em relação a outros

⁹¹ No artigo, parte do relatório de divulgação dos avanços das pesquisas realizadas com o patrocínio da Laura Speller Rockefeller Memorial (Eufrásio, 2013, p. 154-5), Burgess apresenta um breve balanço dos trabalhos de doutorado orientados sob a referência do “programa de pesquisa”.

⁹² Eufrásio (2013) cita os elogios de James Quinn e Leo F. Schnore em meados do século a esse artigo.

temas que o “programa de pesquisa” lançou, mas esse exercício – que está além do escopo desta pesquisa – geraria uma imagem anacrônica de organização das atividades da “Escola de Chicago”⁹³.

O próprio Robert Park, no final da década de 1930⁹⁴, ao resenhar um livro que buscava “remontar” de modo crítico as proposições ecológicas da “Escola de Chicago”, reconheceu que o conjunto das pesquisas que ficaram conhecidas como ecológicas não constituíam um corpo consistente – mas destaca que havia hipóteses sendo levantadas e que isso era importante, parte da prática científica. Segundo ele:

“O autor deste volume [“Social Ecology”] procurou reunir, como peças de um quebra-cabeça, preceitos, hipóteses e teorias, que ela encontrou em escritos disperses da escola. Ela o fez, aparentemente, na expectativa o una esperança de que quando as diferentes partes fossem colocadas no lugar, elas formariam um todo consistente e inteligente. O resultado foi frustrante, mas ainda assim interessante.

Nessa questão de doutrinas e escolas de pensamento, consistência de fato é uma jóia, mas a ciência opera, como um todo, com hipóteses que raramente alcançam a finalidade que esperamos e demandamos nas doutrinas das escolas de pensamento” (Park, 1939)⁹⁵.

Tratando do conjunto de pesquisas, Park destacou, na ocasião, que havia então imaturidade na estrutura lógica dos estudos que estavam sendo desenvolvidos, assim como inconsistência no emprego de termos e conceitos caros ao que viria a ser conhecido como uma “escola”. O *mea culpa* tardio de Robert Park deve ser relativizado, mas é interessante notar que, apesar dessas características de especulação inicial, as ideias e posturas da “Escola de Chicago” foram relevantes nas décadas de 1920 e 1930 e décadas depois se colocaram como referência para múltiplos campos.

⁹³ A caracterização de um “fechamento” para a “Escola de Chicago” é útil e particularmente relevante para discussão do tema da estrutura urbana, porque, após Park e Burgess, a questão teve diversos desdobramentos, também apresentados no livro de Eufrásio (2013), que tiveram como referência fundamental os estudos caracterizados como ecológicos de Chicago. No entanto, esse é somente um de vários temas e abordagens que partiram do programa de pesquisa que merece ser ressaltado – estudos sobre criminologia, vizinhança, ação comunitária, comunicação e outros temas encontram suas raízes na “Escola de Chicago”.

⁹⁴ A referência da resenha de Park (1939) do livro “Social Ecology”, de Alihan Milla Aïssa, consta em Eufrásio (2013, p. 130-7), que reproduz a crítica do livro e aponta que grande parte das “acusações e argumentos de Alihan [sobre a ecologia humana] permanecem sem resposta – e são, de fato, em grande parte irrespondíveis. A serenidade e o reconhecimento de Park do caráter ainda imaturo e provisório das teorizações ecológicas até então desarmam o mais agressivo dos oponentes”.

⁹⁵ Tradução livre de “The author of this volume [“Social Ecology”] has sought to collect and piece together, like blocks in a puzzle, precept, hypothesis, and theory, where she found them in the scattered writings of the school. She has done this, apparently, in the expectation or the hope that when the different pieces were fitted into place they would make a consistent and intelligent whole. The result has been disappointing, but nevertheless interesting. / In this matter of doctrines and of schools of thought, consistency is indeed a jewel, but science operates, on the whole, with hypotheses that rarely achieve the finality that we expect and demand in the doctrines of schools of thought”.

2.3. A visão urbana da “Escola de Chicago”

A “Escola de Chicago” de Sociologia foi mais do que suas partes, pois seu programa de pesquisa se desenvolveu de forma gradual e seus estudos aplicados seguiram em diferentes direções, constituindo uma constelação de reflexões que compartilhavam algumas características.

O programa de pesquisa que caracteriza a “Escola de Chicago” ficou conhecido como “ecologia humana”⁹⁶, expressão que gera interpretações diversas. Seu significado variou de acordo com cada pesquisador, mas fica claro que a aproximação com as ciências naturais proposta não alçava a competição biológica à condição de ideal social, como no *laissez-faire*, de um individualismo rígido, ao qual ela se opunha⁹⁷. Ao invés disso, Goist (1978, p. 52) interpreta que a escolha da ecologia orgânica como modelo para o estudo da sociedade buscava, justamente, destacar o que seria especificamente “humano” na organização social. A cidade era vista, assim, simultaneamente como conteúdo físico, “natural”, e humano, “social” (Eufrásio, 2013)

“A teoria de Park sobre a cidade se assenta na ideia de que a sociedade humana é organizada em dois níveis distinguíveis mas interdependentes: o nível simbiótico que os humanos compartilham com a natureza orgânica e o nível cultural que distingue a organização humana das sociedades de plantas e animais. O nível simbiótico, caracterizado pela luta competitiva pela sobrevivência, oferece uma base elementar para o viver em conjunto em próxima associação com organismos diferentes. Essa situação caracteriza as comunidades de plantas e animais; e, ao menos em certo grau, a cidade, com sua miríade de povos e várias áreas étnicas e funcionais, pode ser vista sob essa lente. Mas a sociedade humana é algo mais. Ela é organizada em um nível cultural marcado pela comunicação que torna algum tipo de ação cooperativa possível” (Goist, 1978, p. 52)⁹⁸.

⁹⁶ A “ecologia”, geralmente interpretada como desenvolvimento do Darwinismo, foi proposta por Haeckel no final do Século XIX.

⁹⁷ Tradução livre de “It is clear that Park was as enthusiastic as numerous other intellectuals of his generation about using theories from the natural sciences to help explain social phenomena. In this limited sense he may have been a social Darwinist. But his emphasis upon communication as a basis for corporate action in society indicates that he was not one of those thinkers who raised biological competition to the level of a social ideal. On the contrary, his background, experience and training all indicated to him the importance of Community versus a rugged individualism.”

⁹⁸ Tradução livre de: “Park’s theory on the city rests on the assumption that human Society is organized on two distinguishable but interdependent levels: the symbiotic level which humans share with organic nature, and the cultural level which distinguishes human organization from plant and animal society. The symbiotic level, characterized by a competitive struggle for survival, provides an elementary basis for the living together in close association of dissimilar organisms. This situation characterizes plant and animal communities; and at least to some extent the city, with its myriad of peoples and various distinct functional and ethnic areas, can be seen in this light. But human society is something more; it is organized on a cultural level marked by communication which makes some sort of concerted action possible” (Goist, 1978, p. 52).

A cidade era, para a “Escola de Chicago”, mais do que um palco em que os acontecimentos seriam estudados. A justificativa para que Park buscasse, a partir de “The City”, “definir um ponto de vista e indicar um programa para o estudo da vida urbana: sua organização física, suas ocupações e sua cultura” (Park, 1925, p. 31) era de que, embora as cidades fossem o “habitat do homem civilizado” e tivessem papel de protagonista nos grandes feitos da história humana, ainda seriam pouco conhecidas. A urbanização e a formação de metrópoles estavam a pleno vapor nos Estados Unidos e pretendia-se entendê-las para compreender a nova sociedade que se apresentava.

“[o] fato mais destacado da sociedade moderna é o crescimento das grandes cidades. As enormes mudanças que a indústria produzida pela máquina tem feito em nossa vida social não se tem registrado em nenhuma outra parte com tanta evidência como nas cidades. Nos Estados Unidos a transição de uma civilização rural para uma civilização urbana, embora começando mais tarde do que na Europa, tem ocorrido, se não mais rápida e completamente, de qualquer modo mais de acordo com suas formas mais características” (Burgess, 1970 [1925]).

Sua produção retomava, com um novo olhar, as questões do dia-a-dia que eram abordadas nas pesquisas sociais (“social surveys”) e no jornalismo diário. Seus membros engajavam-se nas várias partes da cidade, analisando, com pretensão científica, os “problemas sociais”, aqueles que se tinha intenção de “resolver”, como típico das grandes cidades modernas (Hans Joas apud Godim, 2016, p. 91) – o vício, o alcoolismo, o crime, etc. – mas buscaram fazê-lo com maior distanciamento do que seus antecessores⁹⁹.

“Os estudos urbanos de Park e Burgess foram concebidos dentro de uma estrutura científica. Sua visão de Sociologia “enfatizava a ciência e a importância de compreender os problemas sociais em termos dos processos e forças que os produzem. Nesse sentido eles diferiam de modo significativo dos estudos de Chicago anteriores na Hull House ou por Charles Henderson, Edith Abbott e Sophonis Breckinridge. No caso, o objetivo era a generalização científica” (p. 89).¹⁰⁰

⁹⁹ Eufrásio esclarece a situação das pesquisas que antecederam à “Escola de Chicago”: “A Sociologia que surgiu ainda no Século XIX nos Estados Unidos assumiu um duplo caráter que a dominou por três décadas, até a I Guerra Mundial, voltando-se, primeiro, para o estudo específico dos “problemas sociais”, como a caridade pública e a recuperação de “desencaminhados”, as condições de habitação, a economia doméstica, o saneamento e a delinquência, geralmente excluídos das disciplinas sociais mais antigas; depois preocupou-se com o crescimento das classes pobres marginalizadas e pelos aspectos patológicos da sociedade que o liberalismo evangélico encarava a partir de suas concepções de saúde física e mental, de probidade moral e do desenvolvimento de uma sociedade baseada num alto grau de cooperação. Com isso fixou-se o pressuposto de que a Sociologia era uma ciência prática voltada para a ação e a reforma sociais. Por outro lado, uma preocupação geral ou sistemática pela sociedade como um todo veio a sugerir que se definissem e estabelecessem categorias apropriadas para a explicação da estrutura da sociedade global e das relações entre os grupos humanos unidos por laços comuns. Até pouco antes do início do período de predomínio da “Escola de Chicago” a Sociologia norte-americana conservou esse caráter duplo” (Eufrásio, 1996, p. 3)

¹⁰⁰ Tradução livre de “Park and Burgess’s urban studies were conceived within a scientific framework. Their view of sociology “emphasized science and the importance of understanding social problems in terms of the processes and forces that produce them”. In this they differed significantly from the earlier Chicago studies at Hull-House,

A intenção de conectar a pesquisa de campo e o empírico com a construção de teoria foi marca e destaque da “Escola de Chicago”. Mesmo nos textos que estabeleceram as hipóteses de pesquisa já ficava clara a intenção de formulações de “leis” sobre o funcionamento das cidades por meio de uma abordagem qualitativa que tinha a observação como procedimento fundamental. No final da década de 1930, Park escreveu:

“Os estudos que agora são descritos como ecológicos emergiram da “social survey”, que caiu no gosto popular nos Estados Unidos com o “survey” de Pittsburg em 1909. Originalmente eles eram pouco mais do que estudos de Geografia Urbana. Eles assumiram o caráter que pode ser descrito como ecológico quando se percebeu que mudanças que ocorriam na organização territorial de comunidades metropolitanas podiam ser previstas e que fatores aprendidos sobre em uma comunidade lançavam luz para mudanças similares em outras” (Park, 1939)¹⁰¹.

Apesar de tratar a “Escola de Chicago” de modo simplificado e, aparentemente, despojada de sua complexidade, Dear (2012) não se equivocou ao apontar, já nesse século, que “The City” apresentava um paradigma analítico modernista sobre a cidade:

“que se manteve popular por quase todo o Século XX. Suas suposições incluíam:
[1] uma visão “modernista” da cidade como um todo unificado. Por exemplo, um Sistema regional coerente em que o centro organiza a periferia.
[2] uma compreensão centrada no indivíduo da condição urbana. O processo urbano em “The City” está tipicamente assentado nas subjetividades individuais do urbanita, com suas escolhas pessoais explicando toda condição urbana, incluindo a estrutura especial, o crime, a pobreza, o racismo; e
[3] um paradigma de evolução linear em que processos levam da tradição pra modernidade, do primitivo ao avançado, da comunidade à sociedade, etc.” (Dear, 2012, p. 14)¹⁰².

A afirmação de Michael Dear pode ser generalizada para a ideia geral da “Escola de Chicago” como um todo. Embora existissem diversas abordagens, que eventualmente poderiam se focar em aspectos ou

or by Charles Henderson, Edith Abbott, and Sophonis Breckinridge. Here, the aim was scientific generalization” (p. 89).

¹⁰¹ Tradução livre de “The studies which are now described as ecological grew out of the Social Survey which came into popular favor in the United States with the appearance of the Pittsburg Survey in 1909. Originally, they were little more than studies in urban geography. They assumed a character that may be described as ecological when it appeared that changes taking place in the territorial organization of metropolitan communities were predictable, and that the things one learned about on community threw light upon similar changes in every other” (Park, 1939).

¹⁰² Tradução livre de: “that remained popular for most of the 20th century. Its assumptions included: [1] a “modernist” view of the city as a unified whole, i.e., a coherent regional system in which the center organizes its hinterland; [2] an individual-centered understanding of the urban condition; urban process in The City is typically grounded in the individual subjectivities of urbanites, their personal choices ultimately explaining the overall urban condition, including spatial structure, crime, poverty, and racism; and [3] a linear evolutionist paradigm, in which processes lead from tradition to modernity, from primitive to advanced, from community to society, and so on” (Dear, 2012, p. 14).

áreas específicas das cidades, destaca-se na “Escola de Chicago” o tratamento da cidade como um “todo”. O programa de pesquisa sugeria que estudos sobre partes e questões específicas da cidade se integrariam numa visão abrangente. Prova disso é o fato de que, embora cada pesquisa sobre Chicago olhasse para uma das “áreas naturais” ou para algum grupo social, havia sempre uma referência ao todo da cidade – em geral com referências ao modelo de Burgess (1925 [1922]). No mesmo período, outras áreas do conhecimento, como o planejamento territorial e a assistência social avançavam em direção semelhante. A Hull House de Jane Adam e o plano de Daniel Burnham são exemplos de empreendimentos com essa característica “compreensiva”.

A abordagem que partia das decisões individuais para a análise da cidade e das interações sociais ficava clara na ideia de cooperação competitiva que constituía, para aqueles sociólogos, os grupos e a própria cidade. Indivíduos competiriam por recursos e seriam obrigados a se reunirem e cooperarem pelo bem individual e do grupo. Nesse sentido, a produção de Park e Burgess significava continuidade daquilo que predominava no Departamento de Sociologia antes de suas chegadas.

“Em resumo, Small confirmou a aceitação geral dos quatro pressupostos principais entre os sociólogos americanos de 1906: (1) aceitam a tarefa de buscar leis científicas do comportamento humano, que se pareceriam com as leis naturais invariantes que governam os fenômenos físicos e orgânicos. (2) Identificaram a mudança social com a evolução social e interpretaram-na como progresso em direção a uma sociedade melhor. (3) Consideravam tal desenvolvimento humano para o alto como sujeito à aceleração por intervenção melhorista humana direta, usando o conhecimento das leis sociológicas. (4) Finalmente, concebiam o comportamento social e a sociedade como constituídos de comportamento individual e particularmente enfatizavam as motivações dos indivíduos em associação” (Hinkle e Hinkle, 1954, p. 9).

Quanto ao evolucionismo identificado por Dear, pode-se apontar que a “Escola de Chicago” inovava quanto à postura que tomava de início frente à cidade grande. Em um contexto em que predominavam posturas antiurbanistas¹⁰³, o programa de pesquisa propunha uma visão otimista sobre a metrópole, o que leva Fishman (2000a) a identificar que, para Park e Burgess, a cidade era um grande mecanismo de assimilação que, a partir de seu centro, organizaria o entorno.

“Então, a “ecologia humana” da metrópole funciona tanto como uma grande máquina de acumulação de riqueza quanto para a crescente assimilação de sua população. Nesse contexto é notável que a Escola de Chicago prestou pouca atenção para a vida comercial do centro e para a vida suburbana, na outra frente. Eles se concentraram, ao invés disso, nas aparentemente mudandas zonas intermediárias como os grandes teatros de assimilação, os lugares onde o teatro urbano era o mais intenso e significativo. Essa densa mistura de casas e oficinas não só são as áreas mais produtivas da cidade, como também introduzem um dinamismo que resulta de sua diversidade.

¹⁰³ Thomas Jefferson, uma das mais importantes figuras do imaginário norte-americano, assumiu posição explicitamente anti-urbana no começo do século XIX. A concepção de Broadacre City, de

O especial dinamismo, por sua vez, dá à cidade sua ascendência sobre o entorno. De fato, ela cria o entorno. Park caracteristicamente tentou definir a "região metropolitana", não em termos da geografia física (a seção do vale do Patrick Geddes, por exemplo) ou história, mas por meio do rastreamento da área de circulação dos maiores jornais metropolitanos. A circulação de jornais era uma fonte conveniente de dados, mas o jornal diário da grande cidade ["big-city daily"] era, acima de tudo, um adequado símbolo para tudo que a Escola de Chicago se referia por "a metrópole" (Fishman, 2000, p. 73)¹⁰⁴.

Segundo o autor, a pesquisa social sobre a cidade era dominada nos Estados Unidos, antes da "Escola de Chicago", pela distinção de Ferdinand Tönnies entre *gemeinschaft* (comunidade) e *gesellschaft* (sociedade), que ressaltava a cidade como a essência da sociedade – racional, contratual, com uma impessoalidade que levava ao isolamento e à desorganização. Darwinistas sociais viam a grande metrópole, dominada de imigrantes, "como um terreno fértil para o protoplasma inferior que poderia eventualmente prevalecer sobre as virtudes dos verdadeiros americanos" (Fishman, 2000, p. 71).

O programa de pesquisa não era um evangelho igualitário, mas sugeria um poder criativo na diferença encontrada nas cidades. De acordo com Kuklick (1980, p. 841), os sociólogos de Chicago identificaram os conflitos que surgiam a partir da migração e da industrialização em larga escala, mas o aceitaram como elemento necessário ao progresso. "Dentro da cidade, vários grupos criam comunidades homogêneas, mas a heterogeneidade da população como um todo era essencial para a cultura urbana" (ibidem).

A abordagem da "Escola de Chicago" se baseava na análise da organização social como fruto da interação entre indivíduos. Com isso, na análise da relação entre grupos étnicos e raciais nas cidades americanas, essa Sociologia descartava atributos "inerentes" a determinadas populações e buscava compreender seus hábitos e questões a partir de suas vivências compartilhadas. Nesse sentido, nas monografias que se desenvolveram e nos estudos de Park podem ser identificadas a atribuição de determinados "problemas urbanos" a alguns grupos de população, mas essa relação era vista como fruto de processos sociais.

¹⁰⁴ Tradução livre de "Thus the 'human ecology' of the metropolis functions as a great machine not so much for the accumulation of wealth as for the growing assimilation of its population. In this context it is notable that the Chicago School paid little attention either to the commercial life of the loop or to the suburban life at the outer fringe. They concentrated instead on the seemingly mundane intermediate zones as the great theaters of assimilation, the places where the urban drama was most intense and meaningful. These dense mixture of houses and workshops are not only the most productive areas of the city; they constantly introduce a dynamism that steams from their diversity. The special dynamism in turn gives the great city its ascendancy over its hinterland; indeed, it creates its hinterland. Park characteristically attempted to define the 'metropolitan region' not in terms of physical geography (Patrick Geddes' valley section, for example) or history, but by tracing the circulation areas of the major metropolitan newspapers. Newspaper circulation was a convenient source of data, but the big-city daily was above all an apt symbol for all that the Chicago School meant by 'the metropolis' (Fishman, 2000, p. 71)

A cidade, na visão do programa de Park e Burgess, oferecia remédios aos seus próprios males. A “Escola de Chicago” também lidava com as ideias de Tönnies (Lopes, 2005, p. 38), como fica claro em Park, 1969 [1915] e Wirth, 1938, mas identificava na autosegregação de grupos, a possibilidade de recuperar o senso de comunidade “perdido” com a saída do campo:

“[...] A imensa escala da grande cidade não reduz seus habitantes ao denominador comum da cultura de massa, mas a densidade produz, ao invés, as condições mais favoráveis para a diversidade e a individualidade. Na economia, diversidade de habilidades fornece à grande cidade sua maior vantagem sobre a cidade pequena. Culturalmente, a diversa oferta de escolhas e informação dá ao urbanita uma “aceitação da insegurança e da instabilidade” que o liberta das conformidades tradicionais e o encoraja a “sofisticação e cosmopolitismo”. Por certo, essas inseguranças podem levar ao stress, à solidão e à anomia enfatizada na literatura europeia sobre as cidades. Mas para os sociólogos de Chicago, a cidade tinha seu remédio na divisão em áreas naturais. Como plantas ou animais tendem a se agrupar onde condições lhe são mais favoráveis, os diversos tipos urbanos tendem a encontrar um ao outro e criar comunidades acolhedoras (Fishman, 2000, p. 71)¹⁰⁵.

A cidade era vista por Park como um “mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram”, ou seja, como comunidades (áreas naturais) nas quais indivíduos transitavam e se relacionavam de forma mais próxima do que no cenário mais amplo em que dominavam as relações secundárias.

Essa observação ressalta que o modelo dos círculos concêntricos de Burgess, mais do que uma visão estática de forma urbana, poderia ser interpretada como uma representação de uma dinâmica ideal do processo de assimilação dos imigrantes em relação ao crescimento da cidade. Fishman (2000, p. 72-3) considera que a narrativa implícita no digrama dos círculos concêntricos era a história do progresso do imigrante que chegava na zona de tradição e alcançava relativa estabilidade e prosperidade nas vizinhanças étnicas em direção à periferia do círculo.

“Esse progresso é sintetizado pelo termo “assimilação”, a resposta da Escola de Chicago para a americanização. Assimilação não significava o apagamento da antiga personalidade do indivíduo, mas a gradual criação-própria na metrópole. Isso significava aprender as habilidades para os empregos, mas também a escolher entre

¹⁰⁵ Tradução livre de: “[...] the immense scale of the great city does not reduce its inhabitants to a common denominator of mass culture, but density instead produces the most favorable conditions for diversity and individuality. In economics, the diversity of skills gives the city its great advantage over the small town. Culturally, the constant buffeting of choices and information gives the urbanite an “acceptance of insecurity and instability” that frees him from traditional conformities and encourages “sophistication and cosmopolitanism”. To be sure, these insecurities can lead to the stress, loneliness, and anomie emphasized in the European literature on cities. But for the Chicago sociologists, the city had its remedy in its division into “natural areas”. Just as plants and animals tend to cluster where conditions are most favorable to them, so the diverse urban type tend to find each other and create supportive communities. (Fishman, 2000, p. 71)

as várias diferentes identidades que a metrópole oferecia. Assimilação significava ligar-se à liberdade da cidade” (Fishman, 2000, p. 72-3)¹⁰⁶.

O relato de Cavan mostra como a assimilação era um fim ideal para o processo a que as pesquisas de Chicago faziam referência. De acordo com ela, muitas pesquisas eram dedicadas a “testar” os processos descritos por Park na compreensão da integração de grupos étnicos e raciais na sociedade.

“Park assumiu que estes grupos passavam por uma série que incluía o conflito, a competição, a acomodação e terminou em assimilação. Posteriormente, alguém inseriu aculturação entre acomodação e assimilação. Park e alguns de seus estudantes tentaram aplicar este modelo ao ajuste de grupos orientais na Califórnia. Quando perceberam que assimilação não havia ocorrido, eles buscaram circunstâncias excepcionais para explicar a falha, mas mantiveram o modelo. A assimilação permaneceu como um fim ideal para o processo” (Cavan, 1983, p. 411)¹⁰⁷.

No Brasil, os temas e abordagens da “Escola de Chicago” chegaram, na primeira metade do Século XX, principalmente na forma de estudos sobre relações étnico-raciais. Três alunos da “Escola de Chicago” desenvolveram pesquisas sobre o país e Donald Pierson, que depois se tornaria professor da Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo, foi aquele cuja produção mais foi aceita e repercutiu no contexto nacional. Eckard (2014) avalia que “Branco e pretos na Bahia: estudo de contato racial na Bahia” (Pierson, 1945), publicado em 1942 e traduzido para o Português em 1945, foi aceito pela Escola Baiana que dominava o discurso sobre o tema no Brasil, mas

“Ruth Landes e E. Franklin Frazier, diferentemente, se dedicaram explicitamente aos preconceitos raciais nos contatos entre brancos e negros, encontrando rejeição consistente e agressiva dos pesquisadores brasileiros da Escola da Bahia, que desqualificaram os dois sociólogos de Chicago como “visitantes”, entre outras denominações. Ruth Landes atraiu a fúria particular de Arthur Ramos ao analisar os contatos interétnicos com um olhar voltado às relações de gênero e ao se interessar particularmente pelos temas da maternidade e da homossexualidade. Landes estava também ciente de sua difícil situação: os resultados de seu trabalho contradiziam as opiniões predominantes entre os pesquisadores brasileiros da Escola da Bahia. Por isso, não se pode explicar como, por um lado, ela retrata em seu livro a presença de racismo de forma insistente e convincente, enquanto, por outro lado, ela atesta (depois de Pierson) na introdução de seu livro *City of Women* (1947, segunda edição

¹⁰⁶ Tradução livre de: “This progress is summed up by the term “assimilation”, the Chicago School’s answer to Americanization. For assimilation meant not the stripping of one’s former identity but the gradual self-creation within the metropolis. It meant learning the skills for productive employment, but also learning to choose among the many different identities that the metropolis offered. Assimilation meant attaining the freedom of the city” (Fishman, 2000, p. 72-3).

¹⁰⁷ Tradução livre de: “Park assumed that these groups passed through a series including conflict, competition, accommodation, and ending in assimilation. Later someone wedged acculturation between accommodation and assimilation. Park and some of his students attempted to apply this model to the adjustment of Oriental groups in California. When they found that assimilation had not occurred, they sought exceptional circumstances to explain the failure, but clung to the model. Assimilation remained an ideal end of the process” (Cavan, 1983, p. 411).

de 1994), traduzido posteriormente como *A cidade das mulheres*, que não existiria nenhum racismo” (Eckard, 2014).

O próprio Robert Park visitou o Brasil em 1937, passando pelo Rio de Janeiro e por Salvador, para orientar seu aluno Donald Pierson. Segundo Valladares (2010), quando ele desembarcou no país, já era uma figura conhecida entre os sociólogos e antropólogos locais. Ela aponta que Gilberto Freyre, que estudara em Columbia nos anos de 1920, já apontava referências da “Escola de Chicago” e manifestava a intenção de realizar um “estudo ecológico do Nordeste do Brasil” em texto de 1937 (Freyre¹⁰⁸ apud Valladares, 2010). Indicações semelhantes da valorização da “Escola de Chicago” apareceram, ela lista, em trabalhos de Oliveira Vianna e Arthur Ramos.

A chegada de Pierson em São Paulo não representou somente a presença de mais um conjunto de referências internacionais no ambiente intelectual da cidade e do país. Sua atuação foi marcante, estabelecendo uma linha de pesquisa social na Escola de Sociologia e Política baseada na pesquisa empírica e nas referências norte-americanas que marcou uma oposição frente à abordagem mais teórica e ligada aos franceses que estavam presentes no Departamento de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo.

O otimismo “Escola de Chicago”

A “Escola de Chicago” é um rótulo criado em meados do Século XX para exercer uma função política na Sociologia norte-americana, mas que teve um alcance como poucos outros, sendo elemento importante no imaginário de diversas disciplinas que lidam com questões urbanas.

Essa característica de ser um rótulo, somada ao fato de que os sociólogos de Chicago não se consideravam, no começo do Século XX, como parte de uma empreitada intelectual coletiva, faz com que a “Escola de Chicago” não tenha fronteiras bem definidas, nem que se possa distinguir com clareza suas propostas. Ela é uma constelação de temas, problematizações e abordagens, aos quais intelectuais de diversas disciplinas tem feito referência, se posicionando em conformidade ou em oposição.

Fazendo referência ao programa de pesquisa que orientou parte significativa dos trabalhos que foram desenvolvidos na “era de ouro” do Departamento de Sociologia, pudemos verificar, no entanto, algumas características da abordagem sobre a cidade que dominavam as reflexões daquelas figuras

¹⁰⁸ O livro em que consta a observação tem título “Nordeste, aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil” (1937).

em torno das quais a imagem da “Escola de Chicago” costuma ser retratada: Robert Park e Ernest Burgess.

Não há nenhuma obra “definitiva” desses autores. Seu pensamento está difuso em diversos artigos e uma ideia de conjunto praticamente só poderia ser percebida no primeiro momento por meio da coletânea de diversos de seus artigos e estudos. O livro “The City” foi a principal tentativa de Robert Park de fazer algo desse tipo. Após seu falecimento, seus pares e ex-alunos buscariam organizar edições que “remontassem” seu pensamento e sugerissem uma teoria de leitura da cidade.

A interação entre agrupamentos sociais, de natureza racial, étnica ou somente de interesse, estava entre os principais interesse das pesquisas que se desenvolveram a partir do programa de pesquisa da “Escola de Chicago” e emergiam, nesse contexto, a partir de uma visão liberal, em que se buscava explicar o conjunto a partir das escolhas e da liberdade dos indivíduos.

Embora não houvesse uma reflexão previamente definida sobre metodologia de pesquisa na Sociologia de Chicago do começo do Século XX, essas interações eram tratadas a partir de abordagens empíricas, baseadas principalmente em observações e em dados qualitativos que provinham de formas de engajamento direto do pesquisador com a cidade, com os grupos e com as “áreas naturais” com as quais cada um lidava.

O destaque atribuído ao espaço por Park e Burgess é uma das características distintivas que fazem com que o rótulo “Escola de Chicago” seja ainda tão evocado em diversas disciplinas sociais aplicadas. É a partir dele que se pode perceber como indivíduos podiam ocupar diversas posições e, desse modo, participar da vida urbana de múltiplas formas, noção de que a cidade era uma unidade. A ecologia humana tratava da disputa competitiva por localizações na cidade e o modelo dos círculos concêntricos ilustraria que a mobilidade era um aspecto fundamental para a área urbana.

Podemos caracterizar que o conjunto de proposições do programa de pesquisa de Park e Burgess oferece uma visão “compreensiva” da cidade, que a entende como um todo um todo dinâmico, em que suas partes interagem e se influenciam umas às outras. Com referências à biologia, tratavam a cidade como um “organismo”, com seu próprio “metabolismo”.

No ambiente com uma profunda tradição antiurbanista que vinha desde Thomas Jefferson, a origem da “Escola de Chicago” deve ser encarada no contexto dos movimentos de planejamento metropolitano, de reforma urbana e administrativa, na qual o valor da cidade era reconhecido e buscava-se lidar com seus problemas com o objetivo de viabilizá-la. Nesse sentido, o ciclo das relações étnicas de Park demonstrava uma visão otimista sobre a metrópole, interpretando que ela permitia a assimilação e o apaziguamento do conflito entre os diversos grupos que estavam relacionados aos “problemas urbanos”.

3. O Urbanismo de Anhaia Mello

Como vimos, Topalov (2015) relaciona o surgimento do Urbanismo no final do Século XIX, enquanto campo de administração especializada, com a formulação dos “problemas urbanos” pelas ciências sociais. As “diversas ciências constroem sequências causais objetivas, frequentemente mensuráveis, entre os elementos que extraem da realidade social e, em especial, das práticas populares, com finalidade de transformação” (ibidem, p. 34).

Podemos depreender disso, tal qual fizeram Ribeiro e Cardoso (2015), que o discurso urbanístico é composto por dois elementos: uma visão social, que estabeleceria os problemas e relações de causalidade, e uma visão de gestão e administração para lidar com eles e eventualmente “resolvê-los”. Elementos distinguíveis, mas que se entrelaçam no discurso e na prática profissional. Essa visão social pode vir de diversas disciplinas e tem, tradicionalmente, a “Escola de Chicago” de Sociologia, como uma de suas principais referências no Urbanismo. Seus conteúdos foram mencionados por diversas vezes por Anhaia Mello, que com eles já lidava desde a década de 1920.

A análise do pensamento e da atuação de Anhaia Mello acerca da visão técnico-administrativa é bem desenvolvida. Discussões sobre como ele acreditava que o Urbanismo deveria ser organizado, quais seriam seus instrumentos e qual seria sua natureza são pontos bem explorados. Feldman (1998; 2005), uma das autoras que mais adentrou nessa seara, por exemplo, destaca como o setor de Urbanismo da prefeitura, a partir dos anos 1940, ganhou formas condizentes com aquilo que Anhaia Mello vinha defendendo desde a década anterior e como sua atuação foi relevante para a implementação do *zoning* em São Paulo. Rolnik (1997), por sua vez, aponta Anhaia Mello como o “representante” do *comprehensive planning* norte-americano em São Paulo.

Essa característica da bibliografia reflete, em grande parte, a atuação de Anhaia Mello. Sem ter elaborado qualquer plano nas primeiras décadas de sua vida profissional, esse urbanista não enfrentou os aspectos práticos e as contradições da interação entre uma visão sobre a sociedade e sua apropriação em formas concretas de gestão especializada. A atuação em conferências, aulas e de “propaganda” do Urbanismo para a elite paulista foi a forma particular de sua prática (Arasawa, 1999, p. 37).

Seguimos, entretanto, por outro caminho e buscamos analisar a visão social presente no Urbanismo de Anhaia Mello. Ela não esteve sempre manifesta de modo explícito em todos momentos, mas sabemos que ele tinha contato com as leituras da Sociologia Urbana norte-americana desde a década de 1920. Neste capítulo, buscamos flagrar como a visão social se manifesta em dois momentos de sua

trajetória. Observar especificamente esse detalhe nos ajuda a perceber nuances importantes no modo como o autor concebeu o Urbanismo e seu papel ao longo do tempo. Não deixamos, naturalmente, de comentar sobre a visão administrativa, pois ambas são indissociáveis no campo, característica que justifica nosso esforço nesse trabalho mesmo que Anhaia Mello não tenha “aplicado” sua visão social em um plano e, por longo período, tenha até evitado tratar dela em sua produção escrita.

Muitas periodizações sobre a trajetória de Anhaia Mello podem ser propostas e cada uma ressaltaria aspectos diferentes de sua atuação e reflexões. Com o esquema que propomos, relacionamos a visão social, que foi analisada especialmente a partir da apropriação, da transposição e da interpretação dos conteúdos da “Escola de Chicago”, nos textos de Anhaia Mello com suas propostas “administrativas”, de organização do Urbanismo e do conteúdo do planejamento. Identificamos, então, duas abordagens distintas em sua trajetória: em um primeiro momento, a questão social é omitida do discurso. No seguinte, recebe destaque, mas, embora para isso Anhaia Mello cite e parafraseie Park e Burgess, não os tem como a principal referência, chegando inclusive a utilizar seus temas e conceitos para apresentar ideias opostas às originais.

Período -	Posição e temas de Anhaia Mello	Principais aspectos
Até 1926	Formação no Urbanismo	
1926 – Fim da década de 1930	A “Árvore do Urbanismo”	planejamento “compreensivo” e a o Urbanismo “apolítico”
Década de 1940 até 1957	O “Esquema Anhaia”	Configuração política do planejamento regional desconcentrador
Após 1957	Aposentadoria e CPEU	

Quadro 4 - A trajetória de Anhaia Mello

A periodização da trajetória que propomos separa a atuação de Anhaia Mello em quatro fases. A primeira, até 1926, é de formação do urbanista e se refere um período em que ele não desfrutava das condições de autoridade que mais tarde seriam marcantes. As duas fases seguintes representam o período mais ativo de Anhaia Mello em relação ao Urbanismo e concentram as fontes primárias – artigos, livros e transcrições de palestras – que empregamos. A quarta fase, por sua vez, abarca a fundação do CPEU, na FAUUSP, e a aposentadoria de Anhaia Mello em 1961.

Neste capítulo, focamos nas duas fases intermediárias da trajetória de Anhaia Mello e analisamos o que consideramos as proposições mais destacadas de cada um desses períodos: a “Árvore do

Urbanismo” e o “Esquema Anhaia”. Esse foco se justifica pelas fontes primárias analisadas (textos, artigos, livros ou transcrições de conferências, assinados por Anhaia Mello, que se concentram no intervalo entre os anos de 1926 e 1957) e na atenção que a bibliografia tem atribuído, com justiça, a esses dois temas. A partir disso, no capítulo seguinte, destacamos como a “Escola de Chicago” aparece em cada um desses temas.

Até 1926 – Formação e primeiros passos no Urbanismo

O ano de 1926 é apresentado como um marcador porque foi o momento em que Anhaia Mello assumiu o posto de lente-titular da primeira cadeira dedicada ao Urbanismo da Escola Politécnica de São Paulo – “Estética: Composição Geral e Urbanismo I e II” – e publicou seu artigo mais antigo a qual tivemos acesso - “Ensaio de Esthetica Sociologica” (Mello, 1926a). Publicado na “Revista Polytechnica”, periódico do grêmio da instituição em que lecionava, o texto não tratava explicitamente de questões urbanas, mas já adiantava abordagens que o urbanista adotaria em oportunidades posteriores.

O período que antecedeu o ano de 1926 pode ser caracterizado como um momento de formação de Anhaia Mello em vários sentidos. Por um lado, ele já era professor da Escola Politécnica desde 1922, mas ainda não era responsável por sua própria cadeira. Além disso, tratava eventualmente da temática do Urbanismo, mas sem a mesma insistência e comprometimento com o *comprehensive planning* norte-americano que o caracterizaria depois. Mesmo em termos políticos, a atuação como vereador no começo dos anos 1920 aparece como algo menor em sua trajetória do que o que protagonizaria como prefeito, diretor do setor de obras e viação e frente a academia e de instituições da sociedade civil, como a Sociedade Amigos da Cidade e o Instituto de Engenharia de São Paulo¹⁰⁹.

1926 até o fim da década de 1930 – A “Árvore do Urbanismo” e o planejamento “compreensivo”

A partir de 1926, o volume de publicações de Anhaia Mello foi significativo e relativamente constante. Entre 1926 e 1937, Anhaia Mello teve pelo menos um texto publicado por ano em periódicos como o Boletim do instituto de Engenharia ou na Revista Polytechnica. Em 1928, Anhaia Mello iniciou sua “campanha cívica de divulgação do Urbanismo” (Notas, 1929a). No ano seguinte, criou o setor

¹⁰⁹ A passagem de Anhaia Mello pela câmara dos vereadores, embora tenha durado quatro anos, é um ponto pouco explorado no estudo sobre o urbanista. Mesmo enquanto estava vivo, não era comum que se fizesse menção a essa experiência ao tratar do urbanista. Em introduções e notas sobre seus artigos e conferências, era comum que fosse ressaltado que ele era professor da Escola Politécnica e, com menor frequência, que havia sido prefeito de São Paulo.

dedicado ao tema no Instituto de Engenharia ainda participou da fundação da Sociedade Amigos da Cidade. Além disso, foi prefeito da capital por dois curtos períodos em 1930.

O período entre 1926 e o final da década de 1930 viu a atuação de Anhaia Mello como um professor do Urbanismo. Nesse intervalo de tempo, sua atuação foi marcada pelo envolvimento no estabelecimento do campo do Urbanismo como uma área especializada, de caráter científico, estruturado em torno do instrumento do plano. O profissional manifestava a intenção de “modernizar” a prática de intervenção e gestão da cidade em São Paulo e, para isso, julgava necessário “conquistar a opinião pública”. A forma de fazê-lo seria por meio de uma “campanha cívica de divulgação dos valores do Urbanismo”, voltada para os círculos da elite e da burocracia local. Nesse sentido, a postura de professor se tornou naquele momento uma marca de Anhaia Mello, mesmo quando não estava dentro do ambiente universitário. Consideramos que isso se manteve por toda sua trajetória.

Anhaia Mello levou, nesse período, as referências americanas para o centro do debate paulista em torno do Urbanismo e, a partir delas, desenvolveu uma sistematização sobre como deveria acontecer o processo de planejamento que o acompanharia até sua aposentadoria. A experiência do *Regional Plan of New York and its Environs* foi o grande paradigma do Urbanismo que Anhaia Mello tinha como referência, mas foram os artigos e plano de Harland Bartholomew que mais chamaram sua atenção no período. Lidando com questões práticas, ele escreveu sobre como a poder público municipal deveria se organizar, sobre o financiamento e prestação de serviços públicos e sobre instrumentos e regulações que permitissem ao planejamento urbano ser desenvolvido e implementado.

Anhaia Mello foi, além disso, prefeito por breves períodos entre os anos de 1930 e 1931. Em sua gestão na prefeitura, tomou atitudes relacionadas às questões urbanísticas e de expansão urbana. Proibiu, por meio do ato nº 25 a construção de ruas particulares, instituto que permitia a abertura de vias que não atendessem às exigências legais (campos, 2002, p. 473). No entanto,

“o ato de maiores consequências tomado por Anhaia Mello em seu primeiro mandato como prefeito envolveu o *zoning*. Pelo ato municipal no. 127, de março de 1931, foi adotada uma das primeiras iniciativas de zoneamento funcional da cidade, permitindo apenas construções residenciais particulares no Jardim América e no Jardim Europa. Seriam tolerados, desde que com a anuência dos moradores, “núcleos comerciais” a cada 800 metros – situados junto às vias principais, conforme o princípio das Unidades de Vizinhanças” (Campos, 2002, p. 475).

Essa periodização não sugere que o interesse de Anhaia Mello pelo Urbanismo tenha surgido em 1926, nem que, antes disso, a própria temática já não estivesse colocada na discussão paulista. Em seus discursos na câmara, ainda no ano de 1920, Anhaia Mello já destacava o tema e o fato de ter se tornado professor da cadeira de Urbanismo, o que sugere que ele tinha algum interesse e talvez até já fosse visto com uma autoridade no tema. No entanto, a postura de “divulgador” do Urbanismo e mesmo as

referências norte-americanas que seriam características da ação de Anhaia Mello só se consolidariam no final dos anos 1920.

O discurso que Anhaia Mello mobilizou nesse período caracterizou-se pela recorrente insinuação de que o plano e a atividade do Urbanismo estariam desvinculados dos embates políticos e se trataria de uma ferramenta técnico-administrativa capaz de garantir o “bem comum” da sociedade. Com isso, embora defendesse que a abordagem humana, cívica, antropológica e sociológica, deveriam ser levadas em conta no Urbanismo, evitou tratar delas.

Década de 1940 até 1957 – O “Esquema Anhaia” e o “planejamento regional”

É difícil marcar uma data exata para a transição para o próximo período da trajetória de Anhaia Mello. Os contextos de São Paulo, do país e do Urbanismo se alteraram significativamente entre o final dos anos 1920 e a década de 1950 e, com isso, também a posição e os temas tratados por Anhaia Mello nesses momentos que costumam ser mais analisados pela bibliografia.

Nos anos 1940 e 1950, a organização das atividades do Urbanismo não deixou de ser tema importante para o personagem, mas Anhaia Mello passou a lidar com um contexto em que o campo de saberes e atuação já estava relativamente institucionalizado – e ele havia contribuído para isso. Feldman (1996) assinala que a reorganização do setor de Urbanismo da Prefeitura em torno da elaboração do plano percebida a partir década de 1940 foi consonante com aquilo que Anhaia Mello havia defendido nos anos anteriores.

Nesse período, o discurso de Anhaia Mello foi marcado por uma abordagem desconcentradora em relação a São Paulo, baseada em uma visão pessimista sobre o crescimento metropolitano. Em suas falas, nota-se que as questões sobre a organização e a “divulgação” das bases do Urbanismo não desapareceram, mas passaram a compartilhar espaço com o debate sobre qual deveria ser o conteúdo do plano. Havia certo consenso àquela altura sobre o papel que o plano diretor teria para o desenvolvimento da cidade e, por isso, passava-se a discutir o que fazer. Nesse sentido, a visão sobre a forma do urbanismo como planejamento “compreensivo”, como aquele desenvolvido nos Estados Unidos no começo do século XX, não abandonou Anhaia Mello, mas passou a servir para um conteúdo avesso ao do *Regional Plan of New York and its Environs*.

A gestão de oito anos (1938-1945) de Prestes Maia à frente da capital paulista foi um dos acontecimentos que contribuíram para a mudança de postura de Anhaia Mello. Embora tenha sido o primeiro presidente da Sociedade Amigos da Cidade, instituição criada para fomentar o planejamento da cidade, Maia não promoveu a elaboração do plano municipal enquanto prefeito, nem mesmo utilizou de instrumentos urbanísticos inovadores como a contribuição por melhoria que vinham sendo

defendidos por Anhaia Mello havia décadas. Fora da administração municipal por tanto tempo, a discussão sobre os serviços públicos e suas formas de financiamento praticamente desapareceram de seus textos.

Nesse período, Anhaia Mello lidou com um cenário ambíguo: muito do que defendera e pregara fora colocado em prática em São Paulo em termos de organização administrativa, mas o “plano” – ponto central de suas propostas – jamais havia sido elaborado. Embora entre os círculos do Urbanismo houvesse certo consenso sobre a necessidade de planejamento, um de seus mais prestigiados membros não trabalhou para isso enquanto à frente da prefeitura de São Paulo. Inseparável das considerações sobre a disciplina era o fato de, se o crescimento da cidade já era significativo nas décadas anteriores, as décadas de 1940 e 1950 são de boom imobiliário, industrialização e crescimento periférico – três elementos intimamente relacionados.

O ano de 1945, data do fim do Estado Novo e da saída de Prestes Maia da prefeitura foi de grande atividade para Anhaia Mello. A partir de então, mas principalmente da série de artigos publicados no *Digesto Econômico* dois anos depois, o urbanista destacou ideias, temas e referências que não recebiam a mesma atenção no começo da década de 1930, como o planejamento regional descentralizador, a ideia de unidade de vizinhança e autores como Lewis Mumford e Robert Park.

Como membro da comissão do plano da cidade, instituição cuja instalação defendera desde a década de 1920, mas que só iniciou suas atividades em 1953, Anhaia Mello expôs o conjunto de propostas para a desconcentração de São Paulo que ficou conhecida como “Esquema Anhaia”. Parte da bibliografia interpreta a transcrição de uma palestra realizada na FAUUSP em 1954 para defender as propostas ali contidas como uma síntese do pensamento sobre o Urbanismo de Anhaia Mello. Por meio desta periodização, argumentamos que ela pode ser vista como uma metonímia da ação e da reflexão do urbanista nas décadas de 1940 e 1950, mas apresenta diversos elementos que não estavam colocados nas décadas de 1920 e 1930.

Ao justificar o “Esquema Anhaia”, seguindo a característica de seus textos do período, o urbanista apresenta uma leitura social como base de sua argumentação. Foca-se especialmente nas reflexões de que o crescimento da cidade tenderia a gerar o próprio aniquilamento de suas características positivas e, por isso, precisava ser tratado nos planos diretores.

Após 1957

No ano de 1957, eleito como momento da passagem para o último da trajetória de Anhaia Mello, o CPEU – Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos – iniciou suas atividades e o engenheiro-arquiteto pode, enfim, liderar a elaboração de planos diretores. Nos períodos anteriores, o planejamento era

uma prática abstrata para Anhaia Mello, mas nesse momento se tornou uma questão de seu dia-a-dia. Aos 70 anos, quatro anos depois, o urbanista se aposentou compulsoriamente da Universidade de São Paulo, abandonando a docência e a direção do CPEU. As propostas e o legado de Anhaia Mello continuaram presentes nessas instituições, mas, a partir de então, praticamente acaba a produção de novos artigos do urbanista.

3.1. A “Árvore do Urbanismo” – 1926 até o final da década de 1930

Eu seu primeiro livro, “Problemas de Urbanismo”, reunião da transcrição de palestras ministradas no Rotary Club e no Instituto de Engenharia, a imagem de uma árvore sob o título de “Urbanismo” foi apresentada. A figura resumia a postura que o urbanista adotou naquelas conferências e, argumentamos, ao longo de cerca de uma década: de que o planejamento seria uma atividade exclusivamente técnica, neutra e apolítica. Pouco explorada pela bibliografia¹¹⁰, Arasawa (1999) considera a “Árvore do Urbanismo” uma:

“[...] ilustração das mais insólitas, tratando-se da obra de alguém que pretende divulgar ‘urbanismo’. É o desenho de uma árvore da qual se podem ver raiz, tronco e copa. A sombra projetada pela ‘árvore do urbanismo’ aparece referida como ‘progresso urbano’; as raízes são a ‘opinião pública’; o tronco, a ‘comissão do Plano da Cidade’; enquanto a copa frondosa representa a ‘legislação’. O conjunto formado pela árvore não é nada senão, como já se disse, o próprio ‘Urbanismo’” (Arasawa, 1995, p. 22).

A árvore do Urbanismo tinha, em sua raiz, a opinião pública. Seu tronco se referia a “comissão do plano da cidade” e sua copa, à legislação. Implícito e evidente em cada uma das três partes estava seu elemento principal: o instrumento do plano para o desenvolvimento da cidade. Sua adequada formulação e implementação resultaria no “progresso urbano”, a sombra da árvore.

A narrativa dava conta de que deveria existir um “clima” propício entre os formadores de opinião para a concentração de esforços na atividade, nada trivial, de elaboração do plano, mas isso não bastava. O plano deveria ser elaborado de modo adequado e independente e resultar em instrumentos regulatórios eficazes para que o Urbanismo possibilitasse o “progresso urbano”. Arasawa (1999, p. 25) interpreta que a árvore representava o próprio Urbanismo. Complementamos que se tratava de uma forma de pensar o Urbanismo em especial – por meio do plano “compreensivo”.

¹¹⁰ Rocha, 2015 e Angotti-Salgueiro, 2018 trabalham com essa figura.

Figura 2 - A Árvore do Urbanismo (Mello, 1929)

Embora a imagem apareça somente em um livro e não tenhamos encontrado menções a ela em qualquer outro material publicado pelo urbanista, utilizamos a expressão “Árvore do Urbanismo” para retratar a atuação e o discurso acerca do Urbanismo articulado por Anhaia Mello no final dos anos 1920 e na década de 1930, pois ambos foram coerentes com os princípios e questionamentos apresentados nas palestras de 1928 e 1929 (Mello, 1929d). Tratava-se de uma atuação que o próprio urbanista caracterizava como “compreensiva”¹¹¹ de intervenção sobre as cidades, tanto em termos de abordagem quanto de conteúdo.

O planejamento “compreensivo”

Em “Urbanismo e suas normas para organização de planos”, Anhaia Mello discutiu como entendia o Urbanismo e apontou que, embora não se tratasse de algo novo, ele deveria assumir uma nova forma mais adequada a seu tempo (Mello, 1933g, p. 209). Naquela oportunidade, já assumia, em essência, uma mesma postura que manteria até sua aposentadoria: de que o Urbanismo deveria ser sintético e “compreensivo”.

¹¹¹ Comprehensive, no inglês, embora tenha a raiz latina relacionada a compreender, é utilizado para tratar de algo abrangente, que cobre a totalidade de um tema. *Comprehensive planning*, por tanto, seria mais bem traduzido por planejamento abrangente, mas tem sido tratado pela bibliografia como planejamento “compreensivo”. Mantemos a nomenclatura, mas optamos por usar o termo compreensivo com aspas.

Sem mencionar a figura da árvore de 1929 nesse artigo, Anhaia Mello seguiu seus princípios e situou seu ponto central, o plano¹¹², na “associação lógica dos elementos básicos para urbanização racional e eficiente” (figura 3). De diferentes maneiras ao longo dos anos, Anhaia indicaria ser necessário mais do que intervenções pontuais e embelezadoras na cidade. Dever-se-ia lidar com as questões cívicas e sociais. O instrumento do plano serviria para isso. Mas se a Árvore do Urbanismo foi tão marcante na trajetória de Anhaia Mello, por que o plano não recebe uma menção explícita nela?

Urbanismo para Anhaia Mello deveria ser planejamento “compreensivo”. Ou seja, o instrumento do plano estava tão enraizado na forma como ele enxergava a ação do profissional desse campo, que não era, naquele primeiro momento, sequer necessário ressaltá-lo. Reconhecido pela bibliografia como um profissional atualizado com as discussões internacionais, Anhaia Mello voltou seu olhar principalmente para dois países enquanto definia sua visão sobre a natureza do Urbanismo: a França e os Estados Unidos¹¹³. Lidando com os “problemas urbanos” em contextos diferentes, os profissionais desses dois países depositavam no plano a solução para as questões urbanas.

O plano permitiria ao “novo” Urbanismo abarcar a totalidade e servir para a síntese do desenvolvimento futuro, direcionando-o para a garantia do “bem comum”. Como de praxe ao longo de sua trajetória, Anhaia Mello exibiu essa ideia a partir de referências múltiplas e definiu o campo por meio de vários termos relacionados a essa ideia: buscava a “harmonização” e “coordenação” das partes.

A década de 1920, momento inicial da trajetória de Anhaia Mello no Urbanismo, foi marcada pelo acirramento das especializações no ensino politécnico, em que cada profissional passava a se dedicar a sua especialidade. Nota-se, no período, a tendência “cada vez maior de abordagem estritamente setorial e com a única preocupação de transmissão de conhecimento técnico sobre temas como água, esgoto, energia elétrica, gás e lixo” (Leme 1996 apud Arasawa, 1999, p. 42).

¹¹² É provável que aquela não fosse a primeira vez em que ele apresentava os pontos centrais do artigo, mas dada a escassez de fontes e registros desse período mais antigo, essa configura uma fonte primária bastante utilizada pela bibliografia.

¹¹³ A Inglaterra e a Alemanha também forneceram materiais relevantes.

Figura 3- "Associação e sequência lógica dos elementos básicos para urbanização racional e eficiente" (Mello, 1933g)

O Urbanismo, conforme proposto por Anhaia Mello, reagia a esse cenário, mas diferente da forma como esperaríamos. Ao reconhecer a fragmentação e a especialização, mas, ao invés de propor uma ciência do todo, apresentou o Urbanismo como a disciplina que teria a *especialidade* de integrar os diversos saberes e técnicas. "Ao invés de fundar-se na luta contra as especializações em Engenharia, ele lutaria por uma distinção entre a tarefa do engenheiro e aquela do urbanista, entre a Engenharia e a Ciência do Urbanismo" (Arasawa, 1999, p. 51).

Além dos conteúdos da Engenharia, Anhaia Mello destacava, desde seus primeiros artigos, que o Urbanismo teria que lidar com questões sociais. Por meio de citações em artigos desse período (Mello, 1928a; 1929b; 1929c; 1929d; 1930a), sabemos que ele tinha intimidade com os conteúdos do programa de pesquisa da "Escola de Chicago" de Sociologia, mas não atribuiu a eles, nem a qualquer

discussão sociológica aprofundada, um papel de destaque em suas falas durante as décadas de 1920 e 1930:

‘Urbanisme’ frances, nosso urbanismo, já é mais compreensivo: dá idéia de concepção synthetica dos problemas da ‘urbs’, e o Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, define: “l’étude générale des conditions et des manifestations d’existence et de development des villes’

Mas o que preocupa aos urbanistas não é apenas o facto material, geographico, que é a cidade, mas tambem, e principalmente, os factores anthropogeographicos e sociaes, de acção e reacção humana no ambiente geographico” (Mello, 1933g, p. 209).

Observações sobre as ciências sociais e os fatores “antropogeográficos” se resumem, nesse período, a considerações sobre a complexidade da cidade que sugeriam a importância do saber especializado dos urbanistas. Em “A Cidade, problema de governo”, por exemplo, Anhaia Mello (1928a) parafraseou Robert Park para marcar que a cidade era um fenômeno complexo, no qual os sociólogos identificavam características especiais, que não eram evidentes para todos. Isso, em grande parte, servia para destacar que o técnico urbanista deveria lidar com tópicos diferentes daqueles tradicionalmente tratados pela engenharia.

O foco no instrumento do plano significava o reconhecimento de que o conjunto das intervenções que seriam propostas para a cidade deveriam lidar com “problemas” de natureza social, mais do que simplesmente embelezar a cidade ou resolver situações pontuais. Há poucos comentários, entretanto, sobre quais seriam esses “problemas” nos textos de Anhaia Mello desse período.

Identificando o pioneirismo de Anhaia Mello ao olhar para os Estados Unidos, Feldman (1996) aponta a experiência do *Regional Plan of New York and Its Environs* como a referência fundamental daquilo que Anhaia Mello defendia em relação ao ordenamento das cidades. Consideramos que o RPNYE teve sua influência sobre sua reflexão e, de fato, marcou a forma de pensar a ordenação e o desenvolvimento da cidade. No entanto, tê-lo como referência não significa que foi a partir dele que Anhaia Mello “aprendeu” sobre as práticas urbanísticas americanas.

O RPNYE foi um projeto inovador em termos de escala e escopo, sendo a mais destacada experiência de planejamento regional da década de 1920. Coordenado por Thomas Adams, oferecia uma visão do futuro para uma área que englobava três estados, vinte dois condados e mais de nove milhões de pessoas na década de 1920 (Fishman, 2000, p. 74), abrangendo população e área que jamais haviam sido objeto de um mesmo processo de planejamento abrangente e integrado. Tratava-se da reorganização espacial de toda área sob influência direta da cidade, o que rompia com a restrição dos limites administrativos das administrações locais. Fishman considera que aquele plano não era, de fato, inovador, mas se destacava por suas dimensões:

“O plano Regional de Nova Iorque foi, não somente o apogeu da tradição metropolitana no planejamento Americano, mas também a mais abrangente análise de uma grande região industrial jamais publicada. [...] No entanto, dessa incrível massa de informação surgiu um plano genuinamente “compreensivo”, na tradição de Burnham. De fato, dois ex-associados de Burnham estiveram à frente do comitê do plano”¹¹⁴ (Fishman, 2000, p. 73).

Publicado em 1931, o RPNYE teve sua implementação comprometida pelas mudanças causadas pela quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929 e com o *New Deal* de Roosevelt. Assim, mais do que o plano em si, foi a pesquisa (a *survey*) que o antecedeu que atraiu mais atenção de urbanistas de todo mundo. Anhaia Mello fez menções explícitas e parafraseou diversos trechos dos estudos que a compuseram. Em palestra de 1929, por exemplo, utilizou os estudos sobre a composição do preço dos terrenos desenvolvidos por Harold MacLean Lewis¹¹⁵:

“O comitê do Plano Regional de Nova York e Arredores vem publicando uma serie de valiosas monographias sobre os diversos problemas urbanos do districto metropolitano de Nova York. Uma das últimas publicadas refere-se justamente aos factores que influem sobre o valor dos terrenos urbanos [...]” (Mello, 1929b, p. 48).

E meses depois, em outra palestra, retomaria com elogios:

“Todos os melhoramentos urbanos são realizados no interesse da circulação, e ‘where traffic goes, value grows’ onde chega a circulação, o tráfico aumenta.

O comitê do “Plano Regional de Nova York e Arredores” está realizando, sob os auspícios da Russel Sage Foundation, um trabalho que deve, sem favor, ser classificado como o maior e mais perfeito trabalho de urbanismo jamais executado no mundo. Não há exagero nessa classificação.

Esse trabalho está sendo compendiado em uma serie de monographias magistraes, cinco já publicadas, uma das quaes refere-se ao problema dos factores que influem na valorização dos terrenos urbanos” (Mello, 1929e, p. 106).

Até o ano de 1929, quando ministrou essas palestras, Anhaia Mello teve contato com os cinco primeiros volumes¹¹⁶ das publicações da “Survey” para o RPNYE e fez referência a conteúdos

114 Traduzido e adaptado do original em inglês: “The Regional Plan of New York was not only the culmination of the metropolitan tradition in American Planning, it was also perhaps the most comprehensive analysis of a great industrial region ever published. [...] Yet out of this incredible mass of information came a genuinely comprehensive plan in the tradition of Burnham. Indeed, two former associates of Burnham headed the plan committee [...]” (Fishman, 2000, p. 73).

115 Um exemplar de um dos textos que compõe o volume II da *survey* (Lewis, 1927) está disponível na Biblioteca da Pós-Graduação da FAUUSP como parte da coleção pessoal de Anhaia Mello. Todos os exemplares da *survey* também lá estão disponíveis, mas em volume reunido somente em 1931, depois que Anhaia Mello escreveu isso.

116 Os cinco primeiros volumes publicados das “surveys” para o plano foram: **Volume I – Major Economic Factors in Metropolitan Growth and Arrangement** (elaborado por Robert Murray Haig e Roswell C. McCrea); **Volume II – Population, land values and government** (de Thomas Adams, Harold M. Lewis e Theodor T. McCrosky); **Volume III – Highway Traffic including a program** (de autoria de Nelson P. Lewis, Harold Lewis e Ernest P. Goodrich), **Volume IV – Transit and transportation and a study of port and industrial areas and their relation to**

relacionados a outros temas daquelas pesquisas. Dentre os vários assuntos sobre os quais Anhaia Mello tratou nas revistas entre os anos de 1928 e 1933, uma quantidade significativa era tratada nas pesquisas que subsidiaram o RPNYE¹¹⁷, fato que esclarece um pouco sobre a prática do urbanista: ele estava lendo sobre experiências internacionais e apresentando suas leituras, com alguns comentários, em São Paulo.

Apesar de podermos rastrear os temas e muitas das leituras de Anhaia Mello, seus textos eram profícuos em referências e menções a profissionais estrangeiros. No início de sua carreira como professor, em que a circulação de materiais era significativamente menor do que em meados do Século XX, esse fato chamava atenção. Isso revela um pouco sobre os materiais aos quais Anhaia Mello tinha acesso e por meio dos quais se informava. Nos volumes da “survey” do RPNYE, ele podia ler textos “práticos” de diversos autores sobre temas distintos. Além deles, as revistas tiveram um papel importante, que, mais do que livros ou planos, permitiam-no acompanhar as discussões e as tendências mais relevantes no ambiente americano.

No entanto, como o diagrama da figura 3 revela, Anhaia Mello já apresentava uma visão bastante similar da que carregaria até a década de 1950, quando a versão final do RPNYE foi publicada. Mais do que isso, os princípios da “Árvore do Urbanismo”, que consideramos paradigmáticos sobre a atuação de Anhaia Mello, foram apresentados antes da consolidação do plano de Nova Iorque. Assim, a sistematização da atividade de elaboração e implementação do plano que Anhaia Mello tinha outras referências.

A prática do planejamento “compreensivo” teve como marco inicial, nos Estados Unidos, o plano de Daniel Burnham para Chicago. Expoente do *City Beautiful*, o profissional foi convidado para expandir a proposta que fizera para a revitalização da orla do Lago Michigan, na preparação da Exposição Universal de 1893, para toda a cidade. Apesar de apresentar elementos de “embelezamento” característicos do Século XIX, o plano inovava ao considerar um território tão vasto, a cidade inteira, e por tratar de questões próprias dessa escala, como a organização do trânsito e do transporte metropolitano.

Além de sugerir um terminal central e a eliminação de passagens de níveis, os planos típicos do *City Beautiful* ignoravam o transporte, enquanto o plano de Chicago incluía um sistema de movimentação de cargas para transporte terrestre e aquático, um

transportation (assinado por Harold M. Lewis, William J. Wilgus e Daniel L. Turner) e **Volume V – Public Recreation**. (Lee F. Hanmer)

¹¹⁷ Anhaia Mello citaria diretamente os estudos que compuseram a “survey” do “Regional Plan of New York and its environs” ao tratar de temas como sistema de parques e recreio (Mello, 1929d, p. 156), preço da terra (Mello, 1929c, p. 106; Mello, 1929a, p. 48), trânsito e circulação (Mello, 1933f, p. 199), unidades de vizinhança (Mello, 1933g).

esquema para consolidar as instalações ferroviárias e propostas para a criação de anéis viários elevados, na superfície e subterrâneos em torno do distrito de negócios”¹¹⁸ (Scott, 1971, p. 105).

Em sua ânsia por situar-se como inovador, Anhaia Mello (1928c, p. 246) apontou Burnham como a personagem inicial do moderno Urbanismo norte-americano ao qual buscava se vincular. Destacou, na ocasião, outro de seus trabalhos, o Plano de São Francisco de 1905, jamais implementado. Em outra palestra, ministrada quando da criação da Seção de Urbanismo do Instituto de Engenharia, o urbanista paulista apontou o Plano de Chicago como o exemplo principal da primeira fase do “renascimento urbanístico dos Estados Unidos” (Mello, 1929i, p. 108).

A partir da experiência de Chicago, no contexto de um crescimento populacional significativo e de modernização da sociedade americana, diversos planos com características similares foram elaborados. Suas concepções não surgiam de uma reflexão teórica refinada da academia, mas de um dia-a-dia nos quais os profissionais eram instados a lidar com as questões que apareciam no cotidiano. Conforme ressaltamos ao tratar da “Escola de Chicago”, as cidades americanas eram territórios em veloz transformação e apresentavam questões com as quais poucos já tinham lidado.

Anhaia Mello mencionou, com frequência, na passagem das décadas de 1920 e 1930, os nomes mais proeminentes do planejamento “compreensivo” daquele tempo¹¹⁹, como Olmsted, Nolen, George Ford, Edward H. Bennett, Thomas Adams e Burnham. No entanto, foi a figura de Harland Bartholomew, a quem chamou de “o príncipe dos urbanistas norte-americanos” (Mello, 1928c, p. 237), de “o grande mestre americano” (Mello, 1929f, p. 145) e de o “mais acatado dos urbanistas norte-americanos” (Mello, 1927, p. 347), que mais citou e o que mais impactou suas reflexões no período.

A referência de Harland Bartholomew e a sistematização do planejamento

Harland Bartholomew é um personagem pouco estudado, no Brasil e nos Estados Unidos. Não figura entre os grandes teóricos ou pensadores do Urbanismo, como Mumford, Cerdà ou Ebenezer Howard, nem foi responsável por algum plano cuja implementação teve grande repercussão internacional, como Abercrombie, Robert Moses ou mesmo Raymond Unwin. No entanto, foi um dos profissionais mais atuantes na elaboração de planos urbanos do começo do Século XX nos Estados Unidos e um dos que mais escreveu sobre sua prática em revistas especializadas. No Brasil, Angotti-Salgueiro (2014, p.

¹¹⁸ Tradução livre de “Aside from recommending a union terminal and the elimination of grade crossings, the typical City Beautiful plan ignored transportation, whereas the Plan of Chicago included a system of freight handling for land and water transportation, a scheme for consolidating railroad facilities and proposals for the creation of elevated, surface, and subway loops around an enlarged business district”

¹¹⁹ Segundo Mel Scott (1971, p. 203), o Comitê do RPNYE reuniu os mais ativos e renomados profissionais do período para trabalhar sob a coordenação de Adams, o que incluiu todos esses nomes, exceto Burnham.

09) identificou a recorrência de menções a ele nos textos de Anhaia Mello, enquanto pontuamos sua relevância, de modo inicial, em oportunidades anteriores (Rocha, 2016 e Rocha, 2018). Barone (2018) analisou em detalhes como a questão racial estava presente, mas escondida nas propostas desse profissional para o zoneamento da cidade de Saint Louis.

Anhaia Mello situava esse urbanista em uma etapa “moderna” da história do Planejamento norte-americano, caracterizada pela adição de novos conteúdos sem excluir as questões que já estavam colocadas por Burnham no *City Beautiful*. O próprio Bartholomew não considerava que rompesse com a prática que existia anteriormente, mas julgava adicionar novos elementos e, particularmente, novas prioridades. Na introdução do Plano de Saint Louis, ele argumentou:

“City Planning and the ‘City Beautiful’

City planning is widely believed to be a ‘city beautiful’ idea. In the sense of providing a city with necessary public works which shall be attractive but not additionally expensive because of such attractiveness city planning may truly be said to be a ‘city beautiful’ idea [...] We can have beauty without extravagance and in this sense city planning may be considered a ‘city beautiful’ idea. Where utility is sacrificed and extravagance substituted the ‘city utility is sacrificed and extravagance substituted the ‘City Beautiful’ may be promoted; city planning is not.” (Bartholomew e The City, 1917, p. 122).

Bartholomew estudou Engenharia na Universidade Rutgers, mas, antes de completar sua formação, começou a atuar profissionalmente como planejador. Convidado pelos arquitetos George B. Ford e E.P. Goodrich a participar da elaboração do plano de Newark. Lovelace (1992, p. 06) acredita que Bartholomew tenha sido o primeiro profissional contratado por uma prefeitura com a função de planejar o desenvolvimento de uma cidade, o que aconteceu quando seus superiores, contratados como consultores externos, ficaram sobrecarregados de demandas em outras partes do país e deixaram suas funções em Newark. A partir de então, a demanda pelos seus serviços só cresceria e seu escritório se tornou o mais requisitado dos Estados Unidos (Mello, 1928c, p. 237).

Para viabilizar a crescente atuação de seu escritório no mercado de planejamento urbano que estava surgindo, Bartholomew, como outros de seu tempo, prezou por sistematizar o processo de elaboração e implementação de planos “compreensivos”. Além disso, escreveu sobre o processo em revistas especializadas e em jornais, contribuindo para a difusão da prática urbanística ao mesmo tempo em que “divulgava seus serviços” pelos Estados Unidos.

O processo de elaboração do plano apresentado por Harland Bartholomew poder ser resumido em cinco etapas que deveriam ser realizadas para a análise de cada um dos conteúdos do plano (Lovelace, 1992, p. 37): primeiramente, (a) estabelecer-se-iam os princípios, padrões desejados e objetivos do plano e em seguida era necessário realizar (b) a “survey” para conhecer as condições atuais da cidade. Isso possibilitaria a (c) estimativa das necessidades futuras do lugar, a partir das quais as (d) propostas

poderiam ser feitas. A etapa final se referia ao (e) modo de colocar em prática as propostas do plano que guiarium o crescimento da cidade. O plano seria “compreensivo”, de acordo com Lovelace (1992, p. 50) sob dois aspectos: trataria de todos os elementos físicos da cidade (uso do solo, viário, trânsito, transporte, serviços de utilidade pública, escolas, parques e prédios públicos) e incluía toda área da cidade, assim como de sua expansão.

A abordagem deveria ser multidisciplinar e, para isso, Bartholomew empregava profissionais de pelo menos três disciplinas: arquitetos, engenheiros e paisagistas (Lovelace, 1992, p. 88). Na década de 1930, Anhaia Mello mencionava que os problemas do Urbanismo eram mais amplos do que os da Arquitetura e defendia postura similar à de Bartholomew. Posteriormente, assumiria uma posição ainda mais focada na multidisciplinariedade e exploraria a relação entre o Urbanismo e campos como a Geografia, o Direito e a Sociologia.

Para garantir o sucesso da ação de seu escritório, Bartholomew não precisava somente que seus funcionários elaborassem o plano de modo adequado. Sua preocupação passava também por aquilo que precedia e pelo que vinha depois da elaboração do plano. Por isso, designava um agente de seu escritório para permanecer em “campo”, atuando como coordenador em cada cidade, liderando tanto os trabalhos de *survey* quanto de implementação das propostas.

Em “O Recreio Activo e Organizado das Cidades Modernas”, Anhaia Mello (1929f) menciona os seis temas que Harland Bartholomew levou em consideração para elaborar um de seus primeiros planos, o de Memphis, no Tennessee:

“Harland Bartholomew, o grande mestre americano, reúne os estudos preliminares para organização do ‘master plan’ ou programma de desenvolvimento physico e material da cidade, em seis classes ou categorias que são:

- 1) Systema geral de Viação;
- 2) Systema geral de circulação;
- 3) Systema geral de transportes;
- 4) Systema geral de recreio;
- 5) O Zoning;
- 6) A arte cívica” (Mello, 1929c, p.145) [sic].

Angotti-Salgueiro (2014, p. 9-13) identificou que estas categorias foram tratadas por Anhaia Mello em artigos da década de 1930, o que demonstra que o urbanista brasileiro se apropriara de elementos da metodologia segundo a qual Bartholomew organizava a prática do planejamento. O foco nessas seis categorias ilustra inovações do planejamento “compreensivo”, que ao invés de limitar-se ao traçado das vias ou ao embelezamento de partes específicas da cidade, buscava abranger a totalidade dos aspectos urbanos. Além de todo o espaço urbano, pretendia-se que as intervenções e regras provenientes do planejamento do território influenciassem aspectos econômicos e sociais das cidades.

Se Angotti-Salgueiro insinua a possibilidade de que Anhaia Mello tenha se apropriado e reproduzido proposições de Harland Bartholomew, a análise da figura 3, que resume como Anhaia Mello ensinava em 1933 seus leitores sobre como um plano deveria ser estruturado, evidencia isso. Diversos dos pontos que Bartholomew consolidou na prática do planejamento aparecem nela representados: tanto o conteúdo do plano (as seis categorias de análise), quanto o método de planejamento baseado na pesquisa e na previsão das necessidades futuras.

A ideia de que o planejamento serviria para criar uma cidade eficiente, presente no título do diagrama, representa outro aspecto distintivo do Urbanismo do *comprehensive planning* de Harland Bartholomew a que Anhaia Mello tinha como referência. Nas primeiras décadas do século XX, diversas medidas para racionalizar e tornar a forma urbana mais eficientes foram tomadas nos Estados Unidos, aplicando para a cidade os princípios da Escola de Administração Científica, do Taylorismo. Anhaia Mello comentou que:

“[...]parece que se pode concluir, depois desta longa digressão, que estamos em tempo de enveredar francamente por esses processos e adoptar o conceito novo de cidade corporação de negócios, si quisermos realizar alguma coisa mais que os ensaios isolados de urbanisação que temos tentado” (Mello, 1929b, p. 119 [sic]).

E com isso, nitidamente, sintonizava-se com a visão de Bartholomew:

“As cidades não são nada mais do que grandes instituições de negócio nas quais o fator humano tem um papel chave. Uma organização definida e uma política definida são necessárias para produzir os melhores e mais desejados resultados, a economia de operação e o serviço máximo. O plano da cidade constitui a política da cidade que guia do crescimento físico e social (Bartholomew e *The City*; 1917; xxii)”¹²⁰.

A “eficiência” era parâmetro aceito por Anhaia Mello para pensar tanto a forma da cidade quanto o desenvolvimento e a implementação do plano que a determinaria. Essa abordagem, que marcou o período em que o Planejamento Urbano se consolidou como campo profissional autônomo nos Estados Unidos, não estava presente somente na produção de Bartholomew, mas era parte de uma visão compartilhada por praticamente todo leque de profissionais do mesmo período.

A visão sobre a organização e a natureza do “Moderno Urbanismo” que Anhaia Mello formulou no final da década de 1920 o acompanhou por toda sua trajetória. Mesmo em textos da década de 1950, encontramos a mesma abordagem. É o caso, por exemplo, de “Curso de Urbanismo”, publicação do

¹²⁰ Tradução livre de: “Cities are nothing more than great business institutions wherein the human factor plays a leading part. A definite organization and a definite policy must be had to produce best and most desirable results, economy of operation and maximum service. The city plan constitutes the city’s policy in the guidance of physical and social growth” (Bartholomew e *The City*; 1917; xxii).

CPEU de 1957, quando a perspectiva de “colocar a mão na massa” e elaborar planos diretores estava finalmente no horizonte do urbanista.

“[a] ordenação é um trabalho a ser feito em etapas: um trabalho de análise entre duas sínteses. São três as etapas ou fases de um planejamento: 1. Fase de eclosão; 2. Fase de projeto; 3. Fase de execução”.

Reproduzia, então, com pequenas disparidades os mesmos pressupostos que apresentara décadas antes na “Árvore do Urbanismo”. Na “eclosão”, o urbanista deveria se preocupar com a “formação do espírito urbanístico”, com a “educação e propaganda” e com a “organização comunitária”. (Mello, 1957, p. 36). O plano deveria ser elaborado a partir do estabelecimento de objetivos, com um “processo estatístico” – como a “civic survey” de que tratara anteriormente (Mello, 1956, p. 39).

A- Fase de Eclosão

- 1- Formação do Espírito Urbanístico
- 2- Educação e propaganda

B- Fase do Projeto

- 1- Delimitação da unidade e fixação dos objetivos ou filosofia do planejamento
- 2- Primeiro contato global ou reconhecimento
Pesquisa (bibliográfica; monográfica; pessoal; “par corps”; representação gráfica)
- 3- Pré-plano ou plano piloto
Diretrizes para os sistemas viários, de zoneamento e de espaços verdes e recreio
- 4- Processo estatístico e sua interpretação
“Civic Survey” ou levantamento
Inventário das necessidades e possibilidades
Pesquisa exhaustiva e sondagens
- 5- Análise funcional do complexo territorial
Crítica das necessidades e possibilidades
Hipóteses de previsão e expansão de população e equipamento
- 6- Plano diretor ou regulador

C- Fase de execução

Elaboração dos planos executivos

1. Primeiro Plano executivo de intervenção ativa, de acordo com a ordem de urgência com prazo determinado (5 anos, por exemplo)
2. Organização do plano geral de obras
3. Programa financeiro de longo termo
4. Legislação
5. Atualização periódica

A raiz da “Árvore do Urbanismo” e a atuação como professor

Um dos aspectos mais marcantes da atuação de Anhaia Mello foi a criação de espaços para o Urbanismo e a extensão da docência além dos muros da Escola Politécnica, aspectos que podem ser interpretados sob a égide da “Árvore do Urbanismo”.

Sob sua presidência, em 1929, foi inaugurada a Divisão de Urbanismo do Instituto de Engenharia. Já prestigiado como um especialista no tema e realizando o ciclo de palestras que resultou em seu primeiro livro, a criação da divisão seguiu as recomendações de Anhaia Mello, baseadas em exemplos norte-americanos¹²¹.

A Sociedade Amigos da Cidade, que surgiu a partir do Instituto de Engenharia em 1934, também teve o dedo de Anhaia Mello e foi moldada a partir de exemplos estrangeiros. Em 1929, o jornal O Estado de São Paulo lamentou a inexistência de uma instituição como a Sociedade Amigos da Cidade de Buenos Aires em São Paulo. O secretário Plínio de Queiroz prontamente enviou ofício à redação listando as iniciativas de Anhaia Mello e do Instituto de Engenharia nesse sentido, apontando que a Divisão de Urbanismo seria a gênese de uma organização semelhante:

“[d]A Divisão de Urbanismo já creada, embrião, como dissemos, da futura Associação dos Amigos da Cidade, de acordo com os estatutos já aprovados, podem fazer parte todos os cidadãos que se interessem por taes assumptos” (Notas, 1929b).

A Sociedade Amigos da Cidade era consonante com a “Árvore do Urbanismo” de Anhaia Mello, seu primeiro presidente. Formada principalmente por engenheiros, advogados e políticos (Barone, 2007, p. 69), permitia que as ideias do urbanista extravasassem os círculos especializados e tinha

“por fim o estudo de todos os problemas relativos à melhoria e adaptação do ambiente urbano às necessidades coletivas, à colaboração com as autoridades administrativas para a solução desses problemas e à educação cívica do meio pela propaganda dos princípios do moderno urbanismo” (Estatuto da Sociedade Amigos da Cidade apud Barone, 2007, p. 68).¹²²

Importantes falas de Anhaia Mello foram divulgadas por essa entidade (Mello, 1952; Mello, 1954b), que se tornou opositora das práticas urbanísticas correntes na cidade e teve significativo espaço na

¹²¹ Anhaia Mello (1928c, p. 237) foi consultado no Instituto de Engenharia, pelo secretário Plínio de Queiroz, sobre a criação de uma sociedade de urbanistas, mas foi contra, defendendo o estabelecimento de uma divisão para tratar do tema dentro do próprio Instituto, em modelo similar a da Sociedade Americana de Engenharia.

¹²² Para uma reflexão sobre a SAC e o *musee sociale* parisiense, ver Barone, 2018b [2007].

política municipal¹²³. Foi com Anhaia em sua presidência¹²⁴, por exemplo, que em 1945 se contrapôs ao então prefeito Prestes Maia, criticando-o por não utilizar instrumentos como a contribuição por melhoria e a desapropriação com revenda para financiar intervenções públicas (Campos, 2000, p. 598).

A criação de ambientes para o Urbanismo situava Anhaia Mello em disputas por espaço nos debates e na esfera pública. Siqueira (2015, p. 78) aponta que a criação da FAUUSP foi parte de um contexto amplo de autonomização da arquitetura frente à engenharia e às Belas Artes, mas destaca que

No processo de fortalecimento institucional da arquitetura moderna em São Paulo nos anos 1940, Anhaia Mello, ao ter sob sua responsabilidade a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, encontrou uma possibilidade de, unindo-se a esses arquitetos, fortalecer-se perante a Engenharia Politécnica e construir um espaço para realizar o seu próprio projeto [o do Urbanismo] (Siqueira, 2015, p. 167).

O Urbanismo aparecera em duas frentes na fundação da FAUUSP. Foi prevista a criação de um curso de pós-graduação aberto às diversas formações, o que nunca se tornou realidade, e foi criado o Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos (CPEU)¹²⁵. Se, nas primeiras décadas de sua trajetória profissional, Anhaia Mello não desenvolveu planos, no CPEU muitas de suas ideias foram colocadas em prática, mesmo que não fosse sua figura que estivesse na dianteira dos trabalhos. Anhaia Mello também abriu frentes para tratar de Urbanismo em ambientes como o Rotary Club (Mello, 1928)¹²⁶ e em círculos católicos (Mello, 1954a)¹²⁷.

A ação ativa por estabelecer espaços para o Urbanismo teve múltiplos significados e nuances na trajetória de Anhaia Mello. A ideia de que a disciplina deveria ser divulgada no Brasil e que era ele quem tinha o dever e a possibilidade de fazê-lo foi elemento constante em sua trajetória, verificado ao menos desde o final da década de 1920. Isso era colocado por ele mesmo de forma explícita e justificado pela necessidade de criar um “clima” propício para o “florescimento” do Urbanismo:

¹²³ Na década de 1930, com a centralização do Estado Novo, os interesses econômicos dominantes no período anterior não foram excluídos da cena política, mas houve uma “redefinição dos canais de acesso e influência com o poder central” (Leme, 2012, p. 127). Com a dissolução das câmaras municipais e os interventores indicados pelo governo federal, instituições como a SAC assumem maior relevância enquanto intermediários da comunicação entre sociedade civil e o executivo (Leme, 2012, p. 127-8).

¹²⁴ Anhaia Mello havia recém deixado o cargo de secretário estadual de viação (Campos, 2000, p. 598).

¹²⁵ De acordo com Renata Siquera, “A análise dos documentos contidos na Pasta Funcional de Anhaia Mello na Escola Politécnica, assim como das atas de congregação daquela escola revelaram que, já nos anos 1930, aquele docente era chamado a responder pelos assuntos relativos à Arquitetura, ao Urbanismo e à institucionalização do campo profissional como representante da escola” (Siqueira, 2015b, 62).

¹²⁶ Para uma análise da relação do Rotary Club com o Urbanismo, ver Pereira (2011).

¹²⁷ Identificamos que o nome de Anhaia Mello e de seus familiares estavam frequentemente nos jornais de meados do século XX em comentários sobre ações e eventos religiosos. No entanto, esse aspecto, que pode ser esclarecedor quanto a configuração de suas redes de influência e que lhe conferiram posição de autoridade ainda não foi investigado.

“Conhecer os princípios do Urbanismo já é alguma cousa, mas de nada servirá, si não houver vontade deliberada de os praticar, si o coração não collaborar intimamente com a intelligencia.

[...] Essa psychologia urbana só a formaremos pela propaganda dos principios do Urbanismo; apostolando esse novo evangelho de regeneração physica e social” (Mello, 1929i).

Tratava-se, assim, de uma ação que dizia respeito à raiz da “Árvore do Urbanismo”. Anhaia Mello justificou as palestras que compuseram o livro “Problemas de Urbanismo” pela busca por “enraizar” a disciplina na opinião pública e podemos interpretar como condizente com isso toda sua atuação professoral de sua “divulgação”:

“o ciclo completo e ordenado do desenvolvimento urbanístico tem que ser esse: propaganda para formulação do ambiente, comissão do plano da cidade para estabilidade e perfeição do plano geral e a legislação necessária, para que os técnicos que só aí intervêm, consigam concretizar as aspirações populares e os traçados gerais. Qualquer destes elementos que falte, é como se os outros também não existissem: só podem agir eficientemente em conjunto (Mello, livro, 1929d, p. 86).

Entre os anos de 1928 e 1936, Anhaia Mello ministrou três ciclos de conferências, cujas transcrições foram publicadas como livros pelo Instituto de Engenharia de São Paulo. Nelas, como típico de sua atuação no período, lidava com “problemas de urbanismo”. O Boletim da entidade, ao anunciar a publicação do primeiro deles, anunciava se tratar de uma

“série de palestras que o engenheiro architecto Dr. Luiz de Anhaia Mello, professor e vice-director da Escola Polytechnica de S. Paulo, está realizando no Instituto de Engenharia, numa campanha cívica de divulgação dos principios geraes do Urbanismo” (Notas, 1929a).

Longe de acaso, a atuação pela “divulgação” do Urbanismo contribuiu para o estabelecimento de Anhaia Mello desde cedo como autoridade em conteúdos inovadores. No período das conferências, textos de Anhaia Mello monopolizaram a categoria “Urbanismo” nas páginas do boletim do Instituto de Engenharia, fato que causa agora estranhamento, pois a depender das definições adotadas, podemos considerar que outros engenheiros atuavam, naquele momento, no mesmo campo em São Paulo¹²⁸.

Anhaia Mello desempenhou diversos papéis ao longo de sua trajetória, mas a imagem que sempre o acompanhou foi de um “teórico”, conhecedor das experiências e práticas internacionais. De fato, dentro ou fora da academia, foi como professor que Anhaia Mello se destacou e exerceu influência na vida política de São Paulo. Até a fundação da FAUUSP e a criação do CPEU, não chegou a desenvolver sequer um plano diretor, mas tratou sobre como fazê-lo. Ficher (2005, p. 144) considera que

¹²⁸ Vitor da Silva Freire, por exemplo, era atuante e assumira a direção da Escola Politécnica em 1933.

“de fato sua atuação central foi à docência, ainda que essa tenha se irradiado para além dos limites da Politécnica, graças à sua constante produção teórica e ação política, as quais alcançaram proeminência e influenciaram sobremaneira a administração e planejamento da cidade de São Paulo”.

Mesmo quando não ensinava a seus alunos de graduação, o tom e a imagem de professor acompanharam Anhaia Mello. Em 1947, por exemplo, na publicação do primeiro de uma série de artigos no “Digesto Econômico”, Anhaia Mello – que já havia sido prefeito, vereador e exercido posições relevantes em administrações públicas – foi apresentado especialmente por suas posições na academia e teve a publicação de livros indicados como seus principais feitos:

O “Digesto Econômico” tem o prazer de apresentar hoje aos seus leitores o primeiro trabalho que o dr. Luiz de Anhaia Mello escreve para este mensário. Trata-se, como não se ignora, de um dos grandes nomes da engenharia paulista. Ex-diretor da Escola Politécnica, ex-diretor da Faculdade de Filosofia e Letras, ex-presidente do Instituto de Engenharia, antigo prefeito de São Paulo, antigo secretário de viação e atual presidente da Sociedade Amigos da Cidade, o A. tem publicado obras que firmaram a sua autoridade no terreno de sua especialidade. Entre esses trabalhos podem citar “Problemas de urbanismo”, “O recreio ativo e organizado das cidades modernas”, “o problema econômico e social dos serviços de utilidade pública” (Mello, 1947a, p. 36).

A intenção manifesta por “divulgar o urbanismo” não se limitou àquele conjunto de palestras e se estendeu por uma variedade de falas e textos. Entre 1926 e 1937, a bibliografia reconhece mais de trinta publicações do urbanista, na forma de artigos, livros e transcrições de suas falas, concentradas no Boletim do Instituto de Engenharia e na Revista Polytechnica. Em cada um deles é possível pontuar elementos que mostram essa atuação. Em 1929, por exemplo, contentou-se em traduzir e resumir as partes que considerava mais importantes de artigo de Rascoe Pound, decano de Harvard, publicado em “Annals of the American Academy of Political and Social Science” e em recomendar que os interessados assinassem a revista (Mello, 1929h), em um artigo que, mais do que defender um ponto, limitava-se a destacar uma bibliografia. Feldman (2005, p. 63) nota que em “A Cidade, problema de governo”, Anhaia Mello (1928a) toma atitude semelhante.

Mesmo na década de 1950, quando, sexagenário, era reconhecido como autoridade no campo do Urbanismo, essa característica aparecia em suas falas. Ao iniciar palestra na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo durante as celebrações do dia do Urbanismo de 1951, apontou:

“Aceitei com satisfação o honroso convite de nosso ilustre diretor, Professor Bruno Simões Magro, para dizer algumas palavras sobre Urbanismo no dia da sua comemoração mundial, nesta faculdade de arquitetura e urbanismo. Este é, sem dúvida, lugar onde a data deve ser comemorada e de maneira útil, não apenas protocolar. Eis o que vou tentar fazer, em continuação a uma campanha que data de mais de 20 anos, com escassos resultados, é certo” (Mello, 1952, p.2).

Ao longo de toda sua trajetória, Anhaia Mello buscou em experiências internacionais os conteúdos do Urbanismo que deveria ser desenvolvido no Brasil, afirmação que vale para praticamente todas as disciplinas a que ele fez referência. Considerava que era preciso olhar para os casos estrangeiros e aprender com eles. A bibliografia (Feldman, 1996 e Rolnik, 1997 são exemplos) o reconhece como um profissional atualizado com as discussões estrangeiras e como um dos pioneiros a olhar para as experiências urbanísticas norte-americanas. Isso caracterizava sua autoridade. Ele justificou em 1929 essa característica que o acompanharia por décadas:

“O que se pode afirmar e provar facilmente, com dados positivo, é que nossos actuaes problemas urbanos que ainda não resolvemos e parece não pretendemos resolver tão cedo, já foram integralmente resolvidos em grande número de cidades estrangeiras e principalmente nas americanas.

Estas são as que devemos imitar, não só pela paridade de situação, mas também pela excellencia do modelo” (Mello, 1929d, p. 13 – grifo nosso).

Assim, como observou Arasawa (1999, p. 35), as conferências que Anhaia Mello ministrava devem ser compreendidas como expressão das práticas do urbanista: “Anhaia sugeria que se fizesse algo que ele mesmo já fazia no e pelo movimento de sua argumentação e da autoridade que a reivindicava”. Nesse sentido, a própria imagem da “Árvore do Urbanismo” era uma ferramenta que se situava em sua raiz: na “conquista da opinião pública”.

Bartholomew, como Anhaia Mello, dedicou considerável tempo e trabalho a “convencer o público”. Lovelace (1992, p. 14) situa que “o apoio público ao planejamento só poderia vir da compreensão do pública e Harland Bartholomew e seus funcionários gastaram tempo e energia significativos em diagramas para contar a história do planejamento” e explica:

“Durante seus anos de formação, o planejamento urbano apresentava um aspecto misterioso para o público geral. O “grande planejador” seria trazido de longe, ou pelo menos de outra cidade, e com algumas palavras bem escolhidas lhe mostrativa como resolver os problemas que estavam incomodando. Harland Bartholomew desaprovava essa conduta totalmente. Apesar disso, há poucas dúvidas de que durante alguns anos ele foi o “guru do momento”.

Ele escreveu muitos artigos e fez muitos discursos sobre os problemas do desenvolvimento urbano. [...] Neles, Harland Bartholomew explica e descreve o que estávamos fazendo e tentando alcançar no planejamento. Ele procura compreensão e apoio. Ele ensina. [...] Estes artigos e discursos poderiam ser usados para gerar interesse nas soluções para os problemas, como a deterioração urbana, e como um balão de ensaio para medir a reação do público para um problema urbano antes que uma cidade cliente fosse requisitada a colocá-lo em prática” (ibidem, p. 80)¹²⁹.

¹²⁹ Tradução livre de “During its early and formative years, urban planning presented a somewhat mysterious aspect to the general public. The ‘great planner’ would be brought in from afar, or at least from out of town and, with a few well-chosen words, show you how you could dispel the urban problems that were plaguing you. [...] Harland Bartholomew disdained this approach completely. Even so, there is little doubt that for a number of

A proximidade entre essas ideias e a “Árvore do Urbanismo” do Urbanismo de Anhaia Mello não era fruto do acaso. A inspiração para a ilustração publicada em São Paulo veio do planejamento de Evansville em Indiana, cujas atividades foram coordenadas por Bartholomew. Isso não significa que Bartholomew tenha sido de quem Anhaia Mello “tomou” a figura, mas o situa no centro de qualquer análise que seja feita sobre as referências norte-americanas que chegavam ao Brasil. Lovelace aponta:

"Há várias coisas que uma comunidade pode e deve fazer para melhorar sua aparência. Elas são interrelacionadas e reunidas nesse diagrama do plano “compreensivo” de Evansville, Indiana. O apoio público ao planejamento só poderia vir da compreensão do público e Harland Bartholomew e seu staff despenderam significativas quantidades de tempo e energia em diagramas como esses como uma forma de contar a estória do planejamento” (Lovelace, 1992, p. 14)¹³⁰.

Importação e adaptação de métodos

A similaridade entre as imagens das árvores é marcante e, embora esse tema tenha atraído algum interesse da bibliografia, não foi possível assegurar o procedimento segundo o qual Anhaia Mello se “apropriou” da árvore. Se, por um lado, a copa não deixa dúvidas que existe uma base comum entre as ilustrações, duas hipóteses podem ser levantadas: a primeira seria de que Anhaia Mello, em contato com a árvore de Evansville, teria elaborado sua própria versão, adaptada ao que divulgada nas palestras reunidas em “Problemas de Urbanismo” (1929d). Por outro lado, não se pode deixar de cogitar que, ao invés de adaptar o exemplar de Evansville, Anhaia Mello possa ter meramente traduzido outra fonte norte-americana ainda não identificada pela bibliografia.

O emprego de ilustrações e diagramas adaptados de modelos americanos não aconteceu somente uma vez na trajetória de Anhaia Mello. Feldman (2005) foi a primeira a notar isso, identificando a tradução de uma “propaganda” do zoneamento que também fizera parte das campanhas do plano de

years he was the ‘guru of the moment’. He wrote many articles and gave many speeches on urban development problems. [...] In them, Harland Bartholomew is explaining and describing what we were doing and trying to achieve in urban planning. He is seeking understanding and support. He is teaching. [...] these articles and speeches could be used to generate interest in solutions to problems such as urban deterioration, and as ‘trial balloons’ to get a measure of public reaction to a new solution to an urban problem before a client city was urged to try it out”

¹³⁰ Tradução livre de “There are many, many things a community can and should do to improve its appearance. These are interrelated and are brought together in this diagram from the Evansville, Indiana Comprehensive Plan of 1922. Public support of planning could only come from public understanding and Harland Bartholomew and his staff spent significant amounts of time and energy on diagrams such as this as a means of telling the planning story” (Lovelace, 1992, p. 14).

diagrama do plano de São Paulo. Se considerarmos que isso era um procedimento comum para a publicação nas revistas e livros brasileiros, podemos supor que realmente a figura “An Attractive Evansville” tenha sido a referência direta para a “Árvore do Urbanismo”.

Anhaia Mello contava com algumas edições de planos de Bartholomew em seu acervo e, embora não haja notícia da circulação desse documento em São Paulo, é possível que ele tenha tido contato com a brochura em que a figura “An Attractive Evansville” foi inicialmente publicada (Hubbard e Hubbard, 1929, p. 274), “Suggestions for improving the city's appearance, Evansville, Indiana”, (1927), terceiro volume do plano local. Em 1929, Anhaia Mello tinha acesso à pelos menos seis periódicos (além de livros e planos) de origem americana sobre planejamento urbano, conforme lista que ele mesmo apresentou e aconselhou a leitura (Mello, 1929d, p. 43-45). O Boletim do Instituto de Engenharia, ao publicar a transcrição de tal palestra em que Anhaia Mello indicava essas fontes, apontava que os interessados poderiam adquirir seis volumes mais recentes por intermédio da instituição, um indício de como circulavam os materiais sobre o planejamento urbano no Brasil do princípio do Século XX.

Assim, além do contato direto com os escritos e planos de Bartholomew, identificamos que, dentre o material que circulava em São Paulo, a provável fonte na qual o urbanista teria encontrado as imagens de Evansville foi trabalho de Theodora Hubbard, bibliotecária de Harvard que pesquisava o estado da arte do planejamento urbano e do zoneamento nos Estados Unidos e elogiava as iniciativas de Evansville em educar a população acerca do tema do planejamento urbano.

Na edição de abril de 1925 (no. 1, v. 1) da revista *City Planning*, instrumento oficial do *American City Planning Institute* e indicada por Anhaia Mello como uma das fontes em que os interessados poderiam aprender sobre o planejamento “compreensível” norte-americano (Mello, 1929d, p. 41-3), encontra-se a imagem original do *zoning* (apresentada como parte da figura 5). Tratava-se de artigo de Theodora Kimball Hubbard, uma das editoras do periódico, na qual foi feita uma revisão do estado da arte da prática de planejamento, urbano e regional, nos Estados Unidos. Nesse trabalho, uma sessão dedicada ao “Convencimento do Público” pode ter apresentado a Anhaia Mello conteúdo importante:

A campanha educacional conduzida em Evansville, Indiana, pelo secretariado executive da Comissão do Plano da Cidade (Sr. R. W. Blanchard) é muito interessante. Após estudos abrangentes pelo Sr. Bartholomew, a comissão expôs sucessivas características do plano da cidade perante o público numa série especialmente boa de artigos de jornais. Um “cartoon” do Evansville Courier e Jornal é aqui reproduzido. O progresso no estabelecimento do plano em áreas não desenvolvidas foi realizado sem custos para a cidade, com a cooperação dos loteadores de terra” (Hubbard, 1925, p. 12)¹³².

¹³² Tradução livre de: “The educational campaign conducted in Evansville, Ind., by the Executive Secretary of the City Plan Commission (Mr. R. W. Blanchard) is full of interest. Following comprehensive studies by Mr.

Encontrar o texto e as fontes exatas em que Anhaia Mello teve contato com cada proposição internacional que ele reproduziria no contexto paulista não é uma tarefa trivial, pois havia diversas revistas e autores que dialogavam nos Estados Unidos. No entanto, Hubbard parece ser uma referência chave, mesmo que Anhaia Mello não tenha tido contato particularmente com o artigo que mencionamos. Junto a seu companheiro, ela publicou em 1929 o livro “Our cities, to-day and to-morrow: a survey of planning and zoning progress in the United States” em que reuniu todos os estudos sobre o que estava sendo desenvolvido no campo do planejamento e que, além de apresentar novamente a imagem do *zoning* no capítulo “Educating the public to support Urban Planning”, trazia a imagem da árvore de Evansville (figura 4).

Vários autores agiam para “criar condições” diante da opinião pública para viabilizar a implementação das propostas dos planos “compreensivos”, pensamento que justificava o emprego de diagramas e ilustrações em campanhas nos jornais. No caso brasileiro, entretanto, essas imagens não serviam para justificar planos, já que Anhaia Mello não elaboraria nenhum nas décadas de 1920 e 1930. Ao invés de disso, eram utilizadas pelo profissional paulista na constituição do campo profissional do Urbanismo. Assim, se a prática de Bartholomew e do Planejamento Urbano começa, nos Estados Unidos, a partir de demandas externas por seus serviços, no Brasil, com Anhaia Mello, o discurso do planejamento precede a prática propriamente dita de elaboração de planos e colaborava para constituir a autoridade do urbanista.

O aproveitamento, por meio de adaptação e tradução, de diagramas e ilustrações didáticas de Bartholomew ressalta que Anhaia Mello tinha grande contato com a produção de tal profissional, tanto diretamente – por meio de planos –, quanto por meio de textos de profissionais que lidavam cotidianamente com o campo do planejamento nos Estados Unidos, do qual Bartholomew era uma destacada referência. Theodora Hubbard, bibliotecária de Harvard particularmente interessada no paisagismo, parece ter sido uma personagem importante para a circulação das ideias do planejamento americano nos anos 1920, com diversos trabalhos de síntese e revisão da bibliografia sobre o tema.

Bartholomew, the Commission laid successive features of a city plan before the public in an unusually good series of news-paper articles. A cartoon from the Evansville Courier and Journal is reproduced herewith. Actual progress on the establishment of the plan in undeveloped areas has been made without cost to the city by the cooperation of real estate subdividers” (Hubbard, 1925, p. 12)."

Figura 5 - Comparação entre diagramas e imagens de Anhaia Mello (esquerda) e Harland Bartholomew (direita). Fontes: Mello, 1929a; Mello, 1929b; Hubbard, 1929; Lovelace, 1992.

O tronco e a copa da “Árvore do Urbanismo” – a organização para o ordenamento da cidade

As duas figuras das “árvores”, a de Bartholomew e a de Anhaia Mello, se referem ao instrumento do plano, mas o fazem de modos distintos. O exemplar americano apresenta os elementos que tornariam Evansville mais bela, enquanto o brasileiro destaca fatores de gestão. Na primeira “árvore” as suas raízes são os diversos elementos (parques, edificações públicas, arborização, mobiliário urbano) que, quando reunidos pelo plano, tornariam a cidade mais atrativa. Enquanto isso, no caso de Anhaia Mello, a finalidade é mais abstrata, o “progresso urbano”, e decorrente de questões administrativas. De modo semelhante, a omissão sobre qual seria o conteúdo do plano é marcante nos textos de Anhaia Mello das décadas de 1920 e 1930.

O discurso de Anhaia Mello e do *comprehensive planning* apontavam que a forma moderna de tratar as cidades deveria ser racional, o que para aqueles profissionais significava ser o mais eficiente possível. Ao que se referiria a “eficiência” nem sempre era exposto com clareza. A máxima utilitarista de que o Urbanismo visaria o “maior bem do maior número” (Mello, 1954a; 1954b; 1952) empregada por Anhaia Mello na década de 1950, sintetizava essa ideia e se confundia com considerações econômicas subentendidas.

O planejamento “compreensivo” norte-americano se desenvolveu no apogeu do *city efficient movement*, ação ligada ao Taylorismo e aos movimentos de reforma municipal. Assim, conforme Anhaia Mello tomava contato com a organização da prática de planejamento, invariavelmente lidava com discussões sobre a estrutura municipal, instrumentos de políticas pública e elementos semelhantes. As referências ligadas a esses temas repercutiram em sua atuação e constituíram o tronco e a copa da “Árvore do Urbanismo”.

Nos Estados Unidos, durante o período que antecedeu à quebra da Bolsa e ao *New Deal*, quando o campo do urbanismo se estruturou, a iniciativa do planejamento partia geralmente de fora da administração pública. Comissões de planejamento, patrocinadas pelos setores de negócios e compostas quase sempre por indivíduos das elites locais, contratavam planejadores, até então arquitetos e engenheiros, para dirigir as pesquisas e a elaboração dos planos. O comitê responsável pelo RPNYE, por exemplo, era financiado pela *Russel Sage Foundation*, “entidade que tinha a maioria de seus membros representantes de grupos financeiros – *Morgan Bank*, *Rockefeller Institute*, *First National Bank of New York*” (Feldman, 1998, p. 06) – e a comissão do plano de Burnham para Chicago, pelo “*Merchant’s Club* e o *Commercial Club*” (Mello, 1929d, p. 20). Feldman (1998) considera que essa ideia foi a mais importante que Anhaia Mello importou para o Brasil:

“A ideia chave que Anhaia Mello importa dos Estados Unidos para a organização do setor de urbanismo na administração municipal é a criação de uma Comissão do Plano constituída por representantes da sociedade, para elaborar o plano da cidade e

garantir a continuidade de sua orientação independente das mudanças políticas do governo. Suas posições quanto às formas de inserção da Comissão na estrutura da administração variam, mas a defesa da comissão enquanto organização desvinculada dos embates políticos é uma constante em seu discurso” (Feldman, 1998).

Schema de Organização Municipal para “Urbanismo Positivo”

Figura 6 - Proposta da organização do Urbanismo em São Paulo (Mello, 1935)

A defesa da comissão do plano baseava-se na ideia de que o Urbanismo seria técnico e independente, objetivo, capaz de resolver problemas desde que não estivesse sujeito a interesses individuais e imediatos. O modelo de comissão permitiria que o plano fosse elaborado e implementado independente das vontades de momento daqueles que governavam, pois ela seria independente e imune às variações trazidas pelas eleições de tempos em tempos.

A ideia da eficiência na organização institucional ligada ao planejamento e à estruturação da administração pública municipal explica também a dedicação de Anhaia Mello em discutir instrumentos e marcos legais que permitissem a implementação do plano e melhorassem a gestão urbana. Eles estavam, geralmente, ligados a certo nível de controle público sobre a propriedade privada.

Em 1930, no livro “O Problema Econômico dos Serviços de Utilidade Pública” (Mello, 1930), reunião de conferências realizadas no Rio de Janeiro, Anhaia Mello fez diversos apontamentos sobre a natureza e a regulamentação dos serviços públicos inovadores no Brasil (Branco, 1997, p. 44), tema que se prolongou em “Novos subsídios para a regulamentação dos serviços de utilidade pública” (Mello, 1933).

Essa discussão se relacionava com a da estruturação da administração pública e, nesse sentido, era consonante com a preocupação que Anhaia Mello demonstrara quanto a necessidade de implementar instrumentos que permitissem a implementação do planejamento – a copa da “Árvore do Urbanismo”. Em “Regulamentação e Expropriação” (Mello, 1929g), ele apresentou, a partir de exemplos

estrangeiros, mecanismos como o reloteamento (ou redistribuição), a expropriação marginal e a contribuição de melhoria.

“Urbanismo [...] é “attainment of unity in city construction”, preocupação constante de unidade na construção da cidade. Para alcançar essa unidade é absolutamente necessário que o poder público, o Estado, exerça controle direto não só sobre a propriedade pública, mas também sobre a propriedade privada

Os dois poderes legais fundamentais para a urbanização racional são a expropriação ou o domínio eminente, por necessidade ou utilidade pública, mediante previa indenização, e o poder de polícia da Polícia, que é o direito de regular o uso da propriedade privada, no interesse público, sem indenização ” (Mello, 1929g, p. 55).

A preocupação com os serviços públicos e com os instrumentos como a contribuição de melhoria e a expropriação marginal era uma resposta ao contexto de uma cidade que dobrava de tamanho a cada década e carecia das estruturas institucionais para lidar com as questões disso decorrentes. O tema do controle da expansão urbana apareceu, no primeiro momento, como uma questão pragmática para Anhaia Mello que, quando vereador, no começo da década de 1920, lidou com a questão dos arruamentos irregulares (Campos, 2002, p. 471) e da incapacidade financeira da prefeitura arcar com calçamento das vias que surgiam (Mello, 1927).

Para o urbanista, esses instrumentos capacitariam a administração municipal a realizar as intervenções públicas necessárias para constituição de uma cidade racional, objetivo do Urbanismo, e andavam lado-a-lado com o zoneamento, que manteria a ordem na cidade.

Feldman (2005, p. 32) considera que o zoneamento era um consenso entre os profissionais do Urbanismo na década de 1930 e foi construído e aplicado a partir da década de 1940 como uma ferramenta “compreensiva”, que envolveria a cidade inteira. Para Topalov (apud Feldman, 2005) a ideia presente no instrumento, de que cada uso teria seu lugar certo na cidade, é simbólica da “ciência urbana” que se desenvolveu no século XX.

Anhaia Mello, na interpretação de Feldman (2005, p. 32), teria sido um dos grandes defensores do *zoning* conforme implementado na cidade. Baseado no modelo norte-americano, tratava-o como instrumento de garantia do valor do solo, como “princípio fundamental para salvaguarda dos direitos dos proprietários, a garantia contra vizinhos desvalorizadores de propriedades”¹³³, ideia que demonstrava, nas entrelinhas, concepções sobre a cidade presentes no discurso do urbanista.

¹³³ Diferente do modelo alemão, em que o *zoning* era parte de uma concepção global da cidade (Mancuso apud Feldman, 2005, p. 113), a aplicação no caso dos Estados Unidos provinha de grupos isolados, em geral vinculados a proteção e a especulação com a terra, e desconectados com o âmbito reformista. “O zoneamento atua, portanto, como instrumento isolado, sem apoio de outras políticas de intervenção na cidade: é um objetivo e não parte de um sistema” (Feldman, 2005, p. 113)

A proposta, apresentada a partir de exemplos estrangeiros, de controle do crescimento por meio do plano e a origem pragmática das preocupações de Anhaia Mello, fruto do quadro que se desenvolvia em São Paulo, por vezes se confrontou. Em “Regulamentação e Expropriação”, por exemplo, ele trata do “metabolismo urbano”, conforme formulação de Burgess, e questiona-se como poderia funcionar um zoneamento protetor de usos se a cidade era um organismo em expansão? Sua resposta, como muitas do período, emulava os exemplos norte-americanos: “é preciso, pois, um trabalho incessante de ajustamento do zoning às condições de momento. [...] Esse ajustamento é feito por meio de comissões especiais, as “Boards of Adjustment” ou “Boards of Zoning Appeals” (Mello, 1929g, p.59)

O vazio da visão social na “Árvore do Urbanismo”

Se a “Árvore do Urbanismo” realmente for uma adaptação da figura apresentada por Harland Bartholomew em Evansville, podemos indicar que Anhaia Mello optou por excluir, em seu diagrama, todo e qualquer conteúdo do plano e, com isso, também leituras sobre a questão social, ou sobre os problemas “práticos” com os quais o Urbanismo precisaria lidar. Esse procedimento é ilustrativo sobre sua produção escrita do período entre o ano de 1926 e o final da década de 1930, que caracterizamos como a segunda fase da trajetória de Anhaia Mello.

A ideia de planejamento “compreensivo” do começo do Século XX pretendia-se neutro, portador de um saber técnico que “resolveria” problemas. Nesse sentido, o vazio em termos de discussão sobre o conteúdo do plano no discurso de Anhaia Mello refletia formulações sobre a pretensa imparcialidade e apolitização da atividade do planejamento. O Urbanismo representaria uma técnica de administração que poderia abarcar qualquer conteúdo.

Destacamos três críticas podem ser feitas em relação a isso. Primeiramente, a aplicação prática dessa proposta politicamente “neutra” nunca gera condições de igualdade entre os afetados pela ação do planejamento ou da gestão pública. Feldman (2005), por exemplo, ao notar que a proposta de uma comissão do plano destacada dos embates políticos foi recorrente na trajetória de Anhaia Mello, aponta que as comissões norte-americanas não haviam sido imparciais. Ao contrário, haviam sido dominadas, em sua composição, por representantes dos setores imobiliários e construtivos¹³⁴.

Além disso, o sucesso de uma concepção de uma técnica neutra como forma de alcançar o melhor para todos dependeria que todas as ações fossem realizadas a partir de um mesmo parâmetro

¹³⁴ Essa observação de Feldman (2005) sugere como o conteúdo aparentemente “apolitizado” do discurso acerca do Urbanismo veiculado por Anhaia Mello provavelmente se tratava de uma posição política adotado pelo urbanista no contexto das disputas sociais, econômicas, profissionais e administrativas que aconteciam na São Paulo de meados do século XX.

independente e apolítico. Caso contrário, como vemos frequentemente no caso brasileiro, determinado instrumento até poderia pretender-se exclusivamente técnico, mas teria seus efeitos neutralizados por práticas e intervenções em que as desigualdades de poder se expressam.

No caso norte-americano e paulista, a regulação, na forma do controle da valorização e de alguma influência sobre a propriedade privada, era justificada como forma de viabilizar o mais eficiente desenvolvimento urbano, mesmo que não estivesse plenamente claro qual ele seria. No entanto, esse controle nunca foi absoluto. O *zoning*, ao invés de reforçar essa concepção de planejamento urbano, servia como limitador – excluindo, primeiramente, dos bairros-jardim da Companhia City o risco de serem considerados “no lugar errado”, inadequados para o desenvolvimento da cidade. Justificava-se, assim, alguma restrição individual, em prol do bem comum, mas de início, no caso de São Paulo, já se deixava claro que não seriam os mais ricos que teriam seus interesses imediatos impactados negativamente por isso.

Outra crítica pertinente é que o discurso técnico-administrativo jamais pode ser neutro em si mesmo, pois pressupõem princípios e leituras sociais que, mesmo que não estejam explícitos, embasam sua formulação. No caso do planejamento “compreensivo” do RPNYE, a noção de eficiência transposta da organização da atividade de planejamento para o conteúdo do plano implicava na aceitação dos processos que favoreciam a concentração demográfica e econômica em Nova Iorque e submetia o território às lógicas econômicas vigentes, aceitando a cidade como “corporação de negócios”.

A formulação que subsidiou, do ponto de vista econômico, a elaboração do plano por Thomas Adams, foi de Robert Murray Haig, que defendia que era necessário reduzir a “fricção” espacial, as deseconomias provenientes da má distribuição de usos e infraestrutura no território.

“São esses custos da fricção que o planejador da cidade deve buscar reduzir para o menor nível possível. De duas cidades, de outras formas idênticas, a mais bem planejada, do ponto de vista econômico, é aquela em que o custo de fricção é menor. Isso vai significar que as rendas da terra agregadas são menores ou que o sistema de transporte é melhor – ou os dois. Pode-se sugerir como uma hipótese que o desenho da metrópole – a indicação de usos para cada área – tende a ser determinado pelos princípios que diminuem os custos de fricção” (Haig, 1927, p. 39).

A postura de Thomas Adams pode ser encarada como a de viabilização da continuidade do crescimento da população e da economia nos parâmetros que já estavam colocados na região de Nova Iorque. O “lugar certo” para cada função era aquele que potencializasse o caráter produtivo, de forma que o próprio Haig (1927, p. 31) questiona a existência de “slums” nas proximidades do centro de negócios, elemento característico das grandes cidades americanas no começo do Século XX que havia sido pontuado por Burgess.

Essa postura, levava Adams a adotar, declaradamente, uma posição pragmática, buscando mudar e trazer melhorias sociais, mas sem desafiar o status quo. John L. Thomas aponta que, desde o princípio, essa posição havia definido as escolhas que guiariam a formulação do plano, com

“[...] a insistência do diretor de que ‘não podemos superar as forças econômicas que fazem das cidades tão grande quanto Nova Iorque’. Projeções totalmente confiáveis, Adams e seus metropolitanistas argumentam, apontavam que a população da cidade de Nova Iorque chegaria a marca de 20 milhões em 1965, e essa estimativa necessitava algum tipo de ‘recentralização’ da metrópole, que oferecia ‘concentração sem congestão’ e ao mesmo tempo encorajaria a expansão controlada num meio termo metropolitano cuidadosamente delimitado” (Thomas, 2000, p. 33-4)

Dessa forma, o planejamento era “estendido” para viabilizar a metrópole, ao aceitar incondicionalmente o processo de expansão urbano e visar torná-lo viável, dotando a cidade de estruturas que poderiam absorver o crescimento futuro. Os critérios poderiam eventualmente mudar, conforme pontos de vista de qualidade de vida, de gestão econômica, de preço da terra ou de eficiência produtiva, mas a ideia de previsão e de certo pragmatismo em relação aos processos sociais estavam na base dessa corrente: Adams considerava que não era possível ao planejador confrontar as forças sociais e econômicas que produziam a metrópole.

O foco técnico-institucional no pensamento de Anhaia Mello, embora baseada na ideia de que o conteúdo do plano seria escolhido “democraticamente”, ressaltava o saber técnico na elaboração do plano – como se para quaisquer questões que fossem formuladas, o planejador, o arquiteto ou o engenheiro, pudessem indicar soluções adequadas. Dessa forma, o plano, objeto principal do Urbanismo como disciplina e campo profissional autônomo, na Árvore do Urbanismo, pretendia-se apolítico, sem reconhecer limitações da capacidade de previsão e do saber técnico, nem que suas formulações não poderiam ser imparciais e que tenderiam a obscurecer disputas e conflitos centrais na sociedade (Feldman, 1998; 2005).

3.2. O “Esquema Anhaia” – década de 1940 até 1957

A temática regional foi central para o Urbanismo de Anhaia Mello e, como tal, tem sido explorada por aqueles que investigam suas ideias e propostas. Embora menções a questão regional apareçam em seus escritos desde a década de 1920, elas se destacaram nas décadas de 1940 e 1950, quando o urbanista apontou:

“é preciso considerar o problema urbanístico regional, que não se resolve com avenidas, viadutos e praças ajardinadas. Se urbanismo é arte de correlação e integração – problema de função, de textura, de economia e síntese estética – só pode

ser realmente praticado no plano regional e na maior de suas regiões – a nação” (Mello, 1954b).

Tratar de planejamento regional, para Anhaia Mello, significava, naquele momento, lidar com proposições de desconcentração da metrópole e de redistribuição da população e da atividade econômica em um território mais amplo. Essa expressão entrou em voga como objeto de disputa no Urbanismo paulista por volta da década de 1950, quando o conflito entre as posições de Anhaia Mello e Prestes Maia polarizou os debates sobre o ordenamento do crescimento de São Paulo (Osello, 1983, p. 190). Nas formulações de Anhaia Mello acerca do “Esquema Anhaia”, gestadas nos anos 1940, mas que assumiram forma final na década seguinte, diferente do que aconteceu no período anterior, uma visão social é claramente apresentada e reflete disputas políticas em voga em São Paulo no momento.

A década de 1940 marcou mudanças importantes nas posições e, principalmente, no discurso de Anhaia Mello. Por exemplo, ao invés de uma comissão do plano independente, ele passou a propor que as atividades de planejamento integrassem o poder público local, mas como um quarto poder. Tratava-se de uma proposta ligada a uma corrente da *Scientific Management School* liderada por Rexford Tugwell somente implementada em Nova Iorque. Para Feldman (2005, p. 70-2), a adoção de posição refletia alterações no cenário norte-americano, em que a atividade de planejamento foi gradualmente incorporada pelas administrações municipais a partir do *New Deal*:

“A súbita mudança na visão de Anhaia, no que diz respeito à estreita relação do planning à administração municipal, é obra, mais uma vez de sua sintonia com as mudanças ocorridas nos Estados Unidos. Tenta transportar para cá uma solução que ocorre em função de condições bastante específicas do contexto americano”.

Como outras mudanças de postura de Anhaia Mello no fim da década de 1940, essa reflete novos conteúdos que ganharam destaque em discussões estrangeiras, particularmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. No entanto, o cenário no exterior era complexo e Anhaia Mello teve que assumir uma posição ao escolher trazer determinada referência, e não outra, para o contexto nacional. Essa percepção não anula a crítica de que ao propor algo de diferente contexto para São Paulo, ele ignorava a realidade e os processos locais particulares (Meyer, 1992, p. 102; Feldman, 2005), mas lança luz a novos aspectos da discussão.

Nesse caso específico é relevante o fato que Anhaia Mello só tenha “aceitado” que o planejamento não precisava ser desenvolvido totalmente fora da administração municipal depois de mais de vinte anos de “militância em prol do Urbanismo”. Na década de 1920, defender a comissão do plano compunha um discurso que destacava o urbanista como opositor da prática na época corrente, baseada em projetos autorais de técnicos municipais. Décadas depois, aproximar a Comissão do Plano frente da administração municipal já tinha outro significado. Com as palestras e ações das décadas de

1920 e 1930, ligadas à Escola Politécnica, ao Instituto de Engenharia e à Sociedade Amigos da Cidade, Anhaia Mello influenciou muitos engenheiros, de modo que os técnicos da prefeitura provavelmente eram, na década de 1950, mais abertos a suas propostas do que na década de 1920. Carlos Brasil Lodi, que, por exemplo, assumiria em 1950 a diretoria da Divisão Geral de Planejamento do Departamento de Urbanismo, foi seu aluno no curso de formação de Engenheiro-Arquiteto e defendeu propostas que se identificavam com as de seu mentor. (Ficher, 2005)

Essa mudança de postura de Anhaia, ligada ao contexto norte-americano, também era uma reação à política paulistana. Mais importante, no entanto, era o fato de que o cerne da proposta de planejamento “compreensivo” do urbanista não se alterava com o aspecto de a comissão ser independente do poder executivo, já que a maioria de seus membros ainda seria proveniente da “sociedade”.

A Comissão de Orientação do Plano da Cidade foi instituída pelo decreto-lei 431, de 8 de julho de 1947 e teve seus membros nomeados no ano seguinte. No entanto, só iniciou suas atividades em 1953, com alguns membros diferentes daqueles originalmente indicados, entre eles Prestes Maia. Sua configuração mostrava a relevância que Anhaia Mello tinha no campo do Urbanismo naquele momento em São Paulo (Feldman, 2005). Quatro vagas pertenciam à academia, sendo duas delas da Universidade de São Paulo, que então se estruturava e na qual Anhaia Mello tinha grande poder, sendo inclusive o representante da instituição na Comissão. A Sociedade Amigos da Cidade e o Instituto de Engenharia, dos quais Anhaia Mello havia sido diretor e presidente, e o Instituto dos Arquitetos do Brasil, de onde era naquele momento membro do Conselho Fiscal, tinham uma vaga cada um. As suas vagas restantes eram de representantes da Associação Comercial de São Paulo -- em cuja publicação, o *Digesto Econômico*, Anhaia Mello publicava artigos -- e da Associação Paulista de Imprensa.

A atividade da Comissão do Plano da Cidade não resultou na elaboração de nenhum plano, mas foi como membro dela que Anhaia Mello expôs de modo mais abrangente sua visão sobre o futuro da capital do estado e sobre a questão regional, em um relatório que ficou conhecido como “Esquema Anhaia”. Campos (2019) destaca que esse ambiente propiciou oportunidade ímpar para que Anhaia Mello expusesse suas ideias sobre o planejamento de São Paulo sem as amarras que seriam geradas caso ele tivesse sido contratado por determinado ator político para fazê-lo.

O documento entregue à comissão, “Elementos Básicos para o Planejamento Regional de São Paulo” expunha os princípios segundo os quais Anhaia Mello julgava que o planejamento da capital do estado deveria ser conduzido, conectando-se, inclusive, a um sistema de planos que partiriam da organização do território nacional até a escala do município.

Esse conjunto de diretrizes de ordens organizacional e urbanística para o desenvolvimento do Plano da cidade foi questionado e apelidado por Prestes Maia, autor do Plano de Avenidas, ex-prefeito da capital e “incumbido de relatar o trabalho de Anhaia à comissão [...]” (Meyer, 1992, p. 106), de “Esquema Anhaia”, expressão que continua sendo utilizada pela bibliografia da história do urbanismo paulista. A discussão sobre o tema extravasou os limites da comissão e alcançou os jornais e revistas do seu tempo.

O documento dos “Elementos Básicos...” era dividido em 4 categorias: “A – No Plano Federal”, “B – No Plano Estadual”, “C – No Plano Intermunicipal” e “D – No Plano Municipal”. Para cada uma desses “planos”, Anhaia Mello listou na forma de tópicos as ações que, em sua concepção, deveria ser feito em termos de planejamento urbano. Osello (1983, p. 191) resume o conteúdo:

- “1. Criar um sistema de planejamento urbano envolvendo os três níveis de poder: Federal, Estadual e Municipal.
- 2. A nível Federal - criar um organismo capaz de estabelecer um Plano Nacional e realizar uma reforma tributária de modo a aumentar as receitas municipais.
- 3. A nível Estadual - elaborar o plano Estadual que fixe:
 - a distribuição equilibrada na população
 - o uso do solo
 - as vias de comunicação
 - a distribuição de energia
 - o controle dos planos municipais
- 4. A nível Intermunicipal - criar um organismo capaz de elaborar o Plano da Região Metropolitana de São Paulo (semelhante ao GEGRA [que seria] criado em 1967). Uma das metas desse órgão seria a descentralização industrial.
- 5. A nível Municipal - organizar a cidade em unidades de vizinhança, controlar os loteamentos e limitar o direito de construir e o adensamento das áreas centrais”.

A repercussão das propostas de Anhaia Mello foi grande e fazia parte de um contexto mais amplo de embates entre Prestes Maia e o fundador da FAUUSP, que também envolveram as discussões sobre o metropolitano e a utilização de instrumentos de captura da valorização da terra. Fischer (2005, p. 149) trata da existência de partidários e opositores na academia e nos órgãos públicos ao modelo defendido por Anhaia Mello, o que demonstra a dimensão que a disputa tomou.

A estrutura e o contexto das propostas do “Esquema Anhaia”

O cerne da proposta do “Esquema Anhaia”, a limitação do crescimento de São Paulo por meio da proibição da instalação de novas indústrias no município e do controle da expansão imobiliária, era, nos termos de Meyer (1991, p. 100), “uma verdadeira provocação”, pois a cidade assumia o lema de “cidade que mais crescia no mundo” como meta. Assim, não demorou para que Anhaia Mello se dedicasse para justificar suas propostas e articulá-las como parte de um discurso urbanístico coerente.

Na palestra “O Plano Regional de São Paulo: Uma contribuição da universidade para o estudo de Um Código de Ocupação Lícita do Solo”, ministrada na FAUUSP em 8 de novembro de 1954, Dia do Urbanismo, Anhaia Mello produziu um de seus materiais mais abrangentes, o que fez com que Meyer (1991) o caracterizasse como uma “carta de princípios”, Osello (1983) o situasse lado-a-lado com os planos elaborados para a cidade e Bresciani (2012, p. 20) apontasse que ali, pela primeira vez, ele detalhava a visão sobre o controle da expansão da escala de planejamento que vinha sendo gestada desde as décadas anteriores.

Duas grandes temáticas aparecem na transcrição da palestra: (1) a da estruturação de um sistema de planejamento que abarcasse desde a totalidade do território nacional até as particularidades e a forma intraurbana de cada município, por meio de um conjunto de planos em diferentes escalas e comissões e (2) a do conteúdo e preceitos de organização do espaço que deveriam guiar a elaboração dos planos locais. Três conceitos básicos, ele apontava, deveriam guiar o planejamento na escala municipal: (a) a ideia de cidades jardins (e de cintas verdes que limitassem o crescimento e fornecessem alimentos), (b) as superquadras de Radburn (que permitissem o convívio entre os ritmos humano e do automóvel) e (c) as unidades de vizinhanças (Mello, 1954b, p. 38). A questão regional impregna ambos tópicos – o conteúdo e a forma do planejamento que estava sendo proposto.

No começo da palestra, Anhaia Mello argumenta que a principal questão a ser tratada pelos urbanistas seria a da distribuição das populações no território e, com isso, já diferenciava seu enfoque daquele da Árvore do Urbanismo. Ele trataria de diversos aspectos da gestão e da administração da atividade de planejamento, mas toda sua proposta revolvía em torno de uma leitura social: havia desequilíbrio no desenvolvimento brasileiro e isso criava problemas na cidade e no campo. Para isso, descreve como estaria o Brasil nesse quesito: imensas áreas abandonadas, o homem do campo desamparado e cidades crescendo sem plano.

“Como disse, são fatos. As opiniões são livres, mas os fatos são sagrados.

É preciso considerar o problema urbanístico regional, que não se resolve com avenidas, viadutos e pracinhas ajardinadas.

Se urbanismo é arte de correlação e integração – problema de função, de textura, de economia e síntese estética – só pode ser realmente praticado no plano regional e na maior de suas regiões – a nação” (Mello, 1954b).

Ao tratar do planejamento em escala nacional no começo da palestra, Anhaia Mello se aproximava do que Hall (2002, p. 56) chamou de planejamento regional-nacional. Ele dedicou pouco espaço a esse aspecto, mas como fizera em “Urbanismo.... esse desconhecido” (Mello, 1952 [1951]), trouxe dados gerais sobre população, orçamento e território para destacar a discrepância da urbanização (e do desenvolvimento) entre regiões do país.

“É sabido que nenhuma corrente é mais forte que o seu elo mais fraco.

Não se pode supor que o Brasil próspero e feliz, sem que todas as unidades da federação se desenvolvam; eis a vantagem do plano nacional. Não há organismo que se equilibre com congestão cá e anemia acolá” (Mello, 1954b, p. 10)

A principal proposta de Anhaia nessa escala foi a criação de uma autoridade nacional de planejamento, ao modelo da *national planning board* norte-americana, que reuniria representantes de cada região socioeconômica do país e buscaria “harmonizar” suas partes. A noção de Urbanismo como síntese, presente na Árvore do Urbanismo, se mantinha nesse momento.

Ao tratar do plano regional, Anhaia Mello avaliou que o Estado de São Paulo havia compreendido bem a questão e citou iniciativas positivas deste ente – como a criação da comissão interestadual da bacia Paraná-Uruguai, do Plano de Eletrificação do Estado e do cinturão verde.

O planejamento dos Estados Unidos durante o New Deal estava presente nas referências de Anhaia Mello e transitava entre os planos estadual e nacional. Três anos antes, ele havia destacado a Tennessee Valley Authority (TVA) como a iniciativa de planejamento regional mais bem-sucedida (Mello, 1952). Tratava-se de uma ação focada na modernização de uma região que abarcava áreas de oito estados, o que foi a grande referência da política do New Deal. Fishman (2000, p. 79) caracteriza a abordagem que o governo federal norte-americano adotou nesse período como de um “regionalismo corporativo”, que era “sobretudo, uma técnica para o rápido desenvolvimento econômico, a recuperação da demanda por meio da criação de vastas novas áreas de crescimento a serem transformadas pela América corporativa”¹³⁵.

A abordagem do “planejamento nacional” não tinha como objeto a forma e a especificidade das cidades. Isso não combinava com a preocupação demonstrada no resto da palestra e na maior parte de seus textos das décadas de 1940 e 1950. No entanto, no discurso de Anhaia Mello estendia as preocupações dos urbanistas para além dos “melhoramentos”, aspecto condizente com suas outras proposições. Além disso, ele aparecia como condição para a realização do resto de suas propostas.

No resto da palestra, o discurso de Anhaia Mello apresentou uma postura local-regional (Hall, 2002, p. 55). A ideia era que a abordagem do planejamento deveria ser regional porque isso seria necessário para garantir as vantagens das cidades para a maior quantidade de pessoas. Isso justificava que, embora se tratasse de um relatório para uma entidade do poder público municipal, suas propostas ultrapassassem as fronteiras desse ente administrativo. Anhaia descreveu suas propostas para o plano municipal:

“A região industrial de São Paulo, que propomos, tem um raio de 100km, uma população aproximada de quatro milhões, e área de 30000 km², incluindo quarenta municípios.

¹³⁵ Tradução livre de: “Corporate regionalism was above all a technique for rapid economic development, the resuscitation of demand by creating vast new areas of growth to be transformed by corporate America”.

Nessa região é preciso cuidar de:

1. Limitar o crescimento da conurbe paulista – o grande São Paulo. Já não me refiro à necessidade de diminuir a atual população, reduzindo a dois milhões, para não assustar os mais tímidos.
 2. Rearticular a população da conurbe e respectivas atividades, relacionado de novo “folk, work, and place” e reequilibrando as quatro funções: residência, trabalho, recreio e circulação e os dois ritmos – o humano (4km) e o mecânico (100km) ou o cotidiano e o intermitente.
 3. Regular e limitar o crescimento de todas as cidades e vilas da área regional. As maiores – como Santos, Campinas e Santo André – devem estacionar: melhorar o standard de vida urbana em vez de crescer mais. Melhor em vez de maior. O que mede a excelência da vida urbana é o índice de integração moral e social, e não o número de habitantes. Fixar o limite máximo de população das menores, cuidando do respectivo planejamento.
 4. Criar novas cidades, tipo cidade-jardim, em sítios a determinar
 5. Criar trading-estates para localização de grandes e médias indústrias
 6. Reorganizar técnica, econômica e espiritualmente toda a área rural da região;
 7. Conservar o primevo tornando-o acessível para recreio e comunhão com a natureza, revigoramento físico e espiritual das populações regionais.
- Todas essas atividades têm uma base comum, uma filosofia do planejamento. Vamos expor a ética dessa técnica” (Mello, 1954b, p. 23-4).

A desconcentração e a construção de um problema

O aspecto central da fala de Anhaia Mello durante a década de 1950 era a descontração da população, tema que estava em alta naquele momento por conta de experiências do pós-Guerra na Europa e nos Estados Unidos, como as New Town britânicas e o *Greater London Plan* (1944) de Patrick Abercrombie. Sua proposta de desconcentração andava lado-a-lado com interpretações sobre as propostas de cidades-jardim originalmente formuladas por Ebenezer Howard.

No caso inglês, uma longa tradição de crítica à concentração da cidade industrial e, principalmente, da situação de Londres encontrou possibilidades de mudar a configuração da cidade por conta dos anos de Guerra, que trouxera mudanças econômicas e físicas ao país. A partir da década de 1940, a população da grande Londres diminui progressivamente. Tratava-se, entretanto, daquela que havia sido até pouco tempo antes a maior cidade do mundo.

Anhaia Mello importou a interpretação para o Brasil, mas teve que aplicá-la a uma cidade que, diferente de Londres, estava no seu momento de maior crescimento, propondo que pelo bem do Estado de São Paulo, o “gigantismo da capital” deveria ser combatido por meio da proibição da instalação de novas indústrias no município e a adequada distribuição da população (e da indústria) em outras cidades, novas ou já existentes:

“O gigantismo da Capital do Estado é problema que interessa ao Estado e não apenas ao município da Capital. O Plano Regional de São Paulo tem que estar em consonância

com os interesses gerais do Estado. Mesmo que fosse interessante ao Município da Capital, por uma questão de receita, de orgulho metropolitano, de valorização imobiliária, êsse crescimento desmedido, o Estado deveria se opôr, no interesse de dez milhões de paulistas.

Os destinos da maior cidade do Brasil interessam à nação brasileira e ao Estado de São Paulo. Itú ou Santa Cruz do Rio Pardo poderão resolver de maneira doméstica os seus problemas urbanísticos; São Paulo, não.

Os problemas de São Paulo não interessam apenas à riqueza (wealth), mas à riqueza comum (commonwealth). E há relações precisas, nos organismos, entre cabeça e corpo.

A tese da limitação do crescimento é incontestável. Desagrada a muita gente, porque põe termo a muita exploração imobiliária" (Mello, 1954b, p. 13-4).

Na palestra de 1954, seguindo um conteúdo que vinha apresentado desde a década de 1940, Anhaia Mello colocou o problema da concentração excessiva de capital e moradores como ponto principal com o qual o Urbanismo, em São Paulo, precisaria lidar. Isso foi feito em muitas frentes, mas partia de noções sobre a complementaridade dos elementos das "regiões" que se alinhava com sua visão do Urbanismo como instrumento de síntese e harmonização. Tratou, por meio de diversas referências, ora das distinções entre campo e cidade, ora da complementariedade entre o urbano e o rural. Em algumas situações, aproximou-se da "Escola de Chicago", em outras, distanciou-se. Por vezes seu argumento se aproxima da fusão desses elementos, em outras sugere a preservação mútua.

Recuperando o que fora formulado por Patrick Geddes, por exemplo, apontava necessário harmonizar os elementos da "associação geográfica funcional", a região, que englobaria "os quatro ambientes básicos da vida humana – o primevo [a natureza bruta], o rural, o urbano e o metropolitano" (Mello, 1954b, p. 6). Reproduzia, nesta situação, categorias apresentadas no livro de Benton MacKaye, no livro "The new Exploration", cuja edição de 1928 está disponível na biblioteca da FAUUSP¹³⁶.

Como para MacKaye (Lubove, 1964, p. 104), a cidade aparecia, para Anhaia Mello, como importante para a ação humana e não fora completamente recusada na explicação do "Esquema Anhaia". Isso estava ligado a discussões que encontravam na "Escola de Chicago" um *locus* organizador nos Estados Unidos, mas que remontavam, por lado ao pensamento de Simmel e Ferdinand Tönnies, e, por outro, à forte concepção anti-urbanista norte-americana que teve, no esquema de Frank Lloyd Wright para Broadacre City, sua ilustração mais clara no século XX.

¹³⁶ A edição, no entanto, não consta como parte do acervo pessoal de Anhaia Mello. Segundo Roy Lubove, MacKayer descrevia o ambiente rural como da agricultura, da autossuficiência e das associações dos grupos primários e o urbano como da indústria, do comércio, da especialização e da organização em grupos. Ele não via contradição entre os dois, mas o problema residia no ambiente metropolitano, no qual o urbano dava lugar a uma "tandardized massing of humanity void of social structure, unbound by geographic confines, and uninspired by any common interest" (Lubove, 1963, p. 104).

Anhaia Mello mostrava, todavia, ceticismo quanto aos efeitos que o crescimento descontrolado poderia acarretar. Sob o subtítulo de “O Ciclo do Metropolitanismo e o Complexo Tecnológico”, tratou de um ciclo de seis estágios do desenvolvimento urbano, dos quais os três últimos representariam a decadência das cidades, proposto por Patrick Geddes e retomado por Lewis Mumford no capítulo “Rise and fall of the megalopolis” do livro “The Culture of Cities” (Mumford, 1944), cuja cópia que consta em sua biblioteca data de 1945.

A *Polis* e a *Metropolis*, primeiras fases do ciclo, seriam – de acordo com o modelo – resultado da associação e da concentração de pessoas e interesses de indivíduos, ligadas à crescente divisão do trabalho e especialização: associações de aldeias (*eopolis*), nas quais residiriam as raízes essenciais da vida urbana. O crescimento da cidade e o aumento demográfico, até certo ponto, realçaria as características e ofereceria possibilidades de educação e cultura ao homem. A passagem da etapa da *metropolis* para a *megalopolis* veria, entretanto, a curva do desenvolvimento urbano tornar-se descendente e os valores daquelas organizações fundamentais, da *eopolis* e da *polis*, começariam a se perder.

“Megalopolis:

O crescimento continuará em virtude da velocidade adquirida. Início do declínio sob o ponto de vista humano e social. Grandeza e força. Triunfo do mecanismo e deshumanização. A vida humana subordinada à riqueza e à exploração generalizada. Anonimato, burocracia, indiferença cívica, passividade e resignação. Educação quantitativa, exploração das massas, conflitos e tensão permanentes.

Tiranópolis:

E o crescimento continua...

Gangsterismo e cazarismo. Desaparece a consciência cívica. A ordem só pode ser mantida pela violência e ditadura. Censura generalizada da opinião. Êxodo. E afinal:

Necropolis:

O fim do ciclo. A vida social desaparece e da cidade resta apenas o arcabouço.

Doenças, fome, guerra civil. Assim aconteceu em Babilônica, Ninive, na Roma das invasões” (ibidem, p. 33-4)

Baseado na mesma fonte, Anhaia Mello apontou que a enorme concentração (utiliza o termo “empilhamento”) que levaria à morte das grandes cidades seria fruto do complexo tecnológico paleotécnico, de cidades construídas para as tecnologias do carvão e da mecanização. Se na década de 1920, na “Árvore do Urbanismo”, o crescimento urbano já era um tema, pois demandava controle e ordenamento por meio do instrumento do plano, nesse caso ele é problematizado de um modo específico: quando demasiadamente concentrado, ele levaria à destruição das próprias características da vida urbana. Dever-se-ia, por tanto, controlar a concentração demográfica e de capitais, não necessariamente negá-la, como era a proposta de Broadacre City.

O crescimento não deveria acontecer indefinidamente, o que insinuava que os “problemas da cidade” seriam inerentes à própria (exacerbação da) forma urbana e, com isso, defendia-se a necessidade

“lutar contra o aumento de população” e “lutar contra tudo que é apenas maior em vez de melhor” (Mello, 1954b). Isso definia uma leitura social e, de partida, um conteúdo para o plano, ausentes na “Árvore do Urbanismo”. No entanto, como veremos adiante, Anhaia Mello buscava na “Escola de Chicago” elementos para identificar o que seria inerente à própria cidade, ao discutir qual seria sua natureza, assim como “leis” que possibilitassem que ele conhecesse o modo como as metrópoles crescem.

O problema de demasiada concentração, nos textos das décadas de 1940 e 1950, aparecia como resultado de um descompasso entre a prática do planejamento e as possibilidades técnicas. A cidade cresceria, então, sob a égide de um modelo de outra era que já deveria ter sido superado e que tendia a destruir sua característica fundamental, a vida social. A metrópole industrial até fizera sentido, mas no século XIX, quando a tecnologia disponível fazia com que concentração significasse maior produtividade. Anhaia, nesse caso, também reproduzia o pensamento Mumford:

“Pode-se dividir o desenvolvimento da máquina e da civilização da máquina em três fases: eotécnica, paleotécnica e neotécnica.

Cada uma dessas fases representa um período da história humana, e juntas formam o chamado ‘complexo tecnológico’. Cada fase tem seus meios próprios de utilizar e gerar energia; suas formas de produção, e seus recursos e matérias primas características. A fase eotécnica é o complexo ‘água-madeira’; a paleotécnica, o complexo ‘carvão-ferro’, e a neotécnica o complexo ‘eletricidade-ligas de metais’.

A fase paleotécnica data dos Séculos XVIII e XIX, era do capitalismo carbonífero, da máquina a vapor, da concentração que a caracteriza; do maior como expressão do símbolo de melhor.

É a época da destruição do ambiente, da concentração industrial, da exploração do braço humano como se máquina fosse da ideologia da força. Coincidiu com o aumento das populações, com as teorias do ‘laissez-faire’, com as lutas de classe, com os triunfos mecânicos.

Em uma palavra: a concepção quantitativa da vida, e a megalopolis é o seu símbolo máximo” (Mello, 1954b, p. 38).

De acordo com a palestra, a fase paleotécnica precisava da concentração e da especialização típicas das metrópoles. Para que a produção crescesse, surgiram os cortiços e o congestionamento, elementos que eram subentendidos como “males” que deveriam ser tratados pelo planejamento. A continuidade do processo, no entanto, possibilitada pelas inovações tecnológicas do novo complexo neotécnico – a eletricidade e o automóvel – estavam, mais do que agravando essas questões, ameaçando a destruição da própria vida social pelo crescimento indefinido da cidade e da exploração do homem.

“Ao contrário da crença popular, o crescimento das grandes cidades precedeu os avanços técnicos decisivos dos últimos dois séculos. Mas a fase metropolitana se tornou universal somente quando os meios técnicos da congestão tinham se tornado adequados – e o seu uso, lucrativo para aquele que o produziam ou empregava. A metrópole moderna, no entanto, é um exemplo incrível de um particular atraso

cultural no âmbito das próprias técnicas: a continuação por avançados meios neotécnicos das formas e fins da civilização paleotécnica. As máquinas e utilidades que vão se prestar à descentralização em uma ordem centrada na vida, aqui se tornam meio de aumentar a congestão ou de oferecer algum paleativo: mas cobram um preço. Os feitos técnicos mais característicos da cidade grande são aqueles que aumentam a congestão; e o primeiro desses é a canalização de água, seu armazenamento em grandes reservatórios e a transmissão em vastos centros de abastecimentos, rios tubulares, do interior para o coração da cidade” (Mumford, 1944).

A ideia de planejamento regional que consta no “Esquema Anhaia” apareceu na obra de Anhaia Mello a partir da década de 1940 (Ficher, 2005, p. 149)¹³⁷, conforme ele teve contato com a obra de Mumford¹³⁸ e suas propostas repercutiram na Europa (Hall, 2013, p. 198-9). Seu objetivo era compatibilizar a cidade e o campo, fazendo com que o crescimento da primeira não acarretasse a destruição de ambos. Essa ideia de compatibilização também foi destacada na palestra e nos termos de Ebenezer Howard, para quem a “cidade jardim do amanhã” permitiria ao homem desfrutar simultaneamente das vantagens do urbano e do rural. A menção ao “rurbano” por Anhaia Mello remete a essa busca.

“O fenômeno “urbano”, distinto e separado do “rural” – deverá ser “rurbano” – mostra o que perde o homem na superespecialização de função desses ambientes exclusivos.

Confinado neste ou naquele, aqui ou ali, perde o homem sempre algo do que necessita para o seu equilíbrio biológico – e que o urbanita procura recobrar passando as férias no campo, e o rurícola na cidade. [...]

Si o urbanismo é arte social, si existe para o maior bem do maior número, é preciso entendê-lo nesse sentido largo e arejado, e não como pretexto para valorização imobiliária, ou lucro e proveito de alguns em detrimento dos interesses da maioria”. (Mello, 1954b, p. 7)

¹³⁷ A autora considera que a palestra do “Plano Regional de São Paulo” oferecia uma síntese de ideias que Anhaia Mello já havia apresentado na década de 1940 (Mello, 1945a; 1945b; 1945c; 1945d; 1946a; 1946b).

¹³⁸ Anotações no exemplar que pertenceu ao urbanista do acervo da Biblioteca da FAUUSP mostram que Anhaia Mello adquiriu em 1945 uma cópia da edição do ano anterior de “The Culture of Cities” (Mumford, 1944)

Figura 7 - Os três Imãs (Howard, 1996 [1898])

Em "Garden Cities of to-morrow", livro ao qual Anhaia Mello (1954b, p. 39) faz reverência ao apontar que ainda era "pouco conhecido" e teria tido "o destino comum dos clássicos, sendo mais respeitado e citado do que lido", Ebenezer Howard indicou que, para o desenvolvimento das cidades-jardim, seria necessário agregar tudo aquilo que a cidade e o campo teriam de bom em uma terceira opção – o imã cidade-campo –, atrativa para indivíduos e empreendedores. "Rurbano" remetia ao "terceiro imã".

Assim como Anhaia fizera na palestra, o primeiro livro sobre cidades-jardins apontava que os problemas urbanos eram complexos, mas estariam ligados às enormes concentrações demográficas. A grande migração do campo para as cidades era destaque, mas no contexto de Ebenezer Howard, o "campo" era algo muito mais próximo da "cidade" – em termos geográficos e sociais – do que nos Estados Unidos.

Uma postura discordante com o pensamento de Howard demonstra a presença da análise social nesse período em que o "Esquema Anhaia" foi o maior representante da atuação de Anhaia Mello. Enquanto, em trecho esclarecedor sobre a atuação dos planejadores no começo do século, Howard apontou que, para resolver os "problemas urbanos", ao invés de estudar diversas causas responsáveis pela agregação de tanta gente nas cidades, bastaria criar incentivos para a "desconcentração" que fossem maiores do que a atração gerada pelas cidades, Anhaia Mello defendia, na década de 1950, a necessidade de que os urbanistas estudassem a Sociologia das cidades e buscava, por meio, por

exemplo, das reflexões da “Escola de Chicago” construir relações causais sobre o problema. Para Anhaia Mello, o Urbanismo lidaria com problemas humanos, não meramente técnicos, da Engenharia ou da Contabilidade:

“Hoje, o objetivo é social – o maior bem do maior número – a garantia para todos, e não apenas para pequeno número de privilegiados, de um standard de vida elevada e seguro.

É preciso prover às necessidades do homem, considerando-o sob o ponto de vista biológico e social; atendendo às suas necessidades universais biogênicas e sociogênicas; e às suas necessidades culturais, isto é, peculiares a uma dada nação, ou mesmo a grupos menores dentro da nação” (Mello, 1954b, p. 25).

Para atender às “necessidades” do homem, nesse período, o que, na visão de Anhaia Mello, não estava sendo feito por meio das ações do poder no período, era necessário discutir aspectos sociais, aspecto que, como veremos adiante, Anhaia Mello fez a partir de referências da “Escola de Chicago”.

Anhaia Mello aponta a especulação com a terra como um dos fatores que impediriam a melhoria das cidades. Adota um tom que parece ter sido provocador no contexto paulistano, atribuindo os parâmetros que guiaram o crescimento da cidade ao lucro fácil. Com isso, retomava temas que estavam presentes na discussão sobre os instrumentos de captura da valorização imobiliária que defendeu nas décadas anteriores, mas agora, ao invés de pretender “viabilizar” intervenções do poder público, atribuía os problemas da cidade à especulação com a terra¹³⁹.

O conteúdo do plano: cidade-jardim, superquadra e unidade de vizinhança

Anhaia Mello focou a maior parte da palestra de 1954 nas questões da organização do planejamento como atividade pública e nas justificativas de sua crítica ao desenvolvimento de São Paulo. Com isso, apresentou, de modo diferente do discurso da “Árvore do Urbanismo”, a visão técnico-administrativa conectada à social, chegando, inclusive, a afirmar que uma não poderia existir sem a outra, pois “o objetivo deveria ser humano”.

Nesse contexto, ele entrou na discussão sobre qual deveria ser o conteúdo do plano para as cidades e, em especial, destacou três princípios para orientar as ações de planejamento: a limitação do crescimento através de “green belts”, a que chama “muralhas verdes” (Mello, 1954b, p. 40-1) e

¹³⁹ Argumento recorrente até hoje na discussão sobre cidade no Brasil, essas observações revelam que o tema antecede a ascensão do Marxismo nos estudos urbanos e remonta, nesse caso, a formulação desenvolvida por Howard em seu esquema sobre a implementação de cidades-jardins: “É claro que essa enorme diferença entre os valores de locação deve-se quase inteiramente à presença de grande contingente populacional num caso e a sua ausência no outro, e como isso não pode ser atribuído à ação de nenhum indivíduo em específico, o aumento é chamado muitas vezes de “incremento imerecido”, isto é, não merecido pelo senhorio, ainda que o termo mais preciso devesse ser “incremento coletivamente conseguido” (Howard, 1996, p. 120).

destaca como característico das cidades jardins; a superquadra, conhecida como a ideia de Radburn, com parques interiores e segregação da circulação de pedestres e automóveis; e a ideia da unidade de vizinhança, que permitiria que o senso de comunidade não se perdesse. No “Plano de São Paulo” (Mello, 1954), essas ideias deveriam ser empregadas para a criação de novas cidades, como as New Towns inglesas, e expansão de outras que viabilizariam a desconcentração de São Paulo. Em “Curso de Urbanismo”, publicação em que o tom geral de leitura da questão das cidades era o mesmo, eles foram apresentados como ideias que deveriam guiar a prática do planejamento de cidades em qualquer lugar.

Anhaia Mello já empregava os três conceitos – separados – desde, pelo menos, o começo da década de 1930, quando publicou o artigo “A Cidade Cellular”. Nesse artigo, o urbanista apresentou principalmente ideias e formulações que constavam no sétimo volume da “survey” do RPNYE, no qual constava a formulação de Clarence Perry sobre a unidade de vizinhança. Desde este momento, a superquadra estava conjugada na proposta como forma de minimizar os riscos que os automóveis impunham aos pedestres.

A cidade-jardim, por outro lado, constava nos primeiros programas de sua disciplina (Campos, 2002), mas acabou por se tornar um conceito polissêmico no Urbanismo. As propostas de tiveram grande influência no planejamento urbano no Brasil e no exterior e levaram a diferentes caminhos e múltiplas interpretações. Entre Letchworth e os primeiros bairros jardins de São Paulo, por exemplo, apesar de projetos do mesmo Barry Parker, há muitas diferenças, já que o caso brasileiro não abordou a questão da propriedade da terra e da limitação do crescimento presente nas propostas de Ebenezer Howard.

Os autores a que Anhaia Mello tinha por referência principal na sua argumentação da década de 1950, Mumford e MacKeye, faziam parte da RPAA – a Regional Planning Association of America¹⁴⁰, grupo de profissionais de diversos campos interessados na aplicação das ideias de Patrick Geddes nos Estados Unidos e profundamente influenciados pelas ideias da cidade Jardim de Ebenezer Howard¹⁴¹, apresentaram uma leitura ainda diferente. Alexander Bings (1925), em edição editada pelos membros

¹⁴⁰ A Associação Americana de Planejamento Regional (Regional Planning Association of America, RPAA) foi formada em 1923 e constituía um grupo heterogêneo de indivíduos. Voltada para o planejamento urbano, reunia pessoas com formações diversas, como arquitetos, economistas, corretores imobiliários e jornalistas. Entre eles estavam: Clarence Stein, Wright, Lewis Mumford, Breton MacKeye, Frederick Ackerman, Charles H. Whitaker, Alexander Bing, Stuart Chase, Robert D. Kohn, John Irwin Bright e Frederick Bigger.

Peter Hall (2013, p. 174) aponta duas publicações que “permanece[m] como manifesto definitivo do grupo”: A Edição de The Survey Graphic number de abril de 1925 (The Survey, 1925) e The Culture of Cities (Mumford, 1944).

¹⁴¹ Clarice Stein chegou a propor que o nome da organização fosse “Garden City and Regional Planning Association” (Anderson e Anderson 2002, p. 173). Alguns de seus membros tiveram contato com figuras importantes do movimento pelas cidades jardins, como os próprios Ebenezer Howard e Raymond Unwin.

da RPA da *Survey Graphic Number* afastou a possibilidade de criação de cidades jardins ao modelo de Letchworth e Welwyn nos Estados Unidos, citando diversos dificultadores. De acordo com Hall (2013, p. 177), para esse grupo, mais do que uma forma final ou instrumentos para alcançá-la, objeto ao qual Howard dedicou a maior parte de seu livro, a ideia de cidade-jardim “forneceria um objetivo cívico”, apontando onde se desejaria chegar em termos imateriais¹⁴², ideia perceptiva também na fala de Anhaia Mello.

Essas três propostas faziam parte do ambiente de circulação internacional de ideias do planejamento urbano no começo do Século XX e estavam colocadas na discussão sobre São Paulo desde cedo. A noção de unidade de vizinhança havia servido, por exemplo, para justificar o zoneamento de uso residencial para os bairros do Jardim América e do jardim Europa, que permitia a instalação – com concordância da vizinhança – de usos comerciais a cada 800 metros, proposta introduzida por Anhaia Mello na década de 1920.

No entanto, a partir da década de 1950, o trio cidade-jardim, superquadra e unidade de vizinhança passa a ser apresentado por Anhaia Mello como um conjunto, como os elementos que deveriam orientar o planejamento de novas cidades (Mello, 1954b; 1961 [1957]), tema que passou a lhe importar quando se pôde identificar um campo de planejamento territorial razoavelmente estruturado e conforme o país avançava em sua industrialização e urbanização. Mais do que resolver problemas pontuais, esse conjunto de proposições, na visão de Anhaia Mello, resolveriam questões cívicas e sociais, servindo para “proteger” a cidade da anomia, conceito que ele trata a partir das ideias da “Escola de Chicago”. As *New Towns* inglesas e o Plano de Londres, de Patrick Abercrombie, marcantes experiências da década de 1940, haviam conjugado esse trio de conceitos urbanísticos, ressignificando as ações norte-americanas das décadas anteriores.

3.3. Duas abordagens, continuidades e descontinuidades

Entre a atuação baseada na “Árvore do Urbanismo” (1926 até o final da década de 1930) e aquela do “Esquema Anhaia” (com sua gênese na década de 1940 e um foco na década de 1950, até 1957),

¹⁴² “[...] também do outro lado do Oceano Atlântico, a tradição cidade-jardim jamais conheceu uma urbanização nos moldes preconizados por Howard. Não, porém, por falta de tentativas. Durante a década de 1920, a *Regional Planning Association of America* não atuou apenas como guardião dos sagrados tesouros; mas à maneira de uma igreja reformista, na verdade ampliou e depurou o evangelho, redigindo os santos textos que Howard poderia ter editado, caso houvesse tido, à sua sombra, discípulos à altura. Mas o Deus dessa igreja era um deus gêmeo, Howard-Geddes, e seu credo abrangia o planejamento de regiões inteiras” (Hall, 2013, p. 142).

verificam-se continuidades e discontinuidades no discurso de Anhaia Mello. Por um lado, a preocupação técnico-administrativa sobre como desenvolver e implementar o planejamento, bem como suas ferramentas, jamais desapareceu do horizonte de Anhaia Mello. No esquema de planos “compreensivos” propostos no “Esquema Anhaia”, no entanto, não se percebe a infalibilidade do Urbanismo sugerida na “Árvore” do final da década de 1920.

Nesse contexto, a questão do conteúdo do plano, deixada em aberto no primeiro momento, recebe destaque nas décadas de 1940 e 1950. Menções ao quadro enfrentado em São Paulo se tornam, por isso, muito mais frequentes e uma visão social é apresentada para justificar as propostas realizadas. O plano ainda deveria ser um instrumento técnico neutro, mas a correção das análises e das intenções daqueles que o elaboram passou a ser ressaltado.

A temática regional não estava ausente das discussões com as quais Anhaia Mello lidava nas décadas de 1920 e 1930, como a importância atribuída ao *Regional Plan of New York and its Environs* revela. No entanto, ela só ganhou destaque em suas falas a partir da década de 1940, quando o urbanista brasileiro passou a olhar para outras experiências americanas – notoriamente ligadas à *Regional Planning Association of America*, instituição cujos membros se colocaram desde cedo contra a proposta de Thomas Adams para Nova Iorque – que repercutiram tardiamente, na Inglaterra e no âmbito nacional da política norte-americana. Nessa fase da trajetória do urbanista, ela aparece como abordagem que serviria para lidar com o problema da “hipertrofia” das cidades. Nesse sentido, como no período anterior, o planejamento de Anhaia Mello se voltava para a questão da expansão urbana, mas, nesse ponto, com um julgamento sociológico de seu valor. Buscava evitá-la.

Essa mudança de postura, estava ligada aos contextos sociodemográficos e de desenvolvimento do Urbanismo em cada momento da trajetória de Anhaia Mello e marcou a posição de seus discursos acerca dos “problemas urbanos”. Primeiramente, as questões colocadas quanto ao crescimento de São Paulo eram diferentes nas décadas de 1920 e 1950. Tratar de como São Paulo se transformou na primeira metade do Século XX é uma tarefa de grande escala, que envolve transformações políticas, demográficas, sociais e culturais. O processo de industrialização, baseado no excedente de capital da lavoura, fez com que a cidade se desenvolvesse rapidamente e recebesse migrações de várias partes do Brasil e do exterior. Sua relevância econômica e política, por muito tempo, foi maior do que o que tamanho de sua população sugeriria. Apesar dessa complexidade, julgamos que uma análise do histórico demográfico da capital do estado somada à reflexão sobre o estado do campo do Urbanismo em cada momento esclarece algumas das diferenças das reflexões de Anhaia Mello entre as décadas de 1920 e 1950.

Quando Anhaia Mello publicou “Problemas de Urbanismo” e destacou os feitos de Harland Bartholomew e a *survey* de Nova Iorque, São Paulo passava por um momento de crescimento significativo. Em 1920, o recenseamento geral indicou que a população de São Paulo era de 579.033 habitantes, tendo mais do que dobrado desde o começo do século, se consolidando como a segunda maior do Brasil, mas ainda muito distante do Rio de Janeiro¹⁴³. A pesquisa de 1930 não foi realizada por conta da situação política do país, mas sabe-se que a década de 1920 foi um dos períodos de maior crescimento relativo da cidade. O censo paulista de 1934 apontava que a capital do estado tinha uma população de 1.033.202 habitantes. Apesar do crescimento relevante, a cidade de São Paulo ainda tinha uma dimensão incomparável com as grandes cidades do mundo. Nova Iorque se aproximava de 7 milhões de habitantes em 1930 e Chicago, de 3,5 milhões. Londres era ainda maior do que qualquer cidade americana. Até 1930, a área urbanizada não se aproximava dos limites municipais, de modo que um fenômeno que marcaria o que reconhecemos como metrópoles atualmente – a conurbação – não fazia parte da realidade local.

Naquele momento, quando Anhaia Mello se declarava em uma “campanha em prol do Urbanismo”, já existia um ambiente de discussão urbanística em São Paulo. No entanto, a ideia de planejamento “compreensivo”, da qual ele foi o principal expoente, foi uma das grandes inovações que ganharam força a partir de então. Mudanças na estrutura administrativa do município que atribuíam ao plano a centralidade do ordenamento da cidade foram identificadas por Feldman (2005) já na década de 1940.

O planejamento “compreensivo” norte-americano a que Anhaia Mello tinha como referência na passagem das décadas de 1920 e 1930 apresentava-lhe discussões importantes sobre a organização da estrutura da administração pública e sobre instrumentos legais e urbanísticos que permitissem o controle do uso do solo e, de alguma maneira, a limitação da propriedade privada. Sem elaborar planos naquele período, Anhaia Mello discutiu ferramentas e boas práticas, sempre buscando apontar como o Urbanismo deveria ser organizado enquanto função de interesse coletivo: o plano e sua comissão, o *zoning*, a *survey* e ferramentas relacionadas com a valorização da terra foram elementos que ele apresentou desde cedo e jamais deixaram suas formulações acerca do ordenamento territorial das cidades. Tratava-se de desenvolver prática racional, sinônimo de “eficiente”, para lidar com “problemas urbanos” que raramente eram definidos com clareza.

O RPNYE, por exemplo, trazia a interpretação de que a congestão, embora não fosse claramente definida, estava ligada ao excesso de população e atividades em uma área restrita, o que prejudicava a “rentabilidade” dos processos produtivos. A situação nova iorquina teria se agravado porque teria

¹⁴³ O Rio de Janeiro tinha 1.157.873 habitantes em 1920.

faltado planejamento no passado. A *survey* servia, portanto, como ferramenta de previdência, de antecipação das necessidades e, assim, o planejamento era interpretado como uma intervenção que deveria criar as condições, em termos de infraestrutura, para sustentar o crescimento previsto para o futuro. Isso fazia com que ele devesse apresentar certo grau de flexibilidade e que o plano pudesse ser eventualmente revisto e reelaborado, caso as condições da cidade mudassem.

Cada *survey* revelaria um rol de questões, mas não haveria um conteúdo previamente estabelecido para todos os planos, exceto de que seriam “eficientes” em tratar dos problemas levantados. A formulação da questão da congestão citada anteriormente indicava que o problema era fruto do descompasso entre tamanho de população e infraestrutura de modo que para resolvê-la era necessário aumentar a oferta e a capacidade da infraestrutura. Assim, a noção de região aparece no RPNYA e no planejamento “compreensivo” que se desenvolve a partir do plano de Burnham para Chicago como um desdobramento quase natural da proposta que estava colocada. Ao buscar ser “compreensivo”, abarcando toda a cidade e diversos temas, surgia a necessidade de expandir a escala da atividade. O plano era “estendido” para viabilizar a metrópole, ao aceitar incondicionalmente o processo de expansão urbano e visar torná-lo viável, dotando a cidade de estruturas que poderiam absorver o crescimento futuro.

O foco técnico-institucional no pensamento de Anhaia Mello, embora baseado na ideia de que o conteúdo do plano seria escolhido em cada situação, ressaltava o saber técnico em sua elaboração – como se para quaisquer questões que fossem formuladas, o planejador, o arquiteto ou o engenheiro pudessem indicar soluções adequadas.

Dessa forma, nas formulações de Anhaia Mello nas décadas de 1920 e 1930, o plano, objeto principal do Urbanismo como disciplina e campo profissional autônomo, pretendia-se apolítico, sem reconhecer limitações da capacidade de previsão e do saber técnico, nem que suas formulações não poderiam ser imparciais e que tenderiam a obscurecer disputas e conflitos centrais na sociedade (Feldman, 1998; 2005). Nas décadas seguintes, por outro lado, os discursos de Anhaia Mello sobre São Paulo colocaram a região como a escala de planejamento da qual se deveria partir. Ao mesmo tempo e de modo relacionado a isso, elegeram que o Urbanismo, ao menos aquele “moderno” e “positivo”, teria sim uma finalidade e um conteúdo explícito – deveria cuidar da distribuição da população sobre o solo e evitar que as cidades tivessem suas qualidades destruídas por seu próprio crescimento.

4. A “Escola de Chicago” no Urbanismo de Anhaia Mello

Este capítulo trata da apropriação e transposição de ideias e conceitos identificados com a “Escola de Chicago” de Sociologia nos textos e falas de Anhaia Mello. Para isso, investigamos quatro temas relevantes na trajetória do urbanista que dialogavam com o pensamento de Park, Burgess e seus alunos: o Urbanismo como campo multidisciplinar, a cidade como categoria, a unidade de vizinhança e o controle do crescimento metropolitano. A discussão sobre os “problemas urbanos” perpassa a análise das quatro categorias pois está na gênese do campo do Urbanismo, conforme aponta Topalov (2015).

A bibliografia reconhece a presença da “Escola de Chicago” nos textos de Anhaia Mello¹⁴⁴. Durante as duas fases intermediárias de sua trajetória, aproximadamente entre 1926 e 1957, ele fez menção a seus principais pesquisadores por algumas vezes, mas as ideias com as quais trabalhou a partir dessas referências tiveram pesos diferentes de acordo com o momento e o tema de que tratava. A mudança da postura de Anhaia Mello em relação ao tema do planejamento que propusemos no capítulo anterior coincide com a atribuição de maior importância para os conteúdos da Sociologia urbana de Chicago em seus textos.

Desde cedo, Anhaia Mello reconhecia unidade entre as proposições dos autores de Chicago. Embora o único emprego da expressão “Escola de Chicago” que tenhamos encontrado em seus textos date do final da década de 1950 (Mello, 1961 [1957]), as ideias de “ecologia humana”, “Sociologia urbana”, “comunidade” passaram a ser frequentes em seus textos a partir da década de 1940. Mesmo que nem sempre se mencione diretamente autores como Roderick McKenzie, Robert Erza Park e Ernest Burgess, ele lidava com suas ideias e temas.

No final da década de 1920, Anhaia Mello já tinha contato com os três textos que definem o programa de pesquisa da “Escola de Chicago”, fato curioso pois antecede em muito a chegada de Donald Pierson para lecionar na Escola Livre de Sociologia e Política. Em “A verdadeira finalidade do Urbanismo”, de 1929, ele mencionou diretamente o livro “Introduction to the Science of Sociology” e reproduziu a sistematização sobre o estudo das cidades que Louis Wirth preparou para o livro “The City”. Em “Cidade – problema de governo”, parafraseou a introdução da versão revisada de “The City –

¹⁴⁴ A presença de ideias da “Escola de Chicago” nos textos de Anhaia Mello tem sido apontada por diversos autores (Arasawa, 1999; Toledo, 2013; Pescatori, 2014; Timóteo 2008), mas a análise de seu papel nas reflexões e concepções urbanísticas do fundador da FAUUSP foi pouco explorada, se limitando a alguns comentários valiosos, mas pontuais.

Suggestions for the Investigation of Urban Behaviour in the Urban Environment”¹⁴⁵ e em “Urbanismo – Regulação e expropriação” descreveu o “metabolismo urbano” apresentado por Burgess em “The Growth of the City”. Em “Economia da Terra Urbana”, o urbanista menciona também as quatro classificações de comunidades¹⁴⁶ humanas propostas por Roderick McKenzie em “The Ecological Approach to the study of human Community”.

Nesse período, a utilização das ideias da “Escola de Chicago” por Anhaia Mello foi limitada. Verificam-se menções pontuais àqueles sociólogos para destacar a importância das cidades, aspecto relevante em um contexto que havia poucos anos atribuía um valor negativo ao termo “urbanismo”, assim como sua complexidade, que demandaria o saber especializado dos urbanistas. Na abertura de “A Cidade, problema de governo”, Anhaia Mello expôs que:

“A cidade é um fenômeno complexo. É, certamente, um agrupamento humano, ocupando uma área determinada e dispondo de uma serie maior ou menor de aparatos técnicos, instituições, mecanismos administrativos e uma organização que a distingue de outros agrupamentos.

Porem n’este conglomerado de edifícios e de indivíduos, o sociólogo entrevê um verdadeiro mecanismo psychophysical, uma serie de praticas, de hábitos comuns, de sentimentos e tradições que se formaram através de muitas gerações e que são característicos de uma unidade cultural típica” (Mello, 1928a, p. 278)

Em seguida, fez um comentário sobre a interpretação de Spengler sobre a natureza das cidades, reproduzindo o conteúdo e o formato do que lera havia pouco tempo na versão revisada de “The City - Suggestions for the Investigation of Urban Behaviour in the Urban Environment”:

"A cidade, do ponto de vista desse paper, é algo mais do que um amontoado de homens individuais e conveniências sociais - ruas, edifícios, postes de iluminação, bondes, telefones, etc. É algo mais, também, do que uma mera constelação de insituições e instrumentos administrativos - fóruns, hospitais, escolas, polícia e servidores públicos de vários tipos. A cidade é, ao invés disos, um estado da mente, um corpo de costumes e tradições, e de atitudes organizadas e de sentimentos que habita nesses costumes e são transmitidos pela tradição. A cidade não é, em outras palavras, um mero mecanismo físico e uma construção artificial. Ela está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõe. É um produto da natureza, particularmente, humana.

A cidade tem, como Oswald Spengler recentemente apontou, sua própria cultura. "O que a casa é para o camponês, a cidade é para o homem civilizado. Como a casa tem seus deuses domésticos, a cidade também tem suas divindades protetoras, seus santos locais. A cidade também, como a choupana do camponês, tem suas raízes no solo.

[...]

¹⁴⁵ O artigo “The City – Suggestions for the Investigation of Urban Behaviour in the Urban Environment” foi publicado pela primeira vez em 1915, no *American Journal of Sociology* e teve uma versão revisada publicada no livro “The City”. Anhaia Mello parafraseia a segunda versão.

¹⁴⁶ “Mckenzie classifica as comunidades humanas em primárias, secundárias, terciárias e quartenárias, conforme se dedicam de maneira especial à agricultura, comércio, industrial ou não tem base econômica – recreio, política ou educação” (Mello, 1932, p. 239).

A cidade não é, entretanto, meramente uma unidade ecológica e geográfica. Ela também é uma unidade econômica. A organização econômica da cidade é baseada na divisão do trabalho. A multiplicação de ocupações e profissões dentro do limite da população urbana é uma das mais marcantes e menos compreendidas características da moderna vida urbana. Para esse ponto de vista, nós podemos, se escolhermos, pensar na cidade, ou seja, o lugar e as pessoas, com toda sua maquinaria e os instrumentos de administração que a acompanham, como organicamente relacionada; um tipo de mecanismo psicofísico no qual e pelo qual interesses privados e políticos encontram não somente uma expressão coletiva, mas também uma expressão corporativa" (Park, 1967 [1925])¹⁴⁷.

Nessa paráfrase, a mais antiga encontrada em seus textos publicados no Boletim do Instituto de Engenharia e na Revista Polytechnica, não há citação dos autores, Park e Burgess, o que sugere que Anhaia Mello não estava empregando suas ideias como um argumento de autoridade, nem especialmente ensinando sobre elas para seus "alunos", procedimento comum do urbanista.

Ao invés disso, a abordagem e a visão presentes no programa de pesquisa da "Escola de Chicago" se mostravam consonantes com a concepção de Urbanismo que ele estava desenvolvendo, particularmente por destacar as particularidades das cidades e marcar a relevância de entendê-las para intervir sobre elas intervir. Mesmo mais tarde, quando na década de 1950 passou a defender que o Urbanismo deveria assumir uma escala regional, jamais deixou de destacar as características e a natureza das cidades.

Em "A Verdadeira Finalidade do Urbanismo", publicado meses depois de "A cidade, problema de Governo", Anhaia Mello reproduziu a síntese da bibliografia e dos temas do estudo sobre a cidade que Louis Wirth produziu para o livro "The City", desta vez apresentando uma sistematização educativa para seu público. Indicou, então, que:

¹⁴⁷ Tradução livre de: "“The City, from the point of view of this paper, is something more than a congeries of individual men and of social conveniences – streets, building, electric lights, tramways, and telephones, etc. Something more, also, than a mere constellation of institutions and administrative devices – courts, hospitals, schools, police, and civil functionaries of various sorts. The city is, rather, a state of mind, a body of customs and traditions, and of the organized attitudes and sentiments that inhere in these customs and are transmitted with this tradition. The city is not, in other words, merely a physical mechanism and an artificial construction. It is involved in the vital processes of the people who compose it; it is a product of nature, and particularly human nature. / The city has, as Oswald Spengler has recently pointed out, its own culture. “What his house is to the peasant, the city is to civilized man. As the house has its household gods, so has the city its protecting Deity, its local saint. The city also, like the peasant’s hut, has its roots in the soil” [...] The city is not, however, merely a geographical and ecological unit; it is at the same time an economic unit. The economic organization of the city is based on the division of labor. The multiplication of occupations and professions within the limits of the urban population is one of the most striking and least understood aspects of modern city life. From this point of view, we may, if we choose think of the city, that is to say, the place and the people, with all the machinery and administrative devices that go with them, as organically related; a kind of psychophysical mechanism in and through which private and political interests find not merely a collective but a corporate expression” (Park, 1967 [1925]).”

“O estudo da cidade, de facto, nasceu com a própria cidade. Desde a clássica discussão de Socrates, no livro segundo da “Republica”, de Platão, até os nossos dias, não há sciencia que não tenha contribuído para esse assumpto. O corpo de doutrina que diz respeito à Sociologia urbana hoje é formidável. A especialização alcançou tal fraccionamento, que não há cérebro humano capaz de abranger nem mesmo todos os aspectos fundamentais do problema. O professor Louis Wirth, da Universidade de Chicago, assim classifica as divisões fundamentaes de um estudo completo de Sociologia urbana”. (Mello, 1929i, p. 110-111).

Embora a maior parte das referências apresentadas por Anhaia Mello fossem textos publicados originalmente na forma de artigos, constavam também no livro “The City”, provavelmente sua fonte principal sobre o tema na década de 1920. Anhaia poderia ter se deparado com artigos dos seus principais autores da “Escola de Chicago” em periódicos como o “American Journal of Sociology”¹⁴⁸ ou nos “Annals of the American Academy of Political and Social Science”¹⁴⁹, que chegavam em São Paulo nas primeiras décadas do Século XX, mas a apresentação reunida e organizada do conjunto das ideias da “Escola de Chicago” na forma de livros parece ter sido mais marcante e acessível para o urbanista. Ele tinha, portanto, contato direto com textos originais, mas organizados por meio diferentes processos de curadoria e editoração.

A presença de ideias relacionadas à “Escola de Chicago” foi mais frequente na terceira fase da trajetória de Anhaia Mello, entre os anos 1940 e 1957, aparecendo em “A Cidade, base material das relações sociais” (Mello, 1945), “Urbanismo em escala humana” (Mello, 1947a) “A cidade jardim” (Mello, 1947b), “A hipertrofia das cidades – fator de aniquilamento da família. Uma tese de Sociologia urbana” (Mello, 1954a), “Considerações a respeito do planejamento regional de São Paulo” (Mello, 1974 [1965]). Nos dois textos mais abrangentes desse período, “O Plano Regional de São Paulo. Uma contribuição da universidade para o estudo de um código de ocupação lícita do solo” (Mello, 1954b) e “Curso de Urbanismo” (1961 [1957]), as proposições da “Escola de Chicago” ocupam lugar importante.

Além das questões já discutidas a partir das quais propusemos a periodização da trajetória de Anhaia Mello, mudanças no cenário de discussões estrangeiras ao qual Anhaia Mello estava atento constituem um dos fatores que explicam o crescimento do interesse do urbanista pelas questões da “Escola de Chicago” a partir da década de 1940. As mudanças no ambiente intelectual paulistano também

¹⁴⁸ Trata-se da revista editada pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. Exemplares das edições das primeiras décadas do Século XX podem ser encontrados em bibliotecas da USP, um indício de que ela circulava em terras paulistas.

¹⁴⁹ Em texto do ano de 1929, Anhaia Mello, ao traduzir e resumir artigo de Roscoe Pound publicado no periódico “Annals of the American Academy of Political and Social Science”, escreve que “Todos os estudiosos dos problemas sociaes devem assignar os anuaes da Academia. É uma publicação que aparece cada dois mezes; a assinatura anual custa apenas cinco dólares e cada número discute um dos mais palpitantes problemas sociaes da actualidade”. O título teve, no ano anterior, 1928, um volume com título “O negro americano”, que reuniu textos de W.E.B. du Bois, Robert Park e Ernest Burgess.

parecem ter sido relevantes, pois, a partir da chegada de Donald Pierson a São Paulo, os temas e conteúdos da Sociologia urbana de Chicago passam a fazer parte de um cenário de discussões sobre a cidade ao qual Anhaia Mello não poderia estar alheio.

Se durante a segunda fase da trajetória de Anhaia Mello, nas décadas de 1920 e 1930, o conteúdo da Sociologia urbana de Chicago era pouco difundido no Brasil, a chegada de Donald Pierson para lecionar na Escola de Sociologia e Política em 1939 abriu frentes para a penetração daquelas ideias e métodos em São Paulo.

Pierson foi responsável pelas primeiras traduções de textos integrais para o português e publicou, em 1946, o primeiro tomo de “Estudos de Ecologia Humana”, em que explicava e sistematizava as ideias que constituíam o programa de pesquisa da “Escola de Chicago”. “Teoria e pesquisa em Sociologia”, publicado pouco antes, traçava o cenário geral do qual as pesquisas de Park, Burgess e seus alunos faziam parte. O próprio Pierson (1970 [1945], p. 7) interpreta sua atuação como um ponto marcante por introduzir novas referências ao debate nacional.

Embora Donald Pierson estivesse na Escola Livre de Sociologia e Política e Anhaia Mello na FAUUSP e na Escola Politécnica, na Universidade de São Paulo, existia diálogo e interação entre os dois ambientes. Não encontramos, até agora, menções à interação entre os dois indivíduos, mas é improvável que atuação de um não fosse conhecida pelo outro.

A postura dominante na ESP, baseada em visão mais empírica e voltada para a “formação de profissionais de pesquisa dotados de competências administrativas” (Valladares, 2005, p. 81), contrastava com a postura mais teórica e de influência francesa do Departamento de Ciências Sociais da USP. Isso não impedia que os politécnicos e arquitetos da FAUUSP se aproximassem da escola da qual Pierson era uma das principais figuras.

A recepção ao Padre Lebreton ilustra a proximidade entre a ELSP e a Arquitetura da USP. Por conta das diferenças teórico-metodológicas, foi na Escola de Sociologia e Política, e não no Departamento de Ciências Sociais da USP, em que as pautas que estavam no dia-a-dia do Urbanismo foram mais encampadas pela disciplina da Sociologia. Foi lá onde o Padre Lebreton, importante nome do Urbanismo no Brasil, foi inicialmente abrigado quando chegou a São Paulo e ministrou seu primeiro curso de formação sobre a “economia humana”. Naquela oportunidade, encontrou uma plateia de jovens intelectuais (Angelo, 2013, p.168), entre os quais muitos politécnicos, provavelmente alunos de Anhaia Mello. Anos mais tarde, em 1953, Anhaia Mello convidaria o padre para ministrar um curso na própria

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Valladares, 2005, p. 81)¹⁵⁰. Roberto Simonsen, diretor da ESP que recebeu o Padre Lebrez, se graduou na Escola Politécnica poucos anos antes de Anhaia Mello.

Na década de 1950, Anhaia Mello adquiriu “Human Communities” (Park, 1952), o qual Angotti-Salgueiro e Simões Junior (2016, p. 141) avaliam ter sido um livro “bem assinalado e relido por Anhaia”. Embora não tenha sido por meio dele que o urbanista brasileiro teve seu primeiro contato com a “Escola de Chicago”, seu valor para o urbanista não pode ser desprezado. Tratava-se do segundo volume de uma coletânea dos textos de Park editada por seus antigos estudantes.

Nesse caso, havia uma curadoria para escolher um conjunto de escritos do sociólogo que compusessem sua interpretação do tema da Ecologia Humana¹⁵¹. Ou seja, mais do que oferecer a Anhaia Mello a possibilidade de ler Robert Park, esse livro organizava uma interpretação do conjunto de proposições desse intelectual cuja produção foi dominada por artigos e não teve grandes livros autorais que sintetizassem suas interpretações.

Os temas e conceitos da “Escola de Chicago” aparecem nos textos da terceira fase da trajetória do urbanista de forma destacada, embora identifiquemos disparidade entre a interpretação de Anhaia Mello sobre a cidade e o tom geral da argumentação sugerida pelo programa de pesquisa. Mesmo que não constituam o argumento geral em prol da descentralização, Anhaia Mello evoca a terminologia e as leituras relacionadas a Park e Burgess até mesmo para tratar de temas a partir de posições com os quais já havia se engajado anteriormente sob outras referências.

Assim, a intermediação do ambiente de circulação das ideias da “Escola de Chicago” em São Paulo parece ter sido decisiva para a leitura de Anhaia Mello. Por um lado, explica a necessidade de citar e trabalhar com as ideias da “Escola de Chicago” e, por outro, explica a distorção do “otimismo” sobre a cidade que pode ser encontrado nos escritos de Robert Park. Sua interpretação se aproxima mais da de ex-alunos de Park e Burgess, como Pierson, Wirth e Redfield, do que dos originais.

¹⁵⁰ A localização das três instituições, FAUUSP, Escola Politécnica e ELSP, no princípio da década de 1950 era diferente de hoje. A FAUUSP se localizava na Vila Penteado, em Higienópolis; a Escola Politécnica ocupava o Edifício Paula Souza próximo à avenida Tiradentes; e a Escola de Sociologia e Política só se mudaria para a rua General Jardim (Vila Buarque), sua localização atual, em 1954. Antes disso, funcionou desde sua fundação no edifício da Escola de Comércio Álvares Penteado, no Largo São Francisco.

¹⁵¹ Segundo Silva (2012, nota 81), “As notas autobiográficas, juntamente com outros textos acadêmicos de Park, foram organizadas por seus alunos de Park após sua morte. The Collected papers of Robert Erza Park foi editada por Everett Hughes, Charles S. Johnson, Jitsuichi Masuoka, Robert Redfield, Louis Wirth. Cada um dos volumes traz uma seleção de textos de Park a partir de temas específicos. O primeiro volume, publicado originalmente em 1950, é Race and Culture. O segundo, Human Communities, é de 1952. E o último, Society, é publicado pela primeira vez em 1955. As primeiras edições de 1950 parecem ter tido uma circulação muito restrita, pela dificuldade de ter acesso a esses textos. A coleção foi reimpressa em 1974 pela Universidade Estadual da Pensilvânia e Universidade Columbia em forma de um único volume”

Na exposição dos temas do Urbanismo de Anhaia Mello em que a “Escola de Chicago” teve particular relevância optamos por partir das posições que o urbanista defendia em meados da década de 1950, pois se tratam dos aspectos do pensamento de Anhaia Mello mais analisados pela bibliografia e em que as ideias e temas relacionados a Park e Burgess receberam mais atenção.

Sociologia e Urbanismo

Um primeiro conjunto de referências ligadas à “Escola de Chicago” apareceu na obra de Anhaia Mello na palestra “O Plano regional de São Paulo”, ocasião em que tratou da natureza e da história das cidades, antes de apresentar a justificativa de suas propostas para a organização da atividade de planejamento em São Paulo. Segundo ele, o urbanista precisaria compreender as forças sociais que governam a vida e influenciam as estruturas ecológica e morfológica das cidades. No trecho que apresentamos a seguir, a mera referência à “estrutura ecológica da cidade” revela uma conexão com a “Escola de Chicago”:

“Para abordar racionalmente o problema das cidades é preciso, preliminarmente, saber o que, de fato, elas são. To master the town, we must first know it. Conhecer as forças sociais que governam a vida e determinam a estrutura morfológica e ecológica da urbes” (ibidem - grifo nosso).

Apesar de existirem cidades diversas, com funções e tamanhos diferentes, Anhaia Mello apontava a cidade, genérica, como o “habitat natural do homem civilizado”, onde

“desenvolveu ele a sua filosofia e a sua ciência e se transformou de racional em sofisticado, sutil. O ambiente urbano é um mundo que o próprio homem fez para seu uso, mundo do qual ele se tornou prisioneiro e vítima, e no qual está condenado a viver. Canhestro aprendiz de feiticeiro” (ibidem, p. 28).

Com tal colocação reproduzia, sem indicação explícita de fonte, o que Robert Park escrevera em “Chicago: the City as a Social Laboratory”, texto de 1929, publicado em livro que fazia um balanço de aproximadamente quinze anos de atividades da “Escola de Chicago”. O artigo provavelmente foi lido por Anhaia Mello no livro “Human Communities”, pouco anos antes de ministrar a palestra:

“A cidade tem sido descrita como o habitat natural do homem civilizado. É na cidade que o homem desenvolveu a filosofia e a ciência e se tornou um animal não meramente racional, mas sofisticado. Isso significa, por um lado, que é no ambiente urbano – em um mundo que o próprio homem fez – que a humanidade primeiro alcançou uma vida intelectual e adquiriu aquelas características que mais a distinguem dos outros animais e do homem primitivo. A cidade e o ambiente urbano representam a tentativa do homem mais consistente e, ao todo, mais bem sucedida em refazer o mundo em que vive como seu coração deseja. Mas se a cidade é o mundo

que o homem criou, ela é o mundo em que ele está condenado a viver. Então, indiretamente, e sem qualquer sentido da natureza em sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem se refez" (Park, 1952 [1929])¹⁵².

A frase "Canhestro aprendiz de feiticeiro" não aparece nos textos de Park, mas se trata da tradução de expressão comumente empregada na língua inglesa para tratar de alguém que desencadeia um processo ou projeto que não é capaz de controlar¹⁵³. O sociólogo havia feito observação similar no clássico texto que inaugurou e guiou as primeiras pesquisas relacionadas à Ecologia Humana- "The City" - quando explicou porque se referia a isso:

"Muito do que geralmente consideramos a cidade – suas quadras, organização formal, edifícios, linhas de bondes – são, ou parecem ser, mero artefato. Mas estas coisas por si só são meros serviços, instrumentos acidentais que somente se tornaram parte da cidade viva quando, e enquanto, são usadas e não vão se conectar, como uma ferramenta na mão do homem, com as forças vitais residentes nos indivíduos e na comunidade.

A cidade é, finalmente, o habitat natural do homem civilizado. Por isso é uma área cultural caracterizada por seu próprio tipo cultural característicos" (Park, 1952 [1925])¹⁵⁴.

A caracterização da cidade por Park era dual: seria forma física e, simultaneamente, conteúdo social/humano (Eufrásio, 2006, p. 5). Essa postura se refletia na ideia de Planejamento Urbano de que Anhaia Mello tratava. Por ser fenômeno humano, não só organização de um espaço em branco, seria

¹⁵² Tradução livre de "The city has been described as the natural habitat of civilized man. It is in the city that man developed philosophy and science, and became not merely a rational but a sophisticated animal. This means, for one thing, that it is in the urban environment — in a world which man himself has made — that mankind first achieved an intellectual life and acquired those characteristics which most distinguish him from the lower animals and from primitive man. For the city and the urban environment represent man's most consistent and, on the whole, his most successful attempt to remake the world he lives in more after his heart's desire. But if the city is the world which man created, it is the world in which he is henceforth condemned to live. Thus, indirectly, and without any clear sense of the nature of his task, in making the city man has remade himself" (Park, 1952 [1929]).

¹⁵³ Os dicionários consultados relacionam a expressão ao título poema de Goethe "Der Zauberlehrling" ("O aprendiz de feiticeiro").

O filme da Disney "Fantasia", lançado em 1940, traz em um de seus quadros Mickey Mouse no papel do aprendiz de feiticeiro incapaz de controlar as vassouras que encantou retratado por Goethe e orquestrado pelo francês Paul Dukas. Não temos qualquer evidência que ele tenha influenciado Anhaia Mello, mas é interessante considerar que, se na década de 1930 a Disney escolheu essa história para retratar Mickey Mouse, provavelmente Aprendiz de Feiticeiro era um poema popular naquela época.

¹⁵⁴ Tradução livre de: "Much of what we ordinarily regard as the city - its charters, formal organization, buildings, street railways, and so forth is, or seems to be, mere artifact. But these things in themselves are utilities, adventitious devices which become part of the living city only when, and in so far as, through use and wont they connect themselves, like a tool in the hand of man, with the vital forces resident in individuals and in the community. The city is, finally, the natural habitat of civilized man. It is for that reason a cultural area characterized by its own peculiar cultural type:

"It is a quite certain, but never fully recognized, fact," says Spengler, "that all great cultures are city-born. The outstanding man of the second generation is a city-building animal This is the actual criterion of world-history, as distinguished from the history of mankind: world-history is the history of city men. Nations, governments, politics, and religions-all rest on the basic phenomenon of human existence, the city." (Park, 1952 [1925])"

necessário analisar a cidade em termos sociológicos. Portanto, não bastariam ao Urbanismo os conhecimentos da Engenharia Civil e Sanitária.

Dez anos antes da palestra sobre o Plano Regional de São Paulo, Anhaia Mello formulara explicitamente que conhecer a cidade significaria ter algum domínio de saberes sociológicos. A relação com os estudos de Park pode ser identificada pela menção ao aspecto “ecológico” das cidades:

“O sociólogo se interessa pelo aspecto material – morfológico e ecológico das cidades – porque este condiciona a personalidade e a organização social.
O engenheiro cívico ou urbanista, por sua vez tem que se interessar pela Sociologia, porque o seu plano deve ser um instrumento de melhora social, de controle e direção das forças sociais que dominam o ambiente urbano.
O equipamento material tem sentido humano e social, e não apenas mecânico.
Plano pode ser definido de maneira perfeita como sendo:
1) The anticipation of needs and
2) The coordination of means towards
3) The development and execution of patten whereby the means meet the needs.”
(Mello, 1945)

No trecho, Anhaia designava o urbanista como um engenheiro cívico e, assim, retomava uma distinção – agora com um fundamento da teoria “sociológica” de Robert Park – que ele fizera desde cedo em sua trajetória: de que o urbanista não possuiria somente o conhecimento do engenheiro civil, pois trataria de mais do que obras. Em “Curso de Urbanismo”, distinguiria o urbanista dos outros profissionais que tratam de construções e de cidades por seu conhecimento e preocupação sociológicos:

“Num curso de engenharia, a matemática é exclusiva, consome todo o tempo e preocupação do estudante, não deixando lugar para uma cultura humanística. O arquiteto fica muito preso a seus gabaritos de atura, área, etc. Seria interessante que ambos tivessem uma noção mais precisa do problema urbanístico, que é mais de não construir do que construir. O urbanista precisa, por sua vez, de uma cultura sociológica mais profunda, sendo que os três, tanto o engenheiro, como o arquiteto ou o urbanista, necessitam fundamentalmente da compreensão humana do problema. Esta é a base de tudo em urbanismo – o homem é de novo o centro e a medida de todas as coisas” (idem, 1957, p. 01 – grifo nosso).

Desde a década de 1920, quando se declarava em “campanha cívica” pela divulgação do Urbanismo, Anhaia Mello já defendia a particularidade (e autonomia) do campo do Urbanismo em relação à Engenharia Civil e Sanitária¹⁵⁵. Em artigo de 1933, por exemplo, apontava que:

“[...] o que preocupa aos urbanistas não é apenas o facto material, geographico, que é a cidade, mas tambem, e principalmente, os factores anthropogeographicos e sociaes, de acção e reacção humana no ambiente geographico” (Mello, 1933g, p. 209).

¹⁵⁵ ressaltava principalmente a importância da função de coordenar, ou articular, as diversas intervenções na cidade – como forma de abordar o “todo” da cidade, discussão que permaneceu viva na FAUUSP até os anos 1990.

O (moderno) Urbanismo configuraria o esforço de criar mais do que uma cidade bela ou higiênica: segundo Anhaia Mello, deveria promover o “progresso ordenado e lógico da cidade” (Mello, 1928, p. 237), produzindo um espaço para o “bem comum” de seus habitantes. Isso seria possível por meio de uma abordagem sistemática, abrangente e supostamente científica que se basearia na contribuição de várias disciplinas e profissões ligadas ao estudo e à intervenção nas cidades. O problema, Anhaia Mello indicaria a partir da década de 1940, seria “humano”, não meramente técnico.

Como vimos anteriormente, Anhaia Mello ressaltou que intervenções racionais sobre a cidade não eram novidade, mas que existiria – ou deveria existir – uma nova prática, adequada aos novos tempos. Uma de suas características principais seria a capacidade de previsão, de ser sintético e “compreensivo”, não se limitando ao traçado de vias ou à Arquitetura Urbana. Configurava-se, assim, antes mesmo do contato com alguns dos textos importantes da “Escola de Chicago”, uma ideia de que o urbanista precisaria olhar para aspectos imateriais da cidade, para aspectos culturais e sociais.

Percebe-se, com isso, o esforço de Anhaia Mello em delimitar um campo de atuação multidisciplinar amplo que distinguia a atividade do Urbanismo daquelas da Arquitetura e da Engenharia, mas não descartava seus conhecimentos. Referências a sociólogos e particularmente à “Escola de Chicago” se adequavam perfeitamente ao discurso que Anhaia Mello esboçava havia 30 anos.

A interligação entre o ambiente construído e a comunidade, a forma social que se desenvolve sobre e com ele, foi um dos elementos mais destacados da “Escola de Chicago” de Sociologia e representa uma noção importante para o desenvolvimento do “comprehensive planning”. A partir da identificação de uma conexão como essa, poder-se-ia supor que mudanças na estrutura física de um bairro são capazes de gerar, por exemplo, melhores ou piores formas de agregação e integração da comunidade¹⁵⁶, uma ideia cara ao ramo do *community planning* dos Estados Unidos.

Nesse contexto, a referência a conteúdos da “Escola de Chicago” que aparece nos anos 1940 e 1950 é coerente com o discurso sobre o Urbanismo de Anhaia Mello, mas é interessante notar que justificava concepções que já estavam colocadas anteriormente. Ao invés de referências aos aspectos “sociológicos” e “ecológicos” da cidade, termos que sugeririam a leitura de autores como Park e Burgess, Anhaia Mello havia tratado nas décadas de 1920 e 1930, por exemplo, da dualidade entre “fatos materiais, geográficos” e “antropogeográficos e sociais, da ação e reação humana no ambiente geográfico”.

¹⁵⁶ Propostas urbanísticas como das Unidades de Vizinhança, sintetizada por Clarence Perry para o Plano Regional de Nova Iorque e seus Arredores ou mesmo baseadas no princípio de *Eyes on the Streets* que se desenvolveu a partir da leitura de Janes Jacobs sobre bairros de classe média nas áreas centrais das cidades americanas se calcam nesse princípio.

Assim, ressaltamos que a postura de Anhaia Mello sobre o Urbanismo não surgiu a partir da leitura de Park e Burgess, mas dos movimentos de planejamento urbano norte-americanos. Existia um contexto comum entre a Sociologia Urbana de Chicago e os movimentos de reforma urbana com os quais profissionais como Harland Bartholomew e Thomas Adams, referências iniciais de Anhaia Mello, estavam envolvidos, fato que faz com que na leitura das fontes se tenha a impressão de enxergar temas de Park e Burgess aqui e acolá. No entanto, Anhaia Mello só dedicou mais espaço a proposição desses pesquisadores a partir da década de 1940.

A cidade como categoria

Na palestra sobre o “Plano Regional de São Paulo” (Mello, 1954b), a “Escola de Chicago” também é evocada para tratar das características particulares da cidade. Implícito no pensamento de Anhaia Mello estava a reflexão de que, se o sucesso do planejamento dependeria do conhecimento sobre as forças sociais, haveria características comuns entre as cidades e os processos de urbanização que permitiram tratar e comparar casos e experiências de contextos diversos.

O urbanista não formulou explicitamente esse argumento, mas sabemos que a possibilidade de comparar políticas e cidades de diferentes contextos lhe interessava. Na década de 1920, falava em “aprender” com exemplos estrangeiros, mas demonstrava a preocupação de que não se transpusessem sem mediações as práticas de um outro lugar para o Brasil.

Examinemos como os outros resolveram e procuremos aplicar, com intelligencia e não servilmente ou por mero espírito de limitação, os nossos methods e processos que se adaptem às nossas condições locais.

Não se pode dizer que os complexos problemas do moderno urbanismo tenham tido, em qualquer parte, solução perfeita e integral, porque não são equações que se armem definitivas, mas questões multifarias e multiformes, que sugem a toda a hora, se entretcem e entrosam nesse kaleidoscopio caprichoso que é a cidade moderna. (Mello, 1929d, p. 13).

Em termos de discurso, uma natureza compartilhada entre todas as cidades fazia com que o conhecimento sobre uma delas pudesse ser, com mediações, transposto para outras. Esse aspecto foi construído na palestra do Plano Regional de São Paulo em duas frentes: por um lado, Anhaia discutiu as características gerais da cidade – aquilo que elas “possuem” – e, por outro, tratou das características sociais e culturais provenientes delas – sua “natureza”. Em ambos os casos, verifica-se um contraponto com o que seria típico do “campo” e do “rural”.

Como apresentamos no capítulo 3 e em oportunidade anterior (Rocha, 2016), Anhaia Mello recuperava, na década de 1950, uma abordagem de planejamento urbano que se aproximava da dos membros da Regional Planning Association of American (RPAA), grupo do qual Lewis Mumford

também fazia parte e valorizava a ideia de equilíbrio na concepção da “cidade regional”. Sob o argumento de “equilíbrio”, reproduzia, em particular, uma leitura de MacKaye, contida no livro “The new Exploration” de que haveria “quatro ambientes básicos” que ofereceriam diferentes elementos necessários à vida do homem (Mello, 1954b, p. 06). De modo semelhante, falava de um planejamento “rurbano”, o qual aproximando do terceiro imã da cidade-jardim, que ofereceria às pessoas um “equilíbrio biológico – e que o urbanita procura recobrar passando as férias no campo, e o rurícula na cidade” (Mello, 1954b, p. 07).

Conteúdos relevantes à “Escola de Chicago”, por outro lado, apareciam na discussão sobre o modo de vida e as características sociais das comunidades de cada um desses ambientes. Mais do que aquilo que rural e urbano teriam, remetem ao que seria sua “natureza”. Recuperando o que esboçara em artigo anterior (Mello, 1945a), o urbanista apontou:

“Cidade e campo, dois polos da vida nacional, constituem de fato, um “continuum”, cujo “index” real não é propriamente demográfico, mas psico-social. O rural e o urbano se definem melhor em termos de comportamento e relações do que em números. Num dos extremos desse “continuum” se encontram não apenas pequeno número de pessoas, mas homogeneidade, conhecimento mútuo, compreensão, sistemas coerentes de costumes e tradições. No outro extremo, grande número, heterogeneidade, contatos secundários, isto é, temporários, casuais e superficiais; diferenças de língua, costumes, códigos de comportamento, educação e “status” (Mello, 1954b).

Ao fazer essa relação entre os tipos urbano e rural, Anhaia Mello aproximava-se do que Louis Wirth fizera em “Urbanism as a way of Life”¹⁵⁷, artigo em que o sociólogo identifica três fatores “ecológicos” das cidades que fariam com que seus habitantes tivessem um modo particular de viver: grande população, densidade demográfica e heterogeneidade social.

A preocupação com a diferenciação sociológica entre os homens do campo e da cidade estava ligada, para os sociólogos de Chicago que tratavam das grandes cidades, à análise da migração e do crescimento urbano com base no êxodo rural. Imigrantes europeus, asiáticos e de origem africana provenientes do Sul do país chegavam às grandes cidades do Norte dos Estados Unidos e enfrentavam

¹⁵⁷ Because the city is the product of growth rather than of instantaneous creation, it is to be expected that the influences which it exerts upon the modes of life should not be able to wipe out completely the previously dominant modes of human association. To a greater or lesser degree, therefore, our social life bares the imprint of an earlier folk society, the characteristic modes of settlement of which were the farm, the manor, and the village. This historic influence is reinforced by the circumstances that the population of the city itself is in large measure recruited from the countryside, where a mode of life reminiscent of this earlier form of existence persists. Hence we should not expect to find abrupt and discontinuous variation between urban and rural types of personality. The city and the country may be regarded as two poles in reference to one or the other of which all human settlements tend to arrange themselves. In viewing urban-industrial and rural-folk society as ideal types of communities, we may obtain a perspective for the analysis of the basic models of human association as they appear in contemporary civilization (Wirth, 1938, p. 03).

a mudança de um ambiente rural para urbano, mas não mudavam seus hábitos da noite para o dia. Os “males urbanos” identificados nas grandes cidades, como o alcoolismo e as organizações criminosas, eram interpretados por aqueles sociólogos como produto principalmente da desorganização da vida das populações que chegavam na cidade.

Discussões sobre controle social e assimilação dos migrantes eram importantes para os autores da “Escola de Chicago”, que encaravam as questões “práticas” do convívio das grandes cidades. Nesse contexto, o contato direto com os objetos de estudos – a pesquisa de campo – era parte fundamental dos trabalhos dos sociólogos que estudaram sob supervisão de Park e Burgess. Campo e cidade eram idealizações que serviam, naquele contexto, como ponto de partida e referência para que os pesquisadores enfrentassem seus objetos de pesquisa: “áreas naturais” de Chicago, pequenas e médias cidades.

Nos textos de Anhaia Mello, no entanto, a preocupação com a natureza da cidade aparece em termos introdutórios, se limitando a algumas observações genéricas. Ela aparece como oposição entre cidade e campo, urbano e rural, mas não a partir da observação das particularidades brasileiras ou paulistas. O urbanista se limita, na palestra do “Plano Regional de São Paulo”, a apresentar dados quantitativos sobre demografia para explicitar que existiriam graves “problemas urbanos”, mas raramente nomeia quais seriam e jamais os analisa de modo profundo. Urbano e rural parecem ser “importados” nesse texto, operação possível por conta da apresentação de uma aparente generalidade das “cidades”.

Assim, apesar de ressaltar um gradiente ou o “continuum”, o tratamento que Anhaia Mello deu ao tema costumava destacar a oposição de seus extremos, cidade – campo, mais do que ressaltar os pontos intermediários que poderiam interessar ao processo de assimilação das populações apresentado em “Introduction to the Science of Sociology”. Nesse sentido, embora a postura de Anhaia Mello utilize os termos e as referências presentes no programa de pesquisa da “Escola de Chicago” como referência, se aproximava mais das ideias de George Simmel e Ferdinand Tönnies que serviram de inspiração para Robert Park. Nas justificativas sobre a necessidade de adoção da Unidade de Vizinhança como princípio de planejamento, isso ficava claro.

A Unidade de Vizinhança

O terceiro conjunto de proposições que interagem com as proposições da “Escola de Chicago” por nós identificado está relacionado à justificativa de Anhaia Mello para a adoção da unidade de vizinhança como um dos “princípios básicos, criadores, orientadores” (Mello, 1954b, p. 38) da ação de planejamento de novas cidades a partir da década de 1950. Nesse contexto, a interpretação do

urbanista também se baseava numa leitura de que as características da vida urbana seriam diametralmente opostas às do campo e fugia de mediações.

O conceito de Unidade de Vizinhança foi detalhado por Clarence Perry no sétimo volume de monografias da RSNYE, que circulava em São Paulo tinha acesso desde o começo dos anos 1930. Roldan (2019, p. 66) trata do processo de maturação das proposições em artigos publicados por Perry anos antes, sugerindo que aqueles temas já estavam em pauta antes da publicação da monografia. De fato, o próprio Anhaia Mello reconhecia que a ideia já estava colocada nas primeiras formulações sobre a cidade-jardim de Ebenezer Howard (Mello, 1954b, p. 46).

A difusão da noção de unidade de vizinhança foi rápida e, em pouco tempo, ela estava presente em diferentes partes do mundo¹⁵⁸. Nos Estados Unidos, seu desenvolvimento representou um ponto de convergência entre os metropolitanistas e os regionalistas descentralizadores. Formalizada por um profissional envolvido no RPNYE, foi implementada já em 1929 no esquema da superquadra de Radburn por Wright e Clarence Stein, ligados ao RPAA (Meyers, 1998, p. 299).

Na palestra do Plano Regional de São Paulo, assim como é o tom sobre o tema em toda terceira fase da trajetória de Anhaia Mello, a Unidade de Vizinhança foi apresentada como uma ferramenta para contrapor a “anomia, a falta de “sense of belonging”, o complexo de frustração, de desespero, criado pela anonimidade e grandeza das metrópoles” (Mello, 1954b, p. 46).

Anhaia Mello lidava com a ideia de unidade de vizinhança desde a década de 1930, mas os temas da “Escola de Chicago” só aparecem como justificativa para ela a partir dos anos 1940. No artigo “A Cidade Cellular. Quadras, superquadras e células residenciais”, o urbanista apontou que os automóveis teriam revolucionado o traçado das cidades e que haveria dois aspectos que precisavam ser “resolvidos” a respeito deles: a segurança das vias e a minoração dos gastos da implementação da infraestrutura necessária sem comprometer o desenvolvimento urbano. Como “solução” a essas duas questões, Anhaia apresentou a cidade celular, organizada em unidades de vizinhanças e superquadras:

“Como realizar esta economia e aquela segurança, simultaneamente?
Eis o que realiza a cidade celular, a nova concepção do agenciamento urbano.
Toda cidade tem, ou deve ter, o seu sistema de vias principais – radiais, perimetrais e diagonais – pelas quais se escoam a circulação centro-periferia, interbairros ou interfocos.
É essa malha entre vias principais que deve ser tratada como unidade, célula completa, de vida autônoma o quanto possível, chamada pelos urbanistas americanos: neighborhood unit cell.

¹⁵⁸ Ward (2003, p. 46) traça uma breve história das trocas e intercâmbios em torno da ideia de unidade de vizinhança. Ele mostra que a “ideia” circulou e foi reinterpretada e adaptada por diversas das tradições mais consolidadas de planejamento urbano do Ocidente. Para uma leitura da apropriação em casos latino-americanos, ver Roldan (2019).

A vida urbana sendo um complexo de atividades, mister é dispor a base física, o quadro dessas atividades, de forma tal que elas estejam concentradas e se desenrolem e sucedam com a menor possível “friction of space”.

Essa concentração diminui as correntes circulatórias das vias principais; suprime praticamente a circulação de crianças fora das células; permite a redução, em número e largura, das vias interiores destinadas apenas à circulação local e nunca a de passagem; reduz a pavimentação, em quantidade e qualidade, favorecendo a economia; e cria, afinal, ambientes característicos de repouso e calma, propícios à vida em família.

O quadro residencial conveniente e atraente, o “playground” destinado ao recreio ativo, para repouso, a escola elementar, a igreja, a loja e o armazém, o cinema e a feira, estão incluídos nas células; fora, portanto, das grandes correntes de circulação, que não agravam e com as quais não interferem.

Segurança, economia, bem-estar: eis as consequências imediatas da cidade celular” (Mello, 1933, p. 133).

Depois disso, Anhaia Mello passou a tratar a unidade de vizinhança como um dos três princípios do planejamento urbano para a criação de novas cidades, apresentando-a sempre em conjunto com a “ideia de radburn” e da “cidade-jardim”. Esses conceitos já eram tratados antes, mas na terceira fase de sua trajetória ganharam uma unidade – são as ferramentas para evitar a concentração excessiva – justificada por ideias relacionadas a “Escola de Chicago”. No artigo “Urbanismo em Escala Humana”, publicado no Digesto Econômico em 1947, a questão já era abordada com menções a Robert Park.

“Maior a cidade, maior a solidão.

A aglomeração excessiva impede a associação. A formação de grupo da nossa vida social desintegrou-se. Não há mais “sense of belonging”, o interesse cívico na resolução dos problemas comuns, o amor pela comunidade. É ganhar a vida, e nada mais.

[...]

O que se observa nas grandes cidades, e todos o sentem, é que os processos ecológicos de segregação criam distâncias morais que – como bem nota Roberto Park – fazem da metrópole um mosaico de pequenos mundos que se tocam mas não se interpenetram. É preciso pois formar um ambiente de vida favorável ao progresso social, dentro do qual os homens se conheçam, cultivem a amizade e a solidariedade.

Este ambiente é o da neighborhood unit, unidade de vizinhança, ou “quartier-cité” como designa o urbanista Jean lebreton. Tal unidade é por sua vez constituída de sub-unidades, as “residential units” como as chama Maxwell Fry ou “cellules-villages” como quer Lebreton, que são os elementos elementares da aglomeração humana sob o aspecto social”.

O grupo humano precisa ser muito limitado para que haja conhecimento mútuo, vida social real. Lebreton fixa em cem lares. Fry admite mil pessoas.

[...]

A “neighborhood unit” é um microcosmo, um composto social mononucleado, do qual a escola primária é o “social heart”, o coração social que impulsiona sangue vital para todas as partes componentes desse microcosmo.

E a cidade, o macrocosmo, se transforma em agregado coerente polinucleado, constituído de organismos mononucleados.

Em oposição à unidade por centralização das atuais metrópoles, unidade fictícia e hipotética, teremos o que Mumford chama a “unity by apporportioned distribution”, unidade por distribuição equilibrada, real e orgânica” (Mello, 1947, p. 40-1).

Em consonância com a interpretação de oposição entre os tipos sociais urbanos e rural, Anhaia Mello considerava a vida na cidade grande desagregadora e não manifestou qualquer expectativa de que ela

pudesse ser sustentável. Dessa forma, utilizou por diversas vezes a famosa frase de Robert Park sobre a cidade como um “mosaico de diversos mundos que se tocam, mas não se interpenetram” para tratar do isolamento e da anomia da vida na metrópole.

Anhaia Mello apontou que “as relações primárias foram substituídas pelas secundárias, o que exerce uma influência desintegradora na ordem material e moral, responsável pelo aumento dos vícios e crimes nas metrópoles” (Mello, 1954b, p. 45) e julgou que lidar com os problemas de ordem espacial ou geotécnicos seria simples se comparado a resolver as questões das relações sociais (Mello, 1954b, p. 46). Mas a unidade de vizinhança poderia ser usada para isso:

“Um ambiente mais limitado, mais acolhedor, restaura esse sentido de pertencer a algo de valioso, algo que mereça a nossa dedicação e mesmo sacrifício. [...] O microcosmo do pedestre, da rotina diária, é fundamental na interação social. Os contatos são fáceis e a amizade é cultivada. A atitude de um pedestre para com outro é sempre cordial e amigável; muito diversa da do motorista apressado e... malcriado” (Mello, 1954b, p. 46).

Em palestra do mesmo ano, o urbanista tratou da “hipertrofia das cidades” como um “fator de aniquilação das famílias”, explorando os mesmos temas. Como vemos, a questão da segurança do pedestre não fora ignorada, mas ficou em segundo plano na defesa da Unidade de Vizinhança, que teria, então, o papel maior de “recuperar o sentido de comunidade”, perdido na metrópole.

O significado e as implicações de que a metrópole fosse um “mosaico de mundos que se tocam, mas não se interpenetram” apresentados por Anhaia Mello diferia daquela original de Robert Park, fruto de uma compreensão diferente sobre a natureza da segregação nas cidades. Em “The City” (Park, 1984 [1925]), ao tratar da mobilidade dos indivíduos nos ambientes urbanos, aspecto que alteraria – mas não necessariamente destruiria –, a organização comunitária, Park indicou que as distâncias morais geradas pelo processo de segregação da população na cidade a tornaria um mosaico, mas isso não significaria que os indivíduos estariam condenados a viver no isolamento. Ao contrário:

“Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam mas não se interpenetram. Isso dá a possibilidade para indivíduos passarem, rapidamente e facilmente de um lugar moral para outro e encoraja o fascinante, porém perigoso, experimento de viver ao mesmo tempo em diversos mundos contíguos e diferentes, mas de outras formas tão separados. Tudo isso tende a dar à vida urbana um caráter superficial e accidental. Isso tende a complicar as relações sociais e a produzir novos e divergentes tipos individuais. Isso introduz, ao mesmo tempo, um elemento de sorte e acaso que se adiciona ao estímulo da vida urbana e lhe dá, aos nervos jovens, uma atratividade peculiar. A atração das grandes cidades é, talvez, a consequência de estimulação que age diretamente sobre os reflexos. Como um tipo de comportamento humano, ela pode

ser explicada, como a atração da mariposa pela chama, como um tropismo” (Park, 1967 [1925], p. 40-1)¹⁵⁹.

Nesse trecho, citado por Anhaia Mello (1954^a; 1954b), Park expõe que a cidade é atrativa e oferece elementos distintivos. Não se tratava somente de um lugar de destruição e obliteração das relações primárias, mas também de um ambiente em que novas oportunidades surgiam.

O renovado interesse sobre o tema da Unidade de Vizinhança remetia a posição que Anhaia Mello adotou a partir da década de 1940 de defesa de um planejamento descentralizador. Nos textos publicados no *Digesto Econômico* (Mello, 1947a; 1947d), o urbanista abordou essas questões mencionando o recém-publicado Plano de Londres, de Patrick Abercrombie, e autores franceses, o que mostra que a ideia “circulou” até ser apropriada por ele.

Embora cite especificamente Robert Park e reproduza até mesmo menções à atração da mariposa pela chama e o “tropismo” presentes no original (Mello, 1954b, p. 14), a leitura de Anhaia Mello estava mais alinhada a Lewis Mumford e a posição assumida por importantes ex-estudantes que, tornando-se professores e pesquisadores, difundiram as ideias da “Escola de Chicago”.

Um dos aspectos que aproximava a “Escola de Chicago” do planejamento “compreensivo” e metropolitanista do começo do Século XX era a identificação da cidade como uma unidade. Na formulação de Robert Park, a segregação é interpretada não só como um processo restritivo, mas também como um gerador de oportunidades. Junto às mudanças nos meios de transporte e de comunicação, ela teria permitido que a cidade se tornasse uma só para os seus habitantes. Com a mobilidade para “viver” ao mesmo tempo em diversos mundos, transgredindo as limitações do grupo primário, processos de integração e assimilação poderiam ocorrer, rompendo com a segregação étnica e de classe características.

¹⁵⁹ Tradução livre de “The processes of segregation establish moral distances which make the city a mosaic of little worlds which touch but do not interpenetrate. This makes it possible for individuals to pass quickly and easily from one moral milieu to another, and encourages the fascinating but dangerous experiment of living at the same time in several different contiguous, but otherwise widely separated, worlds. All this tends to give to city life a superficial and adventitious character; it tends to complicate social relationships and to produce new and divergent individual types. It introduces, at the same time, an element of chance and adventure which adds to the stimulus of city life and gives it, for young and fresh nerves, a peculiar attractiveness. The lure of great cities is perhaps a consequence of stimulations which act directly upon the reflexes. As a type of human behavior it may be explained, like the attraction of the flame for the moth, as a sort of tropism (Park, 1967 [1925], p. 40-1).

Sem uma visão que destacasse aspectos construtivos da segregação, uma cidade que crescesse por causa da migração estrangeira maciça seria meramente um conjunto de comunidades justapostas¹⁶⁰. Anhaia Mello não ressaltava as possibilidades da interação entre diferentes no espaço urbano por meio do convívio nos “diversos mundos” que compõe o mosaico urbano e, por isso, não era capaz de enxergar a cidade como um mecanismo de “agregação” e “assimilação” como Park. Sem isso, fruto do convívio entre grupos e indivíduos que não se encontrariam em outros contextos, de fato restaria à cidade somente a “anomia”.

Embora Anhaia Mello não tenha adentrado a fundo nesses temas, percebe-se que seu discurso é extremamente articulado. Isso pode ser percebido no fato de, apesar de mencionar a existência de um “continuum”, destacar a oposição e a incompatibilidade entre os tipos sociais urbano e rural para justificar sua defesa da Unidade de Vizinhança. Na cidade grande, faltariam os contatos e as formas de controle primários, responsáveis e característicos de instituições que ele valorizava, como a família e a igreja.

O modelo ecológico do crescimento da cidade

A ideia de ecologia humana, e particularmente um conhecimento sobre como as cidades se estruturariam “naturalmente”, foi, dentre os temas da “Escola de Chicago”, o mais retomado por Anhaia Mello. De fato, proposições como as de Burgess em “The Growth of the City” causaram grande interesse entre os pensadores e técnicos do planejamento urbano desde que foram primeiramente formuladas, não somente no urbanista objeto de nossos estudos.

A partir de uma noção generalizante sobre a natureza das cidades, para a qual as ideias da “Escola de Chicago” contribuíram com “formulações científicas”, Anhaia Mello pôde considerar o “ciclo metropolitano”, pensado a partir de exemplos estrangeiros a partir de Mumford e Geddes, como pertinente também para a São Paulo de meados do Século XX.

A possibilidade de fazer essa operação, ou seja, de “transferir” conhecimento sobre uma cidade para todas as outras, dependia, em termos lógicos, do reconhecimento de que haveria algo em comum e próprio nas cidades. Essa ideia está na base das trocas internacionais e na própria constituição do

¹⁶⁰ Ao final de “The City” (1967 [1925], p. 94), Park aponta ao tratar da imprensa: “Up to that time the newspapers had not yet begun to break into the tenements, and most people who supported a newspaper lived in homes rather than in apartments. The telephone had not yet come to popular use; the automobile was unheard of; the city was still a mosaic of little neighborhoods, like our foreign-language communities of the present day, in which the city dweller still maintained something of the provincialism of the small town” (grifo nosso).

campo do Urbanismo, mas não teve desde seu início uma formulação tão clara. Vale lembrar que o movimento de reforma e a atuação de planejador como Harland Bartholomew nos Estados Unidos antecederam a reflexão acadêmica estruturada sobre a questão das cidades.

Junto ao “ciclo metropolitano”, cerne da sua visão sobre o Urbanismo na década de 1950, Anhaia Mello apresentou dois elementos que também estavam relacionados a essa generalidade das cidades: ao falar do “Plano Regional”, mas também no “Curso de Urbanismo” (1961 [1957]) e em outras oportunidades, traçou uma breve “história da cidade”, comentando desde o antigo Egito e a mesopotâmia até o Renascimento e o Barroco (ver, como exemplo, Mello, 1961 [1957], p. 9-12), e expôs “como a cidade cresceria” a partir das considerações de Burgess (Mello, 1957, p. 13).

O quarto conjunto de referências aos conteúdos da “Escola de Chicago”, a ecologia humana, foi articulado por Anhaia Mello para explicar o que, na prática, levaria à decadência das cidades – quais forças sociais operariam sobre esse território. Para isso, apresentava a hipótese sobre o modelo de crescimento das cidades americanas, formulada por Burgess em 1921.

“O processo típico da expansão de uma cidade pode ser ilustrado – ensina Ernest Burgess – por uma série de círculos concêntricos, que representam as zonas sucessivas da extensão urbana, e também os tipos de áreas diferenciadas, no processo de expansão.” (Mello, 1954b, p. 35)

Anhaia Mello já conhecia as proposições Burgess na década de 1920 mas, embora as tenha mencionado no artigo “Urbanismo – regulamentação e expropriação”, não lhe atribuiu a mesma importância que na década de 1950. Naquele momento, em que a defesa do *zoning* americano era uma de suas principais bandeiras, a dinâmica da cidade se configurava como um empecilho, afinal como um técnico poderia “proteger” as zonas urbanas residenciais através da definição de distritos (em sua terminologia) se, por sua própria natureza, a cidade tendesse a se expandir com base no processo de sucessão?

“O Metabolismo Urbano

Como conciliar a mobilidade, o metabolismo desse organismo que é a cidade, com a fixação de distritos?

O processo de expansão das cidades pode ser teoricamente representado por uma série de círculos concêntricos, que se vão alargando e absorvendo os mais próximos. O centro geométrico da figura é o centro comercial. Em volta desse centro há uma outra área circular. Área de transição ou deterioração, que vai sendo invadida pelo comércio e indústrias leves; área anteriormente residencial, do período de agregações.

O movimento centrífugo da habitação é causado pela valorização dos terrenos e aluguéis, cujo preço varia de acordo com a lei geográfica de proximidade do centro comercial. Os limites dessas zonas são determinados pelo equilíbrio momentâneo entre a força centrífuga de valorização e a centrípeta de atração do centro comercial. Uma terceira zona circular é habitada pelo trabalhador que foge da área de transição mas procura morar perto do lugar de trabalho. Além dessa zona está a zona residencial de alta classe e afinal a zona suburbana limitada pelos meios de transporte, como vimos na palestra anterior. Este metabolismo está se processando continuamente; é

preciso, pois, um trabalho incessante de ajustamento do “zoning” às condições do momento

Boards of Zoning Appeals

Esse ajustamento é feito por meio de comissões especiais, as “Boards of Adjustment” ou “Boards of Zoning Appeals”.

Essas comissões são nomeadas pelo conselho, de acordo com indicações da Comissão do plano da Cidade, presididas pelo Presidente desta e geralmente constituídas de 5 membros, e lhes compete o seguinte:

A - Resolver os casos em que os interessados aleguem erro de interpretação por parte da administração

B – Decidir os casos de exceção;

C – Autorizar alterações nos limites de distritos e disposições destes, a bem do interesse público e de acordo com as condições de momento.

O sucesso do “zoning” como de tudo que diz respeito ao urbanismo, depende também do preparo preliminar do ambiente e da opinião.

Nos estados Unidos, o propagandista mais eficiente de “zoning” é o Departamento do Commercio, que organizou uma legislação modelo o “Standard Zoning Enabling Act”, publicou um “catecismo do zoning”, o “zoning primer”, e faz propaganda intensiva pelos jornais, revistas de urbanismo e folhetos de toda a ordem (Mello, 1929g, p. 59).

Considerando o que seria a forma de expansão “natural” da cidade, Anhaia Mello apontou que o sucesso do instrumento do *zoning* dependeria de uma adequada gestão e revisão das zonas com o tempo. Seria necessário repensá-lo periodicamente e os exemplos americanos ilustravam como isso poderia ser feito dentro de um arranjo burocrático-administrativo previamente definido. Durante a segunda fase da trajetória de Anhaia Mello, a questão da gestão urbana é um tema destacado em seus textos e essa reflexão sobre o *zoning* pode ser interpretada como um exemplo disso.

Mais tarde, em “Curso de Urbanismo”, Anhaia Mello apresentou o mesmo modelo, mas destacou que se tratava de uma dentre várias teorias sobre o crescimento da cidade:

“É interessante observar como a cidade cresce: há diversas teorias a esse respeito, das quais citaremos a de Ernest Burgess, da “Escola de Chicago”. A cidade se inicia por uma concentração num determinado ponto (“loop”), e vai crescendo por áreas circulares até se estabelecer uma zona de transição (2) que tem um aspecto característico; em seguida, forma-se uma zona de deterioração na periferia (1), a qual vai avançando e expulsa as residências operárias e as residências finas para a zona mais externa (4); continuando o crescimento, surge nova zona operária em (5), que começa a acompanhar as vias radiais de penetração. Vê-se que, por esse processo, o comércio vai expulsando as residências de (2) e começa a haver aglomeração, pois no momento em que os proprietários dos terrenos começam a tirar partido da valorização, as residências vão se transformando em casas comerciais ou em cortiços” (Mello, 1957, p. 13)

A reflexão sobre a expansão da cidade e a preocupação com seus aspectos espaciais estavam conectadas, em Chicago, com a análise da migração e da organização dos grupos sociais na cidade. A pioneira análise da segregação urbana que se desenvolveu naquele contexto buscava compreender como diferentes grupos sociais – imigrantes, negros, jovens, mulheres –, por livre escolha ou não, tendiam a concentrar suas atividades em alguns pontos da cidade, as “áreas naturais”. No contexto do programa de pesquisa da “Escola de Chicago”, o diagrama dos círculos concêntricos servia como base

para pesquisas empíricas, em que os alunos de Park e Burgess frequentemente lidavam diretamente com as comunidades que pretendiam estudar. Tratava-se, originalmente, de uma hipótese que ilustrava a dinamicidade da cidade e não de um modelo do crescimento físico da cidade.

Aqui identificamos uma distorção importante: a “hipótese” de pesquisa de Chicago aparece como um modelo que tem certo caráter de “lei natural” para Anhaia Mello. Autores como Villaça (2001) ou mesmo os estudantes de Pierson no Brasil buscaram “aplicar” o modelo de Burgess às cidades, mas no caso do urbanista fundador da FAUUSP, não há sequer esse esforço. A utilização desse conteúdo não lhe desperta a preocupação em verificar sua pertinência ao caso paulistano. Anhaia até fez comentários sobre São Paulo, mas se tratava somente de encaixar a cidade no modelo.

“Forma-se assim uma zona de cortiços periféricos ao centro que vai se estendendo para (3) – Brás, Belemzinho, Mooca. A zona (4) é o Jardim América, Pacaembu, etc e depois voltam os cortiços em São Miguel, Osasco (5).

Essa é a teoria dos círculos concêntricos, os interiores engolindo os exteriores; é o mesmo que atirar uma pedra em água parada e ver o crescimento das ondas. O comércio, a fábrica e os cortiços engolem as residências boas” (Mello, 1961 [1957], p. 14).

Se localizarmos as regiões descritas no mapa de São Paulo, perceberemos que eles não corresponderiam a estrutura de círculos concêntricos, já que não haveria, entre as regiões da zona 4 no Oeste da cidade (jardim América, Pacaembu) e o centro, uma “região de transição” como a do Brás, Belemzinho e Mooca, localizados para o Leste. A análise seminal de Villaça mostra isso (2001). Assim, mais significativa do que a forma da cidade, importava para Anhaia Mello as “zonas de deterioração”:

“Este é o molde espacial do metropolitanismo, pois: zonas de transição no centro e na periferia; zonas de transição que se transformam, fatalmente, uniformemente, em áreas de deterioração, e eis o cortiço em cena.

O cortiço, e seu cortejo de males.

O cortiço, produto de processos ecológicos e sociais, é criação típica do metropolitanismo.

E as estatísticas mostram nessas zonas negras, como resultado da estreita relação entre habitação e saúde física e espiritual, todos os malefícios da promiscuidade e da miséria.

Assim a mobilidade característica, a obsolescência, a doença, a delinquência, pela diversidade de “folkways” e “mores” dos grupos étnicos assim formados” (Mello, 1954b, p. 36).

Anhaia Mello, como os autores da “Escola de Chicago”, reconhecia nas “zonas de transição” o foco dos problemas urbanos. No programa de pesquisa, a excessiva mobilidade dos membros de alguns grupos: negros, imigrantes europeus, hobos, etc explicaria a sua contribuição em atividades “indesejadas” na cidade. Apesar da significativa normatividade envolvida na seleção do que constituíam “problemas”, as ideias de Park e Burgess se diferenciavam de algumas correntes anteriores por proporem que não havia alguma condição inata, física ou moral, de determinados grupos étnicos ou sociais que pudesse

ser responsabilizada pela inconformidade demonstrada por seus membros quanto à ordem social. Ao contrário, eles identificavam as causas dos “problemas” no próprio processo social.

Mudanças drásticas de padrão de vida e contexto social estavam relacionadas, na escala da cidade, a mudanças de localização e contexto. Os poloneses, por exemplo, haviam deixado suas aldeias no campo europeu e chegaram em uma das maiores cidades do mundo, trocando um ambiente em que dominavam controles sociais baseados na família e em relacionamentos primários por um ambiente de relações secundárias, informalidade e interesses¹⁶¹. Até que reorganizassem seus hábitos e padrões, desorganizados pela drástica alteração de contexto, estariam sempre em conflito com a sociedade de Chicago.

O interesse pelas características das vidas rural e urbana e pelas migrações, presente nos textos da “Escola de Chicago”, estava assim ligado à integração das diversas partes e grupos que interagiam nos Estados Unidos do começo do Século XX. Diversas foram as formulações feitas sobre o que Coulon (1995, p. 41) chama de “ciclo das relações étnicas”¹⁶², mas, para Park, elas davam conta de que os indivíduos que passaram pela desorganização de suas vidas (por causa da mudança drástica de ambiente, por exemplo) gradualmente seriam “assimilados” pela sociedade americana e reorganizariam suas relações sociais de acordo com o novo contexto.

Aquilo que Robert Park tratava como “áreas naturais” era, por vezes, interpretado como produto de processos de concentração voluntária. Indivíduos, sob essas condições de desorganização da vida social tenderiam a se agrupar com base em interesses, origem e etnicidade. Isso construía para as “áreas naturais” valores que não seriam meramente negativos, mas as incluiria nesse grande mecanismo que seria a metrópole.

O desenvolvimento das interpretações a partir desses temas da “Escola de Chicago” é esclarecedor sobre as posturas que Anhaia Mello adota sobre o Urbanismo em São Paulo. Em duas palestras de 1954, ele repetiu partes de sua fala:

“Duas são as zonas de deterioração, como dissemos: juntos dos centros e na periferia. Deterioração física, demográfica, econômica e social. A deterioração se inicia pelo congelamento (blight) se degrada para cortiço (slum) – o “blight” é deterioração econômica. o “slum” é deterioração, é erosão humana e social. A deterioração de base econômica é causada pela expectativa de demanda comercial e altos preços da terra urbana.

¹⁶¹ A citação de Wirth sobre o modo de vida urbano e os conceitos de Tönnies de que tratamos anteriormente interessam a “Escola de Chicago” nesse contexto, mas não são retomados nesse ponto da linha de argumentação de Anhaia Mello.

¹⁶² Park fala em competição, conflito, acomodação, assimilação. William Thomas trata de organização, desorganização e reorganização.

A residência, de retribuição mais baixa do solo, é expulsa – mas antes de substituída se deteriora, apodrece.

A deterioração demográfica é causada por uma população em declínio, embora altíssima a densidade. Como consequência, a incidência da tuberculose, moléstia sexuais, alcoolismo, psicoses, desordens metais.

A deterioração sociológica advém de que, em regra, nessas zonas, o indivíduo está só, isolado. Poucos conhecimentos e amizades. Anonimidade e irresponsabilidade. Distâncias sociais, mau grado empilhamento físico. Mobilidade excessiva: hoje aqui, amanhã acolá. Desinteresse cívico, apatia; resignificação ou revolta; extremos perigosos.

A vida humana não tem preço, mas as estatísticas provam que o “deficit” causado por esses “black-belts” em serviços públicos prestados, polícia, crime, saúde, assistência, acumulado em cinco anos, seria importância suficiente para desapropriação de todos os imóveis dessas zonas” (Mello, 1954b, p. 36; 1954a, p. 18).

No trecho, Anhaia Mello também identifica a “zona de transição” como responsável pelos problemas urbanos, mas cita particularmente uma das “zonas naturais” identificadas pelos sociólogos de Chicago: o “black-belt”, conjunto de vizinhanças ao Sul da cidade na qual estava reunida a moradia da maior parte dos negros da cidade.

Em Chicago, “black-belt” (assim como “deutchland”, “little sicily”) era uma expressão que conectava a população que poderia ser encontrada em uma parte da cidade a seu local de origem, no caso o Sul outrora escravista dos Estados Unidos. Anhaia Mello, no entanto, toma a expressão como sinônimo de área degradada, ou de transição, daquelas a que os sociólogos atribuíam a desorganização social relacionada com os “problemas urbanos”. O “black-belt”, no entanto, era somente uma das “áreas naturais” que interessavam às pesquisas de Chicago.

Embora trate pouco sobre São Paulo, uma interpretação pertinente sobre a escolha do emprego no plural da expressão “black-belts” deve considerar que a fala do urbanista revelava alguma forma de valor em relação ao contexto com o qual lidava, o que poderia estar relacionado, conscientemente ou não, à ideia de deterioração e dos ditos problemas urbanos com a questão racial.

Com a metonímia sobre os “black-belts”, Anhaia Mello sugeriu que o principal “problema” que ele identificava em São Paulo era o dos cortiços. Mais do que tratar algumas vezes de informações sobre cidades brasileiras por meio da apresentação de dados demográficos para mostrar o “gigantismo” de São Paulo (Mello, 1954b), ele situaria mais tarde, em “Curso de Urbanismo”, os cortiços em uma aplicação do modelo da estrutura urbana de Burgess para o caso da capital: estariam nas zonas 3 (Brás, Belenzinho, Móoca) e 5 (São Miguel, Osasco, etc) (Mello, 1957, p. 14).

Sintomática é a menção que Anhaia Mello faz, depois da metonímia dos “black-belts”, a viabilidade em termos de “gastos” com a “desapropriação” de todos os imóveis dessa zona. A mera possibilidade de cogitar fazer isso demonstra que, embora o urbanista olhasse para a cidade globalmente, ele julgava que existiam causas específicas e localizadas para sua “degradação sociológica”. Ora, a demolição de

cortiços não resolveria problema nenhum, exceto se fosse acompanhada de um Urbanismo reorganizador do espaço urbano e regional, que “desconcentrasse” a população que neles viviam – macroproposta de Anhaia Mello.

Olhando para o discurso de Anhaia Mello como um todo, o modelo ecológico do crescimento da cidade servia para ilustrar que forças “naturais” tendiam a fazer com que a cidade crescesse indefinidamente e apontasse para a direção da metropolização e da fase decrescente do ciclo metropolitano de Geddes e Mumford. O avanço no “ciclo” era apresentado, por tanto, como uma consequência inevitável e a decadência inerente a expansão urbana. Isso justificaria o controle do crescimento urbano e políticas de descentralização da população.

Especificamente, no entanto, Anhaia Mello aponta que a deterioração sociológica estaria relacionada não a alguma característica geral da cidade, mas ao que em outras oportunidades caracterizou como anomia específica das “zonas de transição”. Ou seja, o problema seria global, mas sua causa, localizada. O planejamento seria necessário e precisaria do apoio de todos, pois cada um estaria sendo impactado pelos problemas urbanos. No entanto, isso não significava que não existissem “culpados”. Na abertura de sua fala na liga das famílias católicas, Anhaia Mello apontou:

“Os males decorrentes da hipertrofia das cidades atingem a totalidade das populações de certas regiões brasileiras, porque congestionamento urbano e síncope rural são males que andam juntos, mutuamente se agravam, atingindo mortalmente os dois polos da vida nacional: cidade e campo.

É preciso alertar a consciência nacional para que medite sobre assunto de tamanha gravidade, pois que não há organismo que se mantenha íntegro e saudável, com partes congestionadas e outras anemiadas” (Mello, 1954a, p.1)

A preocupação, ao menos de Park, com a capacidade de integração dos novos urbanitas nos padrões da sociedade norte-americana caminhava junto a uma visão otimista em relação às cidades. Apesar dos “problemas urbanos”, o processo de assimilação suposto em “Introduction to the Science of Sociology” era uma esperançosa concepção da cidade como um mecanismo de contato, negociação e inclusão de estrangeiros na cultura e nos modos americanos (Fishman, 2000, p 73). Segundo essa linha de pensamento, com o “assentamento” de seus novos habitantes, a tendência seria de que os “problemas” diminuíssem gradualmente. Essa visão, outorgava aos migrantes, negros e estrangeiros, algum protagonismo – e não os caracterizava suas origens ou características inatas a princípio como fonte dos “problemas”. Ainda assim, mantinha esses grupos na posição de um “outro”, que precisaria ser “assimilado”.

Uma enorme tensão pode ser identificada entre o argumento central de Anhaia Mello e o programa de pesquisas da “Escola de Chicago”. Se a posição do brasileiro, na década de 1950, se aproximava de posturas antiurbanísticas e favorecia a contenção do crescimento e a descentralização, Fishman (2000) reconhece a “Escola de Chicago”, ao lado do Plano Regional de Nova Iorque e seus Arredores (RPNYE),

como pilar da tradição metropolitanista do planejamento urbano que dominou a cena norte-americana até a década de 1930, na qual a questão regional aparecia como viabilização do desenvolvimento metropolitano.

Anhaia Mello não comenta diretamente essa aparente contradição com os pensadores de Chicago, mas utiliza um dispositivo em seu discurso para amarrar e compatibilizar definitivamente as ideias do “ciclo metropolitano” com o “modelo do crescimento das cidades”. Ele adiciona à ideia original de Burgess a falta de “entelechia aristotélica” e, dessa forma, “problemas urbanos” se tornam, ao invés de problemas que se destacavam *na* cidade, problemas *da* cidade. O crescimento, causa dos problemas, não poderia se limitar a si mesmo, o que tenderia a piorar cada vez mais a situação:

Assim a expansão urbana ou metropolitana é um resultante de organização e desorganização, análoga aos processos anabólicos e catabólicos do metabolismo do corpo humano.

Mais uma semelhança entre os dois organismos.

Mas, ao contrário do organismo humano, o urbano não possui a “entelechia” aristotélica, a posse da própria perfeição, e vai crescendo indefinidamente, patologicamente, com prejuízo da própria finalidade e da razão da sua própria existência” (Mello, 1954b, p. 35 – grifo nosso).

No “Curso de Urbanismo”, a mesma ideia é retomada.

É muito comum a referência às cidades como organismos – fala-se em organismo urbano como se fala em organismo humano.

De fato, há semelhanças, mas o que foi exposto anteriormente mostra a diferença fundamental, que não deve nunca ser esquecida: dentro do esquema apresentado, as cidades são organismos que crescem indefinidamente, o que não é característico dos organismos vivos. Estes possuem o que aristoteles chamava a Entelequia, a posse da própria perfeição ou, como dizia Leibnitz, o controle das próprias ações internas – de forma que o organismo cresce até um ponto funcional e orgânico.

A cidade, como foi dito, cresce indefinidamente – e se não lhe aplicar o remédio corretivo, que é o planejamento, ultrapassa aquele ponto ótimo e transforma-se de organismo em caos, coisa desorganizada” (Mello, 1961 [1957], p. 14).

Essa leitura de Anhaia Mello delimitava um campo de atuação para o Urbanismo nas grandes cidades ao definir a limitação do crescimento como um dos princípios básicos para o moderno planejamento urbano. Como a cidade tenderia a crescer por sua própria natureza, por fatores “ecológicos”, seria necessária a intervenção externa para romper com o ciclo metropolitano. De modo muito interessante, o urbanista conecta a leitura social com a prática de planejamento. A forma concêntrica e mononuclear do desenvolvimento urbano apresentada no modelo de Burgess, Anhaia argumentava citando novamente Lewis Mumford, era fruto da tecnologia paleotécnica, da época da revolução industrial baseada no carvão. O modo de romper o ciclo metropolitano seria, portanto, combater – com planejamento urbano – as tendências naturais do crescimento da cidade sob as tendências paleotécnicas. Com as tecnologias então disponíveis, da eletricidade e das telecomunicações, isso seria possível.

“A máquina social moderna é muito complicada para operação automática; o plano tornou-se uma necessidade [...]

A limitação deve ser forçada por fatos exteriores de planejamento orgânico. O ciclo de crescimento é reversível, por meio de regionalismo e polinucleação” (idem, 1945).

Agora, com a tecnologia do complexo tecnológico neotécnico, da eletricidade, a intervenção externa poderia criar formas urbanas diferentes que barrassem o ciclo metropolitano: redes de cidades-jardim, baseadas na polinucleação, na ideia de unidade de vizinhança e na limitação da extensão por “cintas verdes”. As fábricas modernas, por exemplo, ele apontou, já não demandavam a ordem e a poluição da cidade paleotécnica.

4.1. Acerca da difusão das ideias da “Escola de Chicago”

Ao interpretarmos a apropriação, as convergências e as desconexões do discurso de Anhaia Mello com a “Escola de Chicago”, entendida a partir de seu programa de pesquisa formulado por Robert Park e Ernest Burgess, encontramos um quadro em que a insistência do urbanista de lidar com o conteúdo daquele pensamento sociológico merece ser analisada.

Verificou-se que, em alguns casos, ideias defendidas a partir de argumentos e temas da “Escola de Chicago” já haviam sido articuladas anteriormente no discurso de Anhaia Mello e, de alguma forma, se sustentavam mesmo sem a contribuição do pensamento de Park, Burgess e seus alunos. Em outro momento, destacamos que, apesar de citar os sociólogos de Chicago e adotar uma linguagem baseada naquela que estava em voga em suas discussões, as posturas do urbanista iam de encontro com o tom do programa de pesquisa e sugeriam um anti-urbanismo que não condizia com as leituras, principalmente, de Park.

Isso sugere que Anhaia Mello tenha sido fortemente influenciado pelo ambiente de discussão das proposições da Sociologia urbana com o qual o urbanista tinha contato na terceira fase de sua trajetória. Analisaremos brevemente o contexto.

A observação sobre o “continuum” entre urbano e rural, como vimos na discussão da cidade como categoria, aparece um pouco fora de contexto na palestra do Plano Regional de São Paulo (Mello, 1954b)¹⁶³, já que a ideia de um gradiente de características urbanas e rurais enfraqueceria a própria

¹⁶³ “Cidade e campo, dois polos da vida nacional, constituem de fato, um “continuum”, cujo “index” real não é propriamente demográfico, mas psicossocial. O rural e o urbano se definem melhor em termos de comportamento e relações do que em números.

linha de argumentação de Anhaia Mello. A oposição entre a personalidade e as características da cidade e do campo. Isso não parece ter sido percebido pelo urbanista por conta das referências e leituras que estavam colocadas em São Paulo naquele contexto.

A análise da expressão “continuum” abre caminho para entender um pouco sobre a circulação de ideias da “Escola de Chicago” que envolveu Anhaia Mello nas décadas de 1940 e 1950. A ideia foi desenvolvida pelo antropólogo Robert Redfield em suas pesquisas sobre comunidades na península de Yucatan, no México. Sua tese era de que,

“Em resumo, Yucatan, considerado à medida que se caminha de Merida na direção sudeste e se penetra nas florestas do hinterland, apresenta uma espécie de gradiente social em que o espanhol, moderno e urbano, cede o passo ao maia, arcaico e primitivo” (Redfield, 1946 [1941], p. 21).

Segundo Miner (1952, p. 529), “o esquema de Redfield define um tipo ideal, a sociedade folk, que é a oposição polar da sociedade urbana”. Esses tipos ideais serviriam para analisar a sociedade, mas nenhuma sociedade se enquadraria exatamente em um deles¹⁶⁴.

Não somos capazes de apontar especificamente um texto ao qual Anhaia Mello estivesse fazendo referência ao evocar a noção do “continuum”, mas podemos afirmar que, se na segunda fase de sua trajetória, as menções à “Escola de Chicago” apareciam em um vácuo, na década de 1950 havia um ambiente de saberes sobre as cidades bastante abrangente com o qual o urbanista precisava lidar. Nele, as reflexões de Redfield, raramente listadas pelos urbanistas entre as principais monografias provenientes da “Escola de Chicago”, tinham uma importância especial¹⁶⁵.

Robert Redfield, genro de Robert Park e com quem compartilhara a função de orientar seu amigo Donald Pierson na pesquisa na Bahia, foi uma referência central para o estudo de Cunha¹⁶⁶, cidade do interior do estado, uma das primeiras pesquisas desenvolvidas na Escola de Sociologia e Política. De acordo com Guimarães (2011, p. 37-40), Pierson apresentou os métodos de Chicago a Emilio Willems (1947), antropólogo que liderou o inquérito a partir das teses que Redfield desenvolvera nas pesquisas

Num dos extremos desse “continuum” se encontram não apenas pequeno número de pessoas mas homogeneidade, conhecimento mútuo, compreensão, sistemas coerentes de costumes e tradições.

No outro extremo, grande número, heterogeneidade, contatos secundários, isto é, temporários, casuais e superficiais; diferenças de língua, costumes, códigos de comportamento, educação e “status” (Mello, 1954b).

¹⁶⁴ Essa dissertação de mestrado não aprofundará essa discussão, mas é importante indicar que os textos de Redfield que costumam ser apresentados pela bibliografia como fundadores dessa ideia que foram consultados não trazem o termo “continuum”. Além disso, identificamos que tratam prioritariamente do termo “folk”, que remete a comunidades “primitivas” no lugar de “rural”.

¹⁶⁵ Verificamos que a relevância dessa obra é mais reconhecida em outras áreas, como, por exemplo, na Antropologia ou na Geografia Rural.

¹⁶⁶ Na equipe de assistentes de Willems estavam Alceu Araujo, Gioconda Mussolini, Francisca Klovra, Myrtes Nogueira, Florestan Fernandes, Carlos Borges Schmidt e Paulo Camilher Florençano (Willems, 1947, p. 06).

sobre o México. Por se tratar de um intelectual ligado tanto à USP quanto à ESP e por existir um exemplar de sua obra no acervo do SAGMACS, na biblioteca da pós-graduação da FAUUSP, é razoável considerar que Anhaia Mello teve algum contato com esse estudo.

Na primeira edição de “Teoria e pesquisa em Sociologia”, livro encontrado no acervo de Anhaia Mello, Pierson (1947, p. 200-2) explicou o “gradiente” identificado por Redfield e indicou, em nota de rodapé, que a fonte dessas ideias, o livro “Folk Culture of Yucatan” seria em breve publicado em português pela própria Escola Livre de Sociologia e Política. “Civilização e cultura de folk: estudo de variações culturais em Yucatan” foi publicado dois anos depois pela biblioteca da Escola de Sociologia e Política.

Redfield e a ideia do “continuum” estiveram presente também na produção de Richard Morse, historiador norte-americano que chegou em São Paulo em 1947 e publicou “De comunidade a metrópole: a biografia de São Paulo” (Morse, 1954) no ano do quarto centenário da cidade, mesmo momento em que Anhaia Mello justificava suas propostas para o Plano Regional de São Paulo. Segundo Castro (2013, nota 32):

Morse de fato apresenta os trabalhos da Escola Sociológica de Chicago, notadamente o trabalho de Robert Redfield sobre o México e a sua teoria do continuum folk-urbano, como sua principal interlocução teórica, tomando o cuidado, entretanto, de se afastar das injunções feitas a priori pelo colega norte-americano, que buscava estabelecer uma espécie de teoria sobre a penetração do mundo urbano nas comunidades rurais, a partir da análise de quatro comunidades mexicanas na década de 1930 e 1940, colocando à prova na própria pesquisa etnográfica as dicotomias teóricas clássicas (comunidade e sociedade).

Além da influência de obras e discussões que estavam em pauta em São Paulo e dos livros e periódicos originais, um outro tipo de publicações também aproximava Anhaia Mello dos conteúdos da “Escola de Chicago”: os livros didáticos. Em “readers”, com textos selecionados de língua inglesa sobre Sociologia urbana, e em livros que buscam resumir o conteúdo da disciplina, o público brasileiro poderia vislumbrar a amplitude do debate que se desenvolvia nos Estados Unidos sobre o tema. Assim como o livro de Pierson menciona de forma resumida diversos temas e abordagens da “Escola de Chicago” (Pierson, 1945), também o fazem: Carpenter (1932), Muntz (1938), Bedford (1927), livros que constam no acervo pessoal de Anhaia Mello. Por meio de um “reader” como a segunda edição de “Cities e Society” (Hatt e Reiss, 1957), Anhaia Mello poderia ler dois artigos sobre o “continuum”¹⁶⁷, além do texto de Wirth (1939), “Urbanism as a way of Life”.

A existência de um ambiente em que as ideias da “Escola de Chicago” eram apreciadas e apropriadas em São Paulo faz com que a discrepância entre o contexto original das formulações de Robert Park e

¹⁶⁷ Miner, 1952 e Duncan, 1957.

Ernest Burgess e a interpretação de Anhaia Mello daquele conteúdo deva ser entendido como mais do que uma distorção ou um engano por parte do urbanista.

Seu contato com as ideias da ecologia humana tinha, naquela situação, diversas mediações. Mesmo que ele tenha conhecido as propostas da “Escola de Chicago” ainda na década de 1920, sua leitura nas décadas de 1940 e 1950 foi influenciada por uma visão negativa da cidade, que no planejamento urbano ganhou força com o New Deal e que, na Sociologia, ecoou os escritos dos ex-alunos de Park e Burgess. Segundo Castro,

“[...] se Robert Park influenciou os estudos de Ecologia e Sociologia urbanas dali em diante, deve-se lembrar que os textos mais proeminentes de Chicago, a partir da Segunda Guerra foram aqueles que destacaram as novas características da metrópole prevendo como impossível a sobrevivência da “comunidade” nela. Nesses estudos, a metrópole seria quase sempre pensada na chave da desintegração ou da desorganização, como foi o caso tanto dos trabalhos de Louis Wirth como os de Robert Redfield, ambos radicais na leitura “negativa” da urbanização. Essas leituras tiveram desdobramentos importantes e ao que parece só mais recentemente a crítica vem notando como os trabalhos de Park foram pioneiros em forjar a ideia de que a sociedade moderna só poderia seguir adiante se “se apoiasse em aspectos sensíveis da sociedade tradicional, não em sua negação completa” (Castro, 2013, p. 240-2).

O reconhecimento de que existia um ambiente de discussões que, de algum modo, servia de lente segundo a qual o urbanista Anhaia Mello lidava com a “Escola de Chicago” de Sociologia explica dois aspectos identificados na pesquisa: por um lado, que nem sempre a ideia evocada nas citações a Park e Burgess tenham sido aderentes a posturas desses intelectuais no programa de pesquisa que desenvolveram na década de 1920 e, por outro, que apesar disso o urbanista faça questão de utilizar a linguagem e as referências da Sociologia Urbana que se desenvolveu a partir de Chicago.

Vimos que, embora Anhaia Mello conhecesse o que ele tratava como outros “modelos” da estrutura urbana (Mello, 1957, p. 13) e tenha descrito São Paulo de um modo que não fosse aderente ao modelo de Burgess, é este que ele decide apresentar em suas propostas. Parece que, para o discurso que ele vincula na década de 1950, se a estrutura da cidade estivesse de acordo com a interpretação proposta por Burgess, ou se ela se aproximasse da de Hoyt ou de Ullmann, pouco importaria.

Temos algumas suposições, no entanto, sobre o que pode ter levado que ele optasse por repetidas vezes apresentar o modelo dos círculos concêntricos, mesmo que conhecesse outros que talvez mais se aproximassem de São Paulo. Primeiramente, tratava-se de uma ideia fundadora frente a qual diversos intelectuais e pessoas da prática tiveram que se posicionar. Apresentá-lo combinava com a preocupação de Anhaia Mello de constituição de um campo do Urbanismo que englobasse a Sociologia e com sua postura frequentemente professoral. A “Escola de Chicago” foi um marco e ofereceu um

arcabouço de temas e abordagens para tratar da cidade que antes dela não havia sido reunido e difundido internacionalmente.

Além disso, existia este contexto de discussões em que os temas e proposições de Chicago estavam colocados em São Paulo. Anhaia Mello se aproximava dele, posição de um lado coerente com tudo que ele defendera desde cedo, mas que também pode ser entendido a partir das questões e disputas que estavam colocadas no campo do Urbanismo na São Paulo de meados do Século XX.

Representações gráficas do “modelo dos círculos concêntricos” não aparecem muitas vezes nos textos de Anhaia Mello. Em “Curso de Urbanismo” (1957 [1961]), ele apresenta uma imagem ilustrativa dele e, em artigo de 1933, “Urbanismo e suas normas para organização de planos”, vincula uma imagem que apresenta alguns aspectos do esquema, mas sobreposta com outras informações. No entanto, a maior parte do material primário analisado, mesmo que publicado em periódicos, corresponde a transcrições ou anotações de falas públicas do urbanista. Por conta disso, é provável que a imagem dos círculos concêntricos fosse vinculada em outras oportunidades e fizesse parte do imaginário do público com quem Anhaia Mello dialogava. Vale lembrar que a Árvore do Urbanismo, a qual Anhaia Mello se referiu em todas as palestras que compuseram seu primeiro livro (Mello, 1929d), não foi reproduzida em nenhuma das edições do Boletim do Instituto de Engenharia que apresentaram os textos. Apareceu, somente, no livro.

A representação do modelo em “Curso de Urbanismo” (Mello, 1961 [1957]) apresenta a cidade com o que parecem ser vias de tráfego. A presença de linhas radiais não era incoerente com a interpretação de Burgess, que reconhecia que as vias de transporte influenciavam e distorciam o processo de invasão que geraria os círculos concêntricos. No entanto, a adição desses elementos, bem como de diagonais que não chegariam até o centro, parece remeter a uma outra imagem que fazia parte do imaginário urbanístico de São Paulo: o diagrama do plano de avenidas.

Figuras centrais no debate urbanístico local, entre embates e convergências, Anhaia Mello dialogava com Prestes Maia corriqueiramente. A posição descentralizadora na qual os temas e termos da “Escola de Chicago” tiveram um lugar importante, de fato, se desenvolveu a partir do momento em que Prestes Maia como prefeito começou a implementar, de fato, porções significativas do traçado viário do plano de avenidas.

Figura 8 - Comparação entre a apresentação dos “círculos concêntricos” por Anhaia Mello (1961 [1957]) (esquerda), o diagrama do Plano de Avenidas, de Prestes Maia (1930) (centro) e o “modelo” dos círculos concêntricos aplicado em Chicago (Burgess, 1925).

4.2. Sentidos da apropriação da “Escola de Chicago” por Anhaia Mello

No esforço por mapear as leituras a partir das quais Anhaia Mello utilizou termos e conceitos identificados com a “Escola de Chicago”, identifica-se que ele tinha contato e reproduzia largas porções dos materiais que compuseram o programa de pesquisa de Park e Burgess (Eufrásio, 2013). Apesar de utilizar da terminologia e buscar os escritos de Park sobre a cidade, nota-se, entretanto, uma série de *desconexões* entre o discurso de Anhaia Mello e o conteúdo da “Escola de Chicago”.

Ao tratarmos aqui da noção de desconexão, fazemos, como a maior parte dos trabalhos sobre a circulação de ideias, uma avaliação sobre as como ideias “se alteram” na sua circulação. A partir deste viés de entrada, que julgamos ser a melhor forma de tratar as divergências entre o que Anhaia Mello e o programa de pesquisa da “Escola de Chicago” apontavam, pois não sugerimos que o urbanista brasileiro tenha intencionalmente distorcido ou sequer se oposto ao que Park e Burgess pensaram no começo do século XX, conjecturamos que Anhaia Mello fosse estimulado pelo contexto intelectual de São Paulo a partir da década de 1940 a adotar o léxico e determinadas posturas relacionadas à “Escola de Chicago” em seu discurso sobre o Urbanismo.

É marcante a diferença quanto à posição sobre a “sustentabilidade” e a função social da cidade no contexto em que Park e Burgess esboçaram um programa de estudo sobre a cidade e no segundo período da trajetória de Anhaia Mello que foi analisados nesta dissertação. Os textos de Anhaia Mello na década de 1950 são críticos do “crescimento metropolitano”, ao qual relaciona com o que denomina de “hipertrofia das cidades”, e evocam os temas e termos empregados por Robert Park para

mostrar como o contínuo crescimento sem ordenamento “inviabilizaria” a vida urbana. No entanto, na década de 1920, o que se observava a partir da “Escola de Chicago” era uma visão otimista sobre a metrópole. Ao propor que a cidade careceria de “intellechia aristotélica”, Anhaia Mello propôs uma ponte que possibilitava compatibilizar, em termos discursivos, proposições da Sociologia urbana de Park e Burgess com as ideias de Mumford e Geddes acerca do ciclo metropolitano.

Notou-se também que o conteúdo da Sociologia aparece de modo simplificado nas exposições sobre o Urbanismo. Reflexões complexas, fruto de cuidado metodológico e de um contexto particular – as grandes cidades americanas do começo do século XX –, que nem sempre se pretendiam como “leis” da ação humana, aparecem nos textos de Anhaia Mello como grandes máximas que explicariam toda a vida na cidade. O “modelo dos círculos concêntricos”, por exemplo, era antes uma hipótese que ilustrava uma das dinâmicas do crescimento metropolitano – a junção entre sucessão e expansão –, mas aparece para Anhaia Mello como uma “forma” definitiva da cidade.

Particularmente relevante ao caso da apropriação da “Escola de Chicago” por Anhaia Mello é o fato de que, apesar de todas as críticas que possamos direcionar às posturas de Park e Burgess, suas atuações foram marcadas por um intenso engajamento com a cidade que estava ao redor deles e tinha, em especial, a observação como um de seus procedimentos principais. No caso do urbanista brasileiro, de modo distinto, o espaço que estava a seu redor é praticamente ignorado. Há apontamentos pontuais sobre São Paulo e a vida de sua população em alguns de seus textos e palestras, mas seu discurso poderia servir para qualquer lugar.

Esse fato se liga com dois aspectos: primeiramente, mais do que um “equivoco” de Anhaia Mello, parece ser esse o lugar que a Sociologia ocupa na forma como ele pensava o Urbanismo. A possibilidade de que o profissional do planejamento fosse aquele que fizesse a “síntese” dentre os diversos saberes demandava que as outras disciplinas envolvidas na compreensão da cidade lhe oferecessem “leis” e conteúdos objetivos sobre o funcionamento do “organismo urbano”. Na forma como articula seu discurso sobre o Urbanismo, Anhaia Mello distingue com clareza os dois campos que se unem no interior da disciplina, um pensamento “administrativo” e, outro, “social”.

Em segundo lugar, apontamos que isso fazia parte uma nova forma de despolitização presente no discurso proposto por Anhaia Mello acerca do Urbanismo. Notamos anteriormente, seguindo Feldman (2005) e Arasawa (1999), que o discurso de Anhaia Mello na década de 1920 e 1930, da “Árvore do Urbanismo”, pretendia-se apolítico, depositando na técnica – da engenharia, mas também da administração “científica” e da contabilidade – a capacidade de “resolver problemas”. Naquele momento, o foco de Anhaia Mello era nos meios, como se, a partir de ferramentas adequadas e

instituições bem preparadas e independentes, o melhor conteúdo, aquele que faria o “bem maior da maioria”, floresceria.

Na década de 1950, no entanto, seu discurso parece muito mais politizado, destacando, por exemplo, a necessidade de combater a especulação imobiliária e tratando das condições de vidas nas cidades. No entanto, baseia-se, para isso, na fetichização das hipóteses da “Escola de Chicago”: uma abordagem empírica que, apesar de propor uma visão generalizantes, buscava compreender as particularidades da cidade de Chicago era, assim, “importada” para dar conta de uma realidade diferente, sem nenhuma preocupação em verificar a aderência ou a pertinência do que estaria sendo apresentado como uma “teoria”.

Essa desconexão entre o contexto do programa de pesquisa da “Escola de Chicago” e a apropriação dos temas e ideias por Anhaia Mello pode ser interpretada na chave do equívoco de leitura, elemento frequente no trânsito internacional e interdisciplinar de estudos. No entanto, merece destaque o fato de que outros personagens do cenário paulistano, como os sociólogos da Escola Livre de Sociologia e Política ou mesmo aqueles que trabalhavam nas pesquisas do Padre Lebrete, estavam engajados com esse aspecto “empírico” da Sociologia da “Escola de Chicago”.

Assim, a hipótese de leitura para essa desconexão que identificamos é de que não se tratava de um desconhecimento sobre a realidade de São Paulo por parte de Anhaia Mello, mas, ao contrário, era um esforço que, por reconhecer a política envolvida nas disputas sobre o espaço na cidade, buscava apagar as contradições e deslocar a discussão do âmbito da análise material para o reino exclusivo das ideias¹⁶⁸. Isso é marcante porque, ao analisarmos a biografia e a atuação profissional do urbanista, jamais poderíamos desconsiderar que ele foi um agente – inclusive em termos partidários – engajado com as disputas políticas da cidade e do estado. Dessa forma, a “apolitização” identificada no discurso de Anhaia Mello, seja no tecnicismo da Árvore do Urbanismo, seja na “idealização” do Plano Regional, se revela um dos instrumentos mais marcantes de sua atuação.

¹⁶⁸ Damiani (2004) aponta que a “a violência da constituição dos espaços esvaziados só pode ser examinada à luz dele, o espaço vazio, como produto de um processo histórico e não próprio à naturalidade ou materialidade mesma das coisas.

5. Comentários finais e desdobramentos

Ao longo dessa dissertação, apontamos que o campo do Urbanismo se estruturou no Brasil no começo do Século XX. Como nos países centrais do capitalismo, isso foi parte de uma mudança dos modos de controle social que inaugurou diversas disciplinas e apresentou novas formas de representação da “questão social” (Topalov, 2015). As ciências sociais e a administração se uniram no interior do campo do Urbanismo: as primeiras forneceriam relações causais e objetos para que a segunda lidasse com os “problemas” racionalmente. O desenvolvimento do campo foi caracterizado desde o Século XIX pelo trânsito internacional de ideias urbanísticas (Ward, 2003; Calabi, 2015) e pela transposição de elementos das ciências sociais para as disciplinas aplicadas.

A partir disso, pudemos afirmar a importância do personagem de Anhaia Mello, mas também identificamos complicações sobre a possibilidade de analisá-lo. Identificou-se a presença de diversas menções à Sociologia Urbana de Park e Burgess em sua produção escrita, fato que, dada a natureza conciliatória entre ciências sociais e administração no interior do campo do Urbanismo, atraiu nosso interesse, já que a “Escola de Chicago” é um dos rótulos que reside no imaginário das origens das discussões sistemáticas sobre cidades em todo o mundo.

Anhaia Mello foi personagem chave do Urbanismo em São Paulo e se destacou desde a década de 1920, mesmo que não tenha sido responsável pela elaboração de qualquer plano até o final dos anos 1950. Foi por meio de sua atuação como “professor”, dentro e fora da academia, em sua constante campanha para gerar o clima propício para o florescimento urbanismo, que ele mais afetou a vida política, o desenvolvimento urbano e a organização da administração pública em São Paulo. Suas falas, ao invés de serem encaradas como uma teoria distante da prática, devem ser encaradas como sua forma particular de ação (Arasawa, 1999).

A postura e a relevância de Anhaia Mello fizeram com que ele fosse um nó importante da rede de intercâmbios urbanísticos na qual o Brasil, e particularmente São Paulo, se inseriu. Sua atuação coincidiu com a transição do domínio das referências francesas para as norte-americanas e com a estruturação do campo de saberes e de práticas profissionais sobre a intervenção nas cidades no país. Fatores maiores do que as falas de Anhaia Mello explicam a chegada e a estruturação de parte da administração pública municipal em torno do *comprehensive planning* norte-americano ao Brasil, mas muito do que aconteceu quanto a esses aspectos estava de acordo com o que ele defendia (ver, por exemplo, Feldman 1996; 2005).

Mas, se a atuação de Anhaia Mello como um “professor”, em que seus textos, aulas e conferências influenciavam o desenvolvimento de determinados aspectos em São Paulo, emerge como tema de extremo interesse a partir dessas observações, lidar com a complexidade de sua atuação é uma tarefa complicada, pois além de “teórico”, ele participou da política partidária e esteve por vários períodos engajado com a administração pública. Dessa forma, seus textos são cheios de elementos, temas, referências ou observações, que mais do que “aprofundar” a discussão sobre o Urbanismo, eram ferramentas do embate político na cidade e serviam para conformar o personagem como uma autoridade no tema.

Por causa dessa característica, a bibliografia especializada na história do Urbanismo em São Paulo, ao lidar com Anhaia Mello de modo parcial e enquanto um personagem estático, compôs um quadro de análise fragmentado, que não dá conta da totalidade do personagem e, por muitas vezes, foca-se em questões pontuais do ideário do urbanista que sequer fizeram parte dos principais objetos que ele investigou (Bresciani, 2015, p. 151).

A forma que encontramos para lidar com o personagem de Anhaia Mello de modo a permitir a análise de como e por quais motivos ele se apropria das ideias, temas e objetos da “Escola de Chicago” foi, como Bresciani (2015) propôs, analisar sua trajetória. Fizemos isso ao identificar a posição de discussões sociais em dois momentos – na “Árvore do Urbanismo” e no “Esquema Anhaia”. A partir desse procedimento, pudemos caracterizar que os discursos envolvidos nesses elementos caracterizaram diferentes fases da trajetória do urbanista.

Entre nossas várias considerações sobre o tema, destacamos que a noção de planejamento “compreensivo”, simbolizada pela “Árvore do Urbanismo”, acompanharia Anhaia Mello desde a década de 1920 até o final de sua carreira. Localizamos que uma das grandes referências, a partir da qual Anhaia Mello desenvolveu sua visão sobre o que e como deveria funcionar o planejamento foi Harland Bartholomew, um dos mais ativos profissionais do campo nas primeiras décadas do Século XX nos Estados Unidos.

Por outro lado, notamos que o conteúdo vinculado por Anhaia Mello a partir da palavra de ordem “planejamento regional” presente no “Esquema Anhaia”, uma proposta desconcentradora de limitação imposta do crescimento urbano, só ganhou relevância na produção de Anhaia Mello a partir da década de 1940. Nesse momento, Anhaia Mello não abandonou suas ideias de que o planejamento deveria ser “compreensivo”, mas agregou a ele a visão fatalista sobre o desenvolvimento urbano de Lewis Mumford e Patrick Geddes, características da RPAA – a *Regional Planning Association of America*.

A temática regional e as referências a planos como RPNYE e à ideia das cidades-jardim compunham o cenário norte-americano e europeu com o qual Anhaia Mello já lidava desde a década de 1920, mas foram ressignificados no contexto da defesa do “Esquema Anhaia” e da bandeira do planejamento regional descentralizador, preocupado com a distribuição das populações e atividades econômicas no território.

Essas mudanças puderam ser interpretadas como respostas de Anhaia Mello ao contexto em que vivia. No primeiro momento, praticamente não existia um campo estruturado do Urbanismo em São Paulo, que era uma cidade que crescia rapidamente, mas não se comparava, em termos demográficos e econômicos com as maiores cidades do Ocidente. Décadas depois, porém, o Urbanismo já era importante, contando com estrutura administrativa de porte e ambientes de debates estabelecidos. Havia, até mesmo, colocado um de seus principais nomes, Prestes Maia, à frente da administração pública municipal.

Além disso, as mudanças nas posturas de Anhaia Mello refletiam também inflexões no cenário internacional. O planejamento “compreensivo” metropolitanista, conduzido a partir do nível municipal, que teve seu apogeu no RPNYE, perdeu espaço nos Estados Unidos com a quebra da Bolsa em 1929, a partir de quando as ideias de seu principal opositor no campo especializado, a RPAA de Mumford, Wright e Stein, ganharam destaque na política federal norte-americana e impactaram nos projetos e planos de reconstrução europeias do pós-guerra, aparecendo, por exemplo, nas *New Towns* Inglesas e no *Greater London Plan*, de Patrick Abercrombie.

Menções à “Escola de Chicago” apareceram nos dois momentos que destacamos da trajetória de Anhaia Mello, mas tiveram funções e motivações diferentes. No capítulo 1, discutimos que a “Escola de Chicago” seria um rótulo criado a posteriori, mas que se relacionava com uma experiência que, pelo menos em termos de política profissional e acadêmica, teve grande relevância nas primeiras décadas do Século XX. Assim, a partir da análise de Eufrásio (2008; 2013), buscamos entender a interpretação da cidade que estava colocada no programa de pesquisa elaborado por Park e Burgess que orientou a maior parte dos trabalhos desenvolvidos no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago entre as décadas de 1910 e 1930.

Apontamos uma série de divergências entre o emprego que Anhaia Mello deu às suas ideias, textos e temas e o programa de pesquisa de Park e Burgess e os materiais originais. Particularmente, destacamos como um conteúdo complexo das ciências sociais que servia de hipótese para pesquisas empíricas aparece, nos textos de Anhaia Mello, como uma espécie de “lei natural” sobre o crescimento e a natureza das cidades. Nossa interpretação é que essa desconexão era um procedimento necessário para que a forma como Anhaia Mello pensava o Urbanismo se sustentasse: no contexto da atomização

dos saberes, tratar-se-ia de um campo interdisciplinar, no qual o urbanista profissional não precisaria dominar todos os conhecimentos especializados, mas teria por responsabilidade fazer a síntese entre eles para a elaboração e implementação do planejamento.

Em outra frente, identificamos um conflito entre a perspectiva sobre o futuro e a função da cidade apresentada nos textos de Anhaia Mello das décadas de 1940 e 1950 com as ideias de Park e Burgess que são trabalhadas neles. No caso do urbanista brasileiro, a posição anti-metropolitana era evidente e se baseava, pelo menos em termos de discurso, na ratificação acrítica da posição que Lewis Mumford construiu a partir das ideias de Patrick Geddes. Por outro lado, o programa de pesquisa da “Escola de Chicago” oferece uma visão sobre a cidade relativamente otimista, oposta a uma tradição anti-urbanista muito presente na cultura norte-americana, em que a metrópole, apesar de apresentar problemas e desafios, era interpretada como um grande mecanismo de assimilação de estrangeiros.

Basicamente, Anhaia Mello utiliza, nesse caso, a ideia de que haveria leis para o crescimento urbano e que a forma urbana impactaria a possibilidade de organizações primárias e comunitárias presentes em Park e Burgess para ilustrar como todas as metrópoles, se não tivessem o devido controle do crescimento, avançariam em direção à necrópole, fase que veria a destruição de suas próprias características positivas, restando somente seus problemas. Não fomos capazes de identificar se Anhaia Mello percebe a contradição entre Mumford e Park, mas notamos que ele introduz uma ideia que permite, pelo menos em termos de discurso, compatibilizar os conteúdos de suas reflexões: a cidade careceria de *intellechia* aristotélica, ou seja, de limitar seu próprio crescimento. Desse modo, as “leis” do crescimento urbano seriam aplicadas indefinidamente e, em todos os casos, levariam à anomia e à destruição da vida comunitária e familiar. Esse mesmo pano de fundo é utilizado para justificar, a partir da década de 1940, a importância da Unidades de Vizinhança como conceito de planejamento e zoneamento.

Por último, mas não menos importante, notamos que essa discussão sobre a destruição das relações primárias é parte de uma postura adotada por Anhaia Mello na década de 1950 que difere daquela das décadas de 1920 e 1930. No começo de sua trajetória, as falas do urbanista são dominadas por questões sobre atividades meio e quase não há reflexões sobre o conteúdo do planejamento. Como Feldman (2005) destacou, isso estava ligada a uma pretensa apolitização da atividade que confiava ao tecnicismo a gestão dos “problemas”.

Nas palestras que justificam o “Esquema Anhaia” (Mello, 1954b; 1954a), por outro lado, há diversos elementos que sugerem um posicionamento quanto as disputas que acontecem na cidade, ou seja, uma politização – Anhaia Mello ataca a especulação imobiliária e manifesta a intenção de “proteger a família”, priorizando o humano frente aos ganhos econômicos imediatos. No entanto, ao fazê-lo, o

urbanista retrata não a cidade real, em que outros problemas também estavam colocados, mas uma cidade genérica, produzida a partir da transposição das ideias formuladas como hipóteses para Chicago como teorias para São Paulo.

Nesse sentido, Anhaia Mello realiza um procedimento que apaga a política real do espaço em que ele estava inserido e a substitui por um pastiche de representações estrangeiras. Nossas considerações são de que, por existirem naquele mesmo momento pesquisadores que também estavam olhando para as referências da “Escola de Chicago” mas buscavam nele métodos para conhecer a realidade física e social de São Paulo, essa postura de Anhaia Mello deve ser interpretada não como um equívoco, mas como um apagamento do espaço.

Essas desconexões entre as ideias “originais” da “Escola de Chicago” e a apropriação e transposição para o Urbanismo não são, necessariamente, exclusivas de Anhaia Mello. Algumas das observações que fizemos aparentam ser pertinentes para outros autores, daqui e do exterior, e, por vezes, provém mesmo de reinterpretações que já estavam colocadas no campo da Sociologia antes que os planejadores lidassem com elas. Nesse sentido, situamos que, quando, na década de 1950, o rótulo da “Escola de Chicago” foi inventado e ganhou relevância, já era comum até mesmo entre ex-alunos de Park e Burgess que participaram dessa “fundação tardia”, como Wirth, Redfield e outros, que a cidade fosse vista como um *locus* de anomia e que precisaria ser repensada. Não é de se surpreender, entretanto, pois o contexto norte-americano daquele momento era muito diferente do de trinta anos antes.

Gostaríamos de apontar que um desdobramento dessa pesquisa que nos interessaria seria discutir em que escala os procedimentos que identificamos na interação (e na desconexão) de Anhaia Mello com o conteúdo exposto por Park e Burgess nos textos do programa de pesquisa da “Escola de Chicago” fizeram parte de outras reflexões sobre o Urbanismo de São Paulo, consideração que merece atenção porque Anhaia Mello foi um dos grandes formadores de novos arquitetos, engenheiros e urbanistas no ambiente nacional.

Ao desenvolvermos essa pesquisa, notamos que as reflexões sobre a “Escola de Chicago” de Sociologia, uma referência clássica, são ainda pouco difundidas no Brasil, principalmente no que se refere à forma como ela se relacionou com o campo do Urbanismo. Embora haja autores como Eufrásio e Valladares que se dedicam ao tema a partir do campo da Sociologia, o tratamento que o urbanistas costumam dar às ideias da “Escola de Chicago” costuma se limitar a reprodução de visões parciais e simplificadas das ideias de Park e Burgess que fazem parte do censo comum da disciplina. Esse tema também merecia mais desenvolvimento e poderia ser feito com exercícios similares ao que fizemos para outros personagens da história do Urbanismo que articularam as ideias da Sociologia urbana de Chicago.

Particularmente, parece relevante avançar em um estudo desse tipo com as leituras do Padre Lebreton. Valladares (2005b) identifica como “curioso” o encontro desse personagem com a “Escola de Chicago” nas pesquisas sobre as condições de moradia nos morros cariocas, mas devemos destacar que existem vários elementos que fazem com que esse “encontro” não seja tão surpreendente, mas mereça ser analisado. Primeiramente, porque os métodos da SAGMACS, estavam muito mais alinhados à pesquisa engajada e empírica praticada na Chicago do começo do século do que, por exemplo, aos procedimentos de Anhaia Mello no campo do Urbanismo. Além disso, pois o padre dominicano foi acolhido em São Paulo na Escola de Sociologia e Política, o ambiente em que, por conta da presença de Donald Pierson, a tradição de Chicago teve mais espaço no Brasil.

Finalmente, consideramos que nessa dissertação ressaltamos algumas referências de Anhaia Mello que são pouco analisadas no contexto do planejamento urbano no Brasil. São os casos de Harland Bartholomew e de personagens que “difundiram” internacionalmente o *comprehensive planning* norte-americano, como a figura da primeira bibliotecária da Faculdade de Arquitetura Paisagística de Harvard, Theodora Kimball Hubbard, mas também de Lewis Mumford, cuja produção ainda parece ser encarada como fonte secundária e não como fonte primária, proveniente de uma das mais importantes atuações políticas frente a questão urbana nos Estados Unidos.

Referências bibliográficas

Textos de autoria de Anhaia Mello

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Ensaio de Esthetica Sociologica. **Revista Polytechnica**. no. 82, p.205-20, Setembro. São Paulo: 1926a.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Introdução ao Estudo da Esthetica. **Revista Polytechnica**. no. 81, p.127-39, junho. São Paulo: 1926b.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Problemas de urbanismo: mais uma contribuição para o calçamento. **Revista Politécnica**, São Paulo, n.83, p.343-65, junho. São Paulo: 1927.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. A cidade, problema de governo. **Boletim do Instituto de Engenharia**. São Paulo, n.43, p.278-87, dezembro. São Paulo: 1928a.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Um Grande Urbanista Francez: Donalt-Alfred Agache. **Revista Polytechnica**, n.85-86, p.70-88, Maio-Julho. São Paulo: 1928b.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Urbanismo. **Boletim do Instituto de Engenharia**. São Paulo, n.42, p.235-40, novembro. São Paulo: 1928c.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. O Governo das cidades. **Boletim do Instituto de Engenharia**. São Paulo, n.44, p.03-10 jan. 1929a.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Methodos de Avaliação dos Terrenos Urbanos. **Revista Polytechnica**, n.91, p.46-56, Janeiro. São Paulo: 1929b.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Os parques estaduais americanos. **Ilustração Brasileira**, n. 109. Rio de Janeiro: 1929c.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. **Problemas de Urbanismo**: bases para a resolução do problema técnico. São Paulo: Instituto de Engenharia: 1929d.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Urbanismo – O problema financeiro. **Boletim do Instituto de Engenharia**, n.46, p.102-121, Março. São Paulo: 1929e.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Urbanismo – O recreio ativo e organizado das cidades modernas. **Boletim do Instituto de Engenharia**, n.47, p.145-61, abril. São Paulo: 1929f.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Urbanismo – Regulamentação e Expropriação. **Boletim do Instituto de Engenharia**, n.45, p.55-64, Fevereiro. São Paulo: 1929g.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Urbanismo: Os problemas sociais e econômicos da lei. Por Roscoe Pound, decano da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard. Resumo e tradução pelo eng. arquiteto Luiz de ANHAIA MELLO. **Boletim do Instituto de Engenharia**. São Paulo, p.235-38, maio. São Paulo: 1929h.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. A Verdadeira Finalidade do Urbanismo. **Boletim do Instituto de Engenharia**, n.51, p.106-12, agosto. São Paulo: 1929i.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Aeroportos e Aerovias. **Revista Polytechnica**, n.100, p.191-217. Agosto-Setembro. São Paulo: 1930a.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Natureza, classificação, característicos econômicos dos serviços de utilidade pública. **Boletim do Instituto de Engenharia**. n.58, março, p.117- 27. São Paulo: 1930b.

MELLO, Luiz Ignacio Romeiro de Anhaia. **Problema econômico dos serviços de utilidade pública**. São Paulo: Esc. Prof. Lyceu Coração de Jesus, 1930c.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. A Econômica da Terra Urbana. **Revista Politécnica**, n. 105, p.235-41; n. 106, p.257-63; n. 107, p.419-33; n. 108, p.535-42. São Paulo: 1932.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. A cidade celular, quadras, superquadras e células residenciais. **Boletim do Instituto de Engenharia**, n.94, p.131-42. setembro. São Paulo: 1933a.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Os ares da Technocracia: Frerick Ackerman; Walter Rautenstrauch; Bassett Jones; Howard Scott. **Boletim do Instituto de Engenharia**, n. 90, p.279-82, maio; n. 91, p. 3-7, junho. São Paulo: 1933b.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. **Novos subsídios para a regulamentação dos serviços de utilidade pública**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1933c.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública (1ª Conferência). **Boletim do Instituto de Engenharia**. n.102, p.283-9, maio. São Paulo: 1933d.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública (2ª Conferência). **Boletim do Instituto de Engenharia**. n.103, p.357-67, jun. São Paulo: 1933e.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. "Traffic-Planning" e "Traffic-Control". **Boletim do Instituto de Engenharia**, n.95, p.191-200, Outubro. São Paulo: 1933f.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Urbanismo e suas normas para organização de planos. **Boletim do Instituto de Engenharia**, n.89, p.209-215, Abril. São Paulo: 1933g.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. A Sociedade Amigos da Cidade e sua função no quadro urbano. **Boletim do Instituto de Engenharia**, n. 127, p.263-69, jun. São Paulo: 1935.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Um Programa de Habitação para os Estados Unidos. **Boletim do Instituto de Engenharia**. São Paulo, n.121, p.161-64. São Paulo: 1936.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. A 'National Planning Board' e o Plano Nacional dos Estados Unidos. **Boletim do Instituto de Engenharia**, n. 127, p.263-69, jun. 1937.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. **O Problema Econômico dos Serviços de Utilidade Pública**. Conferências realizadas no Instituto de Engenharia de São Paulo e no Clube de Engenharia no Rio de Janeiro. São Paulo: Sub-divisão gráfica do Prefeitura: 1940.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. A Cidade, Base Material de Relações Sociais. Sociologia Urbana, Ecologia Humana e o Plano de Londres. **Engenharia**, n. 31, Março, p. 269-277. São Paulo: 1945a.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Urbanismo e Democracia. **Engenharia**, n. 36, agosto, p. 488-9. São Paulo: 1945b.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Urbanismo e organização administrativa. **Engenharia**, n. 37. São Paulo: 1945c.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Urbanismo e política financeira. **Engenharia**, n. 38. São Paulo: 1945d.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Sem Plano e Sem Leis. **Engenharia**, n. 54, p. 264-5. São Paulo: 1945e.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Um Plano Regulador para o Município: Elementos Constitutivos do Plano. Conferência realizada em 23 de outubro de 1945, no Instituto de Engenharia,

sob os auspícios deste Instituto e da Sociedade Amigos da Cidade. **Engenharia**, n. 41, Janeiro, p. 169-180. São Paulo: 1946a.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Um plano regulador para o município: orientação planológica e organização administrativa. **Engenharia**, n. 41. São Paulo: 1946b.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. A Cidade Jardim. **Digesto Econômico**, n. 36, p. 27-30. São Paulo: 1947a.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Morfogenia da Arquitetura Contemporânea. **Digesto Econômico**, n. 37, p. 87-90. São Paulo: 1947b.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Planejamento e Governo Urbano. **Digesto Econômico**, n. 35, p. 18-20. São Paulo: 1947c.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. O Transporte Individual e Coletivo na Cidade Moderna. **Digesto Econômico**, n. 29, p. 39-43. São Paulo: 1947d.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Urbanismo em Escala Humana. **Digesto Econômico**, n. , p. 36-43. São Paulo: 1947e.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. O Problema da Habitação. **Digesto Econômico**, n. , p. 25-29. São Paulo: 1950.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. **O Urbanismo... Ésse Desconhecido**. Palestra proferida na noite de 8 de Novembro de 1951, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob o patrocínio da Sociedade Amigos da Cidade. São Paulo: Edições da Sociedade Amigos da Cidade, 1952.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. **Hipertrofia das cidades, fator de aniquilamento da família**, uma tese de Sociologia urbana. mimeo. São Paulo: FAUUSP, 1954a.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. **O Plano Regional de São Paulo**: Uma contribuição da Universidade para o estudo de 'um código de ocupação lícita do solo'. mimeo. São Paulo: 1954b.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Elementos Básicos para o Planejamento em São Paulo. **Revista de Administração Municipal**, vol.2, n. 11, pp. 80-81. São Paulo: 1955a.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Visão de futuro e realidade do Presente. **Habitat**, n. 21. São Paulo, 1955b.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. **Urbanismo Positivo e Urbanismo Negativo** - As Modernas Cidade Inglesas. Conferência pronunciada em comemoração ao Dia do Urbanismo, xerox. 1955c.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. São Paulo e a Necessidade de um Plano Diretor. In **Revista da Administração Municipal**, no. 2. São Paulo: 1955d.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. **Curso de Urbanismo**. São Paulo: Grêmio Politécnico. 1957.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Elementos para o Planejamento Territorial dos Municípios. In **Boletim da Administração Municipal**, vol.2, n. 11, pp. 80-81. 1957.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Parecer do professor Anhaia Mello sobre o Projeto de Lei Regulando a Profissão dos Arquitetos. **Revista Politécnica**, n. 174, São Paulo, mai-jun, p.24, 1958.

MELLO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. Considerações a Respeito do Planejamento Regional de São Paulo. **Engenharia Municipal**, n. 62, janeiro - março. São Paulo, 1974.

Outras referências

ABERCROMBIE, Nicholas et al. **The Penguin Dictionary of Sociology**. Third Edition. Penguin Books, 1994.

ANDERSON, Larry; ANDERSON, Douglas. **Benton MacKaye**: Conservationist, Planner, and Creator of the Appalachian Trail. Baltimore e Londres: John Hopkins University Press, 2002.

ANGELO, Michelly Ramos de. **Louis-Joseph Lebreton e a SAGMACS**: a formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil. São Paulo: Alameda, 2013.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heloisa. Pensamento e leituras de Luiz I. R. de Anhaia Mello das propostas de uma arte urbana ao planejamento de um urbanismo humanista. In: **Anais do III ENANPARQ**. São Paulo, 2014.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana; SIMÕES Jr., José Geraldo. Por uma reflexão sobre os pioneiros do Urbanismo no Brasil e modalidades de apropriação de ideários internacionais - revisando terminologias e conceitos. In **IV ENANPARQ**. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Sessão temática Pioneiros do Urbanismo no Brasil (1890-1930) e suas referências ao ideário internacional. Porto Alegre: 2016.

ANTUNES, Henrique Fernandes. O modo de vida urbano: pensando as metrópoles a partir das obras de Georg Simmel e Louis Wirth. Ponto Urbe [Online], 15 | 2014:
<http://journals.openedition.org/pontourbe/2565> ; DOI : 10.4000/pontourbe.2565

ARASAWA, Claudio Hiro. **A Árvore do Urbanismo de Luiz de Anhaia Mello**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

ARASAWA, Cláudio Hiro. **Engenharia e Poder**. Construtores da nova ordem em São Paulo. São Paulo: Editora Alameda, 2008.

AZEVEDO, Mirandulina. Registros em revista: melhoramento, ciência urbanística e metrópole. In **Anais do XIV SHCU**. Cidade, Arquitetura e Urbanismo: visões e revisões do século XX. São Carlos: IAU-USP, 2016. Disponível online em: <<https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/25.pdf>>. Consulta em 17 de fevereiro de 2019.

BARNES, Harry Elmer; BECKER, Howard. **Social Thought from Lore to Science**. Vol. 2. Boston: D.D Heath and Company, 1938).

BARONE, Ana Claudia Castilho. **Team 10**. Arquitetura como Crítica. São Paulo: Anna Blume, 2002.

BARONE, Ana Claudia Castilho. Harland Bartholomew e o zoneamento racialmente informado: o caso de St. Louis. **RBEUR**, v. 20, n. 3. São Paulo: 2018a.

BARONE, Ana Claudia Castilho. **Ibirapuera**: Parque Metropolitano (1926-1954). São Paulo: Intermeios, 2018b [2007].

BARTHOLOMEW, Harland. **The City Plan Commission of St. Louis, MO**. Problems of St. Louis. St. Louis: Nixon-Jones printing co., 1917.

BECKER, Howard S. **The Chicago School, so-called**. Qualitative Sociology, vol. 22, no. 1. Human Science Press, 1999.

BECKER, Howard S. **A “Escola de Chicago”**. Mana, vol. 2, no. 2. Rio de Janeiro: 1996.

BEDFORD, Scott E. W [ed]. **Readings in urban sociology**. New York e London : D. Appleton and Company, 1927.

BERNARD, Luther Lee. Schools of Sociology. **Southwestern Political and Social Science Quaterly**, n. 11, p. 11-134. 1930. Disponível on-line em: <https://brocku.ca/MeadProject/Bernard/Bernard_1930b.html>. Acesso em 27 de fevereiro de 2019.

BIRKHOLZ, Lauro Bastos; RONCA, José Luiz Caruso. Anhaia Mello na Vila Penteado. In SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de; MARICATO, Erminia. **Vila Penteado: 100 anos**. São Paulo: FAUUSP, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **The Social conditions of the international circulation of idea**. In Shusterman, Richard [ed.]. Bourdieu: A Critical Reader. Segunda reimpressão. Oxford: Blackwell Publisher, 2000

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Interdisciplinaridade – Transdisciplinaridade nos Estudos Urbanos. **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a cidade**. v. 7, n. 10, jan /ago (2015). Dossiê História Urbana: a configuração de um campo conceitual. 2015.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Estudo da trajetória profissional do engenheiro-arquiteto Luiz I. R. de Anhaia Mello. In SALGADO, Ivone; BERTONI, Angelo [orgs.]. **Da Construção do território ao planejamento das cidades** – competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas (1850-1930). São Carlos: RiMa Editora, 2010.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. The Multiple Languages of Urbanism in Luiz de Anhaia Mello: technique, aesthetics, and politics. In **Annals of 15th IPHS Conference**. São Paulo: 2012.

BRUANT, Catherine. **Donat Alfred Agache: urbanismo, uma Sociologia aplicada**. in RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert [orgs.]. Cidade, povo e nação. Gênese do Urbanismo moderno. 2ª edição. Formato epdf. P. 167-202. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

BRUCE, Steve. YEARLEY, Steven. **The SAGE Dictionary of Sociology**. Londres, Thosand Oaks, Nova Deli: Sage Publications, 2006.

BULMER, Martin. **The Chicago School of Sociology. Institutionalization, Diversity, and the Rise of Sociological Research**. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1984.

BULMER, Martin. The Chicago School of sociology: What made it a school? **History of Sociology**. An International Review, vol. 5, no. 2. p. 61-77. 1985a.

BULMER, Martin. A “Escola de Chicago” de Sociologia: o que a tornou uma escola? Tradução por Mario A. Eufrásio de Bulmer, 1985a. Mímeo. São 1985b.

BURGESS, Ernest W.; BOGUE, Donald J. [eds.]. **Contributions to Urban Sociology**. Readings from forty-four Chicago Sociologists, documenting the main findings in urban research over a period of fifty years. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

BURGESS, Ernest W. The Growth of the City: An introduction to a Research Project. In Park, Robert E. et al. **The City**. Chicago: University of Chicago Press, 1925 [1922].

BURGESS, Ernest W. The Urban Areas. In Smith, T. V.; White, L. D. [eds.] **Chicago: An Experiment in Social Science Research**. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

CALABI, Donatella. **História do Urbanismo Europeu**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CAMPOS, Candido Malta. **Os Rumos da Cidade**. Urbanismo e Modernização em São Paulo. São Paulo: Editora Senac, 2002.

CANCLINI, Néstor. "Culturas híbridas, poderes oblíquos". In: _____ **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. pp. 283-350. São Paulo: Edusp, 2008.

CASTELLS, Manuel. **The Urban Question. A Marxist Approach**. Londres: Edward Arnold, 1977.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. **Um Americano na Metrópole [latino-americana]**. Richard Morse e a história cultural urbana de São Paulo 1947-1970. Tese de doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2013.

CARPENTER, Niles. **The sociology of city life**. New York [etc.] : Longmans, Green, 1932.

CAVAN, Ruth Shonle. **The Chicago School of Sociology, 1918-1933**. Urban Life. Vol 11, no. 4. Janeiro. P. 407-420. Sage Publications, 1983.

CERDÀ, Ildefons. **Teoría General de la Urbanización**. Barcelona: 1867.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades. Uma Antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CORK TOWN PLANNING ASSOCIATION. Cork a civic Survey. Londres: The University Press of Liverpool e Hodder & Stoughton LTD. 1926. Disponível em:
www.corkpastandpresent.ie/history/batch1/cork_civic_surveyx.pdf consulta em 08/12/2019

COSER, Lewis. Tendências Americanas in BOTTOMORE, T.; NISBET, R. (orgs.). **A História da Análise Sociológica**. Capítulo 8. P. 379-420. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

COULON, Alain. **A "Escola de Chicago"**. Tradução de Tomas Bueno. São Paulo: Editora Papirus, 1995.

DEBRASSI, Teresinha Maria Fortes Bustamante. **Paradigmas e teorias da cidade: das reformas urbanas ao urbanismo contemporâneo – o caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado. Campinas: PUC-Camp, 2006.

DEAR, Michael. **Los Angeles and the Chicago School: Invitation to a debate**. City and Community, vol. 1, no. 1, março. P. 5-32. Washington, 2002.

DEREK, Gregory [ed.]. **The Dictionary of Urban Geography**. 5th Edition. Nova Iorque e Londres: Wiley-Blackwell, 2009.

DIAZ-MARQUEZ, Angela-Maria. Revision bibliográfica sobre la circulacion de ideas urbanas em América Latina y el Caribe. **EURE**, vol. 45, no. 134. Santiago: 2019. Disponível online em:
<https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612019000100279>. Acesso em 16 de fevereiro de 2019.

DUNCAN, Otis Dudley. Community Size and the Rural-Urban continuum. In HATT, Paul k; REISS, Albert J., Jr [eds.]. **Cities and Society**. An Revised Reader in Urban Sociology. [2ª edição de Hatt e Reiss, 1951]. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1957.

ECKARDT, Frank. "Chicago" in Brazil: the rediscovered importance of the city and "race". **Rev. Inst. Estud. Bras.** [online]. 2014, n.58, pp.79-103. ISSN 2316-901X. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p79-103>.

EDITORS of Encyclopaedia Britannica, the. Chautauqua movement. In **Encyclopædia Britannica online**. 2019. Disponível em: < <https://www.britannica.com/topic/chautauqua-movement>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

EUFRÁSIO, Mario A. A Formação da Escola Sociológica de Chicago. **Plural** [Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia], no. 2, 1º semestre, p. 37-60. São Paulo: FFLCH-USP, 1995.

EUFRÁSIO, Mário Antonio. A "Escola de Chicago" de Sociologia: perfil e atualidade. **Anais..** São Paulo: Humanitas/CERU, 2008.

EUFRÁSIO, Mario A. **Estrutura Urbana e Ecologia Humana**. A Escola sociológica de Chicago (1915-1940). 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2013.

FAGGIN, Carlos Augusto Mattei. **Arquitetos de São Paulo**. Dicionário de artífices, carpinteiros, mestres-de-obra, engenheiros militares, engenheiros civis e arquitetos nos primeiros 3350 anos contados da fundação da cidade. São Paulo: FAUUSP, 2009.

FELDMAN, Sarah. Anhaia Mello e a Comissão do Plano da Cidade: o plano para além da Esfera Técnica. In **V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo** "Cidades: temporalidades em confronto". Campinas: PUCCAMP, 1998.

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e Zoneamento**. São Paulo 1947-1972. São Paulo: EdUSP, 2005.

FELDMAN, Sarah. A americanização do setor de urbanismo da administração municipal de São Paulo. **Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Rio de Janeiro: Proureb. vol. I., p. 225-234, 1996.

FELDMAN, Sarah. 1950: A Década de Crença no Planejamento Regional no Brasil. In **Anais do XIII ENANPUR**. Florianópolis: 25 a 29 de maio de 2009.

FREIRE, Victor da Silva. Os Melhoramentos de São Paulo. **Revista Politécnica**, no. 33, fev/mar. São Paulo: 1911.

FICHER, Sylvia. **Os Arquitetos da Poli**: ensino e profissão em São Paulo. São Paulo: EdUSP, 2005.

FISHMAN, Robert. **The American Planning Tradition: culture and Policy**. Washington, D.C. : Woodrow Wilson Center Press, 2000a.

FISHMAN, Robert. The Metropolitan Tradition in American Planning. In Fishman, Robert. **The American Planning Tradition: culture and Policy**. Washington, D.C. : Woodrow Wilson Center Press, 2000b.

GIST, Noel Pitts; HALBERT, L. H. **Urban Society**. Nova Iorque: T.Y. Crowell, 1942.

GIST, Noel Pitts. **A cidade e o homem**: a sociedade urbana. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GOIST, P. D. City and "Community": The Urban Theory of Robert Park. *American Quarterly*, 23(1), 46. 1971. Disponível on-line em <https://www.jstor.org/stable/2711586?seq=1> (acesso em 02 jan 2020).

GONDIM, Linda M. Lições da Escola de Sociologia de Chicago para a pesquisa urbana contemporânea no Brasil. **Anais do XIV SHCU**. Cidade, Arquitetura e Urbanismo: Visões e Revisões do Século XX. São Carlos: 2016.

HAIG, Robert Murray. **The economic basis of urban concentration**. Reprinted in the Committee on the Regional Plan of New York and Its Environs. Nova Iorque: 1927.

HARDYNS, Wim; PAUWELS, Lieven J.R. The Chicago School and criminology in TRIPLETT, Ruth Ann [ed.]. **The Handbook of the History and Philosophy of Criminology**. John Wiley & Sons, Inc, 2018.

HarperCollins. **Collins English Dictionary** - Complete & Unabridged 2012 Digital Edition. 2012. Disponível online em: <https://www.dictionary.com>. Consultado em 03 de janeiro de 2019.

HATT, Paul k; REISS, Albert J., Jr [eds.]. **Reader in Urban Sociology**. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1951.

HATT, Paul k; REISS, Albert J., Jr [eds.]. **Cities and Society**. An Revised Reader in Urban Sociology. [2ª edição de Hatt e Reiss, 1951]. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1957.

HARVARD, David. **Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HINKLE, Roscoe C.; HINKLE, Gisela J. A Fundação da Sociologia Norte-Americana (1905-1918). In _____ . **The Development of Modern Sociology: its nature and growth in the United States**. Nova Iorque: 1954.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins de Amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

HOYT, Homer. **The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities**. Washington, Federal Housing Administration, 1939.

HUBBARD, Theodora Kimball. **Our Cities To-Day and To-morrow. A Survey of Planning and Zoning Progress in the United States**. Cambridge: Harvard University Press, 1929.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. Guia Prático da Linguagem Sociológica. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KROGH, Daniela da Silva Santos Krogh; SALGADO, Ivone. Anhaia Mello e sua contribuição para a difusão do Urbanismo Norte-Americano: o debate urbanístico na cidade de Campinas na década de 1930. In **Anais do IV enanparq** (Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Porto Alegre: 2016.

KUKLICK, Henrika. Chicago Sociology and Urban Planning Policy. Sociological Theory as Occupational Ideology. in **Theory and Society**, vol. 09, no 06. Novembro. p. 821-945. 1980.

KURTZ, Lester. **Evaluating Chicago Sociology**. 303 p. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

LANNOY, Pierre. When Robert E. Park Was (Re)Writing "The City": Biography, the Social Survey, and the Science of Sociology. **The American Sociologist** , Vol. 35, No. 1, p. 34-62. 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva. **Revisao do plano de avenidas**: um estudo sobre planejamento urbano, 1930. Tese de Doutorameto. FAUUSP: 1990.

LEME, Maria Cristina da Silva (1999). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel.

LEME, Maria Cristina da Silva. A circulação de idéias e práticas na formação do urbanismo no Brasil” in PONTUAL, Virginia e LORETTO, Rosane Piccolo [orgs.] **Cidade, território e Urbanismo**. P. 73-92. Recife: CECI, 2009.

LEME, Maria Cristina da Silva. **A formação do urbanismo como disciplina e profissão: São Paulo na primeira metade do século XX**. in RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert [orgs.]. **Cidade, povo e nação. Gênese do Urbanismo moderno**. 2ª edição. Formato epdf. P. 245-58. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015

LeGATES, Richard T.; STOUT, Frederic [eds.]. **The City Reader**. Fifth Edition. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2011.

LOVELACE, Eldridge. **Harland Bartholomew: His contributions to American Urban Planning**. Urbana: University of Illinois Office of Printing Services, 1992.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. A “Escola de Chicago” ontem e hoje. Um depoimento pessoal. In VALLADARES, Licia do Prado (org). **A Escola de Chicago: Impacto de uma tradição no Brasil e na França**. p. 23-52. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

MACKAYE, Benton. **The New Exploration**. New York : Harcourt, Brace & World, 1928.

MAIA, Francisco Preste. **Estudo de um Plano de Avenidas para São Paulo**. 356p. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

MARICATO, Ermínia. As Ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento Urbano no Brasil. In Vainer, Carlos et al. **A Cidade do Pensamento Único**. Desmanchando consensos. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

MATTHEWS, H. Fred. **Quest for an American Sociology**: Robert E. Park and the Chicago School. 298p. Toronto: University of Toronto Press, 1976.

MCKENZIE, Roderick D., **The Neighborhood**: A study of Local Life in the City of Columbus, Ohio. Chicago: The University of Chicago Press, 1923.

MENDOZA, Edgar. **Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil**: os estudos urbanos na cidade de São Paulo. *Sociologias*, ano 7, no. 14. p. 440-70. Porto Alegre: 2005.

MERKEL, Gonzalo Martín Rodríguez. **Que es y que no es segregación residencial**. Contribuciones para un debate pendiente. In *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Vol. 19. 2014. Disponível online em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1079.htm>.

MEYER, Regina Prosperi. **Metrópole e Urbanismo**: São Paulo nos anos 1950. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 1992.

MEYERS, Andrew A. Invisible cities: Lewis Mumford, Thomas Adams, and the invention of the regional city, 1923-1929. **Business and Economic History**, vol. 37, no. 2. Winter. 1998.

MICHAELIS DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. On-line. Editora Melhoramentos: 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Consulta em 05 de janeiro de 2019.

MILLER, Zane L. Pluralism, CHicago School Style: Louis Wirth, the Ghetto, the City, and "Integration". **Journal of Urban History**, vol. 18, n. 3. Maio. p. 251-79. 1992.

MINER, Horace. The Folk-Urban Continuum. **American Sociological Review**. Vol. 17. Outubro. 1952. [também reproduzido em Hatt e Reiss, 1957, p. 22-34].

MORRIS, Aldon D. **The Scholar Denied**. W.E.B. Du Bois and the birth of modern Sociology. Oakland, CA: University of California Press, 2015.

MUMFORD, Lewis. **The Culture of Cities**. [Edição que pertenceu a Luiz de Anhaia Mello] Londres: Secker e Warburg, 1944 [1938].

MOYER, Imogene L. Ruth Shonle Cavan (1896-1993). **Women & Criminal Justice**, vol. 7, no. 2. P. 3–22. 1996.

NERY, José Marinho Jr. Discursos de Anhaia Mello e de Prestes Maia sobre o Zoneamento: coerências e contradições entre postulados teóricos e políticas públicas no urbanismo paulistano. In **V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. 1998.

NOTAS e Informações. **Boletim do Instituto de Engenharia**, n. 47, Abril. São Paulo: Instituto de Engenharia, 1929a.

NOTAS e Informações. **Boletim do Instituto de Engenharia**, n. 49, junho. São Paulo: Instituto de Engenharia, 1929b.

OGBURN, William Fielding. **Social characteristics of cities**: a basis for new interpretation of the role of the city in American Life. [Edição que pertenceu a Anhaia Mello] Chicago: The Internacional City Managers' Association, 1937.

OSELLO, Marcos A. **Planejamento Urbano em São Paulo (1899-1961)**. 1983. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FGV, 1983.

ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, n. 27. São Paulo: 1990.

PARK, Robert Erza. Alihan Milla Aïssa. Social Ecology Pp. xiii, 267. New York: Columbia University Press, 1938. \$2.75 [resenha]. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**. v. 202, issue 1. Março. 1939. Disponível on-line em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/000271623920200196> (acesso em 01 jan 2020).

PARK, Robert Erza. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**. São Paulo: Jorge Zahar, 1967 [1925].

PARK, Robert Ezra; BURGESS, Ernest W.; McKENZIE, Roderick D. **The City**. Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1984 [1925].

PARK, Robert Erza; BURGESS, Ernest Watson Burgess. **Introduction to the Science of Sociology**. including the original index to basic sociological concepts. Terceira edição, revisada. Introdução de Morris Janowitz. Chicago: The University of Chicago Press, 1969 [1921]. Disponível online em: https://ia801604.us.archive.org/5/items/in.ernet.dli.2015.107514/2015.107514.Introduction-To-The-Science-Of-Sociology_text.pdf [acesso em 04 de janeiro de 2019].

PEREIRA, Margareth da Silva. O lugar contingente da história e da memória na apreensão da cidade – O historiador, o estrangeiro e as nuvens. **Redobra**, no. 12, ano 04. Salvador: Laburb, 2013.

PEREIRA, Margareth da Silva. Construir cidades, construir homens, construir lugares sociais: Associativismo e urbanismo (1905-1935): Chicago e o caso do Rotary Club. In **IV ENANPURQ**. Encontro da ANPUR. Sessão temática Pioneiros do Urbanismo no Brasil (1890-1930) e suas referências ao ideário internacional.. Porto Alegre: 2016.

PEREIRA, Margareth da Silva. Localistas e cosmopolitas: a rede do Rotary Club International e os primórdios do urbanismo no Brasil (1905-1935). **Revista Oculum Ensaios**, no. 13. Campinas: 2011.

PECHMAN, Robert Moses. O Urbano fora de lugar? Transferências e tradução das ideias urbanísticas nos anos 20. in RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert [orgs.]. **Cidade, povo e nação**. Gênese do Urbanismo moderno. 2ª edição. Formato epdf. P. 331-363. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

PIERSON, Donald. **Estudos de Ecologia Humana**. Tomo 1. Leituras de Sociologia e Antropologia Social. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970a [1946].

PIERSON, Donald. **Teoria e pesquisa em Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1970b.

PIERSON, Donald. Exame crítico da ecologia humana. **Sociologia**, vol. X, n. 4, p. 227-241. 1948

RAMA, Angel. Os processos de transculturação na narrativa latino-americana. In: AGUIAR, Flávio e GUARDINI, Sandra (Orgs). **Angel Rama: literatura e cultura na América Latina**. pp. 209-38. São Paulo: Edusp, 2001.

REZENDE, Vera F. A Era Vargas, o planejamento de cidades e a circulação de ideias: um olhar a partir do Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro. In Rezende, Vera F. [org.] **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras**. Niterói: Editora da UFF e Intertexto, 2012.

RIBEIRO, Ana Elisa. Notas sobre o conceito de “transposição” e suas implicações para os estudos da leitura de jornais on-line. **Em Questão**. v. 15, no. 2, p. 15-30. jul/dez. Porto Alegre: 2009. Disponível online em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/04/pdf_35d4f945aa_0009804.pdf>. Consulta em 16 de fevereiro de 2019.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Da Cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. in RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert [orgs.]. **Cidade, povo e nação**. Gênese do Urbanismo moderno. 2ª edição. Formato epdf. P. 53-78. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert [orgs.]. **Cidade, povo e nação**. Gênese do Urbanismo moderno. 2ª edição. Formato epdf. P. 53-78. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

ROCHA, Tadeu Lara Baltar da. **A Noção de Planejamento Regional em Anhaia Mello: do Planejamento Compreensivo ao Planejamento Regional**. Trabalho Final de Graduação. São Paulo: 2016.

ROCHA, Tadeu Lara Baltar da. Anhaia Mello e a Escola de Chicago: análise da apropriação das ideias de Park e Burgess no “Plano Regional de São Paulo” in **Anais XVIII ENANPUR 2019**. Natal: ANPUR, 2019.

ROLIM, Mariana de Souza. Paisagem Cultural: A circulação de ideias por trás da Carta de Veneza e das Norams de Quito. in **Anais do 3o Colóquio Ibero-Americano paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**. Desafios e Perspectivas. Belo Horizonte: 2014. Disponível online em:

<<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/artigos/pdf/323.pdf>>. Consulta em 16 de fevereiro de 2019.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei**: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

RUIZ-TAGLE, Javier. **Theories of Segregation and Policies for integration**: travel of ideas and concrete consequences in Chicago (US) and Santiago (Chile). Berlim, 2013.

RUFATO, Marcela. **Imigrações e relações raciais na Cidade Moderna: a teoria social de Louis Wirth**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH, 2010.

SALERNO, Roger. Para uma ciência das cidades. Tradução de Julieta Widman, Maria Cecília Rios Furia e Mario A. Eufrásio. In _____. **Louis Wirth: Urbanism as a liberal perspective**. Nova Iorque: 1983.

SANTOS, Ana Caroline Vila Ramos dos. Park versus Simmel: indivíduo e sociedade do ponto de vista ecológico. **Intratextos**, 4(1). p. 220-239. Rio de Janeiro: 2012.

SALGADO, Ivone; BERTONI, Angelo [orgs.]. **Da Construção do território ao planejamento das cidades – competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas (1850-1930)**. São Carlos: RiMa Editora, 2010.

SANTOS, Isabel Morim. **Sistema viário estrutural de São Paulo e suas estratégias urbanísticas**. Planos, projetos e Intervenções, 1930 a 2002. Dissertação de Mestrado. São Carlos, IAUUSP, 2014.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar In: _____. **Ao vencedor as batatas**. pp. 9-32. São Paulo: Duas Cidades e Editora 34, 2001.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. A urbanística germânica e sua influência na construção dos paradigmas do urbanismo no Brasil (1870-1920). In **SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO**, 7., 2002, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2002.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. **Anhangabaú**. História e Urbanismo. São Paulo: Editora Senac São Paulo e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. A pesquisa e o debate urbanístico em São Paulo (1900-1920). As proposições em torno do tema da 'casa e cidade salubres'. **Arq.urb**. Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 2008.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. Town Planning Conference, Londres, 1910. Intercâmbios internacionais nos primórdios do urbanismo moderno e seus reflexos no Brasil. **Arquitextos**, São Paulo, ano 15, n. 170.01, **Vitruvius**, jul. 2014. Disponível on-line em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.170/5272>>. Consulta em 17 de fevereiro de 2019.

SIQUEIRA, Renata Monteiro. A Influência de Anhaia Mello sobre o pensamento urbanístico em São Paulo: uma análise dos planos diretores do centro de pesquisa e estudos urbanísticos. **URBANA**, v. 05, no. 06, março. Dossiê: Urbanistas e Urbanismo. Campinas: CIEC/UNICAMP, 2013.

SIQUEIRA, Renata Monteiro. Artigas Urbanista: o rompimento com o mestre. In **Anais do XVI ENANPUR**, sessão temática 8 – Trajetórias das ideias, representações e experiências urbanísticas. Belo Horizonte, 2015a.

SIQUEIRA, Renata Monteiro. **A Inserção da FAUUSP no campo da Arquitetura e Urbanismo em São Paulo**: as contribuições de Anhaia Mello e Vilanova Artigas. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2015b.

SMITH, Dennis. **The Chicago School**. A Liberal Critique of Capitalism. Londres: MacMillan, 1988.

SOMEKH, Nádia. **A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador**: São Paulo, 1920 - 1939. São Paulo: EdUSP, FAPESP, Studio Nobel, 1997.

TIMÓTEO, Jhoyce Póvoa. **A Cidade de São Paulo em “escala humana”**: Luiz de Anhaia Mello e sua proposta de recreio ativo e organizado. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2008.

TOLEDO, Rodrigo Alberto. A formulação de uma corrente urbanística: uma (re)visita às teses de Anhaia Mello para São Paulo. **Sociedade e Território**, vol. 23, no. 2, p. 125-45. Natal, 2011.

TOLEDO, Rodrigo Alberto. As Influências de Anhaia Mello e Prestes Maia na formulação de um pensamento urbanístico paulista. **Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 52. São Paulo, 2012a.

TOPALOV, Christian. Para um historicismo reflexivo na história das ciências. O caso da “Escola de Chicago” na Sociologia. **Urbana**. vol. 2, no. 1. Campinas: UNICAMP, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635134> (consulta em 10 de janeiro de 2020)

TOPALOV, Christian. Sociologie d'un étiquetage scientifique: urban sociology. (Chicago, 1925). **L'Année sociologique**, vol. 58, no. 1. pp. 203-234. 2008

TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. in RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert [orgs.]. **Cidade, povo e nação. Gênese do Urbanismo moderno**. 2ª edição. Formato epdf. Pgs. 23-51. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

THOMAS, William. **Race Psychology: Standpoint and Questionnaire**, with Particular Reference to the Immigrant and the Negro. *American Journal of Sociology*, no. 17. p. 725-75. 1912.

THOMAS, William Isaac; ZNANIECK, Florian. **The Polish Peasant in Europe and America**. New York: Alfred a knopf, 1927 [1918].

TURNER, J. H. The Mixed Legacy of the Chicago School of Sociology. **Sociological Perspectives**, 31(3), 325–338. 1988.

TURNER, Bryan S. **The Cambridge Dictionary of Sociology**. Cambridge University Press, 2006.

VALLADARES, Licia do Prado (org). **A Escola de Chicago: Impacto de uma tradição no Brasil e na França**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005a.

VALLADARES, Licia do Prado. **A Invenção da Favela**. Do Mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005b.

VALLADARES, Lícia do Prado. A visita do Robert Park ao Brasil, o "homem marginal" e a Bahia como laboratório. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 35-49, Apr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000100003&lng=en&nrm=iso. Consultado em 04 jan 2020 .

VALLADARES, Lícia do Prado [org. e introdução]. **A Sociologia Urbana de Robert E. Park**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

VELHO, Otávio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**. São Paulo: Jorge Zahar, 1967.

VIANA, Eduardo. A “Escola de Chicago” e a explicação ecológica do crime. in **Criminologia**. 3a edição. Editora JusPODIVM: 2015. <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/1726-leia-algumas-paginas.pdf>

VILLAÇA, Flavio. Uma Contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In DÉAK, Csaba e SCHIFFER, Sueli. **O processo de urbanização do Brasil**. São Paulo: FUPAM e EdUSP, 1999.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.

WARD, Stephen V. Re-examining the International Diffusion of Planning in Freestone, Robert [ed]. **Urban Planning in a Changing World: the twentieth century experience**. Capítulo 3. p. 40-60. Londres: 2003.

WILLAMS, Emilio. **Cunha, tradição e transição em uma cultura rural do Brasil**. São Paulo: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, 1947.

WIRTH, Louis. Urbanism as a way of life. **American Journal of Sociology**. Vol. 44, no. 1, p. 1-24. Chicago: 1938.

Anexos

Anexo I – Tipologias de difusão do Urbanismo (traduzido de Ward, 2003, p. 44)

Tipo	Papel autóctone	Papel alóctone	Mecanismos típicos	Nível de difusão	Atores chave	Potencial para distinção	Exemplos característica
Empréstimo sintético	Muito alto	Muito baixo	Movimento local com amplos contatos exteriores	Teoria e prática	Interno	Muito alto	Principais países da Europa Ocidental e EUA
Empréstimo seletivo	Alto	Baixo	Contato externo com tradições de planeamento inovadoras	Prática e alguma teoria	Interno	Alto	Menores países da Europa Ocidental
Empréstimo não-diluído	Médio	Médio	Deferência interna a tradições externas inovadoras	Prática com pouca ou nenhuma teoria	Externo com alguns internos	Muito baixo	Dominios do Império Britânico, Japão e alguns exemplos europeus
Imposição negociada	Baixo	Alto	Dependência de tradições externas	Prática	Externo com alguns internos	Baixo	Países dependentes de ajuda externa
Imposição contestada	Muito baixo	Muito alto	Alta dependência de tradições externas	Prática	Externo	Baixo	Planejamento colonial “luminista”
Imposição autoritária	Nenhum	Total	Total dependência de uma tradição externa	Prática	Externo	Nenhum	Territórios recentemente dominados

Anexo II – “An Attractive Evansville, Indiana”